

SÉRIE SOCIOLOGIA



## Os feminismos e a crise da esquerda:

Alianças e antagonismos  
no Ciclo do Campo  
Democrático Popular

Sophia Branco

  
Editora  
UFPE



Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

SÉRIE SOCIOLOGIA

Sophia Branco

**Os feminismos e a crise da esquerda:  
Alianças e antagonismos no Ciclo do Campo  
Democrático Popular**



Recife 2021

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

---

L732f Lima, Paula Sophia Branco de.

Os feminismos e a crise da esquerda [recurso eletrônico] : alianças e a agonismos no Ciclo do Campo Democrático Popular / Sophia Branco. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

(Coleção Sociologia).

Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Sociologia, 2018) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-90-0 (online)

1. Sociologia. 2. Feminismo. 3. Movimentos sociais. 4. Mulheres – Condições sociais. 5. Sociologia política. I. Título. II. Título da coleção.

301 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-118)

---

A Josefa Severina da Conceição,  
à força de suas ideias e de sua luta,  
que segue nos inspirando.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço às feministas que aceitaram o convite para me ajudar a pensar sobre o momento que estamos vivendo, por abrirem de forma acolhedora suas casas, suas reflexões, seus sentimentos. Talvez vocês nem soubessem da importância que as ideias que estavam compartilhando teriam ao longo desse caminho. Não apenas para o trabalho, mas também diante das incertezas políticas que atravessamos no país e das incertezas pessoais que sempre se atravessa durante o percurso de uma pesquisa. O exercício de imersão nos dados, desde as transcrições das entrevistas até a escrita, foi um processo contínuo de fortalecimento e renovação da esperança. Obrigada por terem compartilhado comigo suas histórias de vida e ideais tão bonitos. Saio desse momento com novos horizontes.

Às companheiras nos espaços de militância que percorri até aqui, especialmente, às companheiras do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Universidade Livre Feminista, que tanto me ensinam, tanto me inspiram e junto às quais o desafio de reinventar utopias e caminhos de luta se torna mais alegre. Especialmente a Vera Guedes, Gesia Cristina, Jéssica Barbosa, Cris Cavalcanti, Cami Santana, Flávia Vieira, Cidinha de Oliveira, Analba Brazão, Gabi Falcão, Priscilla Brito e Thayz Athayde. Este trabalho tem muito do que aprendo com todas vocês. Em particular, agradeço a Carmen Silva, pela troca permanente, pelas contribuições na qualificação e na banca de defesa e pelas longas discussões que tivemos sobre cada capítulo deste trabalho.

A Remo Mutzenberg, amigo e orientador, pela troca rica e generosa. A Gustavo Gomes, pelas contribuições na banca de qualificação. A Eliane Veras Soares, pela partilha e contribuições na banca de defesa da dissertação. A todas e todos os docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia com os quais aprendi muitas coisas ao longo desses anos. A Karine e Mônica, secretárias do programa, sempre solícitas na resolução de questões burocráticas, e a todas as funcionárias e funcionários do CFCH. É mais do que nunca tempo de valorizar a importância do que todas e todos fazemos para que a Universidade seja possível. Ao fundamental apoio do CNPq, sem o qual esta pesquisa não poderia ter acontecido. Que muitas outras pesquisas possam contar com esse apoio.

A Camila Teixeira Lima, parceira de ideias sociológicas e não sociológicas, pelos longos debates, importantes contribuições e pela revisão cuidadosa do projeto com o qual entrei no mestrado e da dissertação.

A Luís Henrique Leal, companheiro de vida e de utopias, pela revisão atenta da versão final do texto desta publicação e por partilhar comigo um mundo de ideias críticas e transformadoras.

A minha mãe, Adélia Branco, meu pai, Paulo Lima, minha madrasa, Lara Alves, e meus irmãos, Victor, Uaiana e Airton, pelo suporte, carinho e companheirismo ao longo do desenvolvimento deste trabalho e por todos os ensinamentos que vocês sempre me trouxeram, muitos deles estão presentes neste trabalho.

A Marília Araújo, Tiago Montenegro, Chico Ludermir, Clarissa Mendes, Anita Pequeno Indira Corban, Nina Reggi, Fernanda Capibaribe, Camille Bui, Débora Benning, Mariana Medeiros, Monique Lupe, Luana Assis, Mariah Bozzolan, Beatriz Meunier e Nathália Bessa. Cada qual a sua maneira, muito importantes ao longo do desenvolvimento destas ideias.

À maré feminista da cidade do Recife, às que vieram antes de nós, às que hoje lutam ao meu lado e às novas mulheres que estão sempre chegando nesta trincheira, agradeço pelos sonhos partilhados e pela ousadia que me inspira. Tenho certeza, dias mulheres virão.

*“Então tem o peso de uma responsabilidade histórica, que eu acho que todo mundo está sentindo um pouco nas costas, sabe? Nesse momento. [...] E eu acho que pra todo mundo que é militante este contexto pesa. Parece que nada da sua vida pode ser pensado fora disso. Então eu sinto um pouco o peso dessa responsabilidade hoje. Isso é uma coisa que dá uma certa tensão. Então eu acho que eu tenho me sentido assim nesse momento tão crítico do Brasil. Preocupada. Preocupada com tudo que vai vir aí, sobretudo para quem é mais jovem, para quem é mais pobre, para nós mulheres, para a população negra. E muito aflita também com a nossa organização política, né? E com o nosso desafio de reinventar as formas de fazer política e de resistir, de se encontrar na resistência. No momento em que tudo está fazendo água, né? Então isso dá uma certa aflição. Mas eu sempre me sinto otimista. Por isso, por pensar em perspectiva histórica e saber que as contradições estão sempre aí e as lutas sempre vão ser feitas e a gente vai encontrar uma forma de se reorganizar. Não sei quanto tempo isso vai levar. Espero que não seja muito. Mas talvez a segunda metade da minha vida vá ser marcada por uma busca de encontrar esse caminho, né? Eu nasci com um caminho já dado, que não deu certo. E agora a gente vai ter que encontrar outro.”*

(Entrevistada 4 – E4)



## PREFÁCIO

O presente livro, que a Série Sociologia (PPGS-UFPE) disponibiliza, tem sua relevância pelo tema, pelo momento político vivenciado no Brasil e seus impactos sobre os diferentes movimentos sociais que emergiram ao longo das últimas décadas. A autora analisa o surgimento de um novo campo discursivo de esquerda no Brasil, em um momento que precedeu a sua geração. Campo este que emergiu com a abertura política na década de 1980 e vai até 2013, momento que marca o início da *crise orgânica deste campo*. Seu olhar tem como foco particular os movimentos de mulheres inseridos num campo discursivo feminista.

A análise realizada pela autora parte da consideração de que a sociedade brasileira é historicamente marcada por uma cultura política de cunho autoritária e elitista, com raros momentos de abertura para uma democratização das instituições e construção de uma cultura mais democrática das relações sociais da vida cotidiana. Um destes momentos emerge em oposição à ditadura civil-militar instituída em 1964, particularmente na segunda metade dos anos de 1970. Neste contexto, apesar e por conta da repressão, a partir da periferia urbana, do chão das fábricas, do campo, do ambiente acadêmico, de ONGs e dos mais variados ambientes da vida cotidiana, se articulou uma oposição ao regime autoritário, materializada nas manifestações estudantis, nas greves do ABC, em manifestações e mobilizações várias e capilares nas distintas regiões do país, na luta pela anistia, pelas “diretas já”, fundamentais para a abertura democrática.

Este processo tem um de seus pontos altos na Constituição de 1988, como momento de formalização de direitos, mas que também não deixou de ser expressão das contradições e antagonismos constitutivos da sociedade brasileira. É a partir desta trajetória que a autora analisa o processo de formação de um Campo Democrático Popular, suas articulações e, em particular, as conexões e identificações dos movimentos feministas com este campo, bem como elementos não articulados (não articuláveis), denotando tensões e antagonismos tornados visíveis em diferentes momentos desta trajetória. Na sua releitura histórica, identifica também especificidades na articulação do campo feminista, a partir das suas “práticas políticas e organizativas, mais especificamente o compromisso com a tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade, que dão tônica à forma como alguns destes movimentos lidam com suas diferenças, desigualdades e divergências internas”.

A escrita do texto reflete a inquietação, o lugar de fala e o espírito crítico da autora e traz, junto com a sua voz, a voz de militantes feministas sobre as conquistas, dilemas e inquietações diante dos retrocessos institucionais no campo dos direitos sociais.

A leitura deste texto certamente instigará o leitor a refletir sobre nossa história recente, concordando ou não com as análises, sendo uma contribuição relevante para compreender o momento atual vivido pela sociedade brasileira, em particular pelos movimentos sociais e, em especial, pelo movimento feminista. Leitura útil para a geração que participou da construção ou a geração recente, que viveu as implicações do ciclo que a autora denomina de Ciclo do Campo Democrático Popular e sua crise. Com sua postura reflexiva, a autora coloca questões e desafios tanto para si própria, como para o feminismo em suas disputas internas, em suas relações com outros movimentos e com os processos de articulação política no campo de disputa mais ampla da sociedade brasileira.

Num tempo em que predominam posturas não reflexivas, ou anti-reflexivas, marcadas por polarizações e dificuldades de composição e articulação de um campo democrático, o presente livro vem a ser uma

contribuição para uma reflexão que privilegia o tripé cuidado-auto-crítica-horizontalidade, no sentido de um norte para a reconfiguração das fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada; na construção de mecanismos de combate mais eficazes às nossas desigualdades; e para o reconhecimento de diferenças, na busca de caminhos para construção de projetos democráticos, pluralistas e não sectários, como ponto de ruptura com uma cultura política de cunho autoritária e elitista.

Fica, assim, o convite para a leitura e inspiração para o aprofundamento e construção de interpretações dos processos políticos, desafios e dimensionamento das contribuições dos movimentos sociais na configuração da vida social.

*Remo Mutzenberg*  
Recife, fevereiro de 2020



## INTRODUÇÃO

“A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos a nossa teorização para esse fim”

*bell hooks*

### A pesquisa<sup>1</sup>

Iniciei esta pesquisa querendo entender a crise política que atravessava o país e que segue em curso. O avanço da direita me espantava e eu percebia a nossa incapacidade, no campo da esquerda, de reagir de forma unificada àquele momento. Todavia, não me parecia estranho que não conseguíssemos nos unificar, esta era uma dificuldade de articular “pontos nodais” (LACLAU; MOUFFE, 2015) num campo amplo da esquerda que já estava presente nos espaços políticos dos quais eu participava. Entrevia uma esquerda fragmentada, com muitos antagonismos internos. Ao longo da minha formação política, perguntei-me várias vezes se eu estava defendendo os mesmos ideais de alguns setores da esquerda com os quais construíamos alianças. No momento em que a direita se fortalecia, a unificação pareceu necessária, mas não encontramos caminhos para construí-la.

O acirramento das disputas entre a direita e a esquerda<sup>2</sup>, que aflorou em 2013, afetou as fronteiras antagônicas a partir das quais se construiu

---

1 A dissertação que deu lugar a esta publicação foi desenvolvida ao longo do meu mestrado em Sociologia, realizado entre 2016 e 2018 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, com o título “Os feminismos e a crise do campo discursivo da esquerda: reflexões sobre as práticas articulatórias do Campo Democrático Popular”.

2 Uma discussão sobre os conceitos de direita e a esquerda está presente na sessão 1.3 do primeiro capítulo.

minha própria identidade e me vi diante da necessidade de compreender mais a fundo estas divergências. A discussão sobre hegemonia de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 1993; LACLAU, 2005) pareceu útil para explicar as questões que me intrigavam. O momento trazia à tona de forma nítida a fluidez e a contingência das articulações e identidades políticas sobre as quais estes autores discorrem. Diante do avanço da direita, alguns antagonismos internos da esquerda foram obscurecidos e o pertencimento a um campo mais amplo foi se fortalecendo, ainda que fosse difícil entender em torno do quê estávamos nos articulando. O “anti” era um ponto nodal a partir do qual conseguimos nos identificar com mais facilidade. Antifascismo, anticonservadorismo, por exemplo. Mas o “anti” estabelecia um pertencimento ainda muito frágil, uma vez que se encaixa no que Laclau (2005, p. 121) considera um “vago sentimento de solidariedade” e não um “sistema estável de significação”. Isso tem dificultado a construção de estratégias de enfrentamento ao contexto que consigam articular o campo alargado da esquerda.

A crise política em curso não é desdobramento de um único fator. Há uma confluência de aspectos de densa complexidade que abarcam a formação histórica do Brasil, o contexto geopolítico global de fortalecimento do conservadorismo, a crise do capitalismo, das utopias da esquerda e da própria modernidade como projeto hegemônico do ocidente. Por isso, caminhos diversos poderiam ter sido escolhidos para pensar sobre o contexto brasileiro. Neste trabalho, escolhi investigar as dificuldades de articulação política que marcavam o próprio campo da esquerda no Brasil. Para isso, me debrucei sobre o processo histórico de formação desse campo discursivo. A atenção dada à crise interna da esquerda não significa que eu considere que essas dificuldades tenham sido as impulsionadoras centrais da crise, entendendo tais dificuldades como um dos elementos que nos levaram ao que estamos vivendo, ela é dissociável apenas analiticamente de outros aspectos que caracterizam este momento.

O caminho de investigação escolhido foi o diálogo com militantes de diferentes movimentos e coletivos feministas da Região Metropolitana

do Recife (RMR), concretizados, sobretudo, a partir de entrevistas semi-estruturadas, mas também realizado no seio da participação política e da interlocução afetiva e teórica que tenho nesses espaços. Muitas questões que impulsionaram esta investigação surgiram nos espaços de debate político feminista dos quais tenho participado em Pernambuco e no Brasil. Algumas delas elaboradas por mim a partir do que ouvi e presenciei, outras elaboradas coletivamente. São questões políticas que estão situadas no campo da esquerda a partir de uma perspectiva feminista. Entrevistar estas militantes foi uma forma de aprofundar e sistematizar essas reflexões.

No contexto da crise, foi nos espaços dos movimentos sociais onde tive contato com as análises mais elaboradas sobre o momento que estamos vivendo. Partir das análises de militantes foi uma forma que encontrei de fortalecer o diálogo entre o ambiente acadêmico e outros espaços de produção de conhecimento. Pensar sobre o momento que estamos vivendo a partir dos movimentos feministas recifenses também é uma forma de deslocar o ponto de vista a partir do qual compreendemos a trajetória da esquerda nas últimas décadas, ampliando esta narrativa a partir do diálogo com uma pluralidade de experiências e pontos de vista. Esse deslocamento se dá ao refletirmos sobre a trajetória da esquerda a partir dos feminismos e ao fazê-lo a partir de uma cidade do Nordeste brasileiro.

A primeira etapa desta investigação foi de imersão no debate teórico sobre articulação política e hegemonia, elaborado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2005; MOUFFE, 2005; MOUFFE, 2013; MOUFFE, 2015). Em diálogo com as reflexões propostas por esses autores, me deparei com a necessidade de entender as fronteiras dos diferentes antagonismos que nos dividem. Retomei brevemente a disputa histórica entre a esquerda e a direita que define estes dois campos. E investiguei as tensões situadas dentro do campo da esquerda brasileira, com o objetivo de elaborar reflexões sobre a sua fragmentação. Estas reflexões foram desenvolvidas no primeiro capítulo.

A partir da interlocução com o pensamento de Laclau e Mouffe, comecei a entender o momento que estamos vivendo como uma “crise

orgânica”<sup>3</sup> que atravessa o campo da esquerda brasileira. Proponho que isso se deu pelo enfraquecimento do seu projeto hegemônico nas últimas décadas, protagonizado pelas forças políticas articuladas no Campo Democrático Popular. Para compreender alguns elementos da trajetória que nos trouxe até aqui, foi necessário reconstruir a trajetória histórica deste campo, que denomino de Ciclo do Campo Democrático Popular. Este ciclo se inicia com o surgimento de um novo campo discursivo na esquerda brasileira, a partir do final da década de 1970, e segue até 2014. No segundo capítulo, faço uma releitura histórica dessa trajetória a partir das experiências dos feminismos recifenses e da percepção dessas militantes sobre o que estava acontecendo no cenário nacional.

No terceiro capítulo, apresento as reflexões das militantes que entrevistei sobre a crise política. Desenvolvo também algumas ideias sobre especificidades das práticas políticas dos movimentos feministas que podem nos ajudar a pensar outros caminhos para a construção de alianças no campo da esquerda. Na análise das entrevistas, pude observar como a ênfase no fortalecimento subjetivo das militantes e as redes de solidariedade que surgem na militância feminista distinguem esses movimentos dos espaços mistos (construídos por homens e mulheres). A partir daí, e em diálogo com as proposições de Joan Tronto (2013) sobre a relação entre cuidado e democracia, desenvolvi reflexões sobre como o compromisso com o cuidado, a autocrítica e a horizontalidade são elementos que funcionam de forma conjunta nas práticas políticas desses movimentos, dando lugar a uma compreensão da própria política que difere da compreensão hegemônica patriarcal. A tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade aparece como um ponto nodal dos movimentos feministas, conduzindo a forma como estes movimentos lidam com suas desigualdades, diferenças e divergências internas, que é distinta da forma como estas disputas se expressam em outros movimentos sociais.

O compromisso estabelecido com essa tríade nos movimentos feministas abre possibilidades para a construção de alianças políticas que

---

3 Conceito gramsciano resgatado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015).

não reproduzam desigualdades históricas, ou, ao menos, que buscam caminhos para não reproduzi-las. Esse argumento foi construído a partir dos relatos das entrevistadas e da leitura sobre a maneira como os movimentos feministas vem lidando historicamente com as críticas e com suas desigualdades, ao redefinir suas fronteiras e reelaborar constantemente a categoria mulher (HOOKS, 1984; 2000; LLOYD, 2005; ALVA-REZ, 2014). O objetivo desta investigação foi trazer uma contribuição feminista para a avaliação da trajetória da esquerda no Brasil nas últimas décadas, retomando a atualidade de algumas críticas feministas tecidas à esquerda, como ao autoritarismo, a partir das reflexões e experiências das militantes que entrevistei.

\*\*\*

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2016 e janeiro de 2017. Aquele era um momento de muito cansaço para quem estava envolvida na militância de esquerda. Por isso, foram entrevistas atravessadas por muitos sentimentos: emoção, angústia, tristeza. Também me sentia daquela forma e, encontro após encontro, fui sendo tocada pelas trocas que estabeleci com essas mulheres. Ao lado das angústias, também encontrei nas entrevistas muita força, disposição para o enfrentamento político e a certeza de que o feminismo é um componente necessário para a transformação. Tais encontros e conversas me fizeram pensar novamente sobre a importância do feminismo em nossas vidas, percebendo como esse envolvimento nos fortalece. Os depoimentos consolidaram minha compreensão de que o feminismo é, ao mesmo tempo, um divisor de águas na vida de cada mulher individualmente e um projeto de transformação radical da sociedade.

O material das entrevistas ocupou um lugar central no desenvolvimento deste trabalho. Antes de iniciar a pesquisa, eu já tinha impressões preliminares sobre as questões que foram trazidas pelas mulheres com quem conversei. São reflexões — sobretudo aquelas que se referem à trajetória do Campo Democrático Popular e à crise — que estavam

presentes em muitos debates políticos desde 2013. Mas foi a partir das entrevistas que pude organizar essas impressões. Os procedimentos de “organização do material” da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) me auxiliaram nesse processo. Da forma como se estrutura a Análise de Conteúdo, a “organização do material” é uma fase que antecede a análise propriamente dita, ela envolve (a) a escolha do universo dos documentos a serem analisados e, dentro deste universo, a constituição de um *corpus*; (b) a leitura flutuante do material; (c) a formulação de hipóteses e objetivos; e (d) a preparação do material (edição).

(a) A seleção do *corpus* implica em escolhas que atendem às regras estabelecidas pela pesquisadora ou pesquisador, tais como homogeneidade, exaustividade, representatividade e pertinência. O universo de documentos a serem analisados foram as transcrições das entrevistas realizadas com militantes dos movimentos feministas do Recife. Busquei garantir relativa homogeneidade a esse material através da construção de roteiros que serviram de guia para as entrevistas semiestruturadas. O grande número de entrevistas buscou atender à regra da exaustividade do campo. Ela pôde ser percebida na medida em que as últimas entrevistas realizadas não apresentavam questões que ainda não haviam sido levantadas. Embora a pesquisa não pretenda representar de forma precisa a diversidade dos movimentos feministas da RMR, busquei responder ao critério de representatividade ao selecionar entrevistadas de coletivos e movimentos com características organizativas e princípios políticos diversos.

Ao convidar as participantes da pesquisa, procurei abarcar uma diversidade geracional, racial e de perspectivas políticas, com o intuito de trazer diferentes pontos de vista sobre as questões abordadas. Realizei dezessete entrevistas com militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres (UBM), Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Cabelação — Pernambuco, Faça Amor Não Faça Chapinha (FANFC), Poder Feminino Crew (PFC), Coletivo Diadorim, Coletiva das Vadias (então Marcha das Vadias — Recife) e Colativa. Retirei a UBM do *corpus* de análise ainda no início da pesquisa,

pelo fato de ser um grupo que não se identifica a partir de um princípio importante para as questões que pretendia abordar no trabalho, qual seja, a autonomia e exclusividade das mulheres na construção feminista. Analisei de forma aprofundada treze destas entrevistas.

É importante salientar que a pesquisa não teve como objetivo compreender as concepções que representam as reflexões destes diferentes coletivos e movimentos. A unidade de análise não foram os grupos de militância, mas as próprias militantes. Embora seja esperado que as concepções dos diferentes grupos apareçam nas entrevistas, uma vez que, em geral, as militantes estão alinhadas com as perspectivas políticas dos grupos que integram, não é sobre as conclusões ou princípios desses grupos que a pesquisa pretende se debruçar, mas sim sobre as experiências em espaços de atuação política e reflexões das militantes em relação ao período histórico investigado. Esta questão foi colocada para as entrevistadas sempre que se mostrou necessário ao longo das entrevistas.

(b) Segundo Bardin (1977), a leitura flutuante é um momento em que a pesquisadora ou o pesquisador estabelece o primeiro contato com os documentos que irá analisar e conhece o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. A partir desse contato, (c) hipóteses e objetivos são traçados. Nesta pesquisa, trabalhei com dois tipos diferentes de hipóteses. As primeiras são referentes ao que Bardin (1977, p. 99) denomina de “procedimentos fechados”, onde os textos são analisados a partir de um quadro teórico preestabelecido pela pesquisadora. As segundas se enquadram nos “procedimentos de exploração”, nos quais, a partir dos próprios textos, apreende-se as ligações entre as diferentes variáveis. Este procedimento funciona a partir de um processo dedutivo e facilita a construção de novas hipóteses.

O primeiro grupo de hipóteses, norteado pelo “procedimento fechado”, foi construído à luz das reflexões de Laclau e Mouffe (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2005; MOUFFE, 2005; MOUFFE, 2013; MOUFFE, 2015). Nessa etapa, busquei investigar as práticas articulatórias dos movimentos feministas e destes com outros movimentos do campo da esquerda. As outras discussões e debates que foram desenvolvidos neste trabalho

(ou seja, o segundo grupo de hipóteses) se deram a partir das questões que apareceram nas entrevistas. Os relatos das entrevistadas me deram insumos para a reconstrução da trajetória do CDP e para a elaboração das questões teóricas apresentadas no capítulo três. Dessa forma, o campo não foi apenas um lugar de coleta de dados, mas também de formulação teórica. Os encontros foram seguidos da construção de um caderno de anotações, onde pontuei questões que foram lançadas nas entrevistas seguintes, com o intuito de ir elaborando questionamentos teóricos nesses diálogos.

Estabeleci com o material das entrevistas uma relação muito parecida com a que estabeleci com as leituras teóricas. Elas foram relidas várias vezes. Cada entrevista foi entendida como uma célula de análise, onde busquei compreender as questões trazidas pelas entrevistadas em sua totalidade e não de forma fragmentada. A partir da leitura do material, extraí questões teóricas mais gerais. Ao fim desse primeiro momento, quando analisei as entrevistas individualmente, parti para a análise comparativa das questões que estavam presentes nas entrevistas e elenquei os temas centrais que pretendia desenvolver no trabalho. Em seguida, voltei para o material bruto das entrevistas e fiz a divisão temática tomando como referência o quadro analítico que eu havia desenvolvido na análise comparativa. (d) Por último, realizei a preparação (ou edição) do material, que se resume à formatação do texto, numeração dos elementos do *corpus* e edição, com vista de facilitar o manuseio do material.

A partir do quadro analítico desenvolvido, realizei um levantamento bibliográfico das discussões teóricas lançadas pelas entrevistadas e dos eventos históricos que elas trouxeram, com o objetivo de construir um diálogo entre as reflexões das entrevistadas e as elaborações teóricas do campo da teoria feminista. Nas palavras de Françoise Collin (2010), um diálogo entre pensamento pensante e pensamento pensado. Na relação que busquei construir entre os dados empíricos e a teoria, a segunda não cumpre a função de analisar ou explicar as questões encontradas nos primeiros, salvo em alguns momentos. Na maior parte do trabalho, o material das entrevistas apresenta as próprias reflexões teóricas que são

desenvolvidas em diálogo com a literatura. Dessa forma, a análise das entrevistas não foi realizada *a posteriori*, à luz de elementos que lhes eram externos. Entendo esse processo de investigação como um diálogo a partir do qual fui tecendo minhas próprias contribuições ao debate político a partir das conversas que tive com outras militantes e com as contribuições teóricas do campo.

Meu campo de pesquisa tem algumas especificidades que contribuíram para que as elaborações teóricas se desenvolvessem dessa forma. Como afirmam muitas pensadoras feministas (HOOKS, 2014; ÁVILA; FERREIRA, 2014; MIGUEL; BIROLI, 2014; SILVA; CAMURÇA, 2013), teoria e ação política se relacionam de forma dialética na *práxis* feminista. Dessa forma, o diálogo com a teoria feminista foi trazido em diversos momentos pelas próprias entrevistadas, o que já oferecia condições para que esse diálogo entre os dados empíricos e a teoria legitimada pudesse ser construído dessa forma. Como parto de uma compreensão ampliada da produção teórica feminista, atenta às elaborações que as mulheres trazem sobre as suas próprias experiências de vida, busquei estabelecer diálogos entre as reflexões teóricas das entrevistadas e o material histórico e teórico acadêmico também quando esse diálogo não foi explicitado pelas militantes.

Um dos riscos que encontrei nesse exercício foi o de construir um trabalho em que fragmentos das entrevistas fossem utilizadas para dar sustentação a uma linha narrativa e argumentativa construída a partir das minhas percepções prévias. Como estou inserida neste campo de atuação política, me mantive constantemente atenta para não utilizar o material das entrevistas para fundamentar minhas próprias percepções, o que significaria utilizar suas falas, mas lhes extraindo sua autonomia de pensamento. Não trago esta dificuldade porque acredito que o envolvimento político com o tema que investigamos seja um problema. Esse é um risco que perpassa, na realidade, o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Acredito que o envolvimento político nos coloca diante de um comprometimento ainda maior, porque não estamos comprometidas apenas com o campo científico, mas também com o projeto político com o qual pretendemos contribuir. Não acredito que a política e a ciência são campos

que devem estar separados, ou que sequer seja possível construir conhecimento que não corrobore com a defesa de um projeto de sociedade.

As questões sobre as quais me debrucei estão relacionadas a preocupações que confronto na minha própria prática política individual e coletiva. Mas é importante elucidar que as visões do projeto político do feminismo não são homogêneas entre as mulheres que entrevistei. Isso significa que as questões teóricas que desenvolvo neste trabalho não respondem às prioridades políticas e teóricas do campo feminista recifense como um todo. São questões transversais à nossa atuação política, que têm lugares distintos na atuação das militantes.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, estive preocupada em me aproximar das experiências políticas de outras militantes com o intuito de aprofundar e questionar as reflexões políticas que me movem. Os diálogos que estabeleci com as entrevistadas acrescentaram novos pontos de vista sobre estas questões e, ao analisar cada entrevista na sua totalidade, busquei aprofundar meus pontos de vista de forma reflexiva, construindo uma relação de diálogo com o material das entrevistas. A construção argumentativa que desenvolvo não é uma síntese das questões presentes neste material, é uma contribuição a estes debates.

\*\*\*

Muitas questões trazidas neste trabalho têm caráter histórico. O material analisado traz um mosaico de experiências vividas pelas entrevistadas que estão ligadas ao momento e aos espaços em que iniciaram e construíram as suas militâncias. Quando não estavam marcadas por divergências, procurei construir uma linha narrativa que agregasse essas experiências, de forma que as contribuições das entrevistadas se complementassem. As escolhas do que inserir ou não no trabalho não estiveram ligadas à quantidade de vezes em que determinada temática ou evento surgiu. As militantes que entrevistei têm trajetórias muito diferentes e cada uma trouxe contribuições específicas demarcadas pela temporalidade na qual estão inscritas as suas militâncias e pelas suas perspectivas políticas. É evidente,

entretanto, que a repetição de um tema é um dado importante a ser observado e nos leva a aprofundá-lo, sobretudo porque temos mais subsídios para discuti-lo.

Algumas divergências que estão ligadas às disputas de hegemonia do próprio campo feminista apareceram nas entrevistas. Localizo entre elas: (1) as divergências entre a Marcha Mundial de Mulheres e a Articulação de Mulheres Brasileiras e (2) as divergências que os coletivos autonomistas colocam em relação a estes movimentos. Não cabe neste trabalho um aprofundamento sobre estas divergências, o que exigiria a realização de entrevistas com outro enfoque e de uma revisão bibliográfica sobre as trajetórias desses movimentos, que destoariam das escolhas analíticas desta pesquisa. Ainda assim, elas serão discutidas no capítulo três, à luz das questões trazidas pelas entrevistadas.

Surgiram também questões relacionadas às desigualdades de classe e raça, que ora se manifestaram como divergências políticas e ora surgiram como a reprodução de desigualdades que precisam ser combatidas. O material analisado revela diferenças nas experiências que as militantes vivenciam nos movimentos, que são atravessadas por essas desigualdades. Pensando na história dos feminismos e na construção dos feminismos no Recife, em alguns contextos as desigualdades e as diferenças estão sobrepostas às divergências. As disputas em relação à categoria mulher (LLOYD, 2005) que estão colocadas nessa trajetória refletem como desigualdades podem dar lugar a projetos e prioridades políticas que não contemplam a diversidade das experiências das mulheres. Na medida em que a denúncia das mulheres negras, populares e outros sujeitos políticos historicamente subalternizados tensionam a identidade deste campo e denunciam a reprodução de opressões, as desigualdades passam a ser entendidas como um elemento a ser combatido e não mais como fundadora de divergências. Este compromisso, entretanto, não é uma garantia. Ele é fruto de uma disputa travada permanentemente.

A auto-organização das mulheres em suas diferentes especificidades tem sido um vetor de transformação importante para os feminismos. Identifico, nessa trajetória, a incorporação progressiva das discussões de

raça e de classe nesses movimentos. Uma evidência dessa incorporação é que todos os grupos aos quais as mulheres que entrevistei estão vinculadas se identifiquem também com a luta antirracista. Acredito que o sucesso em sobredeterminar as reivindicações de diferentes sujeitos políticos na definição dos feminismos está relacionado a práticas políticas específicas desses movimentos, como o comprometimento com a tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade, que discutirei no capítulo três. É importante que a incorporação do compromisso com a luta antirracista nesses movimentos não seja entendida como uma superação das desigualdades internas dos movimentos. Estas desigualdades continuam muito acentuadas e isso se revelou nas entrevistas que realizei. A sobre-determinação destes conteúdos, entretanto, revela o compromisso por parte desses movimentos em refletir sobre como podem combatê-las.

## **O conhecimento**

Nesta pesquisa, parto de uma compreensão ampliada do processo de teorização, que tensiona as barreiras entre esta atividade e a minha própria vida e reconhece a importância das coisas que vivi e das pessoas que estiveram ao meu redor no curso de elaboração dessas ideias. Enxergar a produção teórica dessa forma não foi propriamente uma escolha teórico-metodológica que resolvi adotar respaldada em leituras que desenvolvi ao longo do processo, é uma compreensão que foi se construindo paulatinamente à medida que o campo, as leituras e outras experiências que vivenciei me ensinavam e me desafiavam a um ponto em que reconhecê-las se tornou incontornável.

Sempre me interessei pela ideia de artesanato intelectual, proposta por C. Wright Mills (2009), principalmente pela constatação de que não há uma separação entre as nossas ideias e a nossa vida. Compreendo o processo de fabricar essas ideias como um exercício de ir costurando os retalhos das nossas experiências — nas quais também se inserem as leituras — em torno de um ponto a ser sistematizado teoricamente. Hoje, depois de dois anos e meio adentrando nos meus interesses de pesquisa,

em reflexões sobre a própria sociologia e sobre o processo de construção de conhecimento sociológico, percebo como a minha capacidade de teorização em relação a esse fragmento de mundo que escolhi pesquisar está de alguma forma costurada a tudo que vivi até aqui — incluindo o que vivi fora da universidade, que abarca um espectro muito maior da minha vida.

Além das trocas que estabeleci ao longo do mestrado com professores, professoras e colegas, estão presentes, neste texto, os ensinamentos que recebi de minhas avós, de minha mãe, de minha madrasta, de minha irmã, das minhas companheiras de militância, das minhas amigas companheiras de vida e de várias outras mulheres que atravessaram o meu caminho, que aos trancos e barrancos me ensinaram e continuam me ensinando a existir enquanto mulher e a resistir enquanto mulher. Mulheres que, mesmo quando reproduziam estereótipos do que deveria significar ser mulher numa sociedade patriarcal, sem saber, me davam ferramentas para que eu pudesse contestá-las e reinventar estes papéis. São reflexões que também carregam os ensinamentos aprendidos com ou nas relações com os homens que fazem parte da minha vida, meu pai, meus irmãos, amigos e companheiros, sobretudo em relação à forma como o cuidado está distribuído na sociedade, os desdobramentos disso nas nossas vidas e a importância de buscarmos outras formas de nos relacionarmos.

A atividade intelectual não tem expediente marcado e da mesma forma que ela invade as nossas vidas e o nosso estar no mundo, nossa vida também a invade, mas podemos permitir que isso aconteça com mais ou menos intensidade e com diferentes propósitos. Ao desenvolver uma pesquisa feminista, esse contágio está ligado a uma escolha política em relação à produção de saberes que se relaciona com a formação do campo feminista. Antes da entrada dos estudos feministas ou estudos da mulher nas universidades, a produção teórica feminista se desenvolvia em outros espaços e partindo principalmente das experiências das mulheres. Os grupos de autorreflexão ou conscientização cumpriram um importante papel na construção de uma forma de pensar a produção

do conhecimento que articulasse as dimensões objetiva e subjetiva da análise da realidade social, passando de questões individuais para as vivências coletivas. A partir daí, elaborando reflexões sobre as estruturas de poder que afetam a vida das mulheres (ÁVILA, FERREIRA, 2014, p. 54; HOOKS, 2000; 2014).

Como aponta bell hooks (2014), é, também, por partir das nossas experiências que a teorização tem, no feminismo, um teor de cura e libertação que é individual e coletiva. Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2014, p. 49) colocam que “[o] movimento feminista, como qualquer projeto político, necessita de uma produção de conhecimento empírico, de uma teoria, ou teorias, que lhe deem sustentação, legitimidade, iluminem as estratégias e respondam aos desafios e contradições do seu tempo histórico”. A compreensão da indissociabilidade entre fortalecimento subjetivo e combate estrutural às opressões, característica dos feminismos, faz com que, numa pesquisa feminista, estejamos sempre buscando curar e libertar a nós mesmas e a outras mulheres individualmente ao mesmo tempo em que contribuimos para a luta feminista de forma mais ampla. Por isso, partir das experiências pessoais é também uma prática de produção de conhecimento feminista.

Quando a gente faz uma pesquisa feminista, a gente está também constantemente escrevendo um texto para nós mesmas. Aquelas questões que estamos investigando sempre respondem às inquietações que nós mesmas vivenciamos. Ainda que estejamos discutindo a situação de mulheres que vivem realidades muito diferentes das nossas, aquelas reflexões nos fazem pensar sobre o que é ser mulher, no lugar em que nos encontramos e olhar para as redes de poder nas quais estamos inseridas. Afinal, os feminismos não buscam apenas a superação das desigualdades entre homens e mulheres, mas também a superação das desigualdades entre as mulheres. São reflexões que sempre nos deslocam, fazem com que reelaborem muitas coisas da compreensão que temos de nós mesmas e, sobretudo, nos inspiram. Os diálogos que estabeleci com as ativistas que entrevistei não me ensinaram apenas sobre o movimento feminista, ampliaram a minha compreensão do que é ser feminista, me

inspiraram novas reflexões sobre o fazer política. Essas mulheres me lembraram a cada instante a fortaleza que somos. Me ensinaram sobre como o feminismo pode entrar nas nossas vidas. Me recordaram todos os dias em que estive trabalhando na escrita deste trabalho que nós, feministas, também precisamos do feminismo. O feminismo não é apenas algo que precisamos construir no mundo, é também algo que precisamos construir em nós mesmas cotidianamente para enfrentar o mundo.

A produção do conhecimento feminista é também uma ação política, porque desafia constantemente as estruturas hegemônicas de produção de saberes. Abordar uma temática a partir de uma perspectiva feminista incita questionamentos sobre a própria natureza do conhecimento científico e os métodos que utilizamos para elaborá-lo. Isto porque trata-se de um campo de pesquisas que — embora seja perpassado por inúmeros debates inconclusos sobre a existência de uma especificidade de métodos, metodologias ou epistemologia que possam caracterizar a pesquisa feminista (DOUCET; MAUTHNER, 2007) — carrega um acúmulo de reflexões críticas sobre a ciência moderna, seus vieses masculinizados, seu caráter excludente e as relações de poder e autoridade que estão implicadas na sua produção.

Uma série de preocupações sobre “quem?”, “por que?”, “como?”, “para quem?” e “com quem?” se produz conhecimento foram levantadas pelas teóricas feministas ao longo dos últimos cinquenta anos. Algumas soluções provisórias foram propostas. Estas proposições, muitas vezes, abriram espaço para novos questionamentos, sobretudo à medida que se discutiam as desigualdades entre as próprias mulheres e aspectos incontornáveis da desigualdade entre pesquisadora e pesquisadas, como o prestígio advindo da autoria (WOLF, 1996; HOOKS, 2014) e a própria incapacabilidade da arbitrariedade por parte de quem irá selecionar, analisar e sintetizar reflexões.

As questões que se colocam a partir destas desigualdades têm impellido as pesquisadoras feministas a engendrar num profundo processo de reflexividade nos seus percursos de pesquisa, se posicionando em termos de raça, classe, etnia, sexualidade e localização geopolítica e

refletindo sobre seu próprio lugar na pesquisa. Na minha perspectiva, o compromisso com a aliança entre preocupações teóricas, políticas e éticas, característico da pesquisa feminista, é um ponto definidor do campo. É um tipo de pesquisa motivada pelo desejo de desafiar múltiplas hierarquias e desigualdades sociais, por isso, traz a necessidade permanente de desafiar formas convencionais de coletar, analisar e apresentar dados.

Neste “desafiar”, a busca pela horizontalidade entre pesquisadora e pesquisadas se coloca sempre como horizonte e nunca como ponto de chegada, uma vez que se entende que uma noção distorcida do combate às hierarquias pode levar ao encobrimento das desigualdades postas ou à compreensão equivocada de que, no desenvolvimento da pesquisa, as desigualdades podem ser definitivamente superadas. Esta busca contínua se faz necessária pela compreensão da outra como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Em uma pesquisa como esta, onde me coloco o desafio de investigar o próprio campo no qual estou inserida, tendo companheiras como interlocutoras, a noção de construção compartilhada de conhecimento (HOOKS, 2014) se faz inevitável.

É importante colocar que existe uma diferenciação entre (i) a horizontalidade propriamente dita e (ii) o reconhecimento do patamar de igualdade entre as vozes das entrevistas e as vozes das teóricas e teóricos acadêmicos com os quais estou dialogando nesta pesquisa.

A primeira, como afirmei, aparece como um horizonte para as pesquisas feministas, uma vez que esta corrente político-teórica tem como uma de suas prioridades a luta pela igualdade entre as próprias mulheres. Dessa forma, buscam-se estratégias para minimizar arbitrariedades e silenciamentos, com o intuito de estabelecer um contato que abra espaço para a totalidade do discurso a ser enunciado pelas interlocutoras. Numa pesquisa acadêmica, não apenas trazemos para dentro do processo de investigação os privilégios que acumulamos como as próprias regras nas quais as pesquisas acadêmicas estão inscritas criam novas desigualdades. Não é por acaso que eu, uma mulher branca, de classe média e filha de pais acadêmicos, esteja desenvolvendo esta pesquisa

e não outras mulheres dos movimentos. Em relação às desigualdades geradas pelo/no próprio espaço acadêmico, ainda que tentemos traçar estratégias de diálogo horizontal, as decisões finais sobre o que e como será analisado cabem a mim enquanto pesquisadora. Assim como sou eu quem respondo pela sua autoria. Dito isto, reafirmo que a horizontalidade só pode aparecer neste trabalho como uma busca, e não como um dado. Isso revela a importância de ampliação da pluralidade dos sujeitos de enunciação das nossas narrativas.

Por outro lado, buscar igualar o patamar a partir do qual dialogo com entrevistadas e teóricas acadêmicas é uma forma de repensar a relação que se estabelece entre a sociologia e outros espaços de produção do conhecimento. Esta estratégia assume que reflexões teóricas também estão sendo elaborados fora da academia e que podemos enriquecer nossa produção ao nos abirmos para elas. Estabelecer este diálogo não é um movimento de uma só via, ou seja, não significa apenas se abrir para o que vem sendo produzido fora da academia. Também é imprescindível que se abra para o público não acadêmico o que estamos produzindo na universidade, para que possamos aprofundar diálogos.

Investigar um contexto com o qual tenho envolvimento político e afetivo, em um momento de desestabilização de referenciais, tensiona a forma como se concebe hegemonicamente, nos espaços universitários, a relação entre ciência e política. Já foi colocado que não acredito que a política e a ciência são campos completamente separados ou que seja possível construir conhecimento de forma isenta. O conhecimento que produzimos sempre está posicionado de acordo com o mundo que queremos construir. A questão que se coloca, entretanto, é de que forma estas duas esferas podem contribuir uma com a outra sem prejuízo das especificidades que lhes são próprias.

Weber (1979; 2001) traz algumas questões interessantes para pensarmos sobre isso. A primeira delas está relacionada ao cuidado que precisamos ter quando somos pesquisadoras ou pesquisadores e nos colocamos politicamente sobre determinada questão. É importante que o *status* de cientista e os procedimentos científicos não sejam utilizados

como uma forma de tornar a nossa contribuição mais legítima do que outras (MOMMSEN, 1989). Enquanto contribuição política, a nossa contribuição está no mesmo patamar de outras contribuições, porque ela é igualmente valorativa e não há rigor metodológico que consiga garantir a posse da autoridade em relação ao “dever ser”. O rigor metodológico nos auxilia apenas a refletir sobre o que “já é”. Esse é um caminho que pode nos ajudar a iluminar estratégias que respondam aos desafios e contradições que estão postos para o que acreditamos que “deve ser”.

A segunda contribuição weberiana que me parece interessante para pensarmos sobre como o conhecimento sociológico pode trazer contribuições à política está relacionada ao desenvolvimento próprio do processo de pesquisa científica. Embora nossas questões de pesquisa partam de inquietações políticas, a contribuição sociológica se diferenciará de outras contribuições na medida em que ela mantém um rigor metodológico próprio dessa atividade, o que inclui o permanente questionamento de pressupostos e resultados (COHN, 1979; FREUND, 1987; WEBER, 1979). Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2014, p. 48), também falam sobre como construir essa autonomia ao afirmarem que “[u]ma vez que uma questão se configura como um problema de pesquisa empírica ou teórica, o processo de produção do conhecimento tem sua própria dinâmica”.

Afirmar que a sociologia pode ter contribuição para a política não significa dizer que ela está mais apta a pensar sobre o “dever ser”, mas que todo projeto político carece de um conhecimento que lhe dê sustentação, que complexifique seus pressupostos e investigue seus desafios. Ainda que possamos e devamos tecer críticas à ciência moderna, ela tem um tipo de reflexividade própria que pode contribuir para o exercício de aprofundar nossos projetos políticos.

Outra inquietação em relação à forma como concebo a produção do conhecimento nesta pesquisa diz respeito aos debates sobre a geopolítica da produção do conhecimento e à necessidade de questionar determinados referenciais teóricos quando produzimos conhecimento a partir das periferias globais (BRANCO DE LIMA, 2016). Entendo

a prática de pesquisa empírica como um dos caminhos que tensionam estas assimetrias, na medida em que buscamos responder aos desafios colocados pelas nossas questões de pesquisa com mais empenho do que o empenho que por vezes se deposita para encaixar nossas análises em referenciais teóricos que muitas vezes não dão conta das nossas realidades. Esta preocupação me levou a repensar as relações que a sociologia estabelece com o próprio contexto no qual é produzida. E esta foi uma das questões que me motivaram a pensar sobre o potencial de troca de conhecimentos que pode se estabelecer entre a sociologia e outros espaços de produção de conhecimento, como os movimentos sociais, como forma de repensar conceitos da própria ciência social. Para tal, foi necessário repensar a relação que eu estabeleceria com o meu campo de pesquisa.

Não enveredei por um processo de formulação teórica completamente endógeno à pesquisa e ao campo. Na esteira do pensamento de Florestan Fernandes (1977), penso que, enquanto produtoras e produtores de conhecimento científico, estamos de alguma forma conectadas/os a uma comunidade global de produção deste conhecimento. Penso que é necessário combater uma geopolítica que coloca as populações periféricas (ou do Sul global) como consumidoras de teorias produzidas nos centros (ou Norte global), de forma que possamos nos beneficiar e contribuir com estas redes de interlocução global de produção de conhecimento, ao invés de sermos pautadas por ela.

Dessa forma, não vislumbro o isolamento das produções teóricas desenvolvidas no Norte, principalmente por duas razões. A primeira é por acreditar que o conhecimento científico hegemônico não pertence exclusivamente aos centros, mas é fruto de processos de intercâmbio cultural entre diferentes localidades. Intercâmbio este quase sempre atravessado pela usurpação dos centros em relação às experiências e conhecimentos das periferias. A segunda razão está relacionada, de forma específica, ao meu campo de pesquisa e diz respeito ao diálogo que as militantes que entrevistei estabelecem com o conhecimento teórico legitimado, seja este local ou internacional.

Diante destas questões, acredito que não há como estabelecer um ponto definitivo (seja geográfico ou de outra ordem) de delimitação entre aquele conhecimento que dialoga com a realidade estudada e o conhecimento que não dialoga, entre os conceitos que podem nos ajudar a pensar sobre o que queremos compreender e os conceitos que obscurecem as questões que nos interessam. Este é um exercício a ser desenvolvido ao longo da pesquisa e que exige, sobretudo, abertura em relação ao que se evidencia no campo. Vários debates vêm sendo travados a algumas décadas na sociologia e na antropologia sobre o lugar da pesquisa de campo no desenvolvimento da produção teórica. Como se relacionar com o conhecimento aprendido com nossas interlocutoras e interlocutores e que tipo de pontes estabelecer entre estes conhecimentos e a teoria legitimada são questões que encontram respostas diversas no desenrolar destes debates. O desafio de estabelecer interlocução com militantes — que possuem tantas ou mais reflexões teóricas sobre as questões a ser investigadas quanto a própria pesquisadora — abriu uma possibilidade interessante para pensar sobre esta relação e sobre a forma como os movimentos sociais e a academia podem se alimentar mutuamente, buscando caminhos criativos de elaboração teórica.

## **A escrita**

Este trabalho não foi escrito com o intuito de permanecer apenas na academia. O contexto de crescimento do conservadorismo que atravessamos nacional e globalmente me fez pensar, em vários momentos ao longo do mestrado, sobre a quem e a quem poderia servir a sociologia quando estamos diante de um colapso. Ainda que muitas pesquisas desenvolvidas dentro das universidades dialoguem com interesses da população para além do circuito acadêmico, questões diversas fazem com que a construção dessas pontes de diálogo não aconteça. Esse distanciamento se torna um problema quando observamos a superficialidade do debate público nacional em relação às diversas temáticas das quais

nos ocupamos cientificamente, especialmente se pensarmos na mídia que atende a maior parte da população.

A partir da leitura de Connell (2012), descobri que o distanciamento entre a sociologia e a sociedade de forma mais ampla não é uma especificidade brasileira. Esse distanciamento se deu de forma concomitante à institucionalização da disciplina. Segundo a autora, nos primórdios da sociologia, existia uma espécie de “gênero popular de escrita sociológica”. O pensamento sociológico circulava como parte da literatura elevada e informativa. Com a institucionalização e sua consequente profissionalização, criou-se outro público leitor: os estudantes e profissionais em formação, e a literatura sociológica passa a ser cada vez mais voltada para um nicho profissional.

Ao trazer esta discussão, não pretendo defender uma visão da produção do conhecimento voltada aos fins, em que esta estivesse necessariamente correspondendo aos interesses práticos e imediatos da sociedade. Penso que a autonomia do campo de produção de conhecimento acadêmico é necessária e que nem sempre o conhecimento produzido nesses espaços dialoga de forma direta com outros espaços de discussão. A sociologia não **precisa** estar voltada para compreender os problemas sociais que estão à nossa volta com o objetivo contribuir para a reflexão de mecanismos de superação destas condições, mas isso não significa que ela não **pode** estar. Me parece importante refletirmos sobre o abismo que se estabelece entre a sociologia e a sociedade e sobre quais são os mecanismos que acabam impedindo que alguns debates que poderiam ter ampla circulação fiquem represados nas universidades.

Escrever a dissertação com essa linguagem e decidir colocar esse debate na sua porta de entrada é um convite a outras pesquisadoras e pesquisadores para que possamos vislumbrar caminhos para conectar o nosso trabalho e a nossa vida. Para mim, isso não significa reconhecer apenas as motivações e experiências que estão por trás das minhas reflexões, mas também conectar o que eu produzo na academia com os espaços que eu ocupo fora da universidade. O estabelecimento dessa

relação é algo que tem significados, caminhos e desafios distintos para cada pesquisadora, na sua relação com seu objeto de estudo.

Certa vez, numa oficina que participei na ocupação da sede do Ministério da Cultura no Recife, no contexto de sua extinção, após o golpe contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, discutíamos uma série de questões sobre a produção audiovisual pernambucana e a dificuldade de ultrapassar os nichos com os quais já estamos habituadas e habituados a dialogar. Em dado momento, Mayara Santana, uma das mulheres presentes, aluna do curso de cinema da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), afirmou: “Eu não quero fazer um filme que a minha mãe não possa entender”. A questão colocada por Mayara dialoga com a sua trajetória e suas preocupações políticas. Ao trazer a sua inquietação, não pretendo propor que o horizonte de diálogo das pesquisadoras e pesquisadores, ou mesmo de artistas, seja necessariamente esse. No debate sobre a interlocução que estabelecemos fora da academia, é sempre importante estarmos atentas para não adentrarmos no anti-intelectualismo ou enveredarmos para um didatismo que subtraia conteúdo. Trago o seu depoimento porque ele também fala sobre a possibilidade de conectarmos o nosso trabalho com as nossas vidas. Essa é uma possibilidade que passa pela reflexão sobre com quem queremos dialogar e porque.

Na tentativa de construir um trabalho que pudesse extrapolar o universo acadêmico, fui percebendo que não é tão simples se comunicar quando as pessoas com quem queremos nos comunicar têm trajetórias tão diferentes das nossas. Eu costumo dizer que não foi entre amigas ou na academia que aprendi o que era feminismo. Esta compreensão se construiu no movimento feminista, em contato com mulheres de trajetórias muito diferentes da minha, que fazem um esforço grande para que essas diferenças não gerem maus entendidos e ofensas mútuas. Esse não é um exercício fácil ou simples. Acredito na importância de falar sobre isso porque essa é uma dificuldade que aumenta progressivamente quando seguimos a formação acadêmica. É algo que vai se tornando parte da nossa identidade. De forma muito gradual, a gente vai

esquecendo de algumas palavras e aprende outras para dar nome ao que sentimos, vivemos, pensamos. Do mesmo jeito que vejo as mulheres que não tem trajetórias acadêmicas empenhando-se na incorporação de outros vocabulários para que possamos dialogar, quando estamos comprometidas com a produção de um conhecimento crítico e engajado, acredito que também precisamos fazer esse esforço em direção à comunicação.

Refletindo sobre estas questões, bell hooks (2014) coloca que um pensamento feminista libertador deve estar preocupado em não agredir a psiquê das mulheres que querem acessar aquele conhecimento. Em diálogo com as reflexões de Mary Childers, essa autora nos impele a refletir sobre como é paradoxal que “um certo tipo de desempenho teórico que só pode ser entendido por um círculo mínimo de pessoas tenha passado a ser visto como representativo de toda a produção crítica passível de ser reconhecida como ‘teoria’ nos círculos acadêmicos” (HOOKS, 2014, p. 89).

A consequência disso é que a produção da teoria legitimada se concentra nas mãos de um grupo de pessoas muito pequeno e privilegiado e o conhecimento que as pessoas que estão excluídas desse grupo acumulam sobre as suas próprias vidas são vistos, no máximo, como material bruto a partir do qual é possível desenvolver uma elaboração teórica mais refinada. É um mecanismo que muitas vezes exclui da discussão as próprias pessoas cuja vida está sendo discutida. As palavras de Aurora Levins Morales nos fazem a pensar sobre esta questão:

Minha vida intelectual e a de outras intelectuais orgânicas, muitas delas mulheres de cor, é em si mesma suficientemente sofisticada para a sua utilização. Mas para que adquiram valor no mercado [também das ideias], os empresários e promotores de multinacionais devem encontrar um modo de processá-la, de refinar a rica multiplicidade de nossas vidas e tudo o que compreendemos sobre elas e convertê-las em alta teoria pelo simples método de nos extirpar dela, submetendo-a a um processo de abstração que a fará irreconhecível, lhe extrair a fibra, lhe ferver até que a sua vitalidade se esfume

por um processo de oxidação, e depois vendê-la como algo próprio, revendendo-a mais cara do que podemos acessar (MORALES, 2004, p. 67 — Tradução minha)<sup>4</sup>

Neste mesmo texto, Morales afirma que a linguagem através da qual expressamos nossas ideias não é neutra: “A linguagem que as pessoas usam revela importante informação acerca de com quem se identificam, quais são as suas intenções, para quem estão escrevendo ou falando” (MORALES, 2004, p. 68 — Tradução minha)<sup>5</sup>. A ampliação da circulação das nossas ideias não precisa significar a simplificação das nossas reflexões, como temem algumas pesquisadoras e pesquisadores que acreditam que a preocupação com a comunicação fora da universidade pode colocar em xeque a autonomia e a profundidade abstrata do campo. Essa é uma posição que confunde duas questões distintas, reduzindo uma à outra. Se é certo que o campo acadêmico tem questões que lhe são próprias, a defesa da legitimidade desta produção e da sua autonomia não pode se desdobrar na negação das possibilidades de diálogo para toda a produção acadêmica. As questões trazidas por essas autoras dialogam com questões importantes que estão por trás da preocupação com a linguagem e o formato escolhido para o desenvolvimento deste trabalho. Para mim, é importante que a maior diversidade possível de mulheres que contribuíram para este trabalho tenham acesso a essas reflexões e

---

4 No original: “Mi vida intelectual y la de otras intelectuales orgánicas, muchas de ellas mujeres de color, es en sí misma lo suficientemente sofisticada para su utilización. Pero para que adquiera valor en el mercado, los empresarios y promotores de las multinacionales deben encontrar un modo de procesarla, de refinar la rica multiplicidad de nuestras vidas y todo lo que hemos llegado a comprender acerca de ellas y convertirlas en alta teoría por el simple método de extirpárnosla, someterla a un proceso de abstracción que la hará irreconocible, extraerle la fibra, hervirla hasta que la vitalidad se esfume por un proceso de oxidación, y comerciar después con ella como algo propio, revendiéndonosla más cara de lo podemos permitirnos” (MORALES, 2004, p. 67).

5 No original: “El lenguaje en el que se expresa las ideas nunca es neutro. El lenguaje que usan las personas revela importante información acerca de con quiénes se identifican, cuáles son sus intenciones, para quién están escribiendo o hablando” (MORALES, 2004, p. 68).

possam também criticá-las. Por isso, sei que isso significa que este é um trabalho que não se encerra na sua escrita.

Na entrada da teoria feminista para a academia, dois caminhos estavam colocados: (1) a disputa daquele espaço por uma nova forma de pensar e fazer ciência, que questionava elementos fundamentais da suposta neutralidade da ciência moderna e (2) a transformação do pensamento feminista em mais uma área de especialidade a partir da qual mulheres, em sua maioria brancas e de classes abastadas, poderiam construir suas carreiras individuais. No primeiro caso, a utilização de uma linguagem erudita foi também um caminho que tinha como intuito combater o conhecimento hegemônico, porque esta é uma forma de se legitimar naquele espaço. No segundo, é mais uma estratégia de distinção.

O combate às estruturas às quais nos opomos é sempre muito desafiador. Nos vemos constantemente diante da necessidade de incorporar a linguagem dos dominadores para derrubar estas opressões. Este é sempre um ponto decisivo do caminho. Porque quando incorporamos novas linguagens, às vezes esquecemos das linguagens que carregávamos conosco. E as linguagens são sempre conteúdo e intenção. Quando esquecemos de linguagens, esquecemos também de conteúdos e intenções. Num trabalho que escrevi, há alguns anos, sobre o conceito de modernidade nas obras de dois autores moçambicanos, Elísio Macamo e Severino Ngoenha, falei um pouco sobre o sentimento de “entre mundos” que está posto para nós que produzimos conhecimento científico fora dos territórios que inventaram esse conhecimento também como uma forma de dominação (BRANDO DE LIMA, 2016). Quando estamos “entre mundos” não podemos nos acomodar, porque a acomodação significará sempre aceitar a nossa submissão e reproduzir opressões. Por isso, produzir conhecimento científico do lugar onde nos situamos é um exercício de conflito permanente.

Para além do esforço de tornar a linguagem deste trabalho mais acessível, busquei construí-lo de uma maneira que cada capítulo possa fazer sentido individualmente. Por isso, em alguns momentos, argumentos são retomados, embora a eles eu sempre acrescento novas reflexões.

Parti da avaliação de que a separação tradicional entre discussão teórica e análise dos dados não seria atrativa para o público de forma mais ampla e também que nem sempre temos interesse e disponibilidade para percorrer todo um trabalho. Às vezes queremos ler fragmentos que versam sobre temáticas que nos interessam. Ao buscar fechar os argumentos dentro de cada capítulo, meu objetivo foi construir um texto em que as leitoras e leitores pudessem começar por onde desejassem, e percorrer as discussões que lhes interessassem, sem que isso comprometesse a sua compreensão dos argumentos desenvolvidos.

# CAPÍTULO 1

## Articulação política e as fronteiras que nos dividem

### 1.1 “Dilma, coração valente”

Em 2015, quando me preparava para tentar a seleção do mestrado, muitas coisas passeavam pela minha cabeça, também porque muitas coisas se passavam fora dela. A gente tinha acabado de viver uma eleição presidencial muito acirrada que, na leitura que faço hoje, parece ter conseguido reacender as então muito enfraquecidas faíscas de união da esquerda no Brasil. Nos unimos, não todas e todos, mas muitas(os), ainda que decepcionadas(os) ou desesperançadas(os), em torno do projeto de reeleger a então presidenta Dilma Rousseff. A necessidade de união vinha, em parte, da ofensiva da direita, que se fortalecia desde de 2013. Também vinha da falta de quadros que assolava a esquerda partidária no contexto de uma eleição presidencial.

Naquele momento, ainda não sabíamos dos novos sentidos que a valentia celebrada no *slogan* da campanha, através da retomada da resistência política da candidata no período da ditadura militar, ganharia depois do golpe jurídico-parlamentar que se consolidou em agosto de 2016. A principal imagem da campanha de Dilma foi uma foto de sua juventude. O “ponto nodal” (LACLAU; MOUFFE, 2015) que articulava os elementos da esquerda naquelas eleições não poderia ser a Dilma do presente — seu projeto político e os feitos do seu primeiro mandato. O que revela o desgaste das forças hegemônicas no campo político da esquerda.

Neste trabalho, entendo a esquerda como resultado de **práticas articulatórias**, que é um dos conceitos centrais das reflexões sobre hegemonia e estratégia socialista desenvolvidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015)<sup>6</sup>. Apresentarei alguns aspectos destas reflexões ao longo deste capítulo à medida que se fizerem úteis para a análise que desenvolverei. Por enquanto, é importante que tenhamos em vista que “a articulação é uma prática e não o nome de um complexo relacional dado” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 164). A esquerda, por isso, não é entendida aqui como um campo definido, mas como o resultado de um processo permanente de articulação política que vai criando e deslocando suas fronteiras. Ela se estabelece entre **elementos**<sup>7</sup> que não tem, a priori, relações entre si, mas articulam-se através da identificação com um ponto nodal, que é o seu princípio articulador. Estes autores denominam o resultado destas articulações de **discurso**. Nenhum discurso é estático e acabado. Há sempre um campo de discursividade que o excede, o que significa que há sempre diferenças que não encontram lugar dentro daquele discurso. E é por isso que a articulação política e a disputa hegemônica são possíveis: como não existe a possibilidade de fixarmos esses campos discursivos de forma permanente, as fronteiras que os delimitam

---

6 Segundo Mendonça (2010), após a publicação de *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), em 1985, Laclau dará continuidade à elaboração de uma teoria da análise do social, denominada de Teoria do Discurso. E Mouffe se dedicará à proposição de uma teoria política normativa, elaborando a ideia de uma democracia agonística num contexto teórico que tem sido denominado de democracia radical pluralista.

7 **Elemento e momento** são dois conceitos utilizados pelos autores para explicar as práticas articulatórias. **Elementos** são “as diferenças que não foram discursivamente articuladas” e **momentos** são “posições diferenciais, na medida em que aparecem articuladas num discurso” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178). Como a articulação é algo contingente e transitório, as diferenças não são eliminadas, elas são apenas temporariamente obscuras em relação à articulação que as envolve. É por isso que Laclau e Mouffe explicam os momentos como posições diferenciais dentro de uma articulação, já que a articulação não dá conta de superar as diferenças atingindo uma homogeneidade interna. A partir de um discurso comum articulador de suas diferenças, os **elementos** passam a **momentos** estritamente em relação à articulação estabelecida.

são constantemente deslocadas pelas disputas políticas. As práticas articulatórias são um processo contínuo porque, embora os elementos se identifiquem entre si a partir dos pontos nodais, eles seguem tendo também inúmeras diferenças entre si. Estas diferenças são obscurecidas pela prática articulatória de acordo com o contexto vivenciado. Por isso, a articulação é sempre contingente. Em alguns contextos a identificação a partir de um ponto nodal obscurece temporariamente as diferenças existentes entre os elementos. Em outros contextos, estas diferenças pulsam com mais força (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Afirmo que as eleições de 2014 reacenderam as enfraquecidas faixas de união na esquerda porque há algum tempo, e com mais radicalidade a partir de 2013, as nossas diferenças pareciam estar mais fortes do que qualquer bandeira, ou ponto nodal, a partir da qual pudéssemos nos articular. Na minha leitura, isso se deu pelo enfraquecimento do discurso que vinha hegemonizando a esquerda e a incapacidade destas forças hegemônicas de criar as condições a partir das quais pudéssemos nos identificar.

Nas eleições de 2014 adotou-se como estratégia o resgate de uma imagem de consenso, ou quase consenso, uma imagem a partir da qual pudéssemos nos reconhecer, para além de diferenças. Essa imagem foi a da luta pela democratização do país, materializada na foto de Dilma na época em que ela lutava contra a ditadura militar. A estratégia de campanha de Dilma retomava esse momento de enfrentamento ao regime autoritário para conectar a sua candidatura à luta por direitos políticos e sociais presente naquele momento e que seguiu em curso após a abertura política. A ofensiva conservadora da direita foi contraposta a uma trajetória de luta por justiça social. A alusão à ditadura militar já aparecia, ainda que timidamente, nas manifestações de 2013 — manifestações que tiveram e continuam tendo seus significados disputados pela direita e esquerda. A conexão entre o avanço da direita e os anos da ditadura seriam retomados de forma cada vez mais intensa a partir de então, não apenas como denúncia por parte da esquerda, mas também por uma parcela da direita, que bradaria pelo retorno de uma

experiência autoritária de governo como solução para a crise política instalada no país. A defesa da democracia, que havia sido um ponto nodal importante na formação do campo discursivo da esquerda na década de 1980, voltou a ocupar o lugar de princípio articulador nas eleições de 2014. Após estas eleições, resistir ao golpe que se orquestrava contra o governo eleito significava defender o que havia sido construído em décadas de luta por vários atores políticos, desde a democratização até aquele momento.

Durante as entrevistas que realizei no final de 2016, ouvi de uma de minhas interlocutoras:

Venho de uma geração que acreditávamos que sabia que essa democracia era... Um processo muito, ainda muito no começo, porque de 1985 para agora são 30 anos. Uma história de 30 anos na existência da gente é muita coisa. Na história é uma coisa muito curta. O Brasil, antes de 1985, é muito irregular. É muito mais autoritarismo do que momentos democráticos. E momentos democráticos muito frágeis e com rasgos muito autoritários. Então você tem, por exemplo, Getúlio Vargas, que tem um legado social importante, de direitos, de instituições, mas foi um governo autoritário, que depois se transformou numa ditadura. Você tem o Jango. Aí sim, o Jango foi um momento de reforma, disso, aquilo... Golpe, né? Então você tem muito mais história de autoritarismo. Então eu, por exemplo, não uso esse termo redemocratização. Qual era a democracia antes? Eu acho que era uma democratização. Uma democratização difícil, frágil. Mas eu acho que ninguém da minha geração e da geração de vocês, da geração jovem, imaginava que pudesse... Ia ter momentos mais difíceis, né? Ia ter momentos de maior confronto, de maior perda, mas ninguém imaginava que o mínimo das regras de legalidade que sustenta um processo, que estava sustentando o processo anterior, ia ser quebrado nesse grau de violência, de desestruturação. Então, eu acho que é muito desesperador (E1).

Alexandre Fortes e John French (2012, p. 209–210), na sua análise sobre a primeira eleição de Dilma, em 2010, afirmaram que aquele era o momento mais democrático da história do Brasil. Os autores consideram a República Populista (1945–1964) uma experiência democrática instável e pouco efetiva, em função das constantes perseguições à esquerda e aos movimentos sociais, da exclusão dos analfabetos (51% da população em 1950) do sufrágio e da permanente ameaça de golpe militar diante de qualquer sinal de desestabilização política. Por sua vez, na Nova República, o voto foi estendido aos analfabetos, que correspondiam a um percentual entre 20% e 25% da população em 1988, e todos os partidos políticos têm operado na legalidade desde 1985. Em 2010, haviam se sucedido, sem interrupções, seis eleições presidenciais, o que representava o momento mais longo de estabilidade institucional na história recente do país. Para os autores, esse cenário representava uma democratização mais efetiva, como também propõe a entrevistada no trecho citado.

Nesta mesma entrevista, ouvi E1 falar sobre como era estranho e desalentador estar novamente na luta pela democracia. Em 2016, ouvi relatos parecidos em vários espaços políticos, principalmente de militantes que viveram o momento de democratização na década de 1980. Para essa geração, pairava o sentimento de que a própria história se desmaterializava diante de seus olhos com uma rapidez implacável. Esse sentimento se revelou também em outras entrevistas que realizei.

Desde o momento em que me deparei pela primeira vez com a imagem de “Dilma, coração valente”<sup>8</sup>, a abertura do 18 Brumário de Luís Bonaparte, de Karl Marx (2011, p. 25), me volta à cabeça de forma intrigante: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Eu pensava, e sigo pensando nessa frase, por exemplo, quando vi uma das frentes amplas

---

8 Me refiro, aqui, à sua imagem de juventude utilizada na sua campanha eleitoral de 2014. “Dilma, coração valente” foi o *slogan* principal da campanha.

que se formaram no período de resistência ao golpe de 2016 se chamar, novamente, Frente Brasil Popular<sup>9</sup>. Mas reflito sobre ela com estranheza. Como poderiam os mesmos personagens serem, agora, farsas de suas próprias tragédias? Vejo as fotos do jovem Lula e da jovem Dilma sendo retomadas e não consigo deixar de pensar que se as colocarmos ao lado de suas fotografias atuais conseguimos delinear a trajetória de um ciclo político em nosso país, que aqui nesse trabalho denomino de Ciclo do Campo Democrático Popular.

## **1.2 O Campo Democrático Popular e as práticas articulatórias hegemônicas**

Fiz a escolha de nomear esse período de Ciclo do Campo Democrático Popular porque acredito que ele é marcado pela hegemonia de um arranjo específico de forças políticas na formação discursiva da esquerda no Brasil. Esse Ciclo se inicia no final da década de 1970 e segue até os dias de hoje. Situo o início da crise dessa formação discursiva em 2013 e acredito que ela continua em curso, sendo o período que estamos vivendo agora um contexto de desestabilização da identidade do campo discursivo da esquerda brasileira. Campo Democrático Popular (CDP) é a denominação que foi dada retrospectivamente a um campo que abarca vários movimentos sociais e organizações políticas que surgem ou se reinventam entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, com o processo de abertura democrática do país. A década de 1980 foi um período de grande efervescência política. Naquele contexto, esse conjunto de forças políticas se articulavam entre si a partir de novos e velhos paradigmas, disputando os significados das fronteiras que delimitavam a esquerda brasileira.

Isso significa que as fronteiras do que hoje denominamos CDP, naquele contexto se confundiam com as fronteiras do campo discursivo da

---

9 Frente Brasil Popular foi o nome da coligação entre PT, PCdoB e PSB para as eleições presidenciais de 1989, com a primeira candidatura de Luís Inácio Lula da Silva.

esquerda. Mas as fronteiras do CDP e as fronteiras da esquerda não são estáticas e, ao longo desse Ciclo, elas se confundem em alguns momentos e se diferenciam em outros. Dessa forma, afirmar que o CDP vinha hegemonizando a esquerda no Brasil nas últimas décadas não significa resumir a esquerda a ele. Significa dizer que este foi um discurso aglutinador, que teve a capacidade de representar múltiplos elementos articulados entre si a partir de uma “lógica articulatória antagonística” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 198–213).

As greves que ocorreram no ABC paulista no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e as forças políticas que surgem desses processos têm um importante papel nas narrativas hegemônicas sobre a formação do CDP. Como saldo desse momento, surge, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Três anos antes, em 1980, havia sido fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), cujas origens também têm estreita relação com os acontecimentos do ABC, mas que é fruto da articulação entre uma diversidade mais ampla de forças políticas tanto no estado de São Paulo como nacionalmente. A CUT, o PT, e, posteriormente, também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>10</sup> são importantes forças políticas do Campo Democrático Popular (OLIVEIRA, 2006), que tiveram sucesso em universalizar suas demandas para este campo de forma mais ampla.

---

<sup>10</sup> As tensões rurais marcam toda a história do Brasil. Ao longo do século XX, inúmeros levantes de trabalhadoras e trabalhadores rurais aconteceram em diferentes partes do país, reivindicando direitos trabalhistas e a reforma agrária. Nos anos que antecedem o golpe de 1964, estas tensões eram pungentes. Durante a ditadura, a resistência agrária sofre diferentes formas de perseguição, desde derrotas institucionais a assassinatos de dirigentes sindicais, lideranças trabalhistas e trabalhadoras e trabalhadores, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968. Com a abertura política, estas reivindicações voltam a ser articuladas em redes cada vez mais expressivas e as ocupações de terras voltam a ser uma estratégia política. O MST surge em 1984, no 1º Congresso Nacional de Cascavel-PR, como um movimento camponês nacional com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Embora tenha as suas origens no Sul do país, o MST busca unificar levantes e movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais que aconteciam em diferentes partes do país e progressivamente passa a atuar nacionalmente.

Para compreender esse processo, é importante que tenhamos em vista que os campos discursivos surgem a partir da articulação de diferentes demandas políticas. No final da década de 1970, uma série de reivindicações estavam colocadas por diferentes sujeitos políticos. Havia uma insatisfação em relação a várias questões que passavam por desemprego, encarceramento da vida urbana, violência contra as mulheres, libertação sexual, demandas salariais de diferentes categorias de trabalhadores, acesso à terra e aos bens naturais, combate ao racismo e várias outras demandas ligadas à necessidade de ampliação da justiça social. Acompanhando as contribuições de Laclau (2005), podemos identificar esse processo de construção de reivindicações colocadas por uma heterogeneidade de sujeitos como um primeiro momento em que se forma uma fronteira entre estas demandas e o poder constituído — no caso, o Estado e as forças políticas que detém o seu monopólio. Estas demandas estão ligadas entre si por um laço de solidariedade, porque elas vislumbram um adversário comum — o Estado ou o poder constituído. A articulação, entretanto, não pode ser representada simplesmente pela soma destas diferentes demandas, porque dela surge uma **cadeia de equivalências**<sup>11</sup> que se contrapõe à força antagonônica, demarcando os limites daquela formação discursiva. A cadeia de equivalências obscurece temporariamente as diferenças presentes em cada campo e dela surge uma nova subjetividade, uma nova identidade política.

No processo de formação de um campo discursivo, alguns conteúdos assumem o lugar de significantes privilegiados, hegemonizando o campo. O PT, a CUT e o MST ocuparam esse lugar de protagonismo e as suas demandas, junto com demandas de outros movimentos que foram bem-sucedidas em conquistar esse espaço, passaram a ocupar um lugar privilegiado na identidade do Campo Democrático Popular. O que ocorre nesses processos é a sedimentação de discursos particulares como discursos universais. Outras demandas que dão lugar à formação

---

11 Uma explicação aprofundada da ideia de equivalência nas obras de Laclau e Mouffe (2015) e Laclau (2005) será apresentada mais adiante, ainda nesta sessão.

discursiva passam a ser vistas como diferenças internas do campo. Elas seguem sendo entendidas como específicas, pertencentes a determinadas categorias, grupos ou movimentos. Não são assimiladas como representativas de todo o campo, mas sim como pautas secundárias. Esse foi o caso de algumas demandas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas dentro do campo discursivo do CDP.

Como estou refletindo sobre a trajetória do CDP a partir das experiências dos movimentos feministas recifenses, a narrativa hegemônica deste campo, isto é, a narrativa centrada nos sujeitos políticos que citei anteriormente e localizada sobretudo no Sul e Sudeste do país, é insuficiente para compreender as questões sobre as quais desejo refletir neste trabalho. Dessa forma, desloco a perspectiva através da qual costumamos pensar sobre a história da esquerda brasileira das últimas décadas, centrando minha análise em algumas diferenças que compõem este campo. Esse deslocamento é feito de duas formas: ao olhar para as experiências dos movimentos feministas na construção da esquerda brasileira e ao decidir fazer essa leitura a partir de uma cidade do Nordeste do Brasil.

Os feminismos e o Nordeste são, normalmente, vistos como espaços periféricos na construção desta trajetória. Os acontecimentos que se deram nesses campos são vistos como específicos, locais, e não como representativos da amplitude da trajetória da esquerda. Mas, se tomarmos como referência o processo de transformação pelo qual o país passava na abertura política, é possível observar que este foi um período de mobilizações em todo o país e que a articulação desse campo parte dessa pluralidade de experiências. Essa é a leitura feita por Carmen Silva (2016, p. 99), que ressalta a pulverização de manifestações massivas e de grande radicalidade em diferentes regiões e destaca também que o CDP é fruto da articulação entre diferentes “movimentos sociais, sindicatos, partidos, pastorais, organizações, setores acadêmicos e pessoas individualmente, vinculados ao processo de redemocratização a partir de um pensamento de esquerda” (SILVA, 2016, p. 104). Alguns dos relatos trazidos neste trabalho falam da intensa movimentação política

no campo feminista recifense nesse período. Ainda que, mesmo nas histórias contadas sobre a trajetória dos feminismos no Brasil (PINTO, 2003; ALVAREZ, 2014; CORRÊA, 2001; SARTI, 2001), a efervescência política local não ganhe mais do que algumas linhas — em geral, dedicadas à atuação do SOS Corpo.

As narrativas oficiais já são, em si, fruto de articulações hegemônicas. Ao refletirmos sobre a história do Brasil, não podemos deixar de lado as nossas desigualdades regionais e a forma como a concentração de poder nas regiões Sul e Sudeste, assim como no Distrito Federal, influenciam na forma como contamos as nossas histórias de duas maneiras que se retroalimentam: (1) ao tornar determinados locais espaços privilegiados de acirramento político e (2) ao supervisibilizar os acontecimentos destes lugares, invisibilizando o que acontece em outras partes do país. Assim, entendendo o protagonismo das lutas operárias do ABC paulista nessa narrativa como consequência da grande exposição que os acontecimentos históricos vivenciados nos centros (entendendo o eixo Rio-São Paulo como um centro político e econômico do Brasil) acabam tendo em todo o país. Ao mesmo tempo, acredito que esse protagonismo também se dá pelo fato destes centros concentrarem grande parte do capital político e econômico — o ABC paulista era, à época, o coração do parque industrial brasileiro —, o que aumenta os níveis de acirramento nestes espaços, tensionados a partir de suas periferias, dos subalternos, trabalhadoras e trabalhadores que movem essa engrenagem. Me aproximo da leitura feita por Carmen Silva (2015) porque acredito que os centros estão em permanente diálogo, alimentando e sendo alimentados por processos políticos que acontecem em todo o país. Muitas vezes, os altos níveis de acirramento vivenciados ali são, também, o desdobramento de tensões que se desenrolam em outras partes.

A desigualdade regional é um dos elementos presentes na construção da narrativa hegemônica da esquerda brasileira. Outro elemento é a própria centralidade do debate de classe no campo discursivo que foi se articulando naquele contexto. Essa centralidade pode ser evidenciada na importância da CUT nesta formação discursiva e no nome do partido

que ganha protagonismo nesse contexto — Partido dos Trabalhadores. Embora a década de 1980 seja marcada pela pluralidade de demandas e pelo fortalecimento de novos sujeitos políticos na arena de debate público, após o período de transição, o debate em torno da redistribuição guiado pelas tensões urbanas de classe segue sendo centralizador da construção do projeto hegemônico da esquerda. As discussões enquadradas posteriormente como “pautas identitárias” continuaram sendo vistas como questões secundárias, o que revela a grande dificuldade de sobredeterminar esta pluralidade de reivindicações em um projeto de esquerda mais amplo e a blindagem às críticas que estavam sendo feitas por estes sujeitos políticos. Não se tratava apenas da ampliação da cidadania, possibilitando a equidade dos direitos às mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQs, entre outros segmentos. As questões trazidas por estes sujeitos versavam sobre a própria compreensão que temos de política e democracia e estavam conectadas a um debate de revisão da esquerda, que vem sendo feito de forma global, ao qual este campo estava conectado na década de 1980.

Campo Democrático Popular é o nome que vai ser dado ao conjunto desta diversidade de atores políticos que surgiam, ressurgiam ou se fortaleciam no contexto histórico de abertura democrática do país, ainda que essa pluralidade seja obscurecida na construção da identidade de tal campo. A própria nomenclatura nos ajuda a situá-lo. “Democrático” demonstra a unificação destas forças políticas em torno de um princípio articulador importante: a democratização do país. Situa também o distanciamento dos debates trazidos por estes atores em relação a perspectivas mais autoritárias, ancoradas no projeto marxista-leninista de ditadura do proletariado, que marcaram a esquerda ao longo do século XX, a exemplo das experiências (diversas entre si) da União Soviética, da China, de Cuba, de Moçambique, de Angola, da Coreia do Norte, do Vietnã, entre outras. Nesse sentido, é um campo político que se distancia da formação de esquerda que o antecedeu no Brasil, no período de resistência à ditadura militar, que tinha forte relação com diferentes correntes do socialismo e almejava a tomada do poder através de uma revolução.

A partir do final da década de 1960, e com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980, o campo teórico e político da esquerda, em diferentes partes do mundo, passa a fazer uma avaliação do projeto que vinha direcionando de forma hegemônica as suas lutas políticas. A centralidade no debate de classes, o autoritarismo e a universalidade que caracterizavam o projeto marxista-leninista em suas diferentes acomodações passaram a ser discutidas e revisadas. Os sujeitos políticos que surgiam ou se reinventavam no Campo Democrático Popular tinham, em sua grande maioria, a democracia como um valor importante para o projeto de esquerda que almejavam construir. “Popular”, por sua vez, demarcava também o caráter do projeto pensado naquele contexto: era um projeto que combatia as diversas desigualdades presentes na formação social do Brasil e cujo protagonismo seria dos sujeitos historicamente subalternizados.

Os movimentos, centrais sindicais, partidos, entre outras forças políticas que protagonizaram aquele contexto histórico, entretanto, passaram por uma série de transformações. De forma que, sobretudo a partir dos anos 2000, novos sujeitos políticos que também se identificam com um referencial teórico e político de esquerda passam a fazer oposição a esse mesmo CDP que, na década de 1980, parecia praticamente se confundir com o que poderíamos entender por esquerda no Brasil. Estes sujeitos políticos se opõem ao CDP às vezes dando atenção a pautas que foram excluídas ou pouco visibilizadas no seu campo discurso, às vezes resgatando a radicalidade democrática e popular presentes na década de 1980 e da qual os sujeitos políticos que hegemonomizam o CDP foram se distanciando. Essas transformações serão aprofundadas no capítulo dois. Elas revelam o caráter fluido das fronteiras que demarcam as formações discursivas em suas disputas hegemônicas.

Situo três marcos importantes na trajetória do CDP, dividindo seu ciclo em três fases. A primeira vai do final da década de 1970 até 1989 e pode ser caracterizada pela luta pela redemocratização e pelo surgimento de novos sujeitos políticos (entre eles PT, PDT, PSB, CUT, MAB, MST e outros movimentos de luta pela democratização da terra, movimentos

feministas e movimentos de mulheres, movimentos pelo direito à moradia e outros movimentos populares que não estavam organizados nacionalmente). O marco temporal que o encerra se situa no período da Constituinte (1987–1988) e das eleições de 1989, com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva pela “Frente Brasil Popular” (coligação entre PT, PCdoB e PSB). A segunda abrange a década de 1990 e vai até as eleições de 2002. Ela é marcada por uma forte onda neoliberal no país e mundialmente. Em relação à atuação da sociedade civil, é caracterizada pela institucionalização de alguns movimentos; pelo fortalecimento e proliferação de ONGs e novas formas de atuação política; por uma grande criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado e pela tentativa de descredibilização de suas pautas diante da sociedade por meio da mídia hegemônica. Situo seu encerramento nas eleições presidenciais de 2002, com a vitória de Lula pela coligação “Lula presidente” (PT, PL, PCdoB, PMN, PCB). A terceira fase vai de 2003 a 2014 e demarca o período de governo estável do PT no executivo nacional. O ano de 2013 marca o início da crise orgânica deste campo, mas, nesse processo, é importante situar também as eleições de 2014 e o golpe contra o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. As características destas três fases serão aprofundadas no capítulo dois e a sua crise, no capítulo três.

Para que seja possível compreender minha interpretação sobre a formação hegemônica da esquerda que deu lugar ao Campo Democrático Popular, voltemos à afirmação de Laclau e Mouffe (2015) de que nenhuma articulação dá lugar a uma formação discursiva fixa e determinada. Isso ocorre justamente porque nenhuma prática articulatória consegue capturar todas as diferenças presentes na realidade. Um discurso unificador de diferentes forças políticas, como o CDP, nunca conseguirá dar conta de todas as demandas dos movimentos, partidos, sindicatos e organizações diversas que o articulam. Neste mesmo sentido, um partido político ou um movimento social também nunca conseguirá contemplar todas as demandas de suas diferentes tendências e militantes. Haverá sempre um excesso de discursividade, um “sem número” de

reivindicações que não estarão visibilizadas, gerando diferenças e disputas internas àquele campo discursivo. O que ocorre no processo hegemônico de um campo é que um discurso específico passa a ser generalizável de forma que possibilite a identificação dos diferentes elementos. Há, portanto, um processo de sedimentação desse discurso hegemônico que o naturaliza, evitando o seu questionamento.

É impossível que um discurso capture todo o real. E é por isso que as articulações não conseguem chegar a uma **sutura**<sup>12</sup> final, um fechamento, uma unidade coerente. Elas são sempre marcadas pela incompletude. Mas, se por um lado, não se pode chegar a uma unidade coerente, por outro, a busca por essa completude é constante. Todo discurso empreende continuamente o esforço de domesticar o campo das diferenças. É este o terreno de disputa hegemônica, porque “a hegemonia visa preencher — sempre de forma ineficaz — essa ausência de plenitude” (MENDONÇA, 2014, p. 484).

O discurso hegemônico busca a constituição de uma ordem política, ele busca tapar os buracos vazios, formando unidades temporárias a partir de **fixações parciais**, pontos nodais, que servem como referências a partir das quais diferentes sujeitos se identificam. Como vimos, se a incompletude é permanente<sup>13</sup>, a busca pela completude também é. Essa

---

12 A impossibilidade de unidade é representada na obra de Laclau e Mouffe (2015) a partir da ideia de sutura, conceito que tem sua origem na psicanálise lacaniana. A sutura é a tentativa permanente de fixarmos identidades, seja a nível individual ou coletivo. Mas cada sutura deixa a sua marca, basta pensarmos na sutura de forma imagética: se suturamos um ferimento, a superfície da pele permanecerá marcada por essa sutura. A sutura não tem a capacidade de criar uma unidade lisa, linear, homogênea (BARRET, 1996, p. 248–249). Estamos permanentemente operando novas suturas porque lidamos, em todas as instâncias, com uma falta originária que tentamos preencher. Assim, as identidades se constituem de forma incompleta, porque nenhuma articulação é capaz de agregar todo o sentido da existência. Toda identidade vive, então, numa constante e ineficaz busca pela sua completude.

13 Na Teoria do Discurso, a contingência e precariedade da articulação se dá em todos os níveis. Ou seja, dentro do que estamos discutindo neste trabalho, não é apenas a articulação entre diferentes forças políticas da esquerda que é contingente e permanentemente renegociada. Cada partido, grupo, rede, movimento ou coletivo é também fruto de práticas articulatórias

busca se dá a partir da articulação destes pontos nodais, que fixam parcialmente o sentido das coisas em meio a uma cadeia de diferenças. É a partir destas fixações que podemos nos identificar em agrupamentos ou coletividades temporariamente demarcados. Sem estas fixações parciais a própria sociedade não é possível, porque isso significaria que os entes seriam totalmente externos uns aos outros, o que, por sua vez, significaria que eles seriam totalmente internos a si mesmos. E aí voltaríamos àquilo que já foi rejeitado pelos autores, que é a ideia de que poderia haver algum tipo de fixação total de significados em algum nível da sociedade.

Como exemplo, podemos pensar em qualquer nível de formação discursiva. A não fixação absoluta poderia significar que os movimentos sociais seriam elementos autônomos que não estabelecem nenhum tipo de relação entre si ou com nenhuma outra força política, não sendo influenciados uns pelos outros de nenhuma maneira. Ou que as pessoas se constituiriam como elementos autônomos e autorreferenciados, não sendo influenciadas umas pelas outras nem por nada ao seu redor. Nenhum destes exemplos parece factível, o que faz com que os autores afirmem que: “nem a absoluta fixação nem a absoluta não-fixação são possíveis” (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 185). Dessa forma, chegamos ao argumento de que o que constitui o campo político são as práticas discursivas articulatórias em todos os seus níveis e que estas práticas se dão numa constante fluidez dentro de um campo de discursividade permeado por diferenças infinitas. Laclau e Mouffe (2015) definem duas lógicas distintas a partir das quais se dão as práticas articulatórias: a (1) *lógica da diferença* e a (2) *lógica da equivalência*.

---

e, por isso, são igualmente impermanentes e contingentes. Por sua vez, cada tendência, corrente ou agrupamento dentro destes partidos, redes, movimentos ou coletivos são frutos de práticas articulatórias. A impossibilidade de atingir uma unidade estável e homogênea vai da existência de cada indivíduo, que também não pode ser entendido como uma unidade absolutamente coerente, até a própria sociedade, que não pode ser representada como uma unidade inteligível, uma vez que sempre haverá um “excesso de sentido” incapturável por qualquer compreensão do social que pretendamos dar, por mais ampla que seja (LACLAU; MOUFFE, 2015; BARRET, 1996).

Pensemos na “esquerda” e no Campo Democrático Popular, compreendendo-os como formações discursivas mais ou menos estáveis. Retomando o que dissemos a respeito da impossibilidade de uma não-fixação absoluta, embora nem a esquerda nem o próprio CDP devam ser definidos de forma fixa, já mostramos que há um grau de fixação parcial de seus significados que permitem a sua inteligibilidade, isto é, que permitem que consigamos entender que eles existem de alguma maneira. Na condição de formações discursivas, eles “constitu[em] uma configuração que, em certos contextos de exterioridade, pode[m] ser significada[s] como totalidade[s]” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 179). Isso significa que, nestes contextos de exterioridade, é possível compreender as fronteiras que dão sentido ao que entendemos por “esquerda”, assim como as fronteiras do que entendemos por CDP. E é apenas a depender do lugar a partir do qual compreendemos estas articulações que ambas podem ser confundidas ou diferenciadas. Isso ocorre também com todas as formações discursivas que articulam o próprio Campo Democrático Popular ou a esquerda. Em determinado grau de exterioridade, estas forças serão todas entendidas como “esquerda”; em outros, serão demarcadas as diferenças que delimitam as formações discursivas que dão lugar a cada partido político, aos movimentos feministas, aos sindicatos, aos movimentos de luta pela reforma agrária, movimentos antirracistas, etc.

Fazendo o exercício analítico de destrinchar estes diferentes graus de exterioridade podemos pensar sobre as diferenças existentes entre a “lógica da diferença” e a “lógica da equivalência”. Estas duas lógicas encontram-se numa tensão permanente, são dois processos que se dão de forma concomitante nas práticas articulatórias. Nenhuma formação hegemônica é capaz de suplantar todas as diferenças e, da mesma forma, as diferenças não conseguem se autonomizar de forma absoluta. As duas lógicas estão sempre operando concomitantemente, dando lugar a contradições insuperáveis. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 224) “[s]e permanecemos no campo das diferenças, ficamos no campo de uma infinidade que impossibilita pensar qualquer fronteira e, conseqüentemente, se dissolve o conceito de ‘formação’”.

Como exemplo para refletirmos sobre estas lógicas, utilizarei a atuação dos movimentos feministas na Constituinte, em 1988. O momento da Constituinte foi de grande efervescência política. Ele pode ser considerado um ápice de todos os debates que vinham sendo travados pela sociedade civil na década de 1980. A bandeira levantada pelos movimentos sociais, organizações, sindicatos e partidos políticos era por uma assembleia constituinte exclusiva e soberana, com participação popular. Segundo Carmen Silva (2015, p. 101), “apesar da forte adesão, a campanha obteve vitória apenas parcial: o Congresso Nacional eleito em 1986 tomou poderes constituintes e acatou a participação através de propostas de emendas populares que contassem com 30 mil assinaturas de eleitores”. Houve, nesse período, uma expressiva mobilização da sociedade civil para conseguir as assinaturas necessárias para enviar estas emendas. Ao discorrer sobre o processo, Celi Pinto (2003, p. 76) afirma que “foram enviadas 122 emendas, somando ao todo 12.265.854 assinaturas”. Em relação à atuação dos movimentos feministas, Carmen Silva coloca:

As feministas organizaram duas propostas de emendas populares para a Constituição, para as quais teriam que conseguir no mínimo 30 mil assinaturas para que fossem apreciadas. A primeira, em torno da qual conseguiram unificar todos os movimentos de mulheres, incluindo os setores progressistas das Igrejas, e ter adesão de outros movimentos sociais. Tratava-se da questão trabalhista, violência e outros direitos com potencial de unificar a todas. A segunda era especificamente sobre a legalização do aborto e teve adesão apenas do movimento feminista. Para esta segunda proposta, as feministas conseguiram 33 mil assinaturas, o que conquistou o direito de apresentação e defesa, embora ela não tenha sido aprovada, pois apenas a primeira conseguiu o apoio dos constituintes (SILVA, 2016, p. 127).

Se analisamos com atenção a articulação dos movimentos feministas com outras forças políticas da esquerda, perceberemos o processo de

formação discursiva em torno de alguns pontos nodais, elucidado por Laclau e Mouffe (2015). Nestas práticas articulatórias, o combate à violência contra as mulheres, a ampliação dos direitos trabalhistas das mulheres, o acesso à creche e à saúde, que são demandas (pontos nodais) dos movimentos feministas, não têm sido prioridades para outros grupos, como os movimentos de luta por moradia, os movimentos sindicais, entre outros. Isso ocorre porque estas demandas não são significantes privilegiados na articulação mais ampla da esquerda. Por isso, elas não penetram na identidade desse campo, e seguem sendo entendidas como demandas específicas dos movimentos de mulheres e/ou movimentos feministas. São demandas que, no entanto, não se confrontam com nenhum princípio orientador destes outros movimentos ou dos militantes que articulam estes outros movimentos. Por isso, garantir o apoio de outros movimentos em torno destas pautas em momentos específicos não representa um desafio significativo para os movimentos feministas. Estas são demandas regidas pela lógica da diferença no interior de uma articulação hegemônica, cuja identidade está pautada pela sedimentação das demandas de outras forças políticas que também compõem este campo.

Estas diferenças estão expressas como diferenças de prioridades, e não a partir de uma prática articulatória permeada pelo antagonismo. Nesta lógica, as diferenças são positivadas, a separação que se dá entre os elementos (movimentos feministas *versus* movimentos sindicalistas, por exemplo) não é feita a partir da negação do que constitui nenhuma das partes, mas a partir de uma diferença positiva em relação às suas prioridades. Ou seja, cada setor tem suas diferentes prioridades políticas. Mas, ao mesmo tempo em que estas diferenças são positivadas no interior do campo da esquerda, elas são obscurecidas em relação a algo que está além deste campo — um antagonista político — a partir da formação de uma cadeia de equivalências. Ou seja, há uma tensão permanente entre as diferenças e a equivalência.

A disputa hegemônica dentro do campo discursivo articulado por estas diferentes forças políticas se dá pela inserção destas pautas

(feministas) como prioridades dentro da frente ampla que elas articulam. Esta é uma disputa em torno de quais conteúdos serão universalizados neste campo mais amplo e quais conteúdos seguirão entendidos como conteúdos específicos. Como as formações discursivas não são estáticas, em alguns momentos os movimentos feministas e movimentos de mulheres serão bem-sucedidos em universalizar as suas pautas, conseguindo o apoio de outros segmentos da esquerda na defesa de seus interesses. Em geral, estes são momentos em que há um grande acirramento entre esses movimentos e as forças conservadoras da direita.

No caso do aborto, esbarramos em um debate com maior nível de acirramento, uma vez que há uma parcela de militantes, mesmo no campo discursivo da esquerda, que defendem a ideia de que o aborto seria um atentado à vida do embrião em formação. Neste ponto, temos um amplo debate ético sobre quando começa a vida e o que se representa como vida. Ao fim, trata-se de uma disputa de significados em torno do significante “vida”, uma vez que, para nós, feministas, estamos falando de uma célula viva que ainda não pode ser considerada propriamente uma vida humana e há outras vidas que na realidade estão em causa neste debate: a vida das mulheres que abortam e a sua falta de autonomia sobre os seus corpos. O que nos interessa deste debate é que temos dois lados com posições antagônicas. A defesa de um lado impossibilita a existência do outro argumento. Diferentemente do exemplo anterior, não temos uma pluralidade de diferenças, ou seja, diversos movimentos com prioridades diferentes que se articulam para se fortalecer mutuamente. Numa disputa antagônica cria-se uma fronteira que estabelece apenas dois lados, neste caso, aqueles que são contra a legalização do aborto *versus* aqueles que são a favor da legalização do aborto. Podemos usar como exemplo, também, o caso da onda antipetista que tem crescido nos últimos anos. Toda a diversidade da esquerda é vista como “petista”, independente da vinculação que os diferentes setores tenham com o partido, porque há uma cadeia de equivalências criada a partir do antagonismo entre direita e esquerda. A disputa antagônica, neste caso, é petistas *versus* antipetistas.

As práticas articulatórias antagonísticas operam através da lógica da equivalência. Ao contrário da lógica da diferença, onde os objetos são positivados uns em relação aos outros, a da equivalência funciona a partir da negatividade. Cada polo mostra exclusivamente o que o outro não é. A relação de equivalência apaga as diferenças existentes dentro de cada campo discursivo antagônico e o “outro lado” da fronteira representa apenas aquilo que “este lado” não é. A diversidade de cada campo não consegue ser vista de forma positiva, elas estão temporariamente obscurecidas pela equivalência que as articula. A existência de um lado não permite que o outro exista de forma plena. No exemplo sobre a legalização do aborto, a proposição de um lado não permite que a proposição do outro lado se efetive legalmente. Independente da diversidade interna existente em cada um dos campos discursivos, a existência de um impossibilita a existência do outro. Como nenhuma prática articulatória dá lugar a formações discursivas fixas, “as cadeias de equivalência variarão radicalmente de acordo com o antagonismo que estiver em jogo; e elas podem afetar e penetrar, de modo contraditório, a identidade do próprio sujeito” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 209). Se, por um lado, nenhum confronto antagônico é fixo, por outro, não há uma articulação possível entre os lados antagônicos que não altere de forma estrutural a identidade de algum dos campos.

Estrategicamente, os movimentos feministas redigiram duas propostas distintas. Caso inserissem a legalização do aborto na mesma proposta das outras demandas, estas seriam resumidas ao antagonismo existente em torno do debate sobre o aborto, com riscos de todo o conjunto de reivindicações não conseguir o número de assinaturas suficiente. A diversidade de pautas proposta pelos movimentos feministas seria obscurecida pelo antagonismo em torno do debate sobre a legalização do aborto. Ao propor duas emendas distintas, os movimentos feministas apagam temporariamente esse antagonismo existente entre os campos para que se torne possível uma articulação política mais ampla na defesa de outros direitos das mulheres.

Neste episódio específico, as feministas traçaram uma estratégia que lhes permitiu estabelecer alianças com outros movimentos e também não

abrir mão de uma pauta que nos é cara: a legalização do aborto. O que observamos neste caso é uma disputa hegemônica. Um dos campos abre mão de algo que é estruturante da sua identidade naquela articulação precisa (ou seja, naquela proposta de emenda constitucional) para que seja possível se articular com outro campo em uma formação discursiva mais ampla. Como afirma Mendonça,

É decisivo, também, o entendimento de que esses elementos são diferenças articuladas, o que faz com que os mesmos tenham, ao mesmo tempo, suas demandas particulares ainda presentes, mas que, em relação à articulação que os envolve, esses cancelam suas diferenças nesse instante particular e tão somente nesse instante. Assim, é possível, inclusive, que grupos originalmente antagônicos entre si façam parte de uma mesma cadeia articulatória, tendo em vista o fato contingente de se ter um inimigo comum entre os próprios inimigos (MENDONÇA, 2010, p. 483).

O “instante particular” ao qual o nosso exemplo se refere é a aliança em torno da emenda que continha uma ampla gama de reivindicações. Em paralelo, recolhendo assinaturas para a outra emenda, os movimentos feministas seguiram na sua luta pela legalização do aborto. Ao propor duas emendas distintas, os movimentos feministas conseguem, por um lado, estabelecer alianças com outros movimentos que não os apoiariam na luta pela legalização do aborto e, por outro, também levaram adiante uma proposta de emenda que pautava o aborto. Isto é, as feministas obscurecem o antagonismo em relação à luta pela legalização do aborto em uma emenda, e o visibilizam em outra.

Os antagonismos se confrontam a partir de uma disputa hegemônica na medida em que as fronteiras que separam os diferentes campos são móveis. O que está em causa é uma disputa de correlação de forças. Isso não significa que dentro de uma formação hegemônica não haverá cortes antagônicos. Haverá. Porém, a forma a partir da qual se articula o discurso hegemônico dentro do qual aquelas forças antagônicas estão

inseridas é alicerçada na disputa entre as partes pela hegemonia da formação discursiva. No caso da primeira emenda, os movimentos feministas avaliaram que a correlação de forças não era favorável para que conseguissem o apoio do campo mais amplo da esquerda em torno da legalização do aborto.

Refletindo ainda sobre a luta pela legalização do aborto, podemos pensar na forma como essa disputa hegemônica foi feita dentro do Partido dos Trabalhadores neste mesmo período. Na década de 1980, as mulheres travaram debates intensos para que a legalização do aborto fosse incluída nos programas do partido. Em uma das entrevistas, E5 relatou que, entre as estratégias definidas pelas feministas do PT, estava uma pesquisa que foi realizada com todos os filiados do partido para fortalecer esta reivindicação. Em outra entrevista, com E13, ouvi o seguinte relato:

Mas, assim, o partido, ele é muito difícil. Na estrutura dele, ele já é todo impregnado de machismo. O patriarcado fez um grande trabalho com os partidos de esquerda. Os de direita, eu não vou nem falar. Fez um grande trabalho, entendeu? As mulheres já tiveram mais força dentro do Partido [dos Trabalhadores] do que hoje têm, enquanto coletivo. As mulheres do PT já foram, já fizeram grandes coisas dentro do partido. Em relação a pauta, por exemplo... o aborto é uma pauta do PT. Nenhum candidato do PT pode propor criminalização do aborto. Já teve expulsão do PT por causa disso. Luiz Bassuma era do PT e saiu do PT por causa do Estatuto do Nascituro, por exemplo.

A diferença entre os dois exemplos apresentados está na correlação de forças. No caso dos debates internos do Partido dos Trabalhadores, também havia um grupo que se opunha à legalização do aborto. Mas, na disputa travada, as feministas conseguiram estabelecer esta pauta como um princípio para todos que integram o Partido. Ou seja, nesse movimento de articulação, se generaliza uma reivindicação de

determinado grupo para o campo discursivo, que é fruto daquela prática articulatória. Quando E13 fala que as mulheres já foram mais fortes dentro do partido, ela está falando da consolidação da auto-organização das mulheres dentro do PT. O que está em causa é a força de auto-organização dos grupos feministas para garantir a visibilidade de suas demandas em diferentes espaços. A auto-organização de cada grupo é, portanto, uma etapa da disputa hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 221). É importante colocar que essa força não depende apenas da vontade ou do empenho daquele grupo, mas também de um contexto mais amplo no qual aquelas demandas estão sendo negociadas.

Embora a legalização do aborto faça parte dos programas do partido, vimos uma grande dificuldade de consolidar esta demanda como prioridade ao longo dos governos do PT no executivo. No período das eleições de 2010, os compromissos assumidos por Dilma e pelo partido nos debates travados sobre a questão revelam esta dificuldade. A reeleição do partido, ou seja, a sua manutenção no poder com o objetivo de efetivar determinadas prioridades políticas, passa a ocupar um lugar privilegiado, o que implicou na retirada de outras pautas do seu horizonte político próximo, na medida em que estas pudessem ameaçar esse objetivo.

Para Laclau e Mouffe, (2015, p. 222) “a hegemonia é um *tipo de relação política*”. As condições necessárias para que exista uma disputa hegemônica é a presença de forças antagonísticas, que funcionam a partir da lógica da equivalência, e a instabilidade das fronteiras que as separam. É exatamente a vastidão de elementos flutuantes entre uma posição e outra que permite a disputa (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 215). Se não houvesse um excesso de discursividade entre as duas posições, nenhuma prática articulatória seria possível, porque os lados estariam definitivamente fixados. “A articulação hegemônica é uma lógica de mobilidade da fronteira que separa dois campos antagônicos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 216). Os exemplos trazidos em relação à luta pela legalização do aborto revelam como esta é uma disputa permanente na articulação do Campo Democrático Popular. Ela está permanentemente

sendo renegociada, como qualquer disputa antagônica. A força de um lado ou de outro será sempre circunstancial e nunca definitiva.

\*\*\*

A partir da compreensão de hegemonia proposta por Laclau e Mouffe (2015), é importante entendermos sobre quais fronteiras estamos falando neste trabalho. A primeira é a que define a separação entre esquerda e direita. O segundo grupo de fronteiras que nos interessa nesse trabalho se refere àquelas que estão localizadas dentro da própria formação discursiva da esquerda e do CDP: são disputas travadas em relação a algumas pautas (como a pauta do aborto) entre movimentos, partidos e sindicatos posicionados à esquerda no espectro político. São estas disputas hegemônicas internas que foram articulando o projeto de esquerda no Brasil nas últimas décadas, que se coloca em oposição a outro campo, a direita.

Ao analisar estas articulações hegemônicas e os antagonismos que as demarcam encontramos possíveis interpretações para compreender como o desgaste do projeto das forças políticas hegemônicas do CDP pode ter levado, no Brasil, ao desgaste do ideário da esquerda em sua diversidade. Ainda que a esquerda seja plural e constituída por disputas internas, o que o cenário atual nos revela é que enquanto discurso hegemônico da esquerda brasileira, através da lógica da equivalência, o desgaste do projeto hegemônico do CDP, encabeçado pelo PT, acabou por desgastar perante a opinião pública as diversas pautas que vem sendo defendidas pela esquerda.

### **1.3 Fronteiras**

Não caberia nestas páginas uma reconstrução histórica exaustiva da distinção entre esquerda e direita e os diferentes desenhos que essas fronteiras vêm adquirindo local e globalmente. Apresentarei apenas de forma sucinta algumas questões e marcos históricos para localizar a forma

como venho compreendendo essa distinção, que é sempre permeada por vários outros embates, os quais também não seria possível esgotar neste trabalho. Em diferentes contextos históricos e geográficos, o sentido dado a essa terminologia se altera, o que significa que nem mesmo essa distinção, tão fundante das disputas políticas da modernidade, é constituída por fronteiras fixas. Direita e esquerda são fixações parciais e contingentes, que podem dar conta de referenciais distintos. Há uma série de significantes flutuantes que ora são capturados pela direita, ora pela esquerda. Isso não significa que essas são determinações aleatórias. Há um processo histórico de disputas políticas que vão articulando os campos, o que nos permite elencar características que tornam estes campos inteligíveis, fazendo com que essas continuem sendo categorias úteis para a análise das disputas políticas nos dias de hoje.

Segundo Norberto Bobbio (2005, p. 33), “esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos em relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade”. São categorias “reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos” (Ibid, p. 31). Isso significa que uma pessoa, partido ou movimento não pode ser, simultaneamente, de direita e esquerda. E, também, que no debate político, ou estamos posicionados de um lado ou de outro. Essa compreensão não inviabiliza a leitura do espectro político como um contínuo, ou seja, a possibilidade de situar as posições mais à esquerda ou mais à direita, tomando como referência os seus extremos. Mas, embora essas posições sejam relacionais, a natureza antitética desses termos faz com que existam alguns elementos que marcam a cisão entre um campo e outro.

A nomenclatura esquerda *versus* direita depende remete ao período da Revolução Francesa. Nas reuniões dos Estados Gerais, no final do século XVIII, à esquerda do rei sentavam-se os delegados identificados com o igualitarismo e a reforma social e, à direita, aqueles identificados com a aristocracia e o conservadorismo (TAROUCO e MEDEIRA, 2013, p. 151). Como referência a essa organização espacial, ao longo do século

XIX, na Europa, essa nomenclatura vai ser associada à distinção entre liberalismo (esquerda) e conservadorismo (direita). Os ideais liberais de defesa de um regime de trabalho livre representavam o novo em contraposição à ordem aristocrática vigente. E eram pontos nodais da formação discursiva da esquerda.

Em finais do século XIX, esses ideais vão sendo paulatinamente empurrados para a direita à medida que passam a representar a nova ordem estabelecida e os interesses das classes dominantes no novo sistema político-econômico que se consolida. Neste contexto, o socialismo, mais marcadamente o socialismo científico proposto por Marx e Engels, e o crescimento do movimento operário na Europa passam a ser marcos de referência importantes para a esquerda. Marx dedicará boa parte da sua vida a compreender de que forma o capitalismo, um regime de trabalho livre, consegue camuflar seus mecanismos de exploração. A defesa dos interesses da classe trabalhadora torna-se um ponto nodal que mobilizará a identificação da esquerda.

Embora as classes trabalhadoras das cidades tenham sido importantes aliadas nas revoluções democráticas burguesas, passado o acirramento das disputas com as forças dominantes em seus diferentes contextos, a burguesia tratou de instaurar um sistema que excluiu essa parcela da população dos direitos garantidos para os “cidadãos” (MARX, 2011). Por isso, ao longo do século XX, as reivindicações levadas a cabo pela esquerda exigem uma redistribuição material mais efetiva e radical, assim como um rol de direitos sociais mais abrangente. Embora exista uma grande diversidade de correntes teórico-políticas que se dedicam a pensar os caminhos para essa transformação radical, o vocabulário da teoria marxista ocupou o lugar de pensamento hegemônico no campo da esquerda, mobilizando direta ou indiretamente partidos, organizações, sindicatos e movimentos sociais em diferentes continentes a partir dos seus referenciais. A tomada do poder via revolução e a reorganização político-econômica a partir da ditadura do proletariado ocupou um lugar importante no imaginário da esquerda ao longo do século XX.

A influência do pensamento marxista na esquerda foi uma questão que me chamou a atenção na análise das entrevistas que realizei. Em alguns momentos, entrevistadas que não se identificam nem com o marxismo nem com o socialismo recorreram a um vocabulário marxista para explicar as desigualdades sociais que querem combater. A meu ver, a familiaridade com esse vocabulário revela a ampla disseminação do pensamento marxista no campo discursivo da esquerda, independente da adesão estrita àquele projeto.

Ao longo do século XX, o papel do Estado na regulação da economia passa a ser um importante ponto de distinção entre a esquerda e a direita. A esquerda se volta para a defesa da capacidade do Estado de regular a economia para reduzir as desigualdades sociais e a direita defende o Estado mínimo e a autorregulação da economia. De forma simplificada, é possível afirmar que, para o liberalismo econômico (localizado à direita no espectro ideológico), a autorregulação da economia torna o seu funcionamento mais eficaz. As desigualdades consequentes desse processo seriam justas, uma vez que refletiriam o mérito dos indivíduos. Para algumas correntes liberais, essas próprias desigualdades podem ser minimizadas à medida que os indivíduos entendem que a única forma de superá-las é empenhando-se para tal. A premissa é de que a livre concorrência gera maior eficiência, dinamizando a economia. Para outras correntes, a desigualdade é um mal necessário e insuperável. Norberto Bobbio (1995, p. 20), na sua conceituação sobre a distinção entre a direita e a esquerda, afirma que, para os movimentos de direita “as desigualdades entre os homens são não apenas inelimináveis (ou são elimináveis apenas com o sufocamento da liberdade), como são também úteis, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade”.

À esquerda do espectro político, podemos situar a formação discursiva socialista, com a aposta na economia planificada como caminho para a superação da contradição entre capital e trabalho. E, a partir da década de 1930, a emergência do keynesianismo e dos estados de bem-estar social. Embora se distanciassem de um vocabulário

revolucionário, trazendo um modelo de redistribuição reformista pautado em um pacto entre Estado, capital e trabalho (HARVEY, 1992, p 115-135), o keynesianismo e os Estados de bem-estar social também “reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor” (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 151), então marco da distinção entre esquerda e direita.

É importante pontuar, entretanto, que o papel do Estado na intervenção da economia, embora tenha ocupado um lugar central nessa disputa antagônica, não pode ser visto como demarcador absoluto desses campos. A impossibilidade de identificar e aprofundar a pluralidade de correntes em cada campo me levou a expor posições que considero hegemônicas nessas formações discursivas. Mas o século XX também viu o controle do Estado sobre a economia ser uma ferramenta utilizada por governos autoritários de direita. Também não posso deixar de citar a força de correntes que se situam à esquerda no espectro político que se contrapõem ao Estado, como as diferentes correntes do anarquismo, que inclusive travam disputas antagônicas com o socialismo dentro do campo discursivo da esquerda, e outras perspectivas autonomistas, como os zapatistas, entre outras experiências comunitárias latino-americanas. O próprio projeto marxista prevê a necessidade de superação do Estado, sendo o seu controle pela classe trabalhadora apenas uma etapa para a sua posterior eliminação. O exercício analítico que desenvolvo aqui tem o intuito de demonstrar a fluidez das fronteiras que demarcam esses embates e também a influência que esse desenvolvimento histórico tem sobre a forma como entendemos esses antagonismos no contexto em que essa pesquisa foi desenvolvida.

Este rápido panorama histórico torna evidente a centralidade dos eventos ocorridos na Europa para a definição do que se entende por esquerda e direita. Como afirma Bresser-Pereira (2006, p. 25), “[a] idéia de esquerda, como todas as demais ideias e instituições na América Latina, é transplantada e em grande parte inautêntica”. O processo de colonização é o outro lado da modernidade europeia. Se o antagonismo entre direita e esquerda se funda no ideal moderno, como pensar os

ossos lugares nessa disputa? São várias as questões que versam sobre os nossos territórios que estão fora dessa historiografia oficial. Nos territórios periféricos, lidamos constantemente com as contradições entre fortalecer as instituições que foram transplantadas, como o Estado moderno e a democracia, para que seja possível garantir a nossa soberania na geopolítica global, e resistir a essas instituições na medida em que elas solapam saberes, experiências e resistências locais (BRANCO DE LIMA, 2016).

O campo discursivo da esquerda está largamente ancorado no ideário moderno, por isso, este campo discursivo muitas vezes reproduz a própria dinâmica colonial. Ele está fundado numa perspectiva de desenvolvimento transplantada dos países do Norte, que toma como referência as experiências históricas desses países. Como não pensar que a própria nomenclatura esquerda-direita depende unicamente de um fato acidental ocorrido em uma “pequena província do planeta que é a Europa”, como diria Achille Mbembe (2014, p. 37). A emancipação, dessa forma, está colocada muitas vezes como a negação das nossas próprias experiências. Há um duplo desafio neste ponto.

(I) Como consequência da desigualdade na correlação de forças global, estamos constantemente dialogando com o pensamento formulado a partir das realidades dos países do Norte<sup>14</sup>. Não é possível negar que o permanente diálogo com essas narrativas passa a influenciar as nossas histórias, tanto a partir das instituições que foram transplantadas, como a partir da forma como analisamos nossas realidades. A recepção do pensamento marxista na esquerda latino-americana, muitas vezes ignorando especificidades locais, é um exemplo dessa influência. É preciso analisar as consequências históricas desse diálogo, inclusive nas formas como pensamos os nossos ideais de emancipação e libertação: as violências cometidas contra o que não cabem nessa narrativa;

---

14 Tenho colocado a centralidade da historiografia europeia porque as instituições modernas são em larga medida fruto dos eventos que ali se desenrolaram, mas não podemos perder de vista o papel dos Estados Unidos da América no fortalecimento dessas instituições e ideais, assim como o seu lugar de protagonismo na geopolítica global.

as formas como esses referenciais foram acomodados dando lugar a trajetórias diferentes das trajetórias históricas dos locais de onde surgem; e também a apropriação criativa que fizemos e continuamos fazendo do que nos é imposto. (II) Temos também o desafio quase arqueológico de olhar para o que foi excluído das narrativas oficiais como sendo parte integrante das nossas histórias e, inclusive, parte das nossas histórias de resistência à dominação, ao capitalismo e ao conservadorismo.

Nas entrevistas realizada, surgiram tensionamentos em relação a esse imaginário de esquerda eurocêntrico. Sobretudo quando conversamos sobre nossas utopias, as entrevistadas colocaram como estamos também diante da crise de um paradigma civilizatório (europeu e moderno) que precisa ser repensado. No trecho a seguir, E8 trouxe algumas dessas inquietações:

Uma ficha que caiu para mim olhando para esses movimentos de esquerda-direita, é como essa esquerda também estava pautada numa visão e numa forma de pensar politicamente focada no iluminismo mesmo. E isso tudo é transplantado. É meio que transplantado para cá para o Brasil. Inclusive todas as frentes de esquerda, elas estão nesse campo de pensar o comunismo, o socialismo e tal, e tentam adequar isso aqui. Então eu vejo essa tentativa [...] de trazer ideais que ainda são eurocêtricos para pensar o processo de politização do território e da comunidade. [...] A esquerda tem esse processo de humanização, mas ela é extremamente eurocêntrica. E aí quando a gente chega no Brasil, que vem de um passado que é colonial, e você tenta implementar uma lógica que ainda é focada numa estrutura que é europeia, você vai estar violentando todas as outras formas. Seja, enfim, os indígenas, seja a gente que veio da diáspora... porque a gente não é continente, é diáspora, mas estamos construindo aqui. [...] E que inclusive, dentro do próprio movimento negro, a esquerda negou muito a identidade negra, sabe? [...] A própria

capoeira angola foi negada também por esses ideais de esquerda, que é essa pessoa acadêmica, né? Inteligente, com discurso letrado e tal (E8).

Nos rumos que a história toma, algumas ideias se sobrepõem a outras. Essa sobreposição é fruto de disputas hegemônicas em vários terrenos. Ela reflete desigualdades e processos de dominação permeados por muitas questões: a desigualdade global, o racismo e o sexismo são algumas delas. Segundo Laclau (2005), a formação de um discurso hegemônico sedimenta a universalização de especificidades de forma que aquele discurso parece um dado em si e não fruto de uma contingência histórica regida por processos de disputa e dominação. Quando incorporamos um discurso hegemônico de esquerda, fundado nas experiências europeias, não é apenas um ideal de desenvolvimento que é naturalizado. As articulações hegemônicas daquele contexto também são sedimentadas como representativas da realidade. É isso que ocorre com a centralidade do debate econômico de classe, característico dessas formações discursivas. Ela obscurece disputas antagônicas, algumas delas permeadas por questões ligadas à geopolítica. Questões étnicas, raciais, regionais e de gênero são excluídas ou menos evidenciadas nas discussões em torno da redistribuição.

As discussões sobre economia comumente tomam os sujeitos como neutros em relação a gênero, raça e outras clivagens. Dessa forma, a centralidade no debate de classes é fruto de um processo de dominação que obscurece outras desigualdades. A própria compreensão que temos de economia e seu vocabulário é fruto da virada para a modernidade e da expansão colonial. A consequência dessa centralidade é que todas as outras questões aparecem como secundárias. As pautas das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, da comunidade LGBT, por exemplo, são vistas como pautas secundárias à necessidade de redistribuição material ou de superação do capitalismo. Ainda que essas pautas também possam ser discutidas a partir da redistribuição, elas são permanentemente colocadas exclusivamente no terreno do reconhecimento.

Essa é uma das estratégias discursivas utilizadas para mantê-las como secundárias e, em algumas situações, enquadrá-las como obstáculos à luta anticapitalista.

Como colocam Laclau e Mouffe (2015), o anticapitalismo, antirracismo e antissexismo não são necessariamente pautas convergentes. Elas podem convergir na medida em que essas lutas são sobredeterminadas, passando a conformar um mesmo projeto de sociedade. Numa formação discursiva contra-hegemônica, esses elementos podem estar interligados ou não. As questões ligadas a gênero, sexualidade e raça, por exemplo, podem ser entendidas como indissociáveis das questões redistributivas, de forma que uma redistribuição efetiva precise levar em conta as diversas clivagens existentes na sociedade. Ou podem ser entendidas exclusivamente como pautas identitárias, e nesse caso, em geral, as políticas voltadas para estas questões são vistas como políticas específicas e não como parte integrante de um projeto de emancipação da sociedade. O sucesso em tornar essas pautas parte integrante e inseparável de um projeto a ser defendido pela esquerda de forma mais ampla e não apenas por movimentos desses segmentos passa por uma disputa hegemônica, em que a auto-organização dos diferentes segmentos cumpre uma função importante. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 221-222), as formas de luta empreendidas por esses movimentos passarão

em parte pela autonomização de certas atividades e formas organizacionais; em parte, por sistemas de alianças com outras forças; e em parte pela construção de sistemas de equivalência entre conteúdos de diferentes movimentos. Desta forma, a autonomia gerada a partir da criação de espaços auto-organizados de mulheres pode ser entendida como ‘um momento interno de uma operação hegemônica mais ampla.’

Os espaços de auto-organização dentro de articulações mais amplas são os momentos de fortalecimento das pautas daquele grupo com reivindicações compartilhadas. A partir da auto-organização, criam-se fronteiras

de antagonismo entre grupos com diferentes demandas dentro de articulações mais amplas. Esta disputa antagônica vai garantir a inserção de determinadas pautas ou não naquele discurso. A conquista da inserção da legalização do aborto como pauta do Partido dos Trabalhadores é um exemplo de disputa hegemônica a partir da auto-organização das mulheres dentro do partido.

As questões trazidas por E8 no trecho citado anteriormente revelam como, para além das reivindicações por reconhecimento e redistribuição, os diferentes movimentos que não se organizam em torno do debate de classes trazem questões sobre a estrutura social que colocam em causa os próprios ideais de emancipação e desenvolvimento da esquerda. Isso ocorre porque, mesmo nos países do Norte Global, esses são movimentos que surgem em oposição àquele ideal de desenvolvimento, uma vez que são protagonizados por sujeitos excluídos do projeto moderno: imigrantes, negros e negras, mulheres etc. Ainda que existam movimentos feministas e movimentos étnico-raciais que lutam por inclusão neste sistema posto, esses movimentos trazem um acúmulo de debates que repensam as próprias diretrizes de ampliação da justiça social, uma vez que lançam luz sobre possibilidades radicalmente novas de organização social.

Na leitura que desenvolvo neste trabalho, esses conteúdos de contestação da modernidade ficaram de fora do projeto de esquerda hegemônico no Brasil nas últimas décadas. São debates que questionam as nossas formas de organização política e a perpetuação das desigualdades dentro do próprio projeto defendido pela esquerda. Eles exigem que a própria esquerda se confronte com as suas estratégias de dominação e com a reprodução de um ideal de emancipação excludente. A luta anticapitalista também pode estar vinculada a outra concepção civilizatória, como é o caso dos debates sobre comunitarismo e desaceleração do desenvolvimento. Todavia, historicamente, quando pensamos na formação discursiva da esquerda e na centralidade do marxismo nesse campo, ela esteve associada a um ideal de desenvolvimento moderno e industrial. Salvo exceções, entre as quais podemos elencar debates levantados pelos governos de Evo Morales (MAS), na Bolívia, o ideal de emancipação desenvolvimentista

aparece como guia para os governos de centro-esquerda na América do Sul estiveram no poder a partir do final da década de 1990 até meados da década de 2010, denominados também de governos pós-neoliberais<sup>15</sup>.

Parto da compreensão de que as particularidades históricas da América do Sul não anulam a pertinência da distinção entre esquerda e direita para pensarmos as disputas políticas que se dão nos nossos territórios. Mas elas complexificam o debate, ao incorporar também a necessidade de debate crítico sobre outras facetas de dominação e exploração. Essas especificidades nos apresentam a necessidade de pensarmos essa distinção levando em conta os processos históricos locais. Elísio Macamo (2009), ao refletir sobre a adequação dos conceitos desenvolvidos nos países do norte para analisar as realidades das periferias globais, lança algumas questões interessantes. Para ele, os debates que surgem a partir da incapacidade de alguns conceitos darem conta dessas realidades devem ser vistos como uma forma de problematizar e enriquecer os próprios quadros analíticos desenvolvidos pelos centros de produção acadêmica e não de reafirmar que aquelas realidades são “mais certas” do que as nossas. O nosso lugar é um lugar privilegiado para se refletir cientificamente porque é o lugar de interpeleção do que está posto (MACAMO, 2009).

O questionamento das narrativas dos países do Norte Global não deve servir apenas para pensarmos a nossa história local. Este é um questionamento que pode servir também para revermos a pertinência dos quadros analíticos desenvolvidos nesses países. Nos nossos territórios, quão à esquerda se situa o projeto marxista-leninista, diante de processos de dominação que esse discurso não compreende como tal? Questões como estas

---

15 Na Venezuela, Hugo Chávez (Movimento V República — MVR e, a partir de 2007, Partido Socialista Unido da Venezuela — PSUV), de 1999 a 2013. Na Argentina, Néstor Kirchner (Partido Justicialista), de 2003 a 2007 e Cristina Kirchner (Partido Justicialista), de 2007 a 2015. No Uruguai, Tabaré Vázquez (Frente Ampla), de 2005 a 2010, José Mujica (Frente Ampla), de 2010 a 2015 e, novamente, Tabaré Vázquez (Frente Ampla), de 2015 a 2020. Na Bolívia, Evo Morales (Movimento para o Socialismo — MAS), de 2006 a 2019. No Chile, Michelle Bachelet (Partido Socialista do Chile — PS), de 2006 a 2010 e de 2014 a 2018. No Equador, Rafael Correa (Alianza País), de 2007 a 2017. No Paraguai, Fernando Lugo (Alianza Patriótica para el Cambio e, a partir de 2010, Frente Guasú), 2008 a 2012.

nos impelem a nos perguntarmos sobre o que distinguiria, em termos analíticos, a esquerda da direita, já que explicar essa distinção a partir da trajetória histórica europeia não é suficiente.

Para além do tensionamento à narrativa eurocêntrica por pensadoras e pensadores das periferias, também nos países do Norte Global tem se questionado se ainda faz sentido pensar em direita e esquerda após a queda do Muro de Berlim (BOBBIO, 2015). A queda do socialismo como ideologia de Estado marcou a virada política daquilo que alguns teóricos passaram a interpretar como o “fim da história” — expressão hegeliana resgatada pelo teórico norte-americano Francis Fukuyama (1992) para afirmar que haveríamos chegado ao fim da história com o triunfo da democracia liberal. Não chegamos ao fim da história, mas a crise da esquerda produzida pela queda do comunismo e o ocaso da utopia socialista no fim da década de 1980 tensionaram radicalmente a identidade do campo discursivo da esquerda.

A universalidade do projeto socialista será questionada à medida que é denunciado não só o seu caráter eurocêntrico, como também a sua incapacidade de dar conta da multiplicidade de questões ligadas à justiça social. Mas, não somente o projeto socialista é questionado, todas as grandes narrativas passam a ser questionadas na medida em que ameaçam a diversidade cultural e política do mundo, ao tentarem traçar uma teleologia universal para a humanidade (KUMAR, 1997). No diálogo que tivemos, E3 levantou questões que dialogam com esse debate:

A gente tinha uma utopia que fracassou, não é? Eu não sei se ela fracassou ou se fracassaram ela. Porque a gente teve todo um movimento socialista, que se tornou uma... Se transformou em estados autoritários [...] E que foram estados desenvolvimentistas. Porque a União Soviética era um estado desenvolvimentista. [...] Então essa utopia fracassou. A quem diga que qualquer utopia é excludente (E3).

São muitos os fins: fim da história, fim das grandes narrativas, fim das utopias, fim do sujeito. O final do século XX será tomado pela ideia de

fragmentação, na virada que alguns denominaram de pós-modernidade (KUMAR, 1997). Ainda que, como coloca Mike Featherstone, “seria mais apropriado [...] referir-se ao fim da modernidade como o fim da modernidade ocidental”, isto é, o projeto ocidental de modernidade é que parece ter chegado a este senso de exaustão e não as experiências vividas em todo o mundo.

Outro ponto que coloca em questão a validade da distinção entre esquerda e direita é que, com o enfraquecimento dos estados de bem-estar social na Europa, os governos eleitos, independente de suas posições ideológicas, parecem tomar escolhas econômicas muito semelhantes e alinhadas, ainda que uns mais e outros menos, ao neoliberalismo. Na sua entrevista, E3 também coloca a seguinte questão:

Os próprios partidos comunistas estão sem utopia. Por quê? Porque, pelo que eu tenho lido de alguns autores do campo da descolonialidade, está havendo um esgotamento do projeto europeu [...] Esgotamento das epistemologias europeias. Certo? Está havendo um esgotamento. Não estou dizendo que eles não são necessários, que eles não são interessantes, não estou destruindo as epistemologias europeias, mas... E até me utilizo dela. Eu me utilizo bastante dela. Marx é um exemplo disso. Foucault é outro exemplo disso [...] Mas a gente tem que reconhecer qual é a utopia. Porque embora exista o “Marx como projeto”, ele não está sendo aplicado por nenhum partido, nem os comunistas europeus utilizam, porque esgotou. Eles mesmos que assumiram os poderes aí nos governos europeus aplicaram medidas neoliberais (E3).

\*\*\*

Embora o capitalismo esteja distante de provar sua sustentabilidade e estabilidade econômica, a máxima “não há alternativas ao sistema” se fortalece. Ainda que as reflexões sobre a crise de utopias e o fim das grandes narrativas, assim como o próprio debate sobre o fim da história trazido

por Fukuyama, também versem sobre a derrocada dos estados autoritários de direita, especificamente sobre o fracasso do nazismo e do fascismo em levar a cabo um projeto totalizador da extrema-direita, essas crises atingem a esquerda de forma muito mais significativa. Isso nos dá algumas ideias para pensar sobre a distinção entre direita e esquerda.

Bresser-Pereira (2006) coloca que não é exatamente nem a liberdade, nem a promoção do bem-estar social através do desenvolvimento econômico que vão definir de forma significativa as diferenças entre a esquerda e a direita. Para exemplificar seu posicionamento, ele afirma que

[a]inda que a liberdade política tenha sido originalmente uma conquista da burguesia, que fez uso da ideologia do liberalismo, a democracia foi, antes que qualquer outra coisa, uma conquista dos pobres e das classes médias, que durante o século XIX lutaram com os liberais para obter o sufrágio universal. [...] [E] embora uma parte da esquerda — a utópica — desdigne o desenvolvimento econômico, que considera assegurado pelo capitalismo, quando partidos ou coalizões de esquerda chegaram ao poder na Europa revelaram-se tão interessados e capazes de promover o desenvolvimento econômico quanto partidos e coalizões de direita (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 26)

Dito isto, o autor conclui que as diferenças entre os dois polos antagônicos se referem à forma como estes se relacionam com a ordem ou a segurança e com a justiça e a proteção do meio ambiente<sup>16</sup>. A distinção evi-

---

16 Quanto ao debate ambiental, tendo a discordar da posição de Bresser-Pereira, aproximando-me da questão levantada por Bobbio (2005), que aponta como os “Verdes”, na Europa, têm uma atuação transversal no espectro político, não se situando necessariamente à esquerda ou à direita. A partir deste exemplo, Bobbio coloca que tanto a esquerda como a direita passam a incorporar as pautas ambientais, mas regidas por valores e preocupações diferentes. A pauta ambientalista é um problema político para o qual podem ser encontradas respostas distintas, ligadas a diferentes universos valorativos. É importante colocar ainda que a preocupação com o meio ambiente também não é hegemônica nas esquerdas nem mesmo no século XXI. O exemplo desenvolvimentista dos governos do PT revela um distanciamento desse debate. Os

dente entre esquerda e direita seria que a primeira estaria disposta a comprometer a ordem em prol da justiça, sobretudo porque a esquerda compreende que a ordem vigente não é justa. A direita, por outro lado, luta sobretudo para assegurar a ordem. Essa me parece uma distinção interessante, porque nela não se nega que uma parcela da direita, mais moderada, também possa estar comprometida com a redução das desigualdades sociais, aproximando-se de uma perspectiva social-democrata. Para essa ala, entretanto, essas medidas não podem ameaçar a ordem vigente. E se não podem ameaçar a ordem vigente, são mudanças sempre limitadas e nunca estruturais.

Se retomarmos a trajetória histórica europeia exposta no início desta sessão, percebemos o comprometimento da direita com a manutenção do *status quo*, enquanto a esquerda esteve historicamente comprometida com a projeção de uma sociedade que ainda não existe. É nesse ponto que uma “crise de utopias” afeta a esquerda de forma mais significativa. Essa inquietação está presente no relato de E1, que transcrevo a seguir:

O Sartre tinha uma coisa que eu achava, que eu acho, né, porque ficou aí a obra dele, o pensamento dele, que é essa ideia de que você tem que ser o sujeito... Ele usa outra expressão mais bonita, mas é o sujeito em desacordo permanente, em contradição permanente [...] As pessoas dizem, quando você diz que você é anticapitalista: “Você acha mesmo que você vai derrubar o capitalismo?”. Eu digo: “Essa pergunta não me importa”. Para mim, o mais importante agora é também criar força “anti” isso, mas sobretudo também dizer “eu não sou parte disso”, no sentido de compor com isso. Eu não aceito isso, está certo? Eu até vivo num sistema capitalista. Eu até estou sujeita às regras dele, todo mundo está na vida cotidiana. Eu tenho uma conta no

---

debates contemporâneos têm buscado inserir cada vez mais a proteção da natureza no campo da esquerda. Todavia, esta ainda é uma disputa em curso.

banco, eu tenho um lugar, estou inserida num determinado lugar nas relações, mas sou antipatriarcal, sou anticapitalista, sou antirracista, sou anti-homofóbica. É também uma maneira de estar no mundo, entendeu? É uma maneira de suportar viver neste mundo. Não é para este mundo que eu contribuo, pelo menos na hora que eu digo “Eu sou anti-isso”, é que eu não estou em convivência com isso. Quer dizer, é uma forma também, é um jeito de viver também, necessário. Até para aguentar subjetivamente este mundo, não é? Que não está fácil. [...] [Então] isso também te dá um sentido para lá, para frente, mas te dá um sentido no cotidiano, entendeu? É uma coisa que te ajuda, inclusive, do ponto de vista subjetivo, a estar neste mundo tão desigual e tão violento, não é? (E1)

Guilherme Benzaquen (2015) traz um debate sobre o real, o possível e o impossível que nos ajuda a pensar sobre a forma como a máxima “não há alternativas ao sistema” vem sendo mobilizada para corroborar em alguma medida com a ideia de “fim da história”. Para Benzaquen, o que está em causa é a ideia de uma política realista, que pode ser exemplificada na afirmação de Bismarck de que a política seria a “arte do possível”. Segundo essa compreensão, “o mundo vivido é o único possível”, logo, os desejos de transformação radical da sociedade são delírios que ameaçam a ordem tão arduamente conquistada. O que percebemos, nesse caso, é uma confusão entre o real e o possível. Onde tudo que ainda não é, não poderá ser, nos deixando como única saída as transformações lentas e graduais. Essa é uma compreensão largamente comprometida com a manutenção do *status quo*, de forma que o autor nos sugere que se faz importante que nos perguntemos o quanto de dominação sustenta estas concepções.

os fatos concretos e o que hegemonicamente é considerado possível não dão conta da vastidão do mundo. Nessa percepção limitada tendem a considerar impossível todo o

excedente que não conseguem captar. Temos que reconceitualizar o “possível” para abarcar a latência da transformação radical da sociedade — independente da sua realização ou não (BENZAQUEN, 2015, p. 23).

Não se trata apenas de negar o que ainda não existe, mas também de ignorar o que já existe de forma marginal: o possível se limitaria à ordem hegemônica, apagando tudo aquilo que a confronta. Quando questionada sobre qual é a sua utopia, E4 me respondeu:

Porque eu acho que a gente pensa utopia como um novo mundo já transformado, mas eu acho que existem utopias sendo feitas no dia a dia e elas me movem. A agroecologia para mim é uma utopia, um grupo de amigas morando num sítio, para mim, alimenta a minha utopia. As mulheres curdas alimentam profundamente a minha utopia. Então eu penso na utopia como aquilo que já está sendo vivido no tempo presente e que já é o novo. Pra mim é utopia. Talvez num mundo tão crítico como este, a minha utopia seja menos de um mundo já transformado e mais de um mundo com mais gente lutando para transformar, sabe? A minha utopia hoje é um mundo em que a força do nosso lado esteja mais presente, sabe? Que as ideologias, a visão de mundo contrária, a força de algo que move para construir uma outra coisa seja encampada por um número maior de pessoas, de sujeito coletivo, que nem a gente já teve num determinado momento. Eu acho que hoje a gente está vivendo um pouco sem isso. Então talvez a minha utopia hoje seja essa, de um mundo com mais gente convencida de que é possível construir uma outra sociedade. E mais gente engajada nessa luta. A minha utopia é de um mundo com uma correlação de forças mais favorável para o nosso lado. Para mim, se eu conseguir vislumbrar isso no mundo, eu já vou ficar feliz, porque eu acho que, daí, outras coisas virão. Eu acho que a minha utopia passa por aí. Não de uma sociedade

inteiramente nova, mas de um outro momento do mundo em que a força de quem acredita que é preciso transformar o mundo esteja maior do que quem acredita que o mundo tem que ficar como está. Essa é a minha utopia (E4).

A ousadia de imaginar um outro mundo e, inclusive, de colocar em xeque a ordem vigente ainda que não se tenha a certeza de que esse outro mundo existirá nos moldes em que se almeja, me parece uma identificação importante da esquerda. Imaginar aparece como um ato de confronto à ordem e a imaginação é o primeiro passo para a luta. O ato de imaginar, em si, não é suficiente para definir o que estou entendendo como esquerda neste trabalho. Trata-se da imaginação como força motriz para o confronto, como impulsionadora da luta por transformação social. Quando falamos em imaginar um outro mundo possível que se contraponha à ordem posta, não estamos falando apenas do sistema capitalista ou apenas da economia. Estamos falando de várias instituições, como o Estado, a família, a escola, as religiões e da forma como essas instituições regulam vários campos das nossas vidas, que vão desde a nossa sexualidade à forma como nos vestimos, quanto vale o nosso trabalho, quão valorizados são os nossos saberes, o que entendemos por liberdade de expressão, nossos direitos individuais e coletivos. Como vimos, a sobredeterminação desses conteúdos não é automática, vai depender do processo de articulação política que dá lugar ao campo da esquerda. Isso significa que ela depende também da capacidade da esquerda em lidar com suas próprias diferenças e desigualdades internas.

Na entrevista citada acima, E4 fala da correlação de forças entre a direita e a esquerda e de como hoje, no Brasil e no mundo, a esquerda vive um momento de enfraquecimento. Seguindo o pensamento de Bresser-Pereira (2006) e fazendo uma relação do que este autor propõe com o debate sobre disputa hegemônica proposta por Laclau e Mouffe (2015) e com o debate histórico sobre a disputa entre esquerda e direita trazido por Bobbio (2005), podemos dizer que o movimento

dessa correlação de forças é permanente, ora um lado avança, ora outro lado avança.

Na discussão de Bresser-Pereira sobre a democracia representativa e os partidos políticos (2006, p. 32) “[e]sses movimentos ocorrem na medida em que se esgotam as propostas de governo de um ou de outro grupo e os eleitores situados mais ao centro deslocam-se na direção oposta à dominante”. No vocabulário proposto por Laclau e Mouffe (2015), esse centro virtual é o lugar por excelência da disputa hegemônica, a força de um lado ou de outro está exatamente em atrair para si uma parcela da população que tem baixa identificação com qualquer um dos lados. Afirmo que ele é virtual porque o centro não é fixo, ele está constantemente sendo deslocado para um lado e para outro no amplo espectro ideológico que vai da extrema esquerda à extrema direita.

Bobbio (2005) discorre sobre o caráter relacional entre estes dois campos: um existe apenas em relação ao outro e uma demonstração dessa relacionalidade é como a própria ideia de que essa distinção não faz mais sentido é uma estratégia de disputa hegemônica. Nas suas palavras “para tornar irrelevante [essa] distinção [...] basta desautorizar um dos dois termos, não lhe reconhecendo mais nenhum direito à existência; se tudo é esquerda, não há mais direita e, reciprocamente, se tudo é direita, não há mais esquerda” (Ibid, p. 43). E continua na mesma direção: “não se passou muito tempo desde quando podíamos ouvir a pergunta: ‘Mas ainda existe a direita?’. Após a queda dos regimes comunistas, ouve-se aflorar com a mesma malícia a pergunta inversa: ‘Mas ainda existe a esquerda?’ (Ibid, p. 45).

Na reflexão de Bresser-Pereira (2006), o centro é virtual porque não existe como dado absoluto. Numa disputa antagônica, não há uma posição de isenção ou moderação absoluta que poderíamos chamar de centro *ipsis litteris*. É possível situar posições mais moderadas, que podemos denominar de centro-esquerda e centro-direita. São as posições que, no espectro ideológico, estão mais suscetíveis a atravessar as fronteiras que delimitam os campos da esquerda e da direita nas práticas articulatórias de disputa hegemônica. O que este autor nos diz é que

aquilo que virtualmente chamamos de centro no debate político está, na verdade, sempre posicionado à direita. Essa seria, então, uma posição de centro-direita. O mesmo pode ser colocado em relação à perspectiva daqueles que estariam “fora” do espectro ideológico, através de discursos de indiferença política. É um posicionamento muito comum em um período de crise de representação como o que estamos vivendo: “A política não me interessa”. Ora, se tomamos a imaginação aliada à determinação para a transformação social como uma característica da esquerda, a indiferença em relação ao debate político só pode corroborar com a manutenção da ordem.

Como a ação política impulsionada pela imaginação radical é parte do que entendo que constitui a esquerda, quando a esquerda consegue movimentar o centro na sua direção, se torna legítima a necessidade de continuar avançando na ampliação da justiça social. Dessa forma, em um contexto em que a esquerda está fortalecida, uma ampla gama de reivindicações ligadas à justiça social se tornam mais legítimas, mas não apenas isso. Quando a esquerda está revigorada, se fortalece também a própria possibilidade de seguirmos avançando nesses direitos. Os sonhos são estimulados, existe espaço para a projeção de outra sociedade.

Quando a direita se fortalece, para além de uma política econômica neoliberal e de discursos mais conservadores, se amplia a ideia de que não há saída possível para a ordem posta. Se dissemina um sentimento de desilusão com a própria humanidade, que é paralisante. Isso se relaciona com a própria matriz filosófica do pensamento econômico liberal, que compreende a natureza humana como sendo, em larga medida, determinada por interesses individuais de sobrevivência. Há pouco escopo para a mobilização coletiva em prol de uma sociedade mais justa para todas e todos se supomos que a vida em sociedade é fundamentalmente regida por interesses individuais.<sup>17</sup>

---

17 Em “Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana”, Marx critica os pressupostos da economia clássica liberal da seguinte forma: “A economia política parte do fato da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Capta o processo material que a propriedade privada perfaz na realidade efetiva em fórmulas abstratas, gerais, que então lhe

A forma como o debate sobre corrupção tem sido utilizada pela direita, no contexto da crise política que vivemos hoje no país, exemplifica isso. A ideia de que “os políticos são todos farinha do mesmo saco” gera exatamente esse sentimento: não há saída possível. Dessa forma, a crise de representação ou a crise de utopias afeta a esquerda de forma significativa, porque afeta a legitimidade do nosso potencial imaginativo. Na entrevista com E13, ela sugeriu que a crise de representação, fortalecida pelo discurso sobre corrupção, é um aporte ideológico de dominação criado para garantir a manutenção do *status quo*. Em suas palavras:

É, esse foi um grande problema do PT, né? Porque essa crise da representatividade, ela afetou o PT mais do que qualquer outro. Porque é isso, essa crise de representatividade, ela foi montada. Os grandes escândalos de corrupção, a forma como a mídia noticiou o mensalão, por exemplo, foi algo montado. [...] Ela é muito genial nisso, [em] usar o tema da corrupção. A corrupção é uma falácia que se inventa — vou explicar, não é que ela não existe — para afastar a população da política. Porque é isso: a sociedade, ela é corrupta como um todo. Existe a corrupção, ela é inerente ao sistema político. E sempre existiu. Quando eu falo que inventa, é inventa essa... Se inventou essa ojeriza. Ninguém teve ojeriza à corrupção nunca. Mas agora precisa criar uma crise de representação e representatividade. Aí a gente vai, faz disso um monstro, chama caixa dois de quadrilha, de mensalão, de... E vai criando essa série de coisas, para que as pessoas não possam se sentir representadas. Com o PT principalmente. Eu posso dizer com a esquerda de um modo geral, na verdade. Mas aí

---

valem como leis. [...] A Economia Política nada nos ensina sobre até que ponto estas circunstâncias externas [a partir das quais explica a divisão entre capital e trabalho], aparentemente acidentais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário. Vimos como mesmo a troca aparece a ela como um fato acidental. As únicas rodas que o economista político põe em movimento são a ganância e a guerra entre os gananciosos, a concorrência” (MARX, 1987, p. 147-148).

o PT estava na presidência e ficou com a pecha, né? Quando você vai conversar com as pessoas o que cai mais é isso: “Não acredito mais no PT”; “Porque o PT decepcionou”; “Porque era o exemplo, era a chance que a gente tinha”. E acabou que realmente também cometeu muitos erros. Mas eu acredito que essa crise de representatividade é uma crise que ela foi construída. Muito bem construída também, [para] as pessoas não se identificarem. Porque as pessoas não se identificam mais com os políticos. Não é com o sistema político. Não, elas não se identificam mais com os políticos. Tudo rouba. “Ah, eu vou votar em Davi Muniz, que me deu um bujão de gás”. Essa crise é desse tipo, entendeu? [...] Então se dá vazão para aqueles que sabem jogar com dinheiro. Porque o sistema político brasileiro, ele foi completamente cooptado pelo poder econômico. É isso. Saiu uma pesquisa dessas, que foi o CFemea que fez: ganhou quem gastou mais. Ganhou quem gastou mais. Então tem uma crise de representatividade? Tem. Mas é uma farsa. O que tem é o dinheiro impe-rando [...] Eu não acho que o problema maior seja o problema da representatividade, as pessoas não tem mais empatia. Precisou criar isso. Esse aporte ideológico para dar vazão aos negócios. Porque, assim, o mercado é isso. É preciso que a economia vá, para eu poder alcançar os meus lucros, mas, para isso andar, eu preciso criar um aporte ideológico de dominação. Sem sombra de dúvidas, se não você não consegue. Para explorar, eu preciso dominar, né? E aí um alimenta o outro. Então eu acho que é isso que aconteceu. E fizeram um trabalho muito bem feito, realmente, de desmoralizar o PT na sociedade. Está muito bem feito, foi muito bem feito (E13).

O tema da corrupção é utilizado como uma ferramenta para distanciar a população da política a partir da crença de que nada pode mudar a situação. Em um momento em que a correlação de forças está mais forte para a direita, a primeira disputa antagônica a ser feita é pela própria possibilidade de se construir uma sociedade diferente. Retomando as palavras de

E4, um mundo onde a esquerda está fortalecida é um mundo em “que a força de quem acredita que é preciso transformar o mundo esteja maior do que quem acredita que o mundo tem que ficar como está [...]”.

Nas práticas de articulação política, a imaginação não é um exercício individual ou aleatório. O pertencimento à esquerda também está demarcado pela identificação com um campo de pensamento crítico, que tem como preocupação a justiça social e, mais recentemente, a relação que se estabelece com o meio ambiente. Há, portanto, uma relação de identificação com um acúmulo de conhecimentos produzidos que articulam o campo da esquerda. Não é à toa, por exemplo, que nas treze entrevistas que analisei com mais profundidade neste trabalho, encontrei uma série de identificações no que estas mulheres projetam idealmente para a sociedade. A confluência destas projeções não é uma coincidência, ela revela um campo teórico político de esquerda com o qual estamos constantemente dialogando e a partir do qual nos identificamos.

A disputa entre esquerda e direita tem uma dimensão contingente, que é relacional. Determinadas posições estão mais à esquerda e mais à direita do que outras. Nesse sentido, no próprio campo da direita há posições que estão mais à esquerda e outras que estão mais à direita. Existem posicionamentos de direita que também tensionam a ordem. Mas o tensionamento da ordem, por si só, não é suficiente para preencher o significado da esquerda. Como coloquei, na configuração do que estou entendendo por esquerda neste trabalho, o tensionamento da ordem está associado à ampliação da justiça social. Se pensarmos que justiça social também é um significante vazio em disputa, podemos compreender como em determinados momentos históricos a direita também reivindica a ampliação da justiça social como objetivo das suas ações. É neste ponto que a associação a um campo de pensamento político se faz necessário para a demarcação do campo discursivo da esquerda, porque é em diálogo com esse pensamento que significantes como justiça social, liberdade e democracia são preenchidos a partir de uma perspectiva de esquerda construída historicamente.

A redistribuição material, por exemplo, ocupa um lugar central na compreensão de justiça social da esquerda. Nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma, para pensarmos em um exemplo concreto, a oposição aos programas sociais do PT estava dentro do que se reivindicava como justiça. Esses projetos eram vistos como demonstrações de clientelismo e impulsionadores de uma lógica social em que as pessoas não se esforçam para conquistar seus interesses, beneficiando injustamente pessoas que supostamente se esforçam menos do que as outras, vistas como trabalhadoras — leitura vinculada à ideia de meritocracia, central para o pensamento liberal. Não cabe aqui uma avaliação valorativa sobre essas diferentes demandas, embora a própria motivação deste trabalho demonstre em que campo estou posicionada. O que quero colocar, entretanto, é que a disputa desses significados que deslocam as fronteiras entre direita e esquerda não são aleatórias. Elas estão permanentemente dialogando com um campo de reflexões políticas.

Não reivindico a luta por justiça social, o sonho da transformação ou o tensionamento da ordem como exclusividades da esquerda. O que está em causa na forma como determino esse campo discursivo é a conjugação desses fatores: (1) a imaginação radical, (2) o tensionamento da ordem, (3) a ampliação da justiça social e (4) a vinculação a um campo de reflexão política de esquerda que vem se reinventado historicamente. Isoladamente, justiça social, “sede” de mudança e questionamento da ordem são elementos em disputa por projetos antagônicos.

Em sua discussão clássica sobre a diferenciação entre esquerda e direita, Bobbio (2005) dialoga com o pensamento de diferentes autores que qualificam essa distinção como emancipação *versus* tradição (Dino Confrancesco); igualdade *versus* hierarquia (Elisabetta Galeotti), entre outros. Ele conclui, entretanto, que o compromisso que se estabelece com a igualdade é o que diferencia fundamentalmente estes campos. Nas suas palavras,

o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de ‘esquerda’, e como tais têm sido

reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repetido, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (Ibid, p. 110)

Embora concorde com a centralidade do compromisso com a igualdade no campo da esquerda, desenvolvo neste trabalho uma preocupação com as tentativas de fixação absoluta desses projetos igualitaristas e as diversas desigualdades que podem ficar obscurecidas por elas. Dessa forma, insisto na importância da imaginação política como um exercício que pode atrair permanentemente o campo da esquerda em direção à transformação radical. É importante que se diga que radicalidade, da forma como eu coloco, não está ligada a extremismo, mas sim a transformação estrutural.

Bobbio (Ibid) acredita que a ruptura radical com a ordem não deve ser entendida como um elemento definidor da esquerda. Para ele, “a diáde extremismo-moderantismo não coincide com a diáde direita-esquerda” (Ibid, p. 51), uma vez que na contraposição entre moderantismo e extremismo o que está em causa é o método e não um contraste de valores ou fins (Ibid, p. 60). Dessa forma, pode haver extremismo tanto de direita como de esquerda e estes extremos partilhariam uma identificação com o autoritarismo. Na mesma direção argumentativa, pode haver posições moderadas nestes dois lados, que são posições que têm uma compreensão da história gradualista, associando as suas ações a objetivos reformistas.

Ao aproximar radicalidade de extremismo, colocando estes dois nas pontas do espectro político, Bobbio aproxima radicalidade de intolerância. Se pode haver discordâncias entre diferentes setores da esquerda em relação aos métodos, essas discordâncias não coincidem necessariamente discordâncias relativas à radicalidade dos fins desejados pelas diferentes perspectivas políticas desse campo. Não me parece

contraditório, por exemplo, que uma esquerda comprometida com valores democráticos vislumbre um conteúdo político de combate radical às desigualdades. Se associamos as diferenças existentes no contínuo da esquerda unicamente às divergências em relação aos métodos, perdemos de vista as diferenças em relação aos fins que também cabem dentro deste campo, inclusive na forma como se concebe a igualdade. Por isso, identifico o campo discursivo da esquerda a partir da conjunção destes fatores, dando lugar a uma concepção de esquerda em permanente tensionamento e ampliação. Uma concepção de esquerda que não pode ter o seu conteúdo fixado permanentemente.

\*\*\*

A preocupação com a ampliação da justiça social apareceu no horizonte utópico das entrevistadas de formas diferentes. O que revela que esta preocupação não tem significados fixos para a esquerda. Localizei entre as respostas das militantes às perguntas sobre as suas utopias referências ao igualitarismo, ao anticapitalismo, ao antirracismo, ao antipatriarcado e ao feminismo, à antilgbtphobia, ao comunismo, ao socialismo, ao libertarianismo, à democracia, ao bem viver e também a valores como a alegria, o respeito, a ética, a liberdade, a valorização das relações entre as pessoas, do cuidado e do fortalecimento da confiança e o fortalecimento subjetivo das mulheres.

Nenhuma das militantes entrevistadas se vinculou de forma definitiva a apenas uma corrente teórico-política. Ou seja, não há nos seus depoimentos uma adesão a um projeto político universal, que abarque todas as suas preocupações. Encontrei um mosaico de identificações que dialogam com debates diversos que vêm sendo feitos no campo da esquerda. Essa identificação múltipla dá lugar a projetos políticos distintos de uma entrevistada para outra, mas que estão conectados entre si por vários *pontos nodais*. A análise desse tópico das entrevistas trouxe alguns pontos para discutir (a) o movimento de revisão crítica em relação às grandes narrativas que vem sendo feito pela esquerda desde a

década de 1970 e (b) o debate teórico acerca da fragmentação dos sujeitos que vem sendo desenvolvido por teóricas e teóricos pós-estruturalistas.

Compreendo a identificação múltipla das entrevistadas como um reflexo da presença da crítica às grandes narrativas que, na esquerda, vai estar preocupada sobretudo com a revisão das experiências do socialismo real, na própria formação política dessas militantes. A crítica às perspectivas totalizantes de esquerda traz à tona uma forma de projetar a sociedade que se deseja com uma margem maior de autonomia para os sujeitos. Me distancio de algumas leituras pós-modernas mais fatalistas, que analisam esse contexto como sendo caracterizado por uma fragmentação absoluta, que impossibilitaria a articulação de ações coletivas. O que me leva a negar essas perspectivas é a compreensão de que ainda que exista uma pluralidade quase infinita de utopias dentro daquilo que entendemos por esquerda, há também, dentro dessa infinitude, a identificação comum com várias correntes de pensamento, que se apresentam como *pontos nodais* do campo.

Nesse sentido, as reflexões de Laclau e Mouffe (2015) são úteis para compreender o contexto que vivemos, uma vez que, para estes autores, a multiplicidade de posicionamentos não impede a ação conjunta, já que esta se articula de maneira contingente. Para além da articulação em torno de reivindicações específicas e contextuais, há também uma identidade coletiva que se cria à medida que partilhamos reflexões sobre o mundo que existe e o mundo que queremos que exista. Ou seja, a identificação com determinadas correntes de pensamento segue sendo um elemento central para a conformação do campo discursivo da esquerda.

Ainda em relação a esse debate, há uma identificação mais ampla que também cria as fronteiras da esquerda, que é a negação da ordem existente. O anticapitalismo, o antirracismo, o antipatriarcado e outras formas de negação da ordem posta que não se expressaram com estas palavras nas respostas das entrevistadas refletem esse sentimento de não aceitação do *status quo* que venho propondo que seria um elemento importante na formação discursiva da esquerda. Nesse sentido, o “anti” vai funcionar a partir da *lógica da equivalência* em momentos de maior acirramento

político com a direita. O que considero importante a ser colocado em relação a estes pontos é que há uma importância da negação da ordem na identificação da esquerda e há também uma identificação propositiva, associadas a uma série de perspectivas teórico-políticas, como o feminismo, o socialismo, o comunitarismo, o bem viver, entre outras. Mas a relação que se estabelece com estas utopias não é totalizante.

Na análise das entrevistas, pude observar que (b) a identificação com diferentes perspectivas teórico-políticas está relacionada, também, à própria pluralidade da experiência de vida dos sujeitos. Esta pluralidade está ligada tanto aos seus espaços de formação política, como à sua vida de forma mais ampla: sua identificação de classe, raça e gênero, sua sexualidade, sua estrutura familiar, escolaridade, se tem origens urbanas ou rurais, entre outros aspectos. Moya Lloyd (2005), ao fazer um panorama dos diferentes debates trazidos por feministas pós-estruturalistas, sugere que há uma diversidade de experiências de vida que dá lugar a identidades infinitas, porque estes “localizadores” (classe, raça ou gênero), não funcionam a partir da lógica da adição. Diferentes trajetórias vividas dão lugar a experiências singulares e, inclusive, a experiências de opressão singulares. Por isso, não existe a possibilidade de se articular de forma definitiva em torno de uma identidade ou de um projeto que dê conta de toda a complexidade das nossas subjetividades.

Na minha leitura, a diversidade das experiências de opressão vivenciadas pelos sujeitos não apaga a lógica estrutural dessas opressões. O fato de vivenciarmos o sexismo, o classismo ou o racismo de formas distintas, não apaga o caráter sistêmico destas opressões. Vivemos sob um sistema de opressões ao qual, seguindo bell hooks (2014), denomino de *patriarcado capitalista de supremacia branca*. Afirmar o caráter estrutural dessas opressões não significa anunciá-lo como um sistema fixo e automático, mas situar que estas relações de poder atravessam o nosso cotidiano de forma generalizada. A diversidade das nossas trajetórias de vida dão lugar a experiências de opressões também diversas neste sistema, mas as relações estarão sempre atravessadas de alguma forma por esta estrutura de poder. A forma como estamos posicionadas nesta teia de

relações de poder vai fazer com que algumas reivindicações nos mobilizem mais do que outras, da mesma forma que vai fazer com que alguns projetos políticos contemplem mais os nossos anseios do que outros.

Por outro lado, o fato de ser uma mulher negra não faz com que uma militante se identifique automaticamente com o feminismo negro, ou que tome as lutas antirracista ou feminista como prioridades, embora este fato possa aumentar a probabilidade através da qual ela seja afetada por esses debates. O que me parece útil em relação a este exemplo é a ideia de que *nossas identidades políticas se formam na própria prática política*. Primeiro, porque a nossa identidade não é um dado, ela é algo que está sempre em processo, mas também porque a própria política está sempre em processo (LLOYD, 2005). Dessa forma, construímos as nossas identidades na medida em que construímos também as nossas reivindicações coletivas.

O caráter processual das identidades é algo que aparece em todas as entrevistas realizadas. Um dos primeiros questionamentos do roteiro das entrevistas foi sobre o impacto que os feminismos tinham tido na vida das minhas interlocutoras. Me interessava entender como elas percebiam esse processo, porque eu ouvia de forma recorrente, em espaços feministas, afirmações como “eu já era feminista, mas não sabia”. O que esse tipo de afirmação revela é um processo de revisão das nossas trajetórias de vida, a partir do contato com determinado referencial teórico-político. Nesses casos, os feminismos. Dessa forma, processos de resistência difusos que vivenciamos passam a ser entendidos como uma espécie de posicionamento “protofeminista” e algumas opressões e dores vividas, que não eram entendidas como opressão, passam a ter esse significado.

Nos depoimentos que escutei, o contato com o feminismo marca um divisor de águas na vida das militantes. Ele opera uma reconfiguração na forma como nos entendemos no mundo e na forma como construímos as nossas relações. Nas entrevistas, ouvi as mulheres com quem conversei falarem do impacto que o feminismo teve na sua liberdade sexual, no campo profissional, na relação que estabelecem com as outras mulheres e inclusive com as suas mães, na relação que estabelecem com seus corpos,

na relação que estabelecem com a política, entre outras questões. A seguir transcrevo trechos dos depoimentos de E11 e E12 sobre este contato.

Eu acho que existem duas E11 aí, né? A de antes e a de depois do feminismo. Sem dúvida. Acho que tem o impacto dessa lente que não tira férias nunca. De que você nunca mais vai ter paz. Você sempre vai ser essa pessoa questionadora, onde quer que você esteja. Não que eu nunca tenha sido uma criança questionadora, uma adolescente questionadora, mas eu acho que você acrescenta uma lente aí, que você não consegue comer dobrado para ninguém, né? E aí você fica nessa, nessa coisa de querer se empoderar, de querer trazer outras mulheres com você, de querer ajudar as pessoas, de querer andar nessa corrente todo mundo junto e tal. Eu acho que o impacto é muito e eu tenho me tornado outra pessoa. Foi como se eu tivesse mergulhado num mundo e eu tivesse bem la dentro desse rio, assim, que me levou junto com várias outras mulheres. E, assim, se eu quiser nadar de volta para encontrar aquela a E11 antes do feminismo, eu acho que eu não consigo mais (E11).

Gente, outra pessoa. Eu digo que a minha vida rendeu nos últimos quatro anos o que ela não rendeu nos outros dez. Desde que eu me lembro de gente, né, de quando você tem 15 anos, 16, que você acha que sabe de alguma coisa. Eu juro que eu fico pensando até hoje o que é que eu pensava até os 26 anos e eu não lembro. E aí eu comecei a lembrar da minha infância, da adolescência, de estudar e trabalhar e de sempre ser uma pessoa que queria fazer as coisas e de ir, de não gostar que as pessoas dissessem que eu não podia fazer. Mas eu não sou uma pessoa que embate muito. Eu só fazia e deixava lá o povo achando que eu não podia fazer. [...] Eu comecei a ter uma vida muito mais, sabe, profunda, no sentido, assim, das coisas que eu faço. O olhar problematizador é muito desgastante às vezes. É, mas ele traz pra sua experiência uma coisa

muito realista. Você vive a sua vida sabendo do que você gosta, do que você não gosta, porque é que aquelas coisas acontecem com você, porque é que você se sente desse jeito em relação às coisas. É muito enriquecedor. Pode vir a endoidar você um pouco? Pode, mas é uma doideira boa assim. E você conhece gente maravilhosa. Então mudou a vida completamente. Eu não lembro como era a minha vida antes. Eu nem sei pra quê que eu andava pelo planeta se eu não estava problematizando nem a minha existência, quanto mais a minha relação com as outras pessoas. É tipo, maravilhoso. Eu indico. (E12)

No trecho que transcrevo a seguir, E13 revela de que forma o contato com diferentes espaços de formação política foi dando diferentes significados à sua prática política e à sua própria identidade feminista. Ela é uma mulher negra, jovem e acadêmica. Iniciou sua militância no movimento estudantil e foi se aproximando do feminismo a partir da pesquisa acadêmica, mais especificamente em relação ao tema do aborto. A partir desse contato, passou a se inserir em outros espaços de militância feminista e a participar de vários espaços de formação feminista, desde espaços promovidos por organizações não-governamentais a movimentos sociais.

E foi aí que eu convivi com essas mulheres que faziam, que fazem parte até hoje da Marcha Mundial de Mulheres. São as mulheres das associações de bairro, são as mulheres da periferia e isso me ensinou muito também. Então esse também foi um outro espaço de formação, que não está nesse eixo mais acadêmico, mais teórico, mas foi tão importante quanto para mim. Então a gente tinha noção, por mais que a gente estivesse dentro da academia, a gente tinha noção que não era só aquilo que bastava. Era importante para a gente, mas a gente teve um contato com um outro tipo de debates, de pautas, de realidades, que eu acho que também foi crucial para o feminismo que eu construo hoje, que é um feminismo popular, né? Feminismo negro também, mas isso é mais recente. E

aí essas duas coisas foram muito importantes para mim. E o feminismo negro eu só vim conhecer no mestrado mesmo, é uma coisa bem mais recente, que também foi um outro *insight* na minha vida. Muito importante, né?

Em outro momento da entrevista, perguntei sobre o impacto do contato com o feminismo negro em sua atuação política e em sua vida, ao que ela me respondeu:

Depois do feminismo negro o que aconteceu foi, na verdade, uma visão de algo um pouco mais estrutural das relações. Como o racismo vai costurar espaços de privilégios para algumas sim, para outras não. Quem tem direito de falar e quem não tem direito de falar? Entendeu? Em que contexto você vai servir ou que você não vai servir? Entendeu? Isso vai de tudo. Isso vai de coisas mais sérias a coisas mais residuais. Como, por exemplo, eu sou uma teórica, estou tentando ser uma teórica do aborto. É o meu debate. Aí você tem um certo grupo que estruturou — isso é um exemplo só — um seminário. E aí tem uma série de mesas, mas só tem mulheres negras na mesa de raça. Aí eu fui chamada para essa mesa e eu disse que eu não ia. A mesa de aborto só tem mulheres brancas. Eu sou uma pessoa que eu acumulei no debate do aborto. [...] E isso aí foram coisas que foram me incomodando bastante. Entendeu? Disso e de coisas mais sérias também. De feministas falarem em reunião, numa certa reunião, que as mulheres negras em tal debate estavam sendo tuteladas. Estavam indo num debate com tal pessoa que estava protagonizando o debate não porque precisavam daquele debate, mas porque estavam sendo tuteladas, por exemplo. Isso são exemplos de coisas que acontecem várias vezes, de vários modos, com intensidades maiores e menores. Entendeu? Com pessoas um pouco mais distantes de você e pessoas mais próximas a você. Isso acontece sempre, né? Como o debate racial é colocado dentro do feminismo e como as feministas querem enfrentar

esse debate ou não querem enfrentar esse debate. Então depois do feminismo negro, as coisas tomaram essa proporção. Que antes [meus incômodos] eram coisas de prática, de comportamentos, pronto, de maus comportamentos. Uma palavra horrorosa, mas, desvio de conduta militante, digamos assim. Que tem, em alguns lugares ainda tem. Mas que não é hoje o protagonismo dos meus desafios. O protagonismo dos meus desafios é realmente essa questão [racial] (E13).

Esses depoimentos revelam como as nossas identidades não são anteriores ao engajamento político, elas vão sendo criadas no próprio processo de articulação política e não chegam a um momento de cristalização. As identidades são sempre processuais. Se concordamos com Moya Lloyd (2005) de que, assim como as nossas identidades, a política também é um processo, podemos afirmar que o que vai determinar a prioridade de determinadas pautas em relação a outras dentro de um movimento ou um campo político são as disputas antagônicas dentro desses próprios campos. Estas disputas afetam e são afetadas pelas nossas identidades.

A compreensão das identidades políticas que apresentei até aqui se distancia de uma perspectiva essencialista presente na tradição marxista, a partir da qual existiriam interesses dos sujeitos que são descobertos a partir de um processo de conscientização. Nessa perspectiva, a estrutura de dominação social, política e econômica aliena os sujeitos em relação à sua situação no mundo. A conscientização seria um momento de revelação sobre a realidade, onde se poderia compreender as relações sociais para além das suas aparências. Ainda que a conscientização se dê na formação política, os interesses políticos dos sujeitos seriam anteriores à política e, ao desvendar a realidade, eles tomariam consciência desses interesses históricos. Se, em contraposição a esta ideia, entendemos que as identidades são processuais, não existem interesses necessários aos sujeitos a serem desvendados. Dessa forma, não é possível definir um projeto de esquerda a partir dos interesses pré-determinados dos sujeitos. Esses interesses são resultado das próprias práticas articulatórias. Não há também a

possibilidade de definir um projeto fixo a ser perseguido como forma de emancipação, esse projeto também resulta de práticas articulatórias.

\*\*\*

Após esta explanação, é possível chegar a uma definição do que se compreende por esquerda neste trabalho. Entendo o campo da esquerda como um campo fluido, que resulta de práticas articulatórias. As demandas deste campo não são demandas de sujeitos cuja identidade é demarcada anteriormente às práticas articulatórias, elas são forjadas no próprio processo de articulação política, assim como as próprias identidades destes sujeitos. Os interesses a serem perseguidos, desta forma, são contingentes e não necessários. Eles vão variar no tempo e no espaço, mas estão conectados de forma dialógica a um campo de produção de conhecimento crítico que se preocupa com a ampliação da justiça social e, mais recentemente, com a sustentabilidade ambiental.

A negação da ordem vigente é um ponto nodal importante na definição do campo da esquerda, uma vez que ela se coloca como o primeiro vínculo de solidariedade entre sujeitos que reivindicam diferentes demandas ligadas à ampliação da justiça social. Ainda que, em dado momento, a esquerda esteja fortalecida na correlação de forças, a ordem vigente nunca é vista como suficientemente justa. O campo da esquerda é movido pelo exercício de imaginação permanente de um mundo mais justo, que não teme arriscar a ordem em busca desses ideais. A esquerda ganha sentido também em contraposição ao seu polo antagônico, a direita. Diante destas definições, proponho que a esquerda é sempre contra-hegemônica, já ela tem como elemento constitutivo o tensionamento da ordem. Como o igualitarismo é também um elemento importante deste campo, a esquerda só poderia ser hegemônica numa sociedade em que fosse eliminada toda forma de dominação e desigualdade. Essa seria uma sociedade sem conflitos.

Na esteira do pensamento de Chantal Mouffe (2005), acredito que a negação das divergências entre a direita e a esquerda é uma das formas

de negação da própria disputa hegemônica que rege o político. Não estamos falando apenas de diferenças quando discorremos sobre esse embate, mas de projetos políticos ancorados em compreensões antagônicas do que é o mundo e a vida. Como afirma Bobbio (2005, p. 33) “não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise”. A negação deste antagonismo é uma estratégia de esvaziamento do próprio debate político. O que a história nos conta, entretanto, é que nenhuma ordem social consegue se totalizar. Há sempre antagonismos, que não são apenas diferenças ou demandas residuais, mas projetos de sociedade inconciliáveis, que disputam hegemonia.

Como coloquei, a esquerda nunca se estabelece enquanto hegemonia, porque ela é a busca permanente da ampliação da justiça social. O que ocorre, entretanto, é que em alguns momentos a correlação de forças é mais favorável para a esquerda do que em outros. São momentos em que, normalmente, assistimos ao esgotamento de projetos de direita, abrindo espaço para a instauração de governos de centro-esquerda, uma vez que esse campo discursivo consegue atrair o centro em sua direção. Um dos argumentos sobre a atual inexistência dos antagonismos entre direita e esquerda é que os governos de centro-esquerda, que têm se estabelecido ao redor do mundo, não têm conseguido, ou sequer almejado, estabelecer rupturas em relação à economia neoliberal. Um dos fatores que dá lugar a esse cenário é o processo de expansão hegemônica das forças políticas de direita, que passam a incorporar algumas demandas da esquerda, possibilitando conquistas parciais e evitando disputas políticas acirradas em torno de projetos mais radicais.

Na leitura apresentada por Frederico Costa Alves e Marco Aurélio Máximo Prado (2017), as vitórias do PT à presidência da república são em parte resultado da construção de coalizões que dão limites às demandas radicais que vinham sendo articuladas no campo discursivo dentro do qual o PT se situa. Para estes autores, ao construir coligação com forças políticas antagônicas ao projeto que o CDP vinha articulando, o PT articula uma terceira cadeia de equivalências que incorpora demandas da direita e da esquerda, borrando a fronteira que separa estes

campos. Essa posição de “equilibrista” é um elemento importante para entendermos a crise do partido, uma vez que não é possível conciliar de forma definitiva interesses que são, entre si, contraditórios. Ao borrar essas fronteiras, as estratégias de coalizão trazem consequências para a própria identidade do projeto político de esquerda, com as quais lidamos neste momento de crise. São essas contradições que levaram algumas forças do campo discursivo da esquerda a disputar o significado do significante “esquerda”, questionando se deveríamos considerar o conteúdo daqueles governos como representantes dos anseios da esquerda.

A enunciação do fim das diferenças entre direita e esquerda seria, na realidade, a enunciação do óbito da esquerda. Por isso, ainda que os governos “pós-neoliberais”, que ascenderam na América Latina nas últimas décadas, tenham carregado muitas contradições e tenham responsabilidades na crise enfrentada pelo campo discursivo da esquerda nesse contexto, é preciso conceituar a diferença entre governos de centro-esquerda e governos de centro-direita para que comecemos a rearticular as identidades destes campos.

Um dos elementos de diferenciação entre estes dois lados é a trajetória histórica que os levou até o poder. Isso não significa que essa identidade é reafirmada apenas pelo passado, mas que as articulações políticas que possibilitam a ascensão dos governos de centro-esquerda também incidem de alguma forma sobre as suas agendas, ainda que essa incidência não se dê da forma como se vislumbrava. Os avanços conquistados ao longo das suas gestões não podem ser entendidos como concessões, mas como fruto da trajetória de um campo discursivo ao qual esses partidos estiveram vinculados. Nesse sentido, são fruto da tração tensionada pelos seus aliados históricos, dos quais o partido não pode simplesmente abrir mão, por mais que a sua identidade tenha se transformado radicalmente a partir das novas articulações construídas.

A disputa entre direita e esquerda não se dá apenas nos momentos eleitorais, ou pelo aparato estatal. Essa é uma disputa corrente na sociedade civil, na relação da sociedade civil com o Estado e dentro do próprio Estado, uma vez que as gestões abarcam setores posicionados

de formas distintas no espectro político e mantém relação de diálogo permanente com o parlamento, que por sua vez também abriga essa diversidade ideológica. Os vínculos com setores progressistas, construídos historicamente pelos partidos situados à esquerda, ampliam o acirramento da disputa entre esquerda e direita dentro dos próprios governos, ao ampliar espaço para a vocalização dos interesses destes setores progressistas. A atenção dada nesses governos à ampliação dos direitos das minorias políticas e o compromisso com o arsenal de pautas da esquerda, que fez com que a construção de políticas públicas não se promovesse sempre a partir de uma lógica liberal, é também fruto da tensão causada pelo vínculo que o partido estabelece com os movimentos e organizações de esquerda, assim como das disputas internas do próprio partido.

Ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, a ampliação da justiça social foi feita de forma a quase não atingir a ordem posta. O avanço esteve limitado pelas alianças que foram sendo construídas para garantir a governabilidade. Como resultado, foram governos marcados pelo “reformismo fraco” (SINGER, 2012), pela inclusão através do consumo, por uma lógica desenvolvimentista que beneficiou grandes empresas, pela concentração de renda e cujos avanços foram marcados por uma dupla face, uma progressista e uma conservadora. Como afirma Vladimir Safatle (2015, p. 72)

Não se trata aqui de negar como no final de 2010 assistimos a fenômenos como a ascensão social de 42 milhões de pessoas, com a ampliação da sua capacidade de consumo, a elevação do salário mínimo a 50% acima da inflação, a abertura de 14 universidades federais e a consolidação do crédito, de 25% para 45% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas se trata de perguntar se a circunscrição do pretensu sucesso do modelo econômico lulista, a tal ‘lógica dos meios’, não expressaria claramente a incapacidade de setores hegemônicos da esquerda brasileira de assumirem, como tarefa maior, a crítica do mito do desenvolvimento econômico e a absorção da

‘criatividade social’ como conceito fundamental para a definição do que pode ser entendido como ‘progresso’.

Como reflexo de um posicionamento que se situa muito próximo ao centro, no equilíbrio entre a ampliação da justiça social e a manutenção da ordem, estas duas preocupações estiveram quase equiparadas. Foi em nome da manutenção da ordem, por exemplo, que o PT se furtou de fazer a reforma política, a reforma tributária ou de democratizar a mídia. No campo das demandas feministas, foi o compromisso com a ordem que fez o partido se empenhar em reivindicações como a luta contra a violência contra as mulheres e recuar na luta pela legalização do aborto.

Outra leitura possível é que a correlação de forças não teria possibilitado ao partido avançar em temas mais sensíveis sem ameaçar a sua governabilidade, ou seja, sem tensionar suas articulações com setores contrários a estas demandas. Localizo, entretanto, durante esses governos, momentos de tensionamento da ordem a partir da necessidade de avançar na ampliação da justiça social: as cotas raciais nas universidades e a PEC das Domésticas são dois exemplos que nos ajudam a pensar no enfrentamento que o governo se propôs a fazer. É importante relacionar esse ponto ao ponto anterior, sobre a tensão causada pelo vínculo que o partido estabelece com setores progressistas da sociedade civil. É a tensão causada dentro das gestões, por esses vínculos, que faz com que, em dados momentos, proposições que desestabilizavam a ordem pudessem avançar.

Compreender a ampliação da justiça social como uma prioridade categórica não é uma marca dos governos do Partido dos Trabalhadores, mas foi o seu posicionamento à esquerda do espectro político que permitiu que, em alguns momentos, essa ordem fosse tensionada, ainda que, muitas vezes, de forma mais simbólica do que estrutural. No terceiro capítulo, apresento alguns elementos que as militantes entrevistadas atribuem à reação da direita neste momento. Um deles se refere aos tensionamentos feitos ao imaginário da identidade nacional, que

sustentam a reprodução de uma organização social marcada por desigualdades, gerando reação dos grupos sociais historicamente privilegiados em termos de classe, raça e gênero.

Essa caracterização dos governos do PT como governos de centro-esquerda nos ajuda a entender a importância das forças históricas que estiveram articulando o projeto que deu lugar à sua ascensão e os deslocamentos das fronteiras que foram feitos nesse processo. É uma trajetória que, se por um lado, demarca o abrandamento da radicalidade daquele projeto, também determina o caráter dos compromissos que foram assumidos pelo partido na direção da ampliação da justiça social, o que, a meu ver, o diferencia do que poderia ser realizado por um governo de centro-direita. A disputa entre direita e esquerda passou a ser travada dentro das próprias gestões do partido, uma vez que esse campo discursivo também não pode ser entendido como homogêneo. É uma diferenciação necessária para entendermos que, embora essa fronteira se encontre nebulosa, fortalecer a sua existência é importante para que o campo da esquerda possa articular uma nova identidade, fixando parcialmente os sentidos do seu antagonismo em relação à ordem posta.

As disputas hegemônicas visam à constituição de uma ordem política, elas procuram fixar discursos, tentando preencher a ausência de plenitude. Foi esse o esforço empreendido pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dos seus governos. Mas, sabemos que esse movimento nunca se completa, visto que não é possível fixar uma ordem de forma definitiva. Os efeitos gerados por esse esforço tiveram impactos na delimitação do campo discursivo da esquerda, que se viu indiretamente vinculado a forças políticas que lhe são antagônicas. Quando penso no desgaste das forças hegemônicas do campo da esquerda no Brasil nas últimas décadas, entendo que ele é fruto da incapacidade dessas forças de gerarem as condições em que a ampla diversidade da esquerda pudesse se identificar com aquele discurso hegemônico.

Como coloquei anteriormente, tenho entendido a década de 1980 no Brasil como um período de grande agitação política. Naquele contexto, uma série de demandas e novos sujeitos políticos foram tomando

forma. Essas forças políticas deram lugar ao projeto que, décadas depois, acabou colocando o Partido dos Trabalhadores na presidência da república. No final da década de 1980, o Campo Democrático Popular vai tomando uma forma mais estável e as diferenças internas começam a ser obscurecidas pela formação hegemônica que se estabelece. Determinados sujeitos (PT, a CUT e o MST) tomam a dianteira deste campo, se consolidando como referências. Na medida em que estes sujeitos se consolidam como protagonistas de um campo discursivo, as suas pautas tornam-se pontos nodais deste campo. Uma delas é a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) à presidência. Uma série de outras reivindicações vão sendo colocadas em segundo plano, na medida em que dificultam ou ameaçam os interesses dos grupos que hegemonomizam essa articulação. A identificação de vários setores da esquerda com esse projeto se tornará cada vez mais difícil, o que vai gerando o seu desgaste. Daí que, nas eleições de 2014, se faz necessário resgatar as imagens do passado.

Os personagens podem ser farsas de suas próprias tragédias porque suas identidades não são fixas. As demandas não são anteriores à articulação, tampouco são as identidades dos sujeitos. Não existe um ponto de partida de onde emergem as transformações do Campo Democrático Popular, não podemos dizer se foi a mudança de perspectiva de seus líderes que mudou o projeto; ou se foi a mudança de projeto que transformou os seus líderes. As duas coisas são fruto da própria prática articulatória. O fato é que temos um outro projeto e líderes com outras visões estratégicas e políticas. Os sujeitos podem ser farsas de suas próprias tragédias no momento em que tentam colar suas imagens do presente às suas imagens da década de 1970 ou 1980.

O que ocorre é o recurso à identificação a um outro personagem histórico, a Dilma guerrilheira, o Lula sindicalista, que não existem mais naqueles termos. A grande questão que se coloca é a busca de uma saída para a crise que retoma soluções encontradas no passado. A Dilma coraço valente, assim como o Lula metalúrgico, mesmo que ainda existissem, não poderiam ser novamente os heróis desta tragédia. A Caravana

da Cidadania ou a Frente Brasil Popular não serão, novamente, as estratégias que fortalecerão o campo discursivo da esquerda no Brasil. E não é porque não são estratégias plausíveis, mas porque foram eficazes na medida em que foram fruto e criadoras de um contexto histórico específico. Por mais cíclica que a história nos pareça, ela não se repete de forma idêntica. A incapacidade destas forças em mobilizar a esquerda de forma mais ampla neste momento parece revelar isso.

## CAPÍTULO 2

### O Ciclo do Campo Democrático Popular

Neste capítulo, apresento uma reconstrução histórica do Ciclo do Campo Democrático Popular a partir dos depoimentos das militantes entrevistadas, abordando as questões que elas trouxeram sobre o contexto local em diálogo com o cenário nacional. Discorro sobre as tensões e transformações do campo discursivo dos feminismos e sobre as relações que os movimentos feministas estabelecem com outros movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, sobretudo as relações que se estabelecem com seus setores hegemônicos. Nessa narrativa, as forças hegemônicas desses campos se sobressaem como um discurso em relação ao qual as diferenças presentes nesses campos são obscurecidas ou visibilizadas. Lanço luz sobre os deslocamentos das fronteiras que demarcam a identidade do campo discursivo dos feminismos e do campo discursivo da esquerda nesse período, analisando como essas formações discursivas lidaram com suas diferenças, desigualdades e divergências nas suas práticas articulatórias.

Uma série de atores políticos e acontecimentos não estão presentes nesta narrativa e outros não são analisados em profundidade, como ocorre com qualquer recorte histórico que buscamos estabelecer. A análise desenvolvida neste trabalho parte das experiências e reflexões de militantes da Região Metropolitana do Recife. Como uma das consequências deste recorte, esta é uma análise centrada em disputas e atores políticos urbanos. Há uma importante trajetória de resistência das trabalhadoras rurais que não está contada nestas páginas, ainda que essas

não devam ser entendidas como histórias separadas. No processo de revisão deste trabalho, me deparei com algo inevitável a qualquer demarcação que tentamos fazer: há sempre algo que escapa às histórias que conseguimos contar.

## **2.1 Primeira Fase: da abertura política à Frente Brasil Popular**

A vivacidade com a qual se consolidava o Campo Democrático Popular em diferentes partes do Brasil nos finais da década de 1970 e ao longo da década de 1980 foi uma das coisas que pude constatar no diálogo com as minhas interlocutoras. No capítulo anterior, discorri brevemente sobre como as narrativas oficiais tendem a obscurecer a pluralidade dos momentos históricos que pretendem dar conta. Essas narrativas são resultados de disputas hegemônicas e refletem a correlação de forças presentes em determinados contextos. As lutas operárias do ABC paulista são normalmente vistas como um marco no processo de abertura democrática no Brasil. Daquele contexto saíram importantes personagens históricos do Ciclo do Campo Democrático Popular: O PT, a CUT, o próprio Lula. Não é exatamente o protagonismo desses sujeitos que pretendo questionar, esse protagonismo é um dado. O que me interessa é compreender a diversidade do Campo que eles estavam protagonizando e o que ficou obscurecido quando estes sujeitos ocuparam estes lugares.

Flávio de Andrade (2017, p. 250), em sua análise sobre o período, afirma que, com a progressiva derrota da luta armada contra a ditadura, a tomada do poder através da revolução começa a perder adesão e, na segunda metade década de 1970, surgem formas de resistência à ditadura ligadas à luta pela redemocratização. Se proliferam, nesse contexto, formas de luta mais difusas e localizadas, ligadas a diferentes matrizes discursivas da esquerda. Esse é um contexto de retorno de intelectuais e militantes das esquerdas marxistas e nacionais-populares, que foram exilados ou se autoexilaram durante a ditadura. Esses militantes estavam ligados a organizações políticas que foram reprimidas

pela ditadura, carregavam a bagagem desse momento, mas também de suas experiências fora do país, como é o caso de muitas militantes que entraram em contato com um vivo debate feminista no período do exílio.

As perspectivas revolucionárias não saem de cena completamente, mas se fortalecem outras visões e estratégias de ação. Segundo Andrade (2017, p. 250), algumas ligadas às vias institucionais, que apostam na possibilidade de ampliação democrática por meio da atuação do MDB, outras ligadas ao fortalecimento da classe operária, através da organização sindical, e outras mais ligadas às experiências de formação e organização popular de base, que vão dialogar com a proposta de educação popular de Paulo Freire e, em muitos contextos, têm forte relação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a teologia da libertação. É dentro dessas experiências, as quais o autor identifica com uma perspectiva “popular”, que podemos localizar a crítica à noção de vanguarda da esquerda e a abertura para novas metodologias e estratégias políticas. Localizo nessas experiências, também, ampla participação das mulheres e a atuação de grupos feministas com uma perspectiva popular.

O CDP se constitui através da articulação dessas forças políticas com trajetórias e referenciais diversificados. A partir do processo de articulação e organização nacional de movimentos como “a CUT, o MST, articulações do movimento negro, de mulheres, de moradia, de direitos humanos, além de centros de educação popular e pastorais populares” (ANDRADE, 2017, p. 166) se constroem contornos mais estáveis a partir dos quais o campo pode ser reconhecido. Andrade (2017, p. 166) inclui o Partido dos Trabalhadores entre esses grupos políticos, “pela sua capacidade de expressar politicamente este campo, desde a sua existência até a primeira campanha de Lula à presidência da república, em 1989”.

As condições de vida nas cidades e no campo se deterioravam com a crise do “milagre econômico brasileiro”. A crise econômica que atravessava o país atingia de forma significativa a classe trabalhadora nas

suas camadas mais populares. A organização sindical que ganha vida nesse contexto será denominada de “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”<sup>18</sup> e vai chamar a atenção para a estratégia de crescimento que vinha garantindo o “milagre econômico” do período da ditadura militar: “a superexploração do trabalho, o arrocho e a miséria social à qual a classe trabalhadora estava condenada” (SILVA, 2012, p. 41). Como resposta a esse contexto, e fruto do fortalecimento da organização sindical, aumentaram as perspectivas dos movimentos reivindicatórios dos assalariados e em 1979 ocorreram 430 greves no país. O ABC paulista era o coração do parque industrial brasileiro, ali estavam concentradas as principais montadoras de automóveis do país, que era um pilar importante nos planos econômicos do governo. A força dos eventos ocorridos no ABC paulista estava em paralisar uma engrenagem de importância central para a economia brasileira.

Nesse momento, para além de liberdade política, reivindicava-se melhores condições de vida, sobretudo nas periferias das grandes cidades, o que pode ser percebido a partir do surgimento do Movimento Contra a Carestia. É possível afirmar que foi um momento de esgotamento do projeto levado a cabo pela ditadura militar, gerando amplo sentimento de insatisfação com a situação social. Vimos, no capítulo anterior, que a disputa hegemônica permanente entre esquerda e direita encontra oportunidades históricas de avanço para um lado na medida em que o projeto político do outro lado encontra-se em vias de esgotamento. Essa multiplicação das formas de organização da sociedade

---

18 Segundo Felipe Henrique Gonçalves da Silva (2012, p. 36–96), a expressão “novo sindicalismo” é cunhada com o intuito de demonstrar uma ruptura com o tipo de sindicalismo presente no Brasil desde a Era Vargas até a ditadura militar, que se caracterizava pelo teor reformista de pacto entre capital e trabalho, tomando o Estado como interlocutor principal. A crítica do “novo sindicalismo” ao sindicalismo anterior ao golpe de 1964 passava pela forte verticalidade e pelo afastamento dos seus líderes dos interesses dos trabalhadores, assumindo um formato burocratizado e se aliando a interesses políticos que se sobrepujam aos interesses da própria classe que representavam. Para Fabiana Scoleso (*apud* SILVA 2012, p. 38), entretanto, o termo “novo sindicalismo” não funciona sem aspas, na medida em que haviam muito mais traços de continuidade do que de ruptura com a antiga estrutura sindical.

civil reflete a multiplicidade de demandas por parte da população, que tomam formatos organizativos e têm matizes ideológicas distintas, mas passam a se articular entre si. São ações situadas no campo político da esquerda, na medida em que confrontam a ordem existente movidas pela necessidade de ampliação da justiça social e dialogam com o acúmulo teórico-político desse campo. O protagonismo de determinados sujeitos num campo tão diversificado e difuso como o daquele contexto é fruto da sua capacidade de articulação política, reunindo a diversidade de grupos contestatórios também em torno de suas reivindicações.

Segundo Elizabeth Souza-Lobo (1991), pouco se fala nos estudos sobre os movimentos sociais desse período sobre a ampla participação das mulheres. Somos lembradas quando se fala das organizações de bairros que reivindicavam questões referentes à reprodução da vida<sup>19</sup>, como é o caso do MCC, dos clubes de mães, dos movimentos de mulheres dos bairros e dos movimentos feministas. O que Souza-Lobo nos diz, no entanto, é que as mulheres também estiveram fortemente presentes nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos pela saúde, pela melhoria dos transportes, nas greves sindicais e nas comunidades de base. O apagamento da participação das mulheres nesses movimentos é sintomático. Essa participação é trazida à tona em trabalhos que pretendem dar conta da atuação das mulheres, normalmente com uma pers-

---

19 A distinção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é feita pela divisão sexual do trabalho, que não é uma invenção do capitalismo, mas toma formato específico nas sociedades modernas capitalistas. A divisão sexual do trabalho diferencia e hierarquiza os trabalhos entre atividades femininas e atividades masculinas, sendo as segundas mais valorizadas. No sistema capitalista de supremacia branca, o trabalho produtivo (entendido como masculino), é basicamente todo aquele que gera dinheiro, aquele trabalho que pode ser vendido ou pelo qual se recebe salário. O trabalho reprodutivo (entendido como feminino) é o trabalho feito dentro das casas, que chamamos de trabalho doméstico e de cuidados. É um tipo de trabalho que está ligado à reprodução do cotidiano. Essa divisão não reflete a organização da sociedade de forma exata. É sabido que, desde o surgimento do capitalismo como sistema econômico, o trabalho produtivo sempre contou com um contingente de mão de obra feminina. Essa divisão estabelece, entretanto, representações exemplares cindidas pelo gênero, que estão ligadas também a outras características que dão forma a esses papéis nas sociedades ocidentais contemporâneas (KERGOAT, 2009; BRANCO, 2016).

pectiva feminista. Mas os trabalhos que tratam do amplo campo dos movimentos sociais normalmente ignoram ou dão pouca atenção às questões vividas pelas mulheres na luta política e à sua participação. Ao neutralizar as questões de gênero, esses trabalhos constroem narrativas pautadas nas experiências masculinas. A forma como essas narrativas são construídas reproduzem a forma como essas questões eram tratadas naquele contexto fora dos movimentos feministas ou movimentos de mulheres. Como afirma Souza-Lobo (1991, p. 5),

Nada foi dito nos textos acadêmicos, na fala dos dirigentes sindicais ou no discurso sobre as políticas públicas, sobre o crescimento da participação feminina no trabalho assalariado no curso dos anos 70–80 em condições de desigualdade salarial, de promoções, de reconhecimento de competências. Somente as próprias mulheres — as feministas e as militantes dos movimentos — colocaram o problema.

Para além do sexismo e da misoginia estruturantes da nossa sociedade, que invisibilizam a nossa participação em diversos espaços e criam mecanismos de impedimento para a construção de lideranças femininas, não podemos deixar de lado a própria sobrecarga advinda da divisão sexual do trabalho<sup>20</sup>, que segue impedindo as mulheres de ocupar uma série de espaços de protagonismo. Esses fatores nos ajudam a entender como as mulheres têm alta participação nos bairros, mas dificilmente ocupam lugares de protagonismo. A atuação política local, assim como

---

20 Em relação ao conceito de divisão sexual do trabalho, ver nota anterior. As mulheres das classes populares, sobretudo as mulheres não brancas, sempre estiveram ativas também no trabalho assalariado — ainda que essa fosse considerada uma esfera, por excelência, masculina — devido à precariedade das suas condições econômicas. Em paralelo a uma série de reivindicações sobre a igualdade entre homens e mulheres, a presença feminina aumenta progressivamente, incluindo também mulheres de classes médias e de classes mais abastadas. A presença das mulheres na esfera de trabalho produtivo, entretanto, não é acompanhada pela divisão das responsabilidades dos trabalhos domésticos com os homens, o que gera significativa sobrecarga para esse grupo.

as reivindicações ligadas à esfera do trabalho reprodutivo não são menos importantes para a transformação social, são imprescindíveis. O que precisa ser discutido, entretanto, é, por um lado, a desvalorização da atuação das mulheres que têm incidência local e/ou que atuam nas frentes de luta ligadas ao trabalho reprodutivo. E, por outro lado, a invisibilização da participação política feminina em outras frentes de luta.

Sobre a própria luta sindical, espaço tradicionalmente visto como masculino, Souza-Lobo (1991) traz dados que revelam a discrepância entre a participação política e o nível de representação das mulheres. Enquanto mais de 25% dos filiados da CUT, em 1988, eram mulheres, ocupávamos menos de 10% da Direção Nacional dessa central sindical e apenas uma mulher estava na Executiva (CASTRO *apud* SOUZA-LOBO, 1991, p. 6). Ao ler esse e outros estudos sobre a participação política das mulheres na década de 1980, não pude deixar de me perguntar porque um contexto com tamanha participação das mulheres não criou nenhuma liderança feminina de peso nacional que conseguisse representar esse campo amplo e diversificado da esquerda, e não apenas se destacar como referência nos debates sobre os interesses das mulheres<sup>21</sup>. As res-

---

21 É importante fazer algumas ressalvas sobre os espaços ocupados por Dilma Rousseff e Marina Silva no campo da esquerda nos últimos anos. A candidatura de Dilma à presidência da república é reflexo, por um lado, do esgotamento dos quadros masculinos do PT em decorrência de escândalos de corrupção. E, por outro, da sua competência técnica. Ela não reflete seu protagonismo político dentro do partido ou no Campo Democrático Popular. Dilma não ocupava o lugar de liderança ao longo de sua trajetória dentro do Partido dos Trabalhadores, tampouco no campo político no qual o partido está inserido. Marina Silva, por outro lado, tem uma trajetória de liderança. Ela, todavia, passa a fazer a disputa da esquerda a partir do seu rompimento com o projeto que vinha sendo hegemônico pelo PT. A sua projeção, no contexto atual, é fruto do seu próprio rompimento com uma conjunção de forças que estava à frente daquele projeto. Não é possível fazer suposições sobre que lugar ela estaria ocupando se esse rompimento não tivesse acontecido. Considero importante pensarmos sobre o pequeno apoio que teve a sua candidatura dentro do campo político no qual se deu a sua trajetória. Embora uma parte do, até então, eleitorado do PT tenha apoiado a sua candidatura, Marina não conquistou apoio significativo da militância e das lideranças políticas do campo dos movimentos sociais dentro do qual construiu a sua vida política. A despeito das contradições que possam estar presentes nas alianças e projetos de suas candidaturas, consi-

postas possíveis a essa questão já foram sugeridas. Elas estão ligadas ao sexismo que estrutura a nossa sociedade. Na leitura da correlação de forças presente nessa ampla e difusa formação do campo da esquerda no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, a desigualdade entre homens e mulheres foi um fator central que garantiu a prevalência de algumas demandas sobre outras, assim como a articulação de uma forma de organização política ligada a uma tradição política patriarcal.

Exponho a pluralidade de forças políticas que dão lugar ao Campo Democrático Popular e as desigualdades que marcam essa pluralidade como forma de refletir porque algumas questões que estavam presentes de forma tão marcada naquele momento histórico foram sendo afastadas das prioridades do projeto do CDP ao longo de sua trajetória e quais são as relações desse afastamento com a crise que vivemos hoje. Olhar para as relações de poder na esquerda significa olhar também para as desigualdades que estão postas na sociedade para além da esquerda. Enquanto parte integrante dessa sociedade, essas desigualdades se manifestam também no discurso que é fruto dessas articulações políticas, ainda que esse seja um campo comprometido com o fim das desigualdades e opressões. É uma forma de refletir sobre o que levou determinados atores e não outros a ocupar os lugares de protagonismo nas últimas décadas e, também, como o projeto que foi se consolidando é, ao mesmo tempo, criador e consequência desse protagonismo.

A análise que desenvolvo neste trabalho compreende o Ciclo do Campo Democrático Popular como um processo de articulação de um projeto de esquerda que, embora ganhe vida em um momento de grande pluralidade do debate político, ao longo da sua trajetória acaba se fechando progressivamente em um ideal de emancipação que exclui as reivindicações de diversos sujeitos políticos. Proponho que o

---

dero importante que nos questionemos, a nível hipotético e reflexivo, se a sua capacidade de articulação política seria a mesma se Marina fosse um homem. Não estou sugerindo que o seu rompimento com o PT e os desdobramentos desse fato podem ser explicados unicamente pelo fato de Marina ser uma mulher. Mas acredito que esse fato não deve ser retirado dos nossos horizontes analíticos.

afastamento ou a invisibilização de determinadas pautas ao longo do Ciclo do Campo Democrático Popular não é fruto apenas da supremacia de determinados sujeitos políticos nesse campo, a saber, homens brancos comprometidos com um projeto desenvolvimentista. A invisibilização dessas pautas se relaciona também com a própria forma como os sujeitos hegemônicos desse campo compreendem o processo de articulação política.

No capítulo anterior, falei sobre como os centros políticos e econômicos acabam ocupando o protagonismo nas narrativas históricas, o que explica, em parte, a centralidade do PT e da CUT nas narrativas das últimas décadas. Se a pluralidade da efervescência política que se dava em todo o Brasil acaba sendo obscurecida como consequência das desigualdades regionais, penso que o protagonismo masculino nos espaços sindicais também não deve ser ignorado quando pensamos sobre o lugar ocupado pela luta sindical na narrativa histórica da esquerda, sobretudo pela forma como a centralidade no debate de classe tende a colocar em segundo plano as reivindicações de outros grupos subalternizados.

\*\*\*

Se o sexismo tem impedido a visibilidade da participação das mulheres na política e em outros espaços, o que podemos dizer sobre o lugar que o feminismo, enquanto discurso que confronta diretamente esse sexismo, tem ocupado nas práticas articulatórias da esquerda nas últimas décadas?

Como parte do momento histórico de resistência à ditadura militar, o surgimento dos feminismos brasileiros contemporâneos, nas décadas de 1970 e 1980, está diretamente ligado à luta pela anistia e à luta pela democratização. Sarti (1988) sugere que os feminismos contemporâneos surgem no contexto de derrota da luta armada, com a multiplicação de diversos debates que foram reprimidos ao longo da ditadura e dentro da própria esquerda, como as questões referentes às

desigualdades entre homens e mulheres, à sexualidade, à divisão sexual do trabalho e à politização de questões antes tidas como privadas. Na direção proposta por Flávio de Andrade (2017) sobre a emergência de experiências diversificadas de organização política após as derrotas da luta armada, entendo os feminismos emergentes nesse contexto como esforços para repensar os caminhos da esquerda, ampliando os debates sobre justiça social.

Já na década de 1970, surgem experiências de auto-organização das mulheres a partir de uma perspectiva feminista, como a criação de jornais<sup>22</sup> e de grupos de autorreflexão e militância. O ano de 1975 é entendido como um marco, por ter sido escolhido como Ano Internacional da Mulher pela ONU, o que trouxe grande visibilidade para a luta das mulheres em todo o mundo. Nesta década, surgem também estudos feministas dentro da academia. Muitas das tensões presentes no campo feminista brasileiro nas décadas seguintes estavam presentes nesse período, ainda que de forma embrionária. Albertina Costa ([1988] 2008, p. 77–78), cita um episódio na SBPC<sup>23</sup>, realizada em Belo Horizonte, em 1975, que revela a distinção entre os estudos feministas que têm um perfil mais acadêmico e os estudos feministas que mantêm uma relação com pedagogias feministas populares. Nesse evento, foram realizadas duas mesas que falavam sobre a situação das mulheres. Segundo Costa ([1988] 2008, p. 77–78)

as duas sessões eram pensadas e transcorreram de modo muito diferente, embora à primeira vista, a composição das duas se assemelhasse muito: professoras universitárias de igual posição e idade, que circulavam por ambientes próximos. No entanto, as diferenças de forma expressavam diferenças de conteúdo. De manhã, não houve *papers*, as

---

22 Na década de 1970 são criados os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Na década de 1980, surge o Mulherio.

23 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

cadeiras estavam arrumadas em círculo, apagou-se a disposição física que acentua a diferença entre expositor e ouvinte (o que aliás viria a se tornar razoavelmente rotineiro em ambiente acadêmico), num gesto audacioso e de desafio. À tarde havia textos bem datilografados, distribuídos com antecedência, relativos a pesquisas em andamento, tendo a mulher como objeto, *papers* que constatavam e denunciavam, com provas empíricas, a discriminação a que estava sujeita. Havia palco e plateia. A reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas.

Essa diferenciação nos estudos feministas segue presente nos dias de hoje. Albertina Costa sugere que se tratavam de estratégias distintas. O primeiro grupo contestava o formato daquele espaço. Na sua forma, se revelava uma crítica feminista à própria produção e disseminação do conhecimento acadêmico (HOOKS, 2014; 1984; DOUCET; MAUTHNER, 2007). O segundo grupo também lidava com tensões dentro da academia, mas o viés da disputa escolhida foi a legitimação daquela temática enquanto especialidade relevante para o campo das ciências. Segundo Costa (Ibid, p. 78) “as da tarde procuraram provar, segundo todas as regras, a importância de sua questão, reafirmando sua identidade de especialistas competentes”.

O relato de Albertina Costa revela como, nesse período, o feminismo florescia em diferentes espaços. No Brasil e em boa parte da América Latina, estávamos saindo de contextos de severa repressão ditatorial. Uma série de debates políticos que estavam abafados até então começam a surgir. No Brasil, tudo surge de forma concomitante. Há, nas décadas de 1970 e 1980, uma efervescência dos feminismos em todos os campos e com grande pluralidade. Seguindo o relato de Albertina Costa, na própria academia havia grupos de professoras preocupadas em construir espaços próximos das pedagogias feministas populares, embora outros grupos seguissem vias mais tradicionalmente acadêmicas. Fora da academia, havia grupos de mulheres de classe média que

pensavam o feminismo a partir do lugar que ocupavam na sociedade. Havia grupos feministas que se agrupavam em torno de suas categorias profissionais, que foi o que tornou possível, por exemplo, o surgimento de grupos profissionais ligados à assistência jurídica para mulheres e serviços de atendimento às vítimas de violência, como é o caso do SOS Mulher, em São Paulo, e dos jornais feministas desse período, que estabeleciam forte diálogo com as demandas das mulheres de classes populares<sup>24</sup>. Havia mulheres de classe média que se aliavam com grupos de mulheres das periferias das cidades e com mulheres rurais. E havia grupos de mulheres de classes populares que atuavam a partir de uma perspectiva feminista, mas que normalmente não são entendidos pela historiografia oficial como parte do movimento feminista, ainda que os relatos dessas militantes revelem engajamento em processos feministas locais (SILVA, 2016). Os grupos de mulheres das classes populares são muitas vezes inseridos na historiografia oficial dos feminismos como uma “clientela” dos grupos feministas de classe média, que atuavam nas periferias das cidades, disseminando o pensamento feminista.

Da mesma forma que os grupos feministas compostos por mulheres de classe média promoviam a circulação do pensamento feminista nos bairros de classes populares, promoviam essa circulação também em espaços da própria classe média, seja a partir da publicação de artigos em jornais, seja levando alguns debates para a universidade, seja formando grupos de autorreflexão ou dialogando com as pessoas de seus ciclos sociais. Dessa forma, novas mulheres e novos grupos de mulheres iam se aproximando de perspectivas feministas. É um processo, mas, da forma como essa questão é colocada muitas vezes, faz parecer que as mulheres de classe média eram feministas desde sempre. Como se elas também não tivessem entrado em contato com aquele debate em algum

---

24 Segundo Amelinha Teles (2014, p. 17), “[a]mbos os jornais [Brasil Mulher e Nós Mulheres] aglutinavam coletivos de mulheres voltados para as questões vividas por operárias, negras, faveladas ou moradoras das periferias, trabalhadoras das áreas urbanas e rurais. Nascia assim um feminismo preocupado prioritariamente com as mulheres populares das cidades e dos campos”.

momento para, a partir daí, passar a assumir uma identidade feminista, que cada mulher constrói à sua maneira. Não se questiona a constituição da identidade feminista das mulheres de classe média pela forma a partir da qual estas mulheres entraram em contato com os feminismos. Todavia, em relação às mulheres de classes populares, o fato de, muitas vezes, terem entrado em contato com o pensamento feminista a partir de grupos feministas formados por mulheres de classe média as coloca em um lugar cristalizado de consumidoras do pensamento levado por aquelas mulheres.

Há diferenças nesses feminismos, porque há diferenças também na construção da identidade “mulher” nos diferentes segmentos de classe. A hegemonia do feminismo desse contexto é marcada por questões raciais e de classe. Isso tem um impacto na própria concepção que se tem de feminismo, que tem recebido inúmeras críticas, sobretudo das mulheres negras, em relação ao apagamento da diversidade das mulheres e à reprodução de desigualdades dentro de espaços feministas. Mas a ideia de que as mulheres de classe popular eram receptoras passivas desse pensamento, como se as ideias feministas das mulheres de classe média não se encontrassem com outras resistências e se transformassem a partir desses encontros, parece ignorar uma parte da história do feminismo no nosso país. Se entendemos que o campo discursivo dos feminismos abarca essa pluralidade, fica evidente que o que está em causa é a hegemonia do campo. As feministas brancas de classe média eram maioria nesse contexto, mas o que é determinante para a “cara” que os feminismos brasileiros vão ter é a capacidade de articulação política dessas mulheres nesse campo discursivo, que não pode ser entendida sem um olhar atento para os privilégios.

Na revisão bibliográfica e nas entrevistas que realizei, encontro informações conflitantes. Por um lado, leio relatos que falam sobre a atuação das mulheres de classes populares e o debate sobre as questões que afetam a vida destas mulheres nos feminismos da década de 1980. Por outro, encontro relatos sobre um feminismo hegemônico branco e de classe média que teria marcado esse período. A atuação das mulheres

de classes populares nos feminismos brasileiros tem sido explorada por algumas autoras (SILVA, 2016), mas é um tema que ainda precisa de mais investigação. As disputas que estão em causa nessas narrativas versam muitas vezes sobre os significados do significante “feministas” e não sobre os significados do significante “feminismo”. Embora houvesse compromisso com as pautas das mulheres de classes populares, havia uma identidade demarcada por classe e cor — trejeitos, linguagem, formação — que estava por trás do que significava ser uma mulher feminista. Há, nesse caso, uma hegemonia de um grupo social que é atravessada por desigualdades históricas. O contato que essas mulheres tiveram com os pensamentos europeus e norte-americanos também foram importantes para fortalecer essa identificação e, por sua vez, também falam dos seus lugares de classe — discutirei esse contato adiante.

Somado à identidade hegemônica do que significava ser feminista está a forma como as experiências desses sujeitos privilegiados incidem sobre a formação de um campo discursivo. Ainda que muitas militantes e grupos feministas fossem compostos por mulheres de classe popular ou mantivessem estreitos vínculos políticos com grupos de mulheres de classes populares organizadas, há um recorte das experiências a partir das quais se constrói a identidade “mulher” hegemônica. Ainda que algumas pautas que atravessam a vida das mulheres das periferias tivessem visibilidade, há uma identidade feminista hegemônica nesse contexto que representa mulheres brancas e de classe média. São essas mulheres que vão ter maior influência, que vão ditar as diretrizes, assim como são as suas ações (coletivas e individuais) que vão ter maior repercussão e importância histórica. Esse protagonismo fala mais sobre as desigualdades que constituem o campo feminista do que sobre a ausência das mulheres de classes populares. Embora eu tenha encontrado relatos contraditórios nos materiais que analisei, as tensões geradas nos encontros feministas latino-americanos e nos encontros feministas nacionais pelas mulheres negras e periféricas sugerem duas coisas: se haviam tensões é porque essas mulheres estavam presentes nesses espaços de forma numericamente suficiente para que pudessem tensioná-lo;

mas suas pautas não ocupavam o mesmo lugar que as pautas que atravessavam a vida das mulheres brancas, caso contrário os tensionamentos não seriam necessárias.

\*\*\*

Outra tensão que também estava presente nesse momento histórico é a da dupla militância, ou seja, a tensão entre o compromisso com as “lutas gerais”, voltadas naquele momento para a democratização e para as questões de classe, e as “lutas específicas”, que, nos feminismos, estariam voltadas para as questões relacionadas às opressões vivenciadas pelas mulheres. Discutimos, no capítulo anterior, como a universalização de determinadas reivindicações para o estatuto de “lutas gerais” é reflexo de um processo de articulação política em que determinados segmentos conseguem universalizar as suas pautas em detrimento de outras. Esse processo de universalização de algumas pautas em detrimento de outras ocorre tanto na história dos feminismos, como na história da esquerda de forma mais ampla. Como afirma Souza-Lobo (1991, p. 5) em relação às desigualdades de gênero, “sabe-se que o termo ‘específico’, mesmo utilizado para qualificar as reivindicações das mulheres, supõe uma universalidade neutra que se oporia ao feminino”. É sempre importante lembrarmos essa questão ao tratarmos dos impasses entre as supostas “lutas gerais” e “lutas específicas”. Todo sistema de dominação é “geral”, já que afeta todas as relações sociais de alguma forma. Nesse sentido, o combate a qualquer estrutura de opressão é “geral”, na medida em que pretende transformar estas relações sociais. As disputas pelos significados dessas lutas, entretanto, é o que está em causa nessa diferenciação. Nas décadas de 1970 e 1980, há um grande debate sobre a autonomia dos movimentos feministas, sobretudo em relação aos partidos políticos. Temos, de um lado, os grupos feministas que se organizam por dentro dos partidos políticos e de movimentos sociais mistos<sup>25</sup> e, de outro,

---

25 Movimentos sociais compostos por homens e mulheres.

os grupos feministas que defendem a importância de se manterem autônomos em relação aos espaços mistos.

Para o primeiro grupo está posta a questão da chamada de “dupla militância”. Algumas feministas que militam também em espaços mistos entendem a luta das mulheres como necessária para a conquista da equidade entre homens e mulheres, mas a veem como secundária em relação às “lutas gerais”. Essa perspectiva não foi defendida por nenhuma das militantes entrevistadas. Outras não fazem distinção hierárquica entre a importância destas lutas, e entendem a importância de construir espaços auto-organizados de mulheres dentro destes movimentos e partidos, para disputar o direcionamento destas articulações políticas, sobre-determinando as reivindicações feministas às outras reivindicações em causa naquele campo discursivo. O debate sobre a dupla militância surgiu nas conversas que tive com E5 e E6, que estavam alinhadas a essa segunda perspectiva. As duas são militantes feministas e militantes do Partido dos Trabalhadores desde a década de 1980. No depoimento que cito a seguir, E5 fala sobre como a luta das feministas dentro do PT alia-va a luta de classes à luta feminista, dando lugar a um feminismo diferente do feminismo hegemônico naquele contexto.

O que eu acho que é importante, é porque de alguma maneira, como a gente do PT tinha uma relação enquanto formação de partido, construção de partido, que não tem ainda hoje um partido de esquerda como a gente teve, que é de fato agregar a massa, de fato agregar as classes populares... Então isso era muito legal, porque você vai ver dentro do próprio partido uma discussão do feminismo se associando à classe. Enquanto que você via na esquerda, de uma maneira geral, ou no próprio movimento feminista, um movimento que se constituía muito das intelectuais feministas, que eram as mulheres que obviamente estavam pensando. Claro, e tiveram uma importância, sem dúvida, mas era um feminismo muito pensado a partir da classe média. Enquanto que na esquerda, quando você começa a instituir

dentro do partido, você começa a fazer a discussão, você traz a questão da classe, já que o partido era um partido, vamos dizer assim, classista. Era um partido que tinha uma vinculação muito grande com o que a classe trabalhadora queria no Brasil. Então você começa a fazer uma discussão que vai se diferenciar, porque vai estar agregando a questão de... O feminismo, mas precisa dialogar com o que as mulheres pobres estão vivendo, estão sentindo, estão sofrendo, estão passando (E5).

A sobredeterminação entre o feminismo e as questões de classe, no PT, é trazida por Tatau Godinho (1998) num texto em que a autora retoma a trajetória do feminismo dentro da construção do partido. Godinho afirma que os feminismos contemporâneos e o PT são fruto de um mesmo contexto histórico, que é a luta contra a ditadura e a reorganização popular e de esquerda. Dentro da diversidade que estava posta no campo feminista daquele momento, a autora afirma que “para parte significativa das ativistas que se dedicaram à construção do movimento, a luta pela libertação das mulheres não poderia deixar de ser parte integrante de um projeto socialista, nas múltiplas visões existentes desse projeto” (GODINHO, 1998, p. 15). Diversos grupos de esquerda se juntaram na criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e muitas feministas estavam nesse grupo. Estas militantes buscam criar uma identificação entre o projeto político do partido e a luta pela libertação das mulheres. Nas palavras de Godinho,

É pela mão de parte dessas militantes feministas dedicadas à construção de um projeto partidário que o feminismo entra no PT, trazendo três elementos fundamentais: uma identidade do feminismo com as lutas populares que se desenvolviam no país; uma elaboração feminista que se colocava como integrante e essencial a um projeto socialista; e uma visão crítica da relação histórica da esquerda com as lutas das mulheres (GODINHO, 1998, p. 16)

Sonia Alvarez (2014, p. 27–28) também considera o Partido dos Trabalhadores um ator fundamental do campo feminista dos anos 1980 e 1990. O partido, assim como os movimentos populares que então constituíam a sua base, marcaram a trajetória de militância e o contato com o feminismo de muitas ativistas que essa autora entrevistou para sua análise da trajetória do campo dos feminismos no Brasil. Ela afirma que

Algumas comissões da mulher, Assessorias, Coordenadorias, e outras agrupações feministas dentro das administrações do próprio partido, as suas administrações municipais e estaduais, e suas tendências (como no caso das mulheres da Democracia Socialista) formaram importantes nós articuladores e produtores e disseminadores de conhecimentos e discursos que impulsionaram a ampliação e pluralização do campo feminista (ALVAREZ, 2014, p. 28)

E6 me falou sobre esse processo de auto-organização das mulheres dentro do PT para garantir uma agenda feminista no partido. No trecho a seguir e em outros momentos da conversa que tivemos, ela falou sobre o que era o PT no contexto do seu surgimento: um espaço de grande pluralidade, rico em debates e que pretendia manter um diálogo permanente com suas bases e uma relação de fortalecimento mútuo com os movimentos sociais. Alexandre Fortes (2012, p. 211) afirma que “o processo democrático de tomada de decisões no PT chamava a atenção da esquerda internacional. Para muitos, era o arquetípico partido de massas moderno, uma antítese dos ‘partidos-ônibus’ dominantes no Brasil”.

A sua origem de base, seu projeto político e a sua forma de organização interna eram o que fazia do PT uma novidade histórica. A pluralidade pulsante no campo da esquerda no contexto do final da década de 1970 e início da década de 1980 esteve presente na própria formação do PT. Ao se identificar como “um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa”, como está colocado no seu manifesto de fundação, o PT salvaguarda

o direito às divergências entre tendências e não se alinha automaticamente a uma matriz específica. Embora se identifique como socialista e democrático, o partido não defende um projeto predeterminado, buscando “construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases”, como também está colocado no seu manifesto.

Para Godinho (1998, p. 18), é por “se construir no contraponto das experiências dos partidos comunistas tradicionais, hegemônicos até a década de 1970, [que] o PT estava potencialmente aberto a essa renovação [trazida pelas feministas]”. A autora também entende a diminuta consolidação programática do partido como um elemento que amplia os espaços de disputa em torno do debate feminista, já que o seu programa vai sendo definido nas resoluções dos encontros nacionais, nas definições de plataformas eleitorais e nos momentos de tomada de decisão diante da conjuntura. Essa consolidação moderada torna o terreno mais aberto à disputa por parte dos segmentos não hegemônicos dentro do partido.

É que, veja bem, no PT a gente tinha os dois, porque a gente sempre teve, até hoje a gente tem, espaços de auto-organização das mulheres. [...] Sempre [estive] muito afinada com o que eram as nossas demandas para dentro e, digamos assim, da articulação desse trabalho com o reforço que a gente fazia no movimento de mulheres. Sempre com o cuidado que era, uma discussão que eu acho que diferenciou o PT, que não era uma ideia de estar no movimento para cooptar, para trazer gente para o partido. Era o inverso, não o inverso, mas era uma ideia da gente... Sempre foi muito forte isso no PT, de respeitar a autonomia do movimento. Então nós tínhamos as nossas discussões para que o PT refletisse esse feminismo na sua atuação, uma ideia de fortalecimento dessa agenda dentro do PT e desse debate no feminismo de uma forma geral. Então, assim, não é uma militância dupla, eu diria, nesse sentido, entende? Porque eu não via como

dois espaços, entende? Eu sou feminista e sou petista, então eu agia assim na minha militância, seja no PT, seja no movimento [...] Claro, havia debates sobre o movimento de mulheres e tal, mas o PT nunca tomou decisões sobre o que fazer no movimento de mulheres. A gente... Sempre foi muito mais um debate para fortalecer isso dentro do PT e fortalecer a luta das mulheres de uma forma geral, entende? [...] Até hoje você tem petistas que se articulam dentro da Marcha [Mundial de Mulheres] e você tem petistas que se articulam dentro da AMB [Articulação de Mulheres Brasileiras]. Então eu acho que isso foi uma coisa muito legal do PT. Era uma ideia de reforçar a luta das mulheres de uma forma mais geral e de fortalecer essa agenda dentro do PT. Então, volto a te dizer, eu não percebo isso como uma dupla militância (E6).

Essa relação entre o partido e os movimentos sociais, que é colocada por E6 como uma característica importante do Partido dos Trabalhadores no seu nascimento, está, em parte, ligada ao fato do PT e dos movimentos sociais que formam o CDP surgirem no mesmo contexto. Seus militantes possuíam fortes laços com os setores organizados da sociedade civil e levavam os debates presentes nos movimentos sociais para dentro do partido. Em relação ao feminismo, Tatau Godinho afirma, na mesma direção do que E6 colocou na entrevista, que a Comissão de Mulheres do partido “propunha que o PT deveria comprometer-se com as lutas e bandeiras das mulheres, aprovadas nos fóruns amplos do movimento, e também que as petistas se incorporassem ao movimento autônomo de mulheres” (GODINHO, 1998, p. 17). Segundo Godinho, o feminismo petista acreditava na importância do fortalecimento dos feminismos para além do próprio partido, para que esse campo discursivo tivesse força para se consolidar em diferentes espaços, incluindo no próprio PT.

O dilema do duplo vínculo não estava posto apenas para as militantes do Partido dos Trabalhadores. Amelinha Teles, em uma entrevista realizada por Paula Andrade, expõe tensões distintas que estavam

postas na sua militância feminista e no PCdoB, uma vez que esse partido estava mais próximo de uma concepção partidária tradicional (SN-DRADE, 2014). Não pretendo dar conta destas tensões. Ao longo do trabalho, recorro a exemplos que aparecem nos diálogos que estabeleci com as militantes e que me ajudam a explicar as questões políticas que estavam postas. Há, de fato, maior atenção em torno das questões relacionadas à trajetória histórica do PT. Essa escolha é uma consequência da própria centralidade do partido no campo que estou analisando e, também, das questões que foram trazidas pelas minhas interlocutoras. Muitas das questões que analiso na trajetória do CDP estão ligadas ao próprio protagonismo do PT e à maneira como esse protagonismo foi moldando o Campo.

Os riscos da dupla militância, segundo as feministas que defendiam uma perspectiva mais autônoma em relação à militância nos partidos e em outros movimentos sociais mistos, têm duas dimensões: a primeira são os desdobramentos que a inserção em espaços mistos podem ter dentro dos espaços feministas. Essa preocupação pode ser resumida como um risco de cooptação destes movimentos pelos partidos e movimentos mistos. A segunda é da invisibilização das demandas feministas dentro dos espaços mistos. Em relação à primeira, as militantes acreditavam que a dupla militância poderia gerar um conflito de interesses para as militantes que atuavam nos dois espaços e que isso poderia transformar os espaços feministas em espaços de disputa partidária, fazendo com que estes movimentos servissem de base para os partidos e que os interesses do próprio movimento pudessem ser obscurecidos pelos embates partidários. Segundo o que foi trazido por E1, a autonomia que elas defendiam, na maior parte das vezes, não inviabilizava que as mulheres se filiassem a partidos políticos. Elas colocavam que os espaços feministas precisavam preservar a sua integridade interna em relação às disputas partidárias, mas sabiam que esse era um desafio quando os espaços eram compostos por militantes de diferentes partidos.

A segunda dimensão está ligada à própria desigualdade entre homens e mulheres. É essa desigualdade que transforma as pautas feministas em

pautas “específicas” e “secundárias”. Para compreender essa segunda dimensão, é preciso ter em vista o processo histórico de onde partem os feminismos contemporâneos, que também atravessa a trajetória de vida das militantes individualmente. As feministas que defendiam uma postura mais autônoma por parte do movimento teciam profundas críticas às estruturas partidárias e dos movimentos mistos. Muitas dessas mulheres iniciaram a sua militância em espaços mistos e haviam vivenciado nesses espaços o silenciamento, o assédio, a humilhação e outras formas de sexismo e misoginia. Quando elas decidem formar espaços auto-organizados de mulheres, desejam elaborar outra perspectiva de construção política. Estas militantes sentiam que, individualmente, dentro dos espaços mistos não conseguiam pautar as suas demandas. Mas o que estava em causa não era apenas a visibilização das violências sofridas no âmbito privado e da luta pela ampliação dos direitos das mulheres. Elas também estavam preocupadas em construir espaços políticos em que fossem respeitadas em sua integridade, o que significava também uma abertura para as emoções e para os afetos, que em geral eram negados nos espaços mistos. Não lhes parecia possível construir essa nova forma de fazer política em espaços mistos, por todos os vícios que aqueles espaços carregavam e pelas desigualdades entre homens e mulheres que lhes eram intrínsecas. Na compreensão destas militantes, a dupla militância era um desafio também porque os espaços auto-organizados de mulheres e os espaços mistos entendiam a construção política de formas distintas.

É possível encontrar estudos sobre a fundação do PT e sua diversidade interna sem que os debates feministas e raciais travados no interior do partido sejam sequer mencionados em notas de rodapé (SILVA, 2012; SINGER, 2012). Acredito que esse dado traduz um dos riscos apontados pelas feministas que defendiam a autonomia do movimento feminista: a invisibilização. Em relação à invisibilização das pautas feministas, Tatau Godinho (1998, p. 20) afirma que as tensões dentro do partido são permanentes. Na sua revisão da trajetória do feminismo dentro do PT, que foi publicada em 1998, ela afirma que “ainda hoje existe resistência

diante da postulação de que a luta contra a opressão das mulheres não pode ser subsumida à luta de classes e a uma frágil compreensão da necessidade de organização própria e independente das mulheres”. Esses conflitos são também fruto da própria diversidade que compõe o partido, que engloba tradições políticas diversas. O relato trazido por E5 exemplifica essas tensões:

[...] a gente começa a fazer um embate com os caras dentro do partido, né? O que é também muito importante. Para você ter uma ideia, a gente, no começo do PT, quando a gente fez, vamos dizer assim, a primeira grande aparição das mulheres do partido como feministas, a gente fez camisa, fez botom, que era assim: “Muito prazer, mulheres do PT”. E os caras tiravam onda, eles diziam assim “O prazer é todo nosso”. Num duplo sentido. “O prazer é todo nosso”. E a gente o tempo inteiro nesse embate com eles. Num embate em relação às próprias questões. Quer dizer, o PT é o único que tem no seu estatuto a defesa da legalização do aborto e isso foi um debate interno forte, nós fizemos pesquisa, fizemos internamente, dos filiados, os militantes responderem e tal. Então eu acho que tem uma importância muito grande das feministas dentro da esquerda nessa discussão pela aproximação e pela vontade de criação de um feminismo mais popular e pelo enfrentamento das estruturas partidárias machistas. A gente, dentro dos partidos, mesmo de esquerda, a gente enfrenta um duelo, né? (E5)

Ao longo das entrevistas que realizei, me emocionei, vibrei e me indignei com muitas coisas que ouvi. A dubiedade presente na frase “o prazer é todo nosso” foi uma destas coisas que ficaram nos meus pensamentos por alguns dias. Eu pensava na misoginia ainda presente nesta esquerda e no esforço contínuo que nós, mulheres, fazemos para existir dentro dela. Acionada neste contexto, “o prazer é todo nosso” reflete como a nossa opressão está articulada com a dominação sexual, e faz pensar na

importância de politizar nossas experiências privadas para que possamos existir com dignidade nessa sociedade. Em suma, a frase é uma resposta a debates centrais trazidos pelo feminismo para o campo da esquerda. O controle sobre os nossos corpos e da nossa sexualidade não nos impede apenas de ter prazer nas relações sexuais, é o mesmo arsenal discursivo que em outros contextos legitima o estupro e que também nos impede de ir e vir. Em outra entrevista (E10), ouvi de uma militante mais jovem, que iniciou a sua militância entre o final da década de 2000 e o início da década de 2010, que precisamos entender que a esquerda não é apenas machista, ela também é misógina.

Eu acho que [para] os movimentos da esquerda mistos me falta paciência, por causa do machismo e da misoginia, que é muito forte e que a gente precisa reconhecer, ter um olhar mais refinado. Porque muitas vezes a gente reconhece o machismo, mas a gente não reconhece a misoginia dentro desses espaços e eu acho que a misoginia tem muito a ver também. O ódio dos homens pelas mulheres e pelas mulheres lésbicas também. E acho que são espaços muito complicados, os espaços mistos, porque são espaços muito desiguais. Desiguais pelos motivos que eu já falei, do machismo, da misoginia, e desiguais em hierarquia, em altura de voz, em sensibilidade, em formas de estratégias e articulação política. [...] E quando a gente está num espaço misto, o embate é muito difícil porque a gente assume tanto o embate político interno como externo. Então são duas guerras. É a guerra primeiro para o mundo entender o que a gente quer e depois para os nossos companheiros conseguirem entender o que é que a gente precisa construir juntos. E o respeito que precisa ter mútuo dentro disso. Então como eu já perdi a esperança no respeito mútuo, aí eu pretendo não me relacionar mais com espaços mistos. (E10)

Na sua fala estão presentes elementos que me fazem refletir sobre a importância da auto-organização das mulheres para que seja possível construir

com outros movimentos, ou dentro destes movimentos, projetos que contemplem as nossas questões e entendam a importância do respeito mútuo ao qual ela se refere. O que muitas das entrevistas que realizei sugerem é que sem a auto-organização, seja dentro ou fora dos espaços mistos, a desigualdade entre homens e mulheres presente na esquerda impede que esses debates possam florescer. Na entrevista realizada com E11, uma militante da mesma geração de E10, essa relação de tensão permanente entre os movimentos feministas e os partidos e movimentos mistos é colocada de forma que traduz o debate sobre a correlação de forças presente na formação discursiva da esquerda e a importância da auto-organização como momento estratégico para a disputa da hegemonia deste campo.

Então, como eu fui de um movimento misto durante um tempo da minha vida, eu aprendi a ver algumas coisas, sabe? Os partidos, eles não acreditam no feminismo. Eles entendem o feminismo como um espaço para aumentar as suas bases, sabe? [...] E aí eu estou falando dos homens desses partidos. Eu não acredito que as mulheres desses espaços também não... Como eu posso dizer, também comunguem dessa ideia. De jeito nenhum, conheço feministas muito sérias nesses lugares. Mas eu sei que eles veem isso assim, sabe, como um espaço de aumentar a base. E de fato é, né? No final das contas, é uma organização que quando você precisa elas estão lá, né? São mulheres organizadas que estão lá lhe dando apoio. E aí, eu acho que o feminismo será parte e é parte [da esquerda] na medida em que as mulheres conseguem crescer dentro do espaço misto que elas constroem, sabe? Tipo assim, se elas conseguem crescer, por exemplo, as mulheres do PT, vai ser... Será parte do PT. Mas hoje, enquanto os homens forem maioria nesses espaços, maioria nesses lugares, tomarem os poderes de decisão, ele não será parte. Ele será um espaço para ordenamento das bases, para instrumentalização, para muita coisa complicada de lidar. Agora, em termos de solução, eu acho que o feminismo é a solução. Eu não tenho a menor dúvida (E11).

De que forma E11 acredita que o feminismo é a solução é algo que discutirei no próximo capítulo. Por enquanto, é importante termos em vista a disputa em jogo no campo discursivo da esquerda. Quando falo da disputa hegemônica feita pelas feministas, falo de uma disputa que pretende fazer com que o discurso feminista se torne parte integrante e inseparável do discurso da esquerda e não uma “luta específica”. Nesse processo, corremos o risco permanente de nos aliarmos a outros grupos e, ao fim do dia, termos as nossas pautas silenciadas. Os debates em torno da dupla militância se inserem, em alguma medida, nos debates sobre as relações entre diferentes segmentos da esquerda. A abertura política era o ponto nodal que unia a esquerda até a década de 1980. À medida que a transição vai se efetivando, era preciso discutir que tipo de unidade seria possível e como forjar essa unidade. Diferentes sujeitos políticos disputavam as dianteiras do novo campo político de esquerda que se formava. O debate sobre autonomia é uma questão de estratégia. Por um lado, alguns grupos feministas apostaram na disputa do campo político por fora dos partidos e dos espaços mistos. Outros grupos fizeram a aposta de disputar a hegemonia por dentro desses espaços.

\*\*\*

Há um aparente consenso na literatura sobre o surgimento do feminismo contemporâneo no Brasil (SARTI, 2001; SILVA, 2016; CORRÊA, 2001) como vinculado a uma tradição de esquerda. Segundo as narrativas construídas sobre o período, tais feminismos emergem principalmente de dois lugares: (i) da luta pela anistia e pela democratização por parte de mulheres que estavam no Brasil e (ii) do retorno de militantes que, no período de exílio ou autoexílio, entraram em contato com o feminismo. O impacto das experiências partilhadas pelas militantes que estavam fora foi importante para a ampliação do debate feminista no país, visto que tratava-se de um período em que os livros e as informações circulavam com muito mais dificuldade. A importância desse impacto é colocada em muitas revisões sobre a história dos feminismos no Brasil

(BRITO, 2017; PINTO, 2003; SARTI, 2001; CORRÊA, 2001) e foi também trazido pelas entrevistadas que vivenciaram esse período (E1, E3 e E4).

Algumas questões trazidas por E1 sobre a relação entre os feminismos que se formavam no Brasil ainda no período da ditadura e os grupos de mulheres no exílio me chamaram a atenção. E1 foi para Paris no começo dos anos 1970, após terminar a faculdade. Como ela me disse na entrevista, “[q]uando eu cheguei em Paris o movimento feminista estava explodindo. Eram aquelas manifestações, milhares e milhares de mulheres”. No seu relato, me falou que entre 1974 e 1975 começou a se formar o Círculo de Mulheres Brasileiras, em Paris, e essa foi a primeira organização feminista da qual ela participou. O Círculo de Mulheres de Paris era um grupo grande, dividido em diferentes agrupamentos temáticos. Era formado por mulheres exiladas, autoexiladas e estudantes que tinham um posicionamento contrário ao regime ditatorial, que se organizaram politicamente a partir de uma perspectiva feminista.

Então lá de Paris a gente teve o primeiro contato com o Ação Mulher. Nem sei refazer todas as tramas, mas existia um jornal alternativo no Brasil, um jornal de esquerda no Brasil, que publicou um artigo sobre aborto, defendendo a legalização do aborto como posicionamento do Ação Mulher naquela época. E nesse jornal também vinha algum caso, algum problema concreto que tinha ocorrido nesse campo aqui. [...] Esse jornal chegou às nossas mãos lá e com uma demanda, que eu não sei exatamente quem fez essa conexão, eu acho que foi até a Sônia que escreveu esse artigo. A Sônia é uma das fundadoras do SOS [Corpo], ela mora no Rio hoje. E elas pediam a nossa solidariedade lá. Porque, naquele momento, muitos atos de solidariedade aconteciam no exterior, como volta a acontecer hoje. Então nós fizemos alguma coisa de solidariedade a essa questão que estava acontecendo aqui em Recife e fizemos as primeiras conexões com o Ação Mulher. Então se teve conexão com vários coletivos de mulheres no Brasil que estavam se formando ainda no regime,

na ditadura. E aí, então, eu já sabia que o Ação Mulher existia, já tinha essa conexão.

É interessante como o vínculo entre as feministas que estavam no Brasil e esses grupos que se formavam no exílio antecede o retorno das mulheres exiladas. Quando conversamos sobre esse período, E1 me falou que, além do contato com o feminismo, o vínculo com o Brasil era também algo determinante para as mulheres organizadas no Círculo de Mulheres de Paris. Era um grupo de mulheres imigrantes que tinham em comum a oposição ao regime ditatorial brasileiro. Dessa forma, começa a se formar um feminismo brasileiro também em território estrangeiro. Ainda que essas mulheres estivessem em contato com os feminismos dos países do norte, ao se organizarem entre si, começam a elaborar reflexões sobre as suas preocupações políticas em relação ao Brasil e sobre as suas experiências de militância anteriores e durante o exílio. Neste mesmo período, e em diálogo com o que as mulheres que estavam no exílio estavam refletindo, começam a se consolidar também grupos feministas no Brasil. Em outra passagem, E1 traz questões que nos ajudam a pensar sobre esse período:

Por isso que eu digo que foi uma coisa muito legal ter chegado, quando eu cheguei aqui, que eu reencontrei coisas, por exemplo, eu vivi em Paris um feminismo muito crítico às estruturas partidárias, de hierarquias, às perspectivas das práticas de transformação chamadas revolucionárias. Mas, quando eu cheguei aqui, o Ação Mulher também estava discutindo coisas semelhantes.

Em alguma medida, esse pensamento foi se estruturando de forma conjunta, ainda que difusa. São reflexões que partem de experiências de militâncias que beberam em matrizes discursivas muito semelhantes, que sufocavam as experiências das mulheres nesses espaços políticos. As preocupações se aproximam, ainda que o diálogo não se desse de forma tão estreita devido aos impedimentos dos meios de comunicação

no período da ditadura. Muitas vezes, a forma como o lugar ocupado pelas experiências das mulheres que estavam no exílio e a influência do pensamento elaborado nos países do norte é descrito nos feminismos brasileiros constrói a ideia de que esse fluxo de pensamento e informações teria apenas uma via (do norte para o sul). O que o relato de E1 nos mostra é que tratava-se de um processo dialógico.

Havia, também, nesse contexto de transição, uma geração mais jovem que iniciou a sua atuação política já no processo de abertura democrática do país. Era uma geração que dialogava com as experiências políticas da geração anterior, mas que também trazia uma série de questões que eram fruto do seu próprio contexto de formação política. Começa a se formular, nestes diferentes espaços geográficos, reflexões sobre a situação e as experiências de atuação política das mulheres no Brasil. Como afirma E1 no trecho citado, eram reflexões extremamente críticas às formas de organização política da esquerda brasileira.

Em um artigo que aborda a história dos jornais feministas Brasil Mulher e Nós Mulheres, a partir de entrevistas realizadas com Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz, Paula de Andrade (2014) fala sobre a chegada das militantes exiladas, que trouxeram ideais feministas com forte influência europeia e sobre o seu encontro com os feminismos que já estavam sendo construídos no Brasil a partir das experiências das mulheres que estavam aqui. Segundo Santa Cruz, o Brasil Mulher era um jornal feminista inserido numa frente de esquerda. O Nós Mulheres foi fundado depois, principalmente por mulheres que estavam retornando do exílio e trouxeram o debate sobre autonomia de forma mais incisiva. Ainda que houvesse diferenças em seus vínculos políticos, esses dois jornais partilhavam muitas preocupações, discutiam “mulher e trabalho, o movimento de mulheres, o feminismo de esquerda”. Nas palavras de Santa Cruz, “nós já tínhamos um jornal quando elas começaram o Nós Mulheres, e elas também tinham uma tradição forte de esquerda, embora não estivessem na militância naquele momento e já tivessem feito a crítica à militância e à luta armada que nós fizemos” (ANDRADE, 2014, p 135). Em outro trecho do artigo, Amelinha Teles que, assim como

Rosalina, iniciou a sua militância durante o período da ditadura e não vivenciou o exílio, reflete sobre as críticas recebidas pelos companheiros de esquerda às influências estrangeiras do feminismo:

Eles falaram que a gente aprendeu feminismo com os Estados Unidos, que eu ficava andando com as exiladas... Falei que não, que elas vieram depois. Aprendi com elas, nossa, como aprendi com essas mulheres! Mas aprendi 'com essas pobres aqui ó, daqui mesmo' [Em referência, às capas do Brasil Mulher que denunciavam a situação das mulheres trabalhadoras de classes populares]. O fato é que a gente estava muito sensibilizada com a ditadura também, porque a ditadura, com toda a tortura, deixou a gente mais sensibilizada. Sabe como? Presenciar uma companheira abortando, ver a outra estuprada, toda machucada... E quem fala de tortura não fala disso. Li muito sobre ser torturada, mas não tinha essa parte, porque era só homem que escrevia, entendeu? Então, acho que foi tudo isso. Aprendemos o feminismo com quem? Todas as vezes eu discutia no partido, o partido achava que estava tudo errado, tudo fora de hora. Então aprendemos com quem? Com essas mulheres (ANDRADE, 2014, p. 152-153)

Como coloquei anteriormente, o feminismo deste período é normalmente descrito como tendo uma composição branca, intelectual e de classe média. O protagonismo dessas mulheres é um dado significativo e que tem sido alvo de inúmeros debates dentro dos movimentos feministas nas últimas décadas. Era e continua sendo imprescindível repensar o feminismo para que caibam nele uma pluralidade cada vez maior de mulheres. Nas conversas que tive com militantes que viveram este período, outra questão me pareceu também imprescindível: repensar a forma como contamos a nossa história. A exclusão das mulheres negras e de classes populares da história do feminismo não é apenas reflexo da sua exclusão daqueles espaços políticos, mas também da invisibilização da sua atuação.

Embora haja um protagonismo das mulheres brancas, intelectuais e de classe média nos feminismos das décadas de 1970 e 1980, nas entrevistas que realizei também foi ressaltada a ação conjunta destas mulheres com as mulheres de classes populares e de movimentos e grupos de mulheres que se organizavam de outras formas. Uma parte da literatura a que tive acesso também aponta para os tensionamentos das mulheres negras nos espaços feministas com o objetivo de visibilizar as suas pautas e, muitas vezes, a sua própria existência nesses espaços. Tudo isso ainda na década de 1980. Há, neste período, uma proliferação de organizações de mulheres negras e intensas atividades políticas nas periferias. Nos relatos de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz sobre o Brasil Mulher, elas também expõem a preocupação com a construção de um feminismo popular e a visibilização das opressões vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras do campo e da cidade.

\*\*\*

Outra lacuna nas histórias contadas sobre os feminismos no Brasil diz respeito à efervescência feminista fora do eixo Rio–São Paulo. Mary Ferreira (2011) afirma que uma evidência dessa invisibilização é a realização da mesa redonda “30 Anos do Feminismo no Brasil”, realizada em 2006, na ANPOCS. Como coloca Ferreira (2011, p. 5), “surpreendentemente não registramos nenhuma feminista da Região Norte nem Nordeste nesta mesa”. Segundo esta autora,

No Norte e Nordeste esse movimento teve ressonância através de vários grupos entre os quais o Ação Mulher que surge em Recife em 1978 ‘como um grupo de reflexão e autoconsciência’ (Arrazola, 2000: 79), o Centro da Mulher de João Pessoa, que foi criado em 1979 e posteriormente, passou a ser denominado ‘Grupo feminista Maria Mulher ao assumir uma identidade feminista propriamente dita’ (Rabay, 2000: 92). No ano seguinte (1980) em São Luís nasce o Grupo de Mulheres da Ilha, em um momento histórico em que o

Maranhão vivia a utopia da união das esquerdas através do movimento ‘Oposição pra Valer’ (FERREIRA, 2011, p. 4)

Para Ferreira (2011, p. 4), “há uma grande ausência de estudos que recupere a dimensão desses grupos e ou a ação das feministas do Norte e Nordeste no processo de reconhecimento da identidade e cidadania das brasileiras”. Ela afirma também que “[a] história desses Grupos e de tantos outros, revela um lado da história das lutas libertárias no Brasil ainda pouco evidenciado”.

Em relação ao contexto recifense, o Ação Mulher é uma espécie de marco do feminismo contemporâneo na cidade. Segundo E1, “ele é uma espécie de matriz de tudo que veio depois, dessa geração mais contemporânea. [...] Do Ação Mulher surgiram outros grupos, surgiu o SOS [Corpo], surgiu a Casa da Mulher do Nordeste [...] várias outras coisas, né?”.

O Ação Mulher era um grupo de militância, só de militância. E nós tínhamos reuniões sistemáticas, nós tínhamos reuniões toda semana. Nós promovíamos muito debate na cidade, nós fazíamos muita pixação, nós fazíamos movimento de rua. Era um grupo de ativismo muito forte. E eu lembro assim de coisas que a gente fez, por exemplo, a gente fez o primeiro diálogo feminista com os partidos políticos de esquerda. Po, foi um quebra pau, foi uma, foi uma... [Risos]. Foi uma experiência excelente. [...] Nós fazíamos muita pixação, porque isso era uma maneira... Você não tinha redes sociais, então a pixação era de fato uma maneira de você chamar a atenção da população. Eu lembro de um 8 de Março que a gente fez umas pixações bem atrevidas na cidade. “Mulher, sai da cozinha”, “Pergunta se ela goza”. E aí tinha uma propaganda de maiô que era assim, “Mulher, troque de maiô antes que o seu marido troque de mulher”. Era uma propaganda da televisão isso. Aí a gente... Isso foram ocasiões diferentes, mas eu sei que no outro dia a gente saiu de noite, quando essa

propaganda foi lançada. No outro dia a cidade estava toda pi-xada “mulher, troque de marido, não troque de maiô”. Então coisas assim que respondiam à conjuntura de uma maneira muito debochada, muito... (E1)

Em seu estudo sobre os movimentos de mulheres e movimentos feministas no Recife, Alinne Bonetti (2007) fala sobre a importância da pixação como ferramenta de denúncia nesse contexto. Na divisão entre os grupos feministas ligados a setores de partidos políticos e os grupos autônomos, que de que falei anteriormente, o Ação Mulher se encaixa no feminismo autônomo. Em relação ao primeiro grupo, Bonetti (2007, p. 79) diz que “em 1979 forma-se o grupo ‘Mulheres à Luta’, vinculado ao Partido Comunista do Brasil, dissolvendo-se em 1982 e dando origem ao grupo ‘União das Mulheres’. No mesmo ano, forma-se a Federação das Mulheres de Pernambuco, ligada ao MR-8”. Bonetti (2007, p. 80) afirma ainda que o campo feminista no Recife nesse período era formado por uma pluralidade de grupos, em especial aqueles oriundos do movimento popular de mulheres ligados às Pastorais da Igreja Católica e de Comunidades Eclesiais de Base. Em seu resgate dos feminismos no Nordeste, ao falar dos grupos criados na década de 1980 em Pernambuco, Mary Ferreira (2011) cita também o “Centro de Mulheres do Cabo, Cais do Parto, Viva Mulher, e os vários núcleos de mulheres ligados à Universidade Rural de Pernambuco, da Federal de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco”.

A vivacidade da cena feminista em Pernambuco foi registrada por algumas estudiosas (BONETTI, 2007; FERREIRA, 2011) e também está presente nos relatos das militantes com quem eu conversei que viveram esse período de forma ativa (E1, E3, E5 e E6). Os relatos a seguir, dados por E3, mostram um pouco dessa efervescência.

Bom, eu fazia movimento estudantil na época e me formei na faculdade e aí foi a época que coincidiu com uma... Que o movimento feminista estava efervescente na época,

iníciozinho da década de 1980. Já no final da década de 1970, início da década de 1980. Aí houve assassinato de mulheres nessa época, inclusive a irmã de uma amiga minha foi brutalmente assassinada. E aí houve todo um movimento para poder, como se diz, uma mobilização das mulheres para poder lutar contra os assassinatos. E aí a gente... Foi por aí que eu comecei a entrar no movimento feminista. Pronto, comecei pelas mobilizações que o movimento feminista fazia pelos direitos das mulheres e pegando essa questão da violência. [...]

Na década de 1980 havia toda uma discussão sobre os direitos reprodutivos. Então a questão do direito à contracepção, a questão do direito ao aborto, a questão da gente poder, como é que se diz, ser autônoma na hora de decidir em relação ao tipo de contracepção que a gente quer. Não ficar, por exemplo, subordinada à indústria farmacêutica. Então havia grupos de autoexame. Eu me lembro que eu participei de um grupo de autoexame e no final eu passei a utilizar o diafragma como método contraceptivo, que para mim foi excelente. [...] Essa foi a primeira formação que me marcou muito. Inclusive, era uma formação que estava... Era um grupo de feministas médicas que estava desenvolvendo essa pesquisa do diafragma no Brasil. Então elas formaram um grupo de discussão aqui em Pernambuco sobre isso. [...] Então, para mim, isso foi muito importante. Foi a primeira coisa que eu, assim, que foi fundamental para mim como, para me colocar como feminista, foi ter participado desse grupo e ter assegurado para mim mesma a minha autonomia reprodutiva. Isso para mim foi maravilhoso. [...]

Sim, e depois foi formado na época, na década de 1980, foi formado um grupo que... Um grupo embrionário, um grupo que lutava contra a violência contra as mulheres. [...] A nossa luta com relação à questão da violência, naquela época

ainda, foi muito caso a caso, né? Aparecia um caso, a gente ia pra rua lutar. Não tinha ainda... Tinha necessidade, a partir dali a gente via a necessidade da gente mudar a legislação, assegurar uma legislação, que a gente conseguiu agora em 2006. Vê! 20 anos depois quase, né? E a gente conseguiu, mas foi uma luta inicialmente pela formação de grupos e tudo mais. Pronto. Na década de 1980 também teve muita discussão... Olha, Saúde, na época era Saúde e Violência, era o peso da discussão do feminismo. Muito influenciado também pelas feministas europeias e norte-americanas. Apesar de que o feminismo naquela época teve muita, se aliou muito com as feministas dos movimentos populares. Fez formação de feministas dos movimentos populares. Participou, fez muita pesquisa... Tem até umas pesquisas aí que nunca foram publicadas, mas que foram feitas com as unidades de saúde para saber como era a abordagem, como era o atendimento dos médicos no serviço de saúde pública para as mulheres. E aí essas pesquisas, são históricas essas pesquisas. São bem preliminares ainda, sabe? Mas são históricas, porque com isso você construiu uma agenda, conseguiu construir uma agenda feminista. (E3)

A luta pelo fim da violência contra as mulheres e as reivindicações no campo da saúde sexual e reprodutiva são colocadas por Alinne Bonneti (2007) como os campos de atuação feminista de maior investimento e visibilidade nacionalmente, o que se traduz na cena local.

O tema da violência, segundo a autora, foi o primeiro ponto nodal em torno do qual se articularam as reivindicações das mulheres. Segundo o relato de E3 e dados trazidos pela literatura (BONETTI, 2007), havia um espontaneísmo nas ações em torno da violência, que se organizam a partir da denúncia de casos específicos, que progressivamente foram tomando a forma de reivindicações mais estruturadas. A violência contra as mulheres é um tema consolidado na luta feminista, que desde a década de 1970 conseguiu somar apoio com outros

grupos de mulheres. Para Bonetti (2007), a politização da violência contra as mulheres é uma grande conquista política dos movimentos feministas brasileiros.

Nesta mesma direção, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999), afirmam que a violência foi um dos catalisadores do feminismo nacional, diferente de outros lugares como a França (na década de 1960) e, recentemente, também os Estados Unidos, onde o tema do assédio sexual assumiu um lugar de destaque. Impulsionadas pelos movimentos feministas, muitas pesquisadoras feministas dedicaram uma atenção significativa ao tema no Brasil. Para Heilborn e Sorj (1999), o lugar estratégico que o tema da violência ocupa nos feminismos brasileiros se deve à maior facilidade do tema em transpor as barreiras dos próprios movimentos, tendo a sua importância legitimada pela sociedade, o que permitiu ampliar a audiência dos movimentos feministas.

A liberdade sexual e a autonomia sobre nossos próprios corpos são também debates centrais da agenda feminista desde a década de 1970. Como vimos no capítulo anterior, o aborto, entretanto, é um tema que encontra maiores dificuldades para o seu alastramento. Nos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos também foi forte, nesse período, a discussão sobre a esterilização em massa nas mulheres pobres dos países do sul global. É importante que isso seja colocado, porque a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos é mais ampla do que a pauta do aborto. As polêmicas em relação à descriminalização do aborto, todavia, por vezes acabam obscurecendo outras discussões importantes deste campo. O antagonismo criado em torno da pauta do aborto muitas vezes é colocado como um divisor que identificará ou não grupos de mulheres e mulheres individualmente como feministas. Um olhar apurado para a história dos feminismos revela a pluralidade de discussões em torno desse tema e também como esta história é marcada por uma complexa relação entre mulheres de diferentes classes sociais e com diferentes identificações raciais.

Betânia Ávila, em entrevista citada por Carmen Silva (2016) no seu estudo sobre a participação das mulheres de classes populares nos

feminismos brasileiros, faz o seguinte relato sobre o trabalho do SOS Corpo, que revela uma imbricada relação entre gênero, classe e raça em torno da contracepção no Brasil:

Quando nós iniciamos a pesquisa no SOS Corpo, em 1981, nosso primeiro problema foi a esterilização de mulheres. Naquele momento, estávamos enfrentando um debate acirrado com o poder médico e com os organismos internacionais sobre o controle da natalidade. As políticas de controle de natalidade naquele momento, 70/80, eram profundamente combatidas pelo movimento feminista, pois realizadas sem qualquer princípio ético e qualidade, causavam danos profundos à saúde das mulheres, violavam o princípio da autonomia reprodutiva, e além disso, partiam de uma concepção de desenvolvimento na qual a eliminação da pobreza se dava pela eliminação da capacidade das pessoas pobres se reproduzirem. [...] A produção de uma análise sociológica sobre a contracepção foi um instrumento importante para ]o movimento feminista se contrapor ao discurso médico da época, naturalizador das desigualdades entre mulheres e homens no campo da reprodução e que se constituía em um elemento importante de sustentação das estratégias da biopolítica para as mulheres pobres dos países do Sul (ÁVILA *apud* SILVA, 2016, p. 114)

Os trechos citados dos relatos de E3 e de Betânia Ávila também revelam a importância da produção do conhecimento na história dos feminismos. A necessidade de investigar a situação das mulheres esteve presente nesta trajetória como uma forma de compreender as redes de opressões que nos envolviam, contornando um imenso vazio teórico que caracteriza os estudos sobre as vivências das mulheres e como forma de nos contrapor aos discursos científicos e governamentais que perpetuavam estas opressões, construindo uma agenda de lutas feministas. Esse exercício também era uma forma de olharmos

para as nossas próprias histórias de vida. Esta produção se deu de forma diversificada, às vezes dentro da academia, às vezes sistematizada pelas mulheres em grupos de autorreflexão e outros espaços de militância (ONGs, partidos políticos e movimentos sociais)<sup>26</sup>.

Em 1980, o Recife recebeu o I Encontro Feminista do Nordeste que, segundo E1, aconteceu no Centro Cultural Luiz Freire, em Olinda. Ao todo, foram realizados quatro encontros feministas do Nordeste. Em 1987, foi organizado em Garanhuns-PE o IX Encontro Nacional Feminista, que foi um momento de suma importância para o feminismo local e nacional. Acredito que é por causa das desigualdades regionais que este Encontro pouco é citado na historiografia oficial do feminismo brasileiro. A riqueza da sua configuração e dos debates que foram travados nesse contexto não condizem com esse apagamento.

Segundo Carmen Silva (2016, p. 115) o encontro de Garanhuns marca uma transformação na forma de organização destes eventos, que passam a contar com maior participação das mulheres de classes populares e a amplificar as tensões em relação às questões raciais presentes nestes movimentos. A partir desse encontro, os encontros nacionais feministas também “deixam então de ser eventos restritos aos membros de grupos autônomos e passam a incorporar grande número de mulheres participantes de outros movimentos sociais”. Essa abertura é fruto do alastramento do discurso feminista em outros segmentos e da proliferação de grupos auto-organizados de mulheres dentro de espaços mistos, que marcou a década de 1980. A nível local, como desdobramento desse

---

26 Como reflexo das inúmeras desigualdades que atravessam a nossa sociedade, o lugar que a produção do conhecimento ocupa dentro dos feminismos também está marcado por diferentes status quanto aos procedimentos, à linguagem e aos corpos que a enunciam. Quem estuda, quem é estudada, como e porque se estuda são questões que atravessam as relações entre as mulheres de diferentes classes sociais dentro destes movimentos, às vezes revelando impasses de difícil superação. A produção do conhecimento, aliada ao acesso a instâncias de reivindicação de direitos e políticas públicas inacessíveis a mulheres de classes populares, têm sido um dos pontos importantes das clivagens dentro dos feminismos que têm colocado, na sua historiografia, as mulheres de classes populares como “clientela” ou aliadas das feministas, mas não como feministas.

encontro, tivemos a fundação do Fórum de Mulheres de Pernambuco no ano seguinte, em 1988. Algumas destas questões são contadas por E5 no trecho a seguir:

Bom, minha aproximação com o feminismo veio pelo partido. Eu tinha uma militância no PT e a partir da militância no PT... E também eu fazia ciências sociais e já tinha algumas coisas já no final do curso, de discussão sobre... Na época, não se chamava de gênero, na época chamava condição da mulher. [...] Começou a se formar a organização feminista, organização de mulheres dentro do partido. Só que não era simplesmente de mulheres. Era feminista. Então, a partir daí, a gente... Eu comecei a participar em 1987... Porque em 1987 teve um encontro feminista em Garanhuns. E quando, no encontro feminista de Garanhuns, que eu não estava, dentro do encontro as petistas se organizaram no sentido de “Vamos conversar, né? Somos mulheres, somos petistas, estamos num encontro feminista. Como é que a gente faz para se organizar dentro do partido?”. E daí, terminou o encontro feminista e tal, mas isso repercutiu em cada estado. Onde essas mulheres que estavam no encontro feminista começaram a puxar discussões sobre fortalecer a organização feminista dentro do partido. E aí, no ano seguinte o Fórum de Mulheres é criado, em 1988. E aí eu fui convidada pra participar do Fórum, para... Foi quase uma inauguração, vamos dizer assim, foi uma chamada de uma reunião para abrir essa discussão e tal (E5)

Segundo Tatau Godinho (1998), a organização de mulheres numa perspectiva feminista está presente no Partido dos Trabalhadores desde o seu surgimento, ainda que no princípio estivesse localizada nas regiões Sudeste e Sul. Como estavam vinculadas aos feminismos para além do partido, muitas destas mulheres já circulavam nos encontros nacionais feministas. A novidade do encontro de Garanhuns é que, ao se abrir

para agrupamentos de mulheres que se organizam dentro de partidos e movimentos mistos, ele fortalece a auto-organização das mulheres dentro destes espaços. Daí o fortalecimento do agrupamento de mulheres do PT em Pernambuco após esse evento, como foi citado por E5.

Bonetti (2007, p. 80) coloca que as questões que se impuseram como temáticas principais no encontro feminista de Garanhuns foram as discussões sobre as trabalhadoras rurais, as trabalhadoras domésticas, o racismo e a prostituição. Outra novidade histórica do encontro de Garanhuns é que ele contou com a participação do Grupo de Mulheres do Morro da Conceição, bairro da periferia da cidade do Recife, na sua organização. A forte presença destas pautas revela um campo feminista mais plural do que normalmente é citado na historiografia dos feminismos brasileiros. Nesse encontro, estiveram presentes “cerca de mil mulheres, sendo 70% dos setores populares e 20% de ‘feministas históricas’, segundo o Relatório do Encontro” (SOARES *apud* SILVA, 2016, p. 117). As questões raciais também foram colocadas de forma incisiva no encontro de Garanhuns. As mulheres negras questionaram a ausência de suas pautas, como vinha acontecendo em todos os outros encontros. À revelia do número significativo de suas participações, as pautas das mulheres negras não tinham espaço correspondente. Dali, assumiu-se o compromisso de realizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que seria realizado em Valença-RJ, no ano seguinte. Segundo Matilde Ribeiro (1995, p. 450), o encontro de Valença-RJ foi organizado sob muitas críticas de separatismo por parte dos movimentos feministas e dos movimentos negros. Ao que as mulheres responderam:

Nosso objetivo é que nós mulheres negras comecemos a criar nossos próprios referenciais deixando de olhar o mundo pela afica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou pela da mulher branca. O sentido da expressão criar nossos próprios referenciais é que queremos estar lado a lado com as(os) companheiras(os) na luta pela transformação social queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades (RIBEIRO, 1995, p. 450)

As especificidades do encontro de Garanhuns, a meu ver, estão relacionadas às características locais dos feminismos no Nordeste e ao acúmulo dos debates que vinham sendo feitos pelas mulheres negras e que foram visibilizados no III Encontro Latino-Americano e do Caribe, que aconteceu em Bertioga-SP, dois anos antes, em 1985. 850 mulheres participaram do encontro desse encontro, “das quais 116 se declararam negras e mestiças (RIBEIRO, 1995, p. 449). O Encontro de Bertioga viveu fortes tensionamentos em relação às questões raciais e de classe. Questionou-se a invisibilização das pautas das mulheres negras e das mulheres de classes populares e também o próprio acesso destas mulheres a estes espaços, que começava pela taxa de inscrição (RIBEIRO, 1995; CARDOSO *apud* SILVA, 2016, p. 115–117) — debate presente nos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos até hoje, como pude presenciar no XIV EFLAC, realizado em 2017, em Montevidéu. Claudia Pons Cardoso (*apud* SILVA, 2016, p. 117) destaca três questões sobre o episódio envolvendo as inscrições do encontro de Bertioga<sup>27</sup>: “a capacidade de mobilização das mulheres pobres e negras; a divergência com o movimento feminista branco e classe média na definição da agenda política; e o distanciamento do feminismo hegemônico com mulheres pobres, trabalhadoras e negras, ou seja, da discussão de raça e classe”.

Ainda de acordo com Ribeiro (1995), os Encontros Nacionais Feministas que se seguiram ao de Garanhuns tiveram as suas estruturas modificadas pelos debates que ocorrem em Pernambuco. O X Encontro Nacional Feminista, realizado também em Bertioga (1989), já contou com maior participação das mulheres negras em diferentes

---

27 Segundo Matilde Ribeiro (1995, p. 449), “[h]ouve o episódio da chegada de um ônibus vindo do Rio de Janeiro com mulheres negras de movimentos de bairro (favelas e periferia) e demais setores como partidos políticos as quais não haviam feito inscrição no encontro e alegavam não ter dinheiro para fazê-la. Estas alegavam ainda ter vindo para ficar. Instalou-se uma longa discussão entre o grupo organizador (composto em sua maioria de mulheres brancas) e as negras (as que estavam no ônibus e outras que envolveram-se no problema). Os conflitos estabelecidos configuraram-se pelas diferenças raciais, mas também pelas questões sociais”.

espaços de discussão e contou também com um grupo de trabalho sobre a organização das mulheres negras e feminismo. Este grupo, entretanto, foi composto apenas por mulheres negras, embora fosse aberto a todas as participantes interessadas, revelando a denúncia, ainda atual, das mulheres negras de que o racismo vem sendo tratado como se fosse um problema a ser discutido apenas pelas pessoas negras. No XI Encontro Nacional Feminista, realizado em Caldas Novas (1991), foram realizadas três oficinas que contribuíram para o aprofundamento dos debates raciais. Desta vez a discussão contou também com a participação de mulheres brancas (RIBEIRO, 1995, p. 449).

Como podemos constatar no trabalho de Sueli Carneiro (2004) e de Matilde Ribeiro (1995), as tensões raciais estão presentes no feminismo brasileiro desde o início da década de 1980. E desde o início desta década também vimos o surgimento de grupos de mulheres negras no país. Em sua tese de doutorado a perspectiva das mulheres negras sobre o feminismo, Claudia Pons Cardoso (*apud* SILVA, 2016, p. 120), elenca alguns desses grupos: Coletivo de Mulheres Negras em SP, 1983; Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, 1983, RJ; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada, 1986, Santos-SP; Grupo de Mulheres Negras Mãe Andrezza, 1986, Maranhão; Geledés Instituto da Mulher Negra, 1988, SP; Coletivo/Casa de Mulheres Negras Laudelina de Campos, 1989, Campinas SP; Maria Mulher, 1987, RS. Na década de 1990 organizam-se: Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, 1991; Criola, 1992, no RJ; Grupo de Mulheres Aloiyé Yalodê, 1995, Salvador-BA; Casa da Mulher Catarina, SC; Instituto AMMA Psique e Negritude, 1995; Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 1997; IMENA Instituto das Mulheres Negras do Amapá, 1999; Grupo de Mulheres Negras Malunga, 1999, GO; Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia do Piauí, 2000; Felipa de Sousa, 2001, RJ; Uiala Mukaji Sociedade das Mulheres Negras, 2003, no Recife; Akoni, 2004, Maranhão; Rede de Mulheres Negras do Paraná, em 2006.

Em relação ao outro aspecto importante do encontro de Garanhuns, as características dos feminismos recifenses, E1 evidencia no trecho a

seguir que a relação entre as mulheres de classe média e as mulheres de classes populares esteve presente desde o início, ou pelo menos desde o Ação Mulher. Essa aproximação contribuiu para que estas mulheres estivessem presentes de forma significativa no encontro feminista de Garanhuns.

E aí nós já tínhamos, no Ação Mulher, nós já tínhamos uma relação com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, nós tínhamos uma forte relação com as mulheres trabalhadoras rurais. Então era... Desde o Ação Mulher, que essa relação do movimento feminista com outras categorias, com... Como é que eu poderia dizer? Porque naquela... Hoje eu acho que essa coisa do feminismo e do ser feminismo está muito mais espalhado, mas, na época do Ação Mulher, as mulheres, mesmo organizadas em categorias de trabalhadoras, elas reivindicavam, elas se autoidentificavam pela sua inserção como categoria de trabalhadoras, né? E os grupos feministas se reivindicavam como feministas, então ainda não era uma coisa tão expandida como agora. Mas essa relação, como uma relação entre movimentos de mulheres, desde o Ação Mulher que está marcado dessa maneira, por um diálogo, por coisas... Por fazer coisas juntas, entendeu? (E1)

Essas alianças também podem ser vistas na fundação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, em 1988. No primeiro informe do FMPE, em agosto de 1988, constam como integrantes do Fórum: Grupo de Mulheres de Santo Amaro, Clube de Mães de Paratibe, Origen — Grupo de apoio a gestantes, Grupo de Mulheres sem Casa, Grupo de Mulheres da Iputinga, Menja — Movimento de Mulheres de Jaboatão, Centro de Mulheres de Vitória de Santo Antão, Comissão de Mulheres do Crea, Centro da Mulher do Cabo, Sendo Mulher, Conselho de Mulheres da OAB, SOS Corpo, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Olinda, GT Mulher, Associação das Empregadas Domésticas, Associação das Mulheres de Carpina, Centro das Mulheres de Pombos, Grupo de Mães

Ame, Creche Alto do Mandu, CIO da Terra — Grupo de Mulheres de Casa Amarela, Equipe Popular de Camaragibe, Grupo de Mulheres do Morro, Brigada de Defesa da Mulher, Grupo de Mulheres do PT, AMUC — Associação das Mulheres de Camaragibe. Na leitura de Bonetti, “a origem do FMPE, a partir da reunião entre movimento feminista e movimento popular de mulheres, revela uma tentativa de coalizão entre distintos grupos de mulheres locais”, tendência que a autora verificou que continuava presente no período em que estudou o campo feminista recifense, em 2005.

A auto-organização das mulheres enquanto categoria profissional neste período abria espaço para o contato com os debates feministas. Como podemos perceber no relato de E1, esse contato e essas alianças não significavam uma identificação automática com o feminismo, mas esses espaços auto-organizados de mulheres têm um importante papel no posterior fortalecimento dos feminismos em sindicatos e outros movimentos da esquerda. A dificuldade de alastramento do discurso feminista tem como componente significativo os embates travados entre os feminismos e setores mais tradicionais de esquerda, vinculados a uma visão do marxismo ortodoxo, cujos discursos e práticas políticas carregam uma significativa dose de sexismo. Para estes setores, os feminismos eram vistos como pautas burguesas que dividiam a luta dos trabalhadores.

Como exemplo desta tensão, podemos retornar às polêmicas ocorridas no III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga-SP. Sonia Alvarez e outras autoras, em artigo sobre a história dos encontros feministas latino-americano e caribenhos, afirmam que várias bolsas tinham sido asseguradas pelas organizadoras brasileiras para contemplar a participação de mulheres de classes populares e que “muitas participantes suspeitaram que o incidente do ônibus foi orquestrado por partidos políticos em uma tentativa de desacreditar o feminismo” (ALVAREZ *et al*, 2003, p. 548). Não foi possível, nesta pesquisa, confirmar a veracidade dessa suspeita. Mas a suspeita, em si, já revela a tensão entre feminismos e o campo da esquerda, a partir da

deslegitimação do feminismo por parte de alguns segmentos, ao identificá-lo com mulheres da elite e como um campo político que não representaria os interesses das mulheres de classes populares.

Se confunde, na historiografia dos movimentos feministas, a presença de determinadas pautas com a sua capacidade de disputa hegemônica dentro destes movimentos. Da forma como a narrativa é construída, parece que os espaços feministas eram espaços exclusivamente brancos e de classe média e progressivamente outros sujeitos políticos foram se inserindo. Como afirmei, o fato do surgimento dos feminismos contemporâneos no Brasil, e em boa parte da América Latina, terem se dado num contexto de abertura democrática fez com que muitos debates estivessem pulsando ao mesmo tempo e que a luta das mulheres estivesse fortemente aliada às lutas de esquerda e populares.

A literatura aponta que as mulheres negras sempre estiveram presentes nos espaços feministas, ainda que em menor número em muitos contextos, e que as questões vivenciadas pelas mulheres de classes populares também estavam entre as pautas discutidas nesses espaços. A atuação e as pautas dessas militantes, entretanto, estavam obscurecidas pelo discurso hegemônico desse campo, que refletia as vivências das mulheres brancas de classe média. A desigualdade entre estas mulheres é um fator determinante para isso. As transformações que o campo feminista vai viver nas décadas subsequentes não refletem, pois, a chegada de outras mulheres aos movimentos, mas o seu fortalecimento dentro destes movimentos. Mais uma vez, a auto-organização de cada segmento ocupa um lugar fundamental para este processo. Trago esse debate porque acredito que o que precisa ser discutido dentro dos feminismos não é a sua homogeneidade, mas sim as suas desigualdades e seus processos de disputa hegemônica — debate que será desenvolvido no capítulo três.

Na década de 1980, o feminismo encontrava fortes barreiras para a sua ampliação, elas se deviam sobretudo às barreiras que o conservadorismo da sociedade como um todo, e também dentro da esquerda, colocava à libertação das mulheres. Não pretendo negar a existência

de uma visão estereotipada das feministas brancas e intelectuais, que distanciava as mulheres negras e de classes populares de se identificarem como feministas porque não se identificavam com aquelas mulheres. Esse é um dado importante que está presente nas atuais discussões e deve continuar sendo discutido. Mas trago outro elemento, que é o fato de muitas mulheres negras e de classes populares estarem na luta feminista desde o florescimento dos feminismos contemporâneos, sobretudo na década de 1980. Por isso, para além dos mecanismos de exclusão destas mulheres destes espaços, precisamos aprofundar as reflexões sobre as desigualdades internas aos próprios espaços feministas, que é o que tem invisibilizado a sua presença.

\*\*\*

A efervescência da década de 1980 atinge seus momentos altos com a Constituinte, em 1988, e com a campanha eleitoral de 1989. Como afirmi no capítulo anterior, a Constituinte mobilizou vários segmentos dos movimentos sociais no Brasil, marcando também um período de intenso debate sobre diversas pautas da esquerda. Foi um período de várias disputas sobre os conteúdos que teriam maior ou menor destaque na esquerda ao longo da década seguinte.

Segundo Brito (2017, p. 37), o programa de governo proposto pela candidatura de Lula, através da Frente Brasil Popular (composta pelo PT, PCdoB e PSB), se chamava “Projeto Democrático Popular”. A meu ver, essa denominação revela duas coisas importantes. Primeiro, que aquele projeto era fruto de uma série de debates vivos no Campo Democrático Popular na última década e, por isso, extrapolava o Partido dos Trabalhadores. Segundo, que o fato de denominarmos retrospectivamente esse campo político de Campo Democrático Popular está relacionado diretamente a expressões cunhadas por seus protagonistas. O poder de nomear um campo revela a capacidade de articulação política de determinados sujeitos históricos. Desdobramentos — com significativas transformações — desse projeto seriam apresentados

nos programas propostos nas eleições seguintes até a chegada do PT ao governo federal, nas eleições de 2002.

A onda democrática que varreu o país na década de 1980 deixou a esquerda com um saldo organizativo significativo e com uma agenda de lutas que era fruto dos inúmeros debates travados naquele contexto. Nos feminismos, se avivaram debates sobre violência contra as mulheres, liberdade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, direito a creche, divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero dentro e fora dos espaços de militância. As feministas, em conjunto com mulheres que construíam outros espaços políticos, levaram esses debates para a arena política no momento em que o país atravessava o processo de abertura. Naquele momento, se consolidavam articulações entre movimentos feministas e movimentos de mulheres em todo o país. Se consolidava, também, uma agenda política para o movimento feminista no Brasil.

## **2.2 Segunda fase: dicotomia entre institucionalização e criminalização dos movimentos sociais**

A década de 1980 foi marcada pela luta pela democratização e pela conquista dos direitos civis. Após a Constituinte, em 1988, os movimentos sociais e outros setores do campo discursivo da esquerda se viram diante do desafio de fazer com que a chamada “Constituição cidadã” fosse de fato efetivada. Segundo Evelina Dagnino (2004), no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, as forças políticas que articulavam o Campo Democrático Popular disputavam os sentidos da política, buscando consolidar a perspectiva de que o debate político diz respeito a toda sociedade e não apenas ao Estado. Era um momento de ampliação do engajamento nas questões de interesse público, no qual a sociedade civil procurava consolidar um novo lugar nas instâncias decisórias. Como reflexo dessa disputa, a Constituição de 1988 consagrou esse princípio de participação. A partir de então, segundo Dagnino (2004, p. 141) “o confronto e o antagonismo que

tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores [de governo autoritário] cederam lugar a uma aposta na possibilidade de sua ação conjunta para o aprofundamento democrático”.

Essa mudança na relação entre Estado e sociedade civil é central para compreendermos as características da segunda fase do Ciclo do Campo Democrático Popular. As análises sobre a corrente dificuldade de articulação política do campo da esquerda e o enfraquecimento do seu projeto hegemônico, em geral, se voltam às transformações ocorridas com a entrada do Partido dos Trabalhadores no executivo nacional, a partir de 2003. A complexa relação entre Estado e sociedade civil que emerge a partir desse contexto — que será analisada com mais profundidade no tópico 2.3 deste capítulo — tem sido, muitas vezes, colocada como pivô do enfraquecimento desta hegemonia, pelos desafios que se instalam na relação entre aliados — no caso, partido e movimentos sociais. De fato, esse desafio que marca os governos do PT é fundamental para que possamos refletir sobre a crise em curso. Todavia, essa via de análise corre o risco de compreender a entrada do PT na presidência da república como um divisor de águas, enquanto essas transformações foram progressivas e não abruptas. Alguns dos desafios enfrentados pelo partido e pelos movimentos sociais ao longo dos governos de Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016) estão ligados a mudanças na forma de atuação dos movimentos sociais e também dentro do próprio Partido do Trabalhadores, que se deram na década de 1990.

Ao longo da sua entrevista, E6 expôs sua compreensão sobre as transformações ocorridas dentro do Partido dos Trabalhadores e também sobre o campo dos feminismos na década de 1990. Ela discorreu, principalmente, sobre o processo de institucionalização, vinculado ao que Sonia Alvarez (2014) entende como “terreno discursivo movediço e muitas vezes traiçoeiro de gênero”, ancorado em uma compreensão tecnocrata e despolitizada das realidades das mulheres e das desigualdades que atravessam as suas vidas.

Já vinha antes. Já. Já. Eu acho que isso só reforça, mas eu acho que não dá para atribuir isso só ao governo Lula. O próprio PT, essas mudanças dessa lógica, entende, de funcionamento. De não ter mais núcleo de base, de não ter mais debate, eleição direta. Na hora que botou a eleição direta, acabou. Isso foi muito antes de conquistar a presidência. Ou do movimento. Do movimento é menor, talvez. E aí depende, claro, de que movimento a gente está falando, né? Não dá pra fazer uma coisa geralzona assim. Mas eu acho que já existiam problemas, sim. Por exemplo, essa própria relação que a gente estava conversando, sobre essas opções do feminismo no Brasil, ali nos anos 1990 para os anos 2000. Isso foi antes do governo, entende? Então eu acho que há questões que estavam postas, que elas só se aprofundaram nesse período. Se aprofundaram, mas, é claro, vieram questões de relações distintas, porque era desafiador, por exemplo, pros movimentos sociais se relacionar com o governo, porque não era um governo de oposição (E6).

O PT se distanciou do modelo partido-movimento a partir do qual sua identidade havia sido forjada na década anterior, quando as fronteiras demarcadas entre o partido e os movimentos sociais eram pouco demarcadas. Como colocou E4 na sua entrevista, “o PT deixou de ser um partido de vocalização das lutas sociais”. Os interesses eleitorais passam a se fazer cada vez mais presentes no partido. Segundo Flávio de Andrade (2017, p. 415–416), alguns movimentos se distanciaram do partido, por fazer a opção de investir no fortalecimento de atividades para além da política institucional, e outros assumiram o caminho tomado pelo PT no seu itinerário eleitoral e de gestões no poder executivo. Essas diferentes opções começam a distanciar os setores que articulam o Campo Democrático Popular, mas estes mesmos setores continuam encontrando momentos de convergência estratégica.

Além dos marcos nacionais que encerram a primeira fase do Ciclo do Campo Democrático Popular — a Constituinte, em 1988, e as primeiras

eleições diretas para presidência da república, em 1989 — a queda do Muro de Berlim e, com ele, a derrocada do socialismo como ideologia de Estado, em 1989, também é evento histórico importante para a caracterização da segunda fase deste Ciclo. Segundo Carmen Silva, com o fim da polarização política entre o mundo capitalista e o mundo socialista,

[n]a esquerda ampliam-se os questionamentos ao socialismo instalado a partir das experiências revolucionárias de caráter marxista-leninista e também maoístas. Neste mesmo período a revolução nicaraguense, que se organizou sobre bases vinculadas a um pensamento renovador no interior do marxismo e à teologia da libertação também é derrotada pela via eleitoral. Ganha força a crise política no interior das organizações e partidos de esquerda e muitos buscam outras referências teóricas e políticas, ou mesmo, outros modos de vida. O pensamento acadêmico também sofre uma reviravolta a partir da chamada ‘crise de paradigmas’. No mundo ganha força as determinações do Consenso de Washington, o consequente crescimento do neoliberalismo, o debate sobre ‘fim da história’ e sobre globalização. A liberalização do comércio para além das barreiras nacionais e a destituição do lugar salvaguardado para o Estado-Nação entram na ordem do dia dos debates políticos (SILVA, 2016, p. 103).

A nova relação entre Estado e sociedade civil que se estabeleceu após a ditadura no Brasil, no contexto de crise de paradigmas utópicos da esquerda e do fortalecimento do neoliberalismo, abriu espaço para a reconfiguração da atuação da sociedade civil que Evelina Dagnino (2004, p. 140) denominou de “*confluência perversa* entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países [da América Latina] ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático”. Para Dagnino, essa confluência perversa dá lugar a uma crise discursiva, “marcada pela

disputa político-cultural entre esses dois projetos e pelos deslocamentos de sentido que ela opera em três noções — sociedade civil, participação e cidadania” (DAGNINO, 2004, p. 140). Esse referencial conceitual, que esteve a serviço da ampliação da democracia ao longo da década de 1980, é capturado pelo neoliberalismo, dando lugar à “emergência de um projeto de Estado que [...] se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p. 142).

A onda de institucionalização, que já havia se iniciado na década de 1980, com o surgimento de várias organizações não-governamentais (ONGs), se intensificou na década de 1990, sobretudo com o aumento de financiamento da cooperação internacional. Na Região Metropolitana do Recife (RMR), algumas organizações que atuam numa perspectiva feminista surgiram como fruto do contexto de abertura democrática, que marcou a primeira fase do Ciclo do Campo Democrático Popular: o Grupo Mulher Maravilha (1975)<sup>28</sup>, o SOS Corpo (1981), a Casa da Mulher do Nordeste (1981), o Centro das Mulheres do Cabo (1984) e o Grupo Curumin — Gestação e Parto (1981). Em 1991 é fundado o Coletivo Mulher Vida; em 1993, a Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero; em 1996, o Grupo Loucas de Pedra Lilás (1996); em 1997, o Instituto Papai<sup>29</sup>; em 2001, a ONG Trupe Graúna; e, em 2003, a Uiala Mukaji — Sociedade de Mulheres Negras. Ao longo da década de 1990 e

---

28 O Grupo Mulher Maravilha surge para dar apoio às mulheres vítimas de violência doméstica no bairro de Nova Descoberta. Se institucionalizou como ONG em 1986 e atua em diálogo com organizações feministas.

29 O Instituto Papai tem um diferencial em relação às outras organizações citadas, o foco no trabalho com homens e masculinidades. No campo feminista local, a composição mista desta organização e a defesa de um feminismo que inclui a participação dos homens foi alvo de alguns embates quanto à participação da instituição nos espaços do movimento, particularmente no Fórum de Mulheres de Pernambuco, que se alinha à defesa do feminismo como campo político protagonizado por mulheres. O impasse foi superado a partir da representação do Instituto Papai por integrantes mulheres nos espaços do FMPE (FERREIRA, 2012).

dos anos 2000, outras ONGs surgiram na cidade, também voltadas para ou que trabalham transversalmente com os debates de gênero e a situação das mulheres. As organizações citadas partilham uma característica: o seu envolvimento com os movimentos feministas locais, mais especificamente, o seu engajamento no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Millie Thayer (2001, p. 114) observa uma especificidade das ONGs feministas, que foi também trazida por uma das militantes que entrevistei (E1), sobre a atuação da organização na qual ela trabalha, o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia — organização citada no trabalho de Thayer. Segundo Thayer, as mulheres que formavam as ONGs

definiram-se como parte de um movimento feminista maior, e estruturaram inicialmente suas novas instituições de uma maneira informal, anti-hierárquica, que refletia os valores e as metas do movimento. Ao contrário das diretorias de outros tipos de ONGs, as fundadoras de instituições feministas vindas das classes média e alta viram-se como construtoras de um movimento que iria melhorar suas próprias vidas, bem como as de mulheres das classes mais baixas, que formavam o público-alvo a ser atingido (THAYER, 2001, p. 114).

Além do entendimento de que as organizações feministas pertencem ao movimento feminista, E1, quando questionada sobre os riscos da institucionalização e do financiamento internacional, colocou que “isso é uma discussão também muito posicionada e pouco reflexiva do que foram os verdadeiros processos”. Na sua leitura, embora o impacto desse financiamento exista nesse campo de atuação, ele é reflexo do nível de concessão que cada organização está disposta a fazer em relação às imposições de seus financiadores, o que depende também do projeto político de cada instituição.

Embora institucionalizadas, estas organizações seguiram construindo a luta feminista coletivamente, com uma postura de enfrentamento, às vezes mais combativa e às vezes menos, a depender do

contexto e da organização. No caso dos feminismos da RMR, é possível concluir que a institucionalização não esvaziou os espaços movimentistas, mas trouxe um outro formato ao modo de construir as ações do movimento. Nas entrevistas realizadas com participantes do FMPE (E2, E3, E4, E5), surgiram várias referências à transição vivida por este espaço na década de 2000, quando o FMPE passou por uma transformação na sua organização e deixou de se entender como um espaço que agrega representação de instituições e militantes autônomas para se identificar como um espaço composto apenas por militantes, independente das organizações às quais essas possam estar vinculadas. Esse processo de transformação será discutido no tópico 2.3 desse capítulo e traz a leitura das militantes deste espaço sobre o esgotamento de algumas estratégias presentes no campo discursivo da esquerda ao longo da segunda fase do Ciclo do CDP, especificamente no tocante aos desdobramento que os processos de institucionalização tiveram sobre a construção das lutas políticas.

As transformações apontadas por Dagnino (2004) se inserem em um contexto global de fortalecimento do neoliberalismo. É importante pontuar que não compreendo a institucionalização da militância como uma tendência neoliberal em si mesma. Para as organizações feministas às quais estou me referindo, por exemplo, a institucionalização foi, sobretudo, uma estratégia de continuidade da luta e manutenção da ação coletiva que possibilitasse a construção de projetos políticos de longo prazo e profundidade transformativa. Diferentes organizações da sociedade civil buscavam formas de ampliar a sua participação na construção de políticas públicas e caminhos que pudessem viabilizar a sua atuação.

A perversidade desse contexto está na ambiguidade dessa atuação. Se, por um lado, a atuação em conjunto com o Estado e o apoio da cooperação internacional colocava, no primeiro caso, barreiras à radicalidade das demandas dos movimentos sociais e, no segundo, os inseria em uma espécie de “indústria do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008). Por outro, essa atuação também garantiu conquistas importantes. Estes

dilemas aparecem na fala de E1, que trago a seguir. Não é possível analisar esse processo sem levar em consideração as disputas travadas na década anterior, quando a participação junto ao Estado e a luta por políticas públicas ocupou um lugar central na articulação do campo da esquerda. O contexto se altera e, como afirma Dagnino (2004, p. 139–140) “talvez tenhamos superestimado a força política de um dos lados dessa disputa, minimizando os obstáculos que encontraria e o poder dos adversários”.

Vou dizer uma outra coisa, pegando o feminismo especificamente. Tudo é muito complicado. Porque você veja, quando, no começo dos anos 1980, o movimento feminista, de uma maneira muito radical, coloca a questão a legalização do aborto, coloca a questão do corpo, coloca a questão da divisão sexual do trabalho, coloca a violência contra a mulher, contra isso, contra aquilo, nós também começamos a defender políticas públicas. Veio o movimento pela Constituinte, a gente estava lá fortemente. O movimento de mulheres foi forte no movimento da Constituinte. Num momento precioso, nós fomos lá defender direitos para nós, mulheres, para diversas categorias específicas e para as mulheres no geral. [...] Quer dizer, acho que foi isso, fantástico... Porque mostrava esse compromisso na superação dessa desigualdade como parte do percurso. Mas isso também tem as suas consequências, está certo? Você vai negociar contracepção, naquela negociação você tem que tirar o aborto ali, depois você bota o aborto. Então, depois você bota e às vezes você não bota... Então vai criando também lugares de interdição. E lugares de apacramento da proposta radical. E também a política pública vai lhe tomando tanto tempo, e a formação vai se voltando tanto para a política pública, que a vida cotidiana também começa a... Esse trabalho para enfrentar esse cotidiano dominado por essas ideologias, por essas relações, não sei o que lá... Mas é possível você adiar para amanhã a luta por reforma agrária entendendo o direito das mulheres também dentro da reforma agrária e do direito a terra? Não

pode. Mas como é que vai negociando isso? Quer dizer, eu acho também que isso aí tudo são lições para essa nova etapa histórica que a gente está começando. Porque tem esse golpe, tem essa destruição e é uma nova etapa histórica. Então a gente tem que insistir na defesa dos direitos. Nenhum a menos, a gente quer mais. Os direitos são realizados, grande parte deles, através de políticas públicas, mas a gente tem que manter uma radicalidade frente aos governos e uma radicalidade frente à vida cotidiana também (E1).

A aposta na construção de políticas públicas e no diálogo institucional, em alguns momentos, teve como consequência o afastamento dos movimentos de outros espaços de disputa, sobretudo de organização de lutas fora das instâncias institucionais e de seu próprio fortalecimento. A terceira fase do Ciclo do CDP é marcada por um aprofundamento do afastamento de alguns movimentos do diálogo com a sociedade, enfraquecimento da sua ampliação e organização interna, e pela aproximação das relações entre esses movimentos e o Estado. A aposta, na terceira fase do Ciclo, foi que o Estado poderia ser um instrumento para a transformação. O que as entrevistas que realizei e a bibliografia sobre a temática (ALVAREZ, 2014; DAGNINO, 2004; SILVA, 2016) revelaram, entretanto, é que essa cultura “participacionista” não se inicia na terceira fase do Ciclo. A institucionalização pela qual alguns movimentos enveredaram, ainda na década de 1990, deu início a uma relação de dependência em relação a fontes externas, seja o governo, sejam as agências de financiamento internacionais. Nesse processo, além de alguns vícios de organização que vão se adquirindo, a própria ação desses movimentos também passa a ser pautada por forças externas. Não apenas pela influência que os financiamentos podem ter nas suas agendas, mas também por esses movimentos começarem a se pautar pelo monitoramento de agendas de implementação de políticas públicas.

As pautas, dessa forma, são demandadas de fora e se afastam cada vez mais de horizontes utópicos, se guiando por uma espécie de pragmatismo político. Se enfraquecem os processos formativos que não estejam

voltados para fins imediatos. Nos feminismos, algumas metodologias muito presentes na fase anterior, como a autorreflexão, momentos de discussão sobre nossos próprios corpos e nosso fortalecimento subjetivo enquanto mulheres e enquanto militantes, também perdem espaço na organização dos movimentos. Em outro trecho da entrevista, E1 trouxe um relato sobre estas questões, colocando como o preenchimento das preocupações com a construção e efetivação de políticas públicas acabou diminuindo o espaço das práticas solidárias entre militantes no cotidiano, do fortalecimento dos espaços comuns da militância e das teias de solidariedade que eles vão construindo. Na sua leitura, isso precisa ser recuperado.

\*\*\*

O ativismo transnacional, estimulado pelas conferências da ONU também cumpriu um importante papel na formação do campo discursivo da esquerda nesta segunda fase do Ciclo do CDP e nesta “confluência perversa”. Instituições internacionais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) — financiadores diretos ou indiretos de muitos projetos implementados por ONGs e movimentos sociais na América Latina — criaram o discurso de que constituem um fórum global democrático, pautado em decisões racionais que solucionariam os problemas da distribuição da riqueza em escala global. As ONGs tornaram-se importantes aliadas destas instituições na construção de uma nova agenda global, tendo um importante papel no “combate à pobreza”. Suas atuações, porém, muitas vezes consistem em combater os efeitos dos problemas sociais. Isso se dá, principalmente, através de dois mecanismos: a fragmentação das lutas (especialização) e a curta duração dos projetos sociais. Ao ignorarem os problemas estruturais, as causas daqueles efeitos ‘solucionados’ continuam a gerar novos efeitos que, por sua vez, geram novas demandas assistencialistas. Desta forma, a própria ajuda humanitária se transforma em um mercado ou “indústria do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008).

A abertura de canais de participação da sociedade civil na cogestão pública e nas instâncias internacionais de debate exigem a capacitação técnica por parte das militantes. Como consequência deste complexo cenário, a atuação das organizações passa a operar em um terreno mo-vedição entre esses diferentes projetos e estabelecem ou reforçam desigualdades entre as mulheres no campo discursivo dos feminismos. As ONGs, e especialmente as ONGs internacionais, sustentam uma rede de profissionais de alto custo, criando uma espécie de elite de ativistas internacionais regidas por princípios e interesses na maior parte das vezes distintos das motivações de integrantes ligadas aos movimentos sociais com atuação local. Segundo Sorj (2005, p. 38), a profissionalização das ONGs produz, no recrutamento das equipes, uma tensão entre as demandas de um “ethos moral” e um “ethos profissional”. O primeiro atrai pessoas que estão politicamente envolvidas com as causas da organização e, por isso, podem vir a aceitar salários abaixo do mercado, mas não são necessariamente plenamente qualificadas. O segundo requer profissionais altamente qualificados, com expectativas de salários altos e uma visão das ONGs como estrutura empresarial.

A institucionalização dos movimentos e o ativismo transnacional foram alvo de intensas disputas políticas dentro dos movimentos feministas ao longo das décadas de 1990 e 2000. Os debates sobre a autonomia dos feminismos que, na fase anterior, estavam voltados para a questão da dupla militância, na década de 1990, passam a se voltar para o problema do financiamento e do crescimento das feministas em esforços de *advocacy* cada vez mais profissionais e especializados e seu envolvimento com instituições políticas nacionais e internacionais.

Uma parte do movimento via a situação como um processo de cooptação e moderação das reivindicações, segregação e hierarquização dentro do próprio movimento, corrompendo um dos mais centrais pactos do feminismo, que é a busca da horizontalidade e da solidariedade entre as mulheres. Outra parte percebia o processo como um passo necessário para o avanço da agenda feminista, pois viam a pressão internacional como meio para interferir nas políticas nacionais. Este

processo teve os efeitos esperados tanto pelo primeiro grupo, quanto pelo segundo (ALVAREZ *et al*, 2003). O relato de E2 expõe estas questões na sua vivência militante.

E tem uma outra coisa também, que é as relações institucionais... A institucionalização dos movimentos. E o movimento feminista também não está fora disso, né? Eu acho que houve uma onda muito forte de institucionalização dos movimentos sociais. Isso a gente perdeu muito, sabe? E não é institucionalização porque está lá no papel não, apenas porque está no papel não, é a postura institucionalizada dos movimentos. Os movimentos, hoje, eles adquiriram uma postura muito institucionalizada. E para você ser inserido, você tem que estar sempre representando alguém ou algo. Isso é muito ruim. Eu acho que essa coisa de representação tem que ser discutida, mastigada e bem diluída para a gente entender realmente o que significa representar algo ou alguém. É muito ruim, porque as pessoas vão nessa onda. Isso, de uma certa forma, tira poder de um e dá poder para outro. E aí se perde, se perde nos objetivos. Os objetivos do movimento se perdem e acaba a gente não avançando. [...] É a hierarquia, né? De que fulana é a tampa, porque é a representante tal de coisa tal. Então, eu acho essa ideia muito ruim, porque... E outra coisa, você tem que estar ligada a alguma coisa institucional. Você não é simplesmente mulher. Eu tenho que ter uma instituição atrás de mim para me dar poder. O poder não é meu, é da instituição, essa é a verdade (E2).

Segundo Millie Thayer (2001), em artigo sobre a participação das militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) na arena de ativismo feminista transnacional, “enquanto as ativistas profissionais adquirem mais acesso a informação sobre questões de gênero, mais tempo para se dedicar a atividades do movimento, mais recursos para fazê-lo e também mais visibilidade na sociedade do

que as ativistas não profissionais, elas tem mais poder dentro dos movimentos” (LEBON *apud* THAYER, 2001, p. 114). Thayer (2001) coloca, entretanto, que as relações entre militantes profissionalizadas e militantes não profissionalizadas, entre movimentos e ONGs, e entre os diferentes setores da sociedade civil nas arenas de discussão transnacionais, embora perpassadas por redes de poder, não podem ser vistas de forma simplista, como influências de uma só via. Nas suas palavras:

Defendo que, enquanto essas relações de poder podem ter dado uma mobilidade maior aos discursos do hemisfério Norte, além de tê-los materializado com recursos, os feminismos transnacionais não foram simplesmente incorporados por movimentos locais desprovidos de poder. Ao contrário, a política de gênero que estava sendo construída no nordeste rural foi resultado, em parte, de um complexo processo de contestação, negociação e apropriação numa esfera social transnacional (THAYER, 2001, p. 106).

No campo feminista, a “confluência perversa” apontada por Dagnino (2004) está relacionada à captura pelo neoliberalismo das “pautas identitárias”, eliminando o caráter conflitivo e de antagonismo ao sistema das demandas colocadas por estes sujeitos políticos — mulheres, transexuais, negras e negros, lésbicas, gays, bissexuais, entre outros.

O conceito de gênero é um terreno de disputas entre essas duas agendas. A transformação desse campo político ocorreu em diálogo com a transformação dos debates teóricos sobre a situação das mulheres, que eram desenvolvidos nas universidades e em outras instituições de pesquisa. Segundo Karla Galvão Adrião (2008, p. 200), embora os debates de gênero tenham surgido nas ciências sociais norte-americanas ainda na década de 1970, no Brasil ele começa a ganhar espaço a partir da década de 1990. Nesse momento, os “estudos da mulher” vão dando lugar aos “estudos de gênero” e a transformação desse vocabulário traz outras mudanças para o campo.

Na leitura de Adrião (2008) o conceito de gênero abre espaço para uma abordagem mais relacional “ampliando as diferenças para uma perspectiva sociocultural e histórica, em que coexistem outros marcadores sociais de diferenças tais como raça, geração e classe social” (ADRIÃO, 2008, p. 200). Essa leitura também é trazida por Sonia Alvarez (2014), que retoma colocações de outras teóricas e militantes feministas, como Sílvia Camurça (*apud* ALVAREZ, 2014, p. 30) e Nalu Faria e Miriam Nobre (*apud* ALVAREZ, 2014, p. 30), que, no contexto da década de 1990, se alinham à leitura de que o conceito de gênero foi útil para articular a agenda de lutas das mulheres à de outros atores políticos.

Ao discutir a entrada do conceito de gênero no campo feminista, Alvarez (2014) aponta também como este foi um conceito chave para a agenda neoliberal antipobreza que se constituía pós-Consenso de Washington. Um dado importante para refletirmos é a reivindicação do caráter relacional atribuído à entrada do conceito de gênero no pensamento feminista, quando o feminismo materialista já trazia uma abordagem relacional através do conceito de “relações sociais de sexo”. O conceito de gênero parte de outra matriz teórica, o que justifica a necessidade de criação de outro arcabouço conceitual, que cumpre também uma função na disputa hegemônica do pensamento feminista. O que me parece interessante em relação à penetração e à hegemonia do conceito de gênero na década de 1990 é que, enquanto novidade teórica, este era um conceito mais fácil de ter seus significados disputados, por não estar articulado historicamente e um campo discursivo anticapitalista.

Alvarez (2014, p. 30–31) coloca como o termo gênero foi, em alguns contextos, despolitizado e tecnocratizado para caber na agenda neoliberal da cooperação internacional. As questões de gênero entram na agenda de desenvolvimento global e na luta contra a pobreza a partir de noções como empreendedorismo e empoderamento. A primeira entende a incorporação no mercado como um caminho para a superação da pobreza. A segunda elimina o caráter estrutural do poder,

gerando a ideia de que é possível empoderar as pessoas sem que se altere a estrutura de desigualdades na qual estão inseridas.

No contexto nacional de pesquisa e produção de conhecimento, o campo dos estudos feministas tem especificidades em relação ao seu financiamento. Adrião (2008) afirma que uma diferença do Brasil em relação aos países do norte é que, no nosso contexto, a maior parte da pesquisa acadêmica é financiada por agências de fomento do próprio Estado — com papel importante da CAPES<sup>30</sup>, vinculada ao Ministério da Educação, e do CNPq<sup>31</sup>, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Um percentual significativo da rede de pesquisadoras e pesquisadores atuantes no Brasil estão inseridos em universidades e institutos de pesquisa públicos. A situação dos estudos feministas, entretanto, é diferente.

Fundações como a Carlos Chagas, coordenaram editais com apoio financeiro de fundações internacionais como a Fundação Ford e a Fundação Mac Arthur, ambas com sede nos Estados Unidos. Existiu e ainda existe, portanto, um roteiro de uma agenda de pesquisa com itinerário temático, principalmente na formação do campo de estudos feministas brasileiro. Assim foi que temas como saúde sexual e planejamento familiar foram temáticas estimuladas na década de 1980, passando para as questões de gênero e suas correlações na década de 1990 e, depois, para os estudos em masculinidades (ADRIÃO, 2008, p. 201).

As mudanças nas teorias e nas práticas políticas feministas ocorreram de forma concomitante, uma vez que essas dimensões têm relação de retroalimentação e, também, porque as vias de financiamento ligadas a essa agenda penetravam tanto nos espaços de produção do conhecimento acadêmico como nos espaços dos movimentos e das ONGs.

---

30 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

31 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ainda segundo Adrião (2008, p. 209), o diálogo entre os movimentos feministas e os espaços acadêmicos de produção de conhecimento “impulsionou [nas universidades] ações em pesquisa e extensão e, além disso, levou a produção acadêmica para espaços de redes feministas ativas, como a Rede Saúde, além de abrir as portas de redes de pesquisa e produção acadêmica para participação de ONGs feministas”.

No ativismo transnacional, duas conferências da ONU tiveram especial relevância no campo discursivo feminista no Brasil e na América Latina: a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (China), em 1995; e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban (África do Sul), em 2001. A segunda teve importância significativa para a articulação dos movimentos e organizações de mulheres negras nacionalmente. A primeira teve um impacto na articulação de diferentes movimentos feministas brasileiros.

A preparação para a Conferência de Beijing mobilizou muitos movimentos e organizações feministas que já existiam em diferentes regiões do país em torno de vários debates. Desse processo de preparação, surge a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Segundo Cecília Sardenberg (2018, p. 22), “Com o slogan ‘Beijing é Aqui’”, a AMB promoveu a articulação de mulheres em fóruns e articulações estaduais, realizando cerca de 90 eventos com a participação de 800 organizações”.

Em um artigo em que avalia a trajetória da luta das mulheres negras brasileiras do encontro Bertioga-SP, em 1985, à Beijing, em 1995, Matilde Ribeiro (1995) fala sobre o crescimento da visibilidade e incorporação das demandas das mulheres negras nos espaços feministas. Nas suas palavras, “embora as análises dos resultados dos processos históricos vivenciados pela população negra não sejam absorvidas de maneira eficaz, ampliam-se as possibilidades não apenas de diálogos, mas também de parcerias e ações conjuntas” (RIBEIRO, 1995, p. 456). Na mesma direção, Sueli Carneiro (2003, p. 120) afirma que o enfrentamento das contradições e desigualdades dentro do próprio movimento feminista, presentes desde a década de 1980, “vêm promovendo o

engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras”.

O saldo desse processo de denúncia e enfrentamento é uma mudança progressiva no discurso do campo feminista, a partir do esforço permanente, ainda que incompleto, de sobredeterminação entre a luta contra o sexismo e a luta contra o racismo. Um exemplo desse acúmulo na segunda fase do ciclo do CDP pode ser evidenciado no processo de organização nacional para Conferência de Beijing. O principal evento organizado pela AMB aconteceu no Rio de Janeiro, entre 15 e 18 de junho de 1995. Esse evento reuniu mais de 700 militantes e teve a participação de quase todos os estados. Nele, foi aprovada a Declaração Política que delineou a atuação das mulheres Brasileiras em Beijing. Segundo Ribeiro,

[f]oi significativa a presença de mulheres negras, que tiveram sua intervenção destacada não mais apenas nas reuniões para munir-se de forças para denunciar a ausência de suas questões na pauta mas a busca de elaboração conjunta dando visibilidade à questão racial [...] Embora com muitas tensões nesses debates, a questão racial negra teve grande visibilidade envolvendo feministas brancas e negras no convencimento da necessidade de inclusão de propostas na Declaração Oficial visando o desmascaramento do racismo e a definição de uma plataforma de ação que tenha por base a conquista de plena cidadania a todos os povos (RIBEIRO, 1995, p. 455-456)

Ao final da sua análise, escrita em 1995, Ribeiro afirma: “[a]s críticas das mulheres negras, consideradas a princípio como radicais, foram, na verdade, alavancas de mudanças para todas as pessoas envolvidas” (RIBEIRO, 1995, p. 456) e, em seguida, coloca “[p]ode se dizer que as mulheres feministas negras e brancas não são mais as mesmas” (Ibid, p. 457)

Um importante embate político surgido nas entrevistas que realizei está relacionado às disputas que se dão no campo feminista nacional entre a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). De acordo com Carmen Silva, (2016, p. 215), os marcos de referência da AMB no momento de seu surgimento são aqueles construídos para o documento do movimento feminista brasileiro para a Conferência de Beijing. Em 2002, a partir da construção da Plataforma Política Feminista, formulada na Conferência Nacional dos Movimentos de Mulheres, que reuniu 1.408 mulheres de todo país, em Brasília, a AMB “promove um novo alinhamento e define-se como um movimento feminista antissistêmico, entendido como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista” (SILVA, 2016, p. 215).

A MMM, enquanto movimento social internacional, surge de uma ação global organizada por diversos movimentos feministas e movimentos de mulheres, ocorrida entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Durante esse período, foram realizadas diversas manifestações em diferentes localidades com o tema “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” (BRITO, 2017; SILVA, 2016). Estas ações tiveram como ponto de partida uma marcha contra a violência e a pobreza, realizada no Canadá em 1995, com o slogan “Pão e Rosas”. Segundo Priscilla Brito (2017, p. 42–43), “[n]o Brasil a iniciativa começou a ser organizada em 1998, e teve passeatas em vários estados”. A partir dessas experiências, a MMM começou a se organizar nacionalmente de forma concomitante à primeira Marcha das Margaridas<sup>32</sup>, organizada pela Confederação

---

32 A Marcha das Margaridas é reconhecida como a maior ação das mulheres no Brasil. É uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais — MSTTR e de movimentos feministas e de mulheres do país. Tem caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado. A primeira marcha foi realizada em 2000, em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, com o lema “2000 Razões para marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. Suas outras edições foram

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) também em 2000. O surgimento da Marcha Mundial e da Marcha das Margaridas está inscrito em um momento de fortalecimento da resistência ao neoliberalismo global, no final da década de 1990.

As origens da AMB e a Conferência Nacional dos Movimentos de Mulheres, em 2002, são dois fatores importantes para compreender as disputas entre a AMB e a MMM. Concordo com a perspectiva de Silva (2016, p. 207) de que as disputas entre os movimentos feministas estão relacionadas aos marcos de referência feministas construídos coletivamente ao longo do período que denomino neste trabalho de Ciclo do Campo Democrático Popular. Uma destas disputas se dá em torno de qual seria o movimento que se posiciona mais radicalmente à esquerda do espectro político. Uma vez que o debate sobre institucionalização tem sido forte no campo dos movimentos sociais na América Latina, a institucionalização também tem marcado as disputas que se dão no campo feminista. Neste caso, porém, discute-se qual seria o movimento menos institucionalizado, uma vez que, dado o contexto da “confluência perversa” apontada por Dagnino (2004), a institucionalização é vista como sinônimo de abrandamento da radicalidade destes movimentos. Outros marcos de referência importantes nessa disputa são: o caráter popular destes movimentos, a pluralidade das suas composições internas, sua capilaridade e a horizontalidade presente nos seus processos organizativos. O caráter popular, como o nome expressa, está também ligado à tradição de esquerda na qual estes movimentos emergem, ligadas à constituição do CDP. A pluralidade e a horizontalidade são marcos feministas importantes, que se inserem no rol de críticas que esses movimentos tecem à esquerda tradicional.

As questões levantadas nas entrevistas, que também estão presentes em outros espaços de debate que pude vivenciar, situam a disputa entre

---

realizadas em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019. O nome da Marcha das Margaridas é uma homenagem a Margarida Maria Alves (1943–1983), trabalhadora rural e líder sindical paraibana brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983. Em referência ao assassinato de Margarida Alves, a marcha é realizada sempre no mês de agosto (MARCHA DAS MARGARIDAS, Caderno de textos para estudos e debates, 2015).

a AMB e a MMM dentro destes marcos de referência. Ao discorrer sobre este embate, E6 (integrante da Marcha Mundial) colocou a origem da AMB (no contexto de preparação para a Conferência de Beijing) como determinante para a identidade institucional à qual ela associa esta articulação. Como vimos, o feminismo transnacional coloca uma série de barreiras para a construção de redes mais populares e diversas, uma vez que o ativismo transnacional está fortemente relacionado à construção de carreiras profissionais das militantes e, por isso, reforça desigualdades entre as mulheres (ALVAREZ *et al*, 2003). Ao reforçar a importância da relação entre a sua origem e a Conferência de Beijing, é a esse feminismo institucionalizado e voltado para o monitoramento da agenda da ONU que as militantes da MMM vinculam a AMB. A crítica, dessa forma, é uma crítica mais ampla, à configuração do campo discursivo feminista das décadas de 1990 e 2000, marcada pela influência das políticas neoliberais, na qual entendem a AMB com parte integrante.

A Marcha Mundial de Mulheres também constrói uma militância transnacional, que é um pilar importante para a perspectiva política deste movimento, na medida em que entende a internacionalização da luta como uma necessidade para combater um sistema que também é mundializado. As mulheres que constroem a MMM enxergam os desafios para a militância política transnacional. Nos seus princípios, buscam contorná-los ao “conceber [suas] ações, [suas] formas de funcionamento de modo tal que [possam] fortalecer a atuação das mulheres em núcleos a nível local, que se vão articulando a nível nacional, regional, até o internacional” (MARCHA..., 2008, p. 12 — Tradução minha)<sup>33</sup>.

Uma das diferenças entre estes movimentos, da qual E6 fala, tem relação com o lugar ocupado pelas lutas do campo na agenda de lutas da MMM, em contraposição à formação mais urbana da AMB. A

---

33 Do original: “Por ello concebimos nuestras acciones, nuestra forma de funcionamiento de modo tal que podemos fortalecer la autoorganización de las mujeres, em núcleos a nível local, que se han articulando a nivel nacional, regional, hasta el internacilnal” (MARCHA..., 2009, p. 12).

Marcha tem uma trajetória de forte atuação no campo, sendo a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais um dos pilares da sua agenda política não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina e da África nos quais a organização está presente. A diferença fundamental, colocada por E6, entre o ativismo transnacional da AMB e o ativismo transnacional do seu movimento está origem destes, sendo, na sua perspectiva, o primeiro ligado a um feminismo mais institucional, de classe média, e menos conectado com espaços populares, enquanto o segundo estaria ligado a uma tradição de luta popular, o que teria impacto sobre as identidades e formas de atuação desses movimentos.

Carmen Silva (2016), por outro lado, contesta a composição de classe média da AMB, ao lançar luz sobre as transformações pelas quais o movimento passou a partir de 2002, com ampliação presença das mulheres de classes populares. Outra questão a ser levada em consideração é que, embora as críticas colocadas pelas militantes da MMM ao surgimento da AMB sejam pertinentes, elas não levam em conta a história dos movimentos que se articularam em torno da AMB para a Conferência de Beijing. São movimentos, e feministas que atuam isoladamente, de origens diversas. Em Pernambuco, um dos setores organizados na AMB foi o Fórum de Mulheres de Pernambuco. O FMPE, embora tenha forte presença de profissionais de ONGs na sua composição, é composto por uma grande pluralidade de mulheres, tendo muitas uma origem popular.

As críticas feitas à MMM por parte das integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco (E4 e E11<sup>34</sup>), agrupamento local da Articulação

---

34 É importante colocar que embora E11 tenha se referido à AMB mais de uma vez ao longo da entrevista, ela não se identificou enquanto militante da AMB, ainda que integre um de seus segmentos, o FMPE. Isso revela uma característica importante do FMPE e da AMB que, na minha leitura, está ligada às suas origens. Como a AMB surge de movimentos e articulações feministas já existentes, se mantém certa autonomia nos seus diferentes agrupamentos. Embora as suas diretrizes antirracistas, anticapitalistas e antipatriarcais tragam coesão ao projeto político da Articulação, há também autonomia significativa por parte de seus agrupamentos,

de Mulheres Brasileiras, também tomam como argumento a via da institucionalização seguida pela MMM e a sua consequente perda de autonomia. Neste caso, porém, a crítica está relacionada às alianças estabelecidas entre este movimento e os governos do Partido dos Trabalhadores. Como coloca Alvarez (2014, p. 39) a Marcha Mundial é reconhecidamente vinculada à Democracia Socialista (DS) no interior do Partido dos Trabalhadores, tendo mantido desde o seu surgimento um vínculo de aliança com o partido. Segundo uma das militantes da MMM entrevistadas (E13), hoje a Marcha vive uma disputa interna acirrada entre dois agrupamentos mistos que tem forte presença na sua composição: o Partido dos Trabalhadores (sobretudo a DS) e a Consulta Popular. A crítica direcionada à MMM pelas militantes do FMPE, dessa forma, se insere nas críticas feitas aos caminhos tomados por uma ala do CDP ao longo da terceira fase do seu Ciclo, que teria reduzido a autonomia destes movimentos em relação aos governos do PT.

Segundo Silva (2016, p. 161–162), a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), em 2002, foi um momento decisivo para a formação de um corte antagônico entre estes dois campos, que até então tinham suas fronteiras menos demarcadas. Esta autora aponta que a Marcha Mundial de Mulheres, a Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores e a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CONTAG se retiraram do processo de organização da Conferência, porque defendiam que os movimentos de mulheres e movimentos feministas organizados deveriam apoiar a candidatura de Lula naquele ano eleitoral. Na leitura destes setores, a candidatura de Lula representava os interesses dos movimentos sociais e a sua preocupação era evitar que a Conferência pudesse ser capturada pelos interesses eleitorais do PSDB, uma vez que parte das “feministas históricas” que estavam na sua organização tinham vindo do PMDB.

---

o que se desdobra na identificação das próprias militantes. Algumas militantes do FMPE entrevistadas também se identificaram como militantes da AMB, outras não. Essa identificação, me parece, está sobretudo ligada ao envolvimento das militantes em eventos e grupos de discussão nacionais e internacionais.

No caso das militantes que defendiam que a Conferência não deveria apoiar declaradamente nenhum candidato, o que estava em causa era o antigo debate sobre autonomia dos movimentos feministas em relação aos partidos políticos. Esta cisão estabelece duas importantes forças do campo feminista brasileiro, uma mais ligada às forças hegemônicas do CDP, outra que se mantém mais autônoma. O que podemos observar é que, assim como a crítica às origens da AMB feita por E6, a crítica feita à MMM também tensiona a radicalidade da perspectiva de esquerda presente na atuação dessas organizações, ao questionar as suas vinculações políticas e o compromisso posterior com a defesa dos governos do PT.

A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras também tem um outro papel importante para o feminismo brasileiro. Ela é um marco no avanço do compromisso dos movimentos feministas brasileiros com a luta antirracista e na compreensão da importância da sobredeterminação da luta das mulheres com a de outros sujeitos oprimidos, redefinindo os termos da luta feminista pela justiça social no Brasil. A Plataforma construída na Conferência traz determinações importantes, como o compromisso dos movimentos feministas com a luta por redistribuição e o combate às desigualdades de classe, raciais e entre o campo e a cidade. Segundo Sueli Carneiro (2003, p. 126),

A consequência do crescente protagonismo das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro pode ser percebido na significativa mudança de perspectiva que a nova Plataforma Política Feminista adota. Essa Plataforma, proveniente da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em 6 e 7 de junho de 2002, em Brasília, reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio, sendo gestada (como é da natureza feminina) coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias...

Embora a segunda fase do Ciclo do Campo Democrático Popular seja marcada pela hegemonia de um feminismo mais institucionalizado, não podemos reduzir esse período à atuação das ONGs. Como coloca Alvarez (2014, p. 27),

Mesmo que muitas vezes efêmero e nem sempre politicamente visíveis, quando não propositalmente reprimidos no contexto neoliberal, coletivos e outras expressões feministas menos estruturadas, tanto “autônomas” — como os primeiros grupos Riot Grrrls e agrupações feministas na cena anarco-punk (Marques, 2013; Zanetti e Souza, 2008) auto-organizadas no interior dos movimentos de juventude, como o hip hop e o estudantil, dos sindicatos, dos movimentos étnico-raciais, ou dos partidos —, como no caso dos feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais (Barbosa, 2013; Godinho, 1998; Magrini e Lago, 2013; Silva, 2008), continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana mesmo durante o auge da ‘ONGização’.

Nas décadas de 1990 e 2000 tivemos, também, o surgimento do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas<sup>35</sup> (1995), a Liga Brasileira de Lésbicas<sup>36</sup> (2003), o Movimento de Mulheres Camponesas (surgido em 1995 e consolidado com esse nome em 2003)<sup>37</sup>, Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense<sup>38</sup> (surgido em 1993 e formalizado juridicamente

---

35 Ver: <http://conamibrasil.blogspot.com.br/2011/01/inicio-do-conami.html>

36 Ver: <http://lblnacional.wordpress.com/sobre/>

37 O MMC é oriundo de uma frente ampla denominada Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, criada em 1995. Esta articulação — que reunia mulheres de movimentos como MST, PJR, MAB, MPA, CPT e sindicatos rurais — se consolidou enquanto MMC em 2003. Ver: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>

38 Ver: <http://mmnepablog.blogspot.com.br/p/historico-do-mmnepa.html>

em 1997), Articulação de Mulheres Negras Brasileiras<sup>39</sup> (2000), Fórum Nacional de Mulheres Negras<sup>40</sup> (2001), entre outros.

O surgimento desses grupos, e também dos coletivos menores e mais autônomos, não pode ser dissociado completamente do processo de institucionalização e do financiamento internacional que marcou esse período. Primeiro, porque, no caso de alguns grupos e redes formadas, elas contaram com o apoio financeiro ou incentivo de ONGs e financiadores internacionais, embora sigam se identificando e atuando como movimentos sociais e/ou rede de movimentos sociais. Segundo, porque as ações desenvolvidas pelas ou com o apoio das ONGs e dos financiadores tiveram impacto na articulação discursiva do campo da esquerda como um todo, visibilizando debates que estão ligados à vida das mulheres e, dessa forma, impulsionando o surgimento de vários grupos.

A forma como E4 entrou em contato com o feminismo revela a penetração desses debates em várias esferas do campo da esquerda. No seu depoimento, aparece também a influência dos estudos de gênero nos feminismos brasileiros da década de 1990 e a relação entre os estudos feministas e a militância feminista.

Mas, na universidade, eu entrei em 1997 para fazer serviço social e o curso de serviço social era um curso muito politizado. [...] E, quando eu cheguei, eu logo me engajei no centro acadêmico, no movimento estudantil. E o movimento estudantil de serviço social era muito próximo do PT. Especialmente da Democracia Socialista, da DS, que era uma das tendências mais de esquerda. E, então, no movimento estudantil, já tinha naquele momento um debate das mulheres, mas uma coisa muito incipiente. Era muito forte já naquele momento, na universidade, a chegada dos estudos de gênero, das questões de gênero, que chegaram com esse nome, né? E,

---

39 Ver: <https://amnbnasconferencias.wordpress.com/quem-somos/>

40 Ver: <http://forumnacionaldemulheresnegras.blogspot.com.br/>

aí, a gente tinha um debate sobre machismo e tal. Mas as pessoas sempre falavam que era uma questão de gênero. Então tinha umas colegas minhas, companheiras do movimento estudantil, que já estudavam as questões das mulheres, de gênero. E falavam assim, qualquer coisa de machismo “ah, isso é uma questão de gênero. Isso é uma questão de gênero”. E eu, a princípio, não me engajei muito. Eu fazia movimento estudantil e tal, mas sempre tive um vínculo muito forte com as questões do trabalho. E, aí, num determinado momento, eu passei, tanto no movimento estudantil, a um pouco acompanhar os debates de mulheres, gênero e tal, e me engajei num núcleo de estudos sobre gênero também na universidade. E trabalho, Gênero e Trabalho na época o grupo se chamava. Porque eu tinha já uma coisa muito forte com o trabalho das mulheres, que vinha da minha própria experiência de vida. Eu nasci dentro de uma fábrica de redes, com a minha mãe trabalhando dentro de casa. E isso era uma coisa muito forte na minha trajetória. E, aí, eu comecei a participar desse núcleo e comecei a ler bibliografia feminista. Então eu cheguei [no feminismo] um pouco pela universidade e estudando, né? E também um pouco pelo movimento estudantil (E4).

A diversidade dos grupos, redes e articulações surgidas nos anos 1990 e 2000 citadas, revela uma mudança discursiva dos feminismos brasileiros. Na leitura de Sonia Alvarez (2014), essa diversidade de sujeitos políticos ocuparam o lugar de “as outras” do feminismo durante a primeira fase do CDP. Ou seja, a diversidade não era incorporada pela identidade deste campo discursivo. Nessa segunda fase, o campo assume e positiva a sua pluralidade, o que introduz a identificação do campo como a partir da ideia de “feminismos” e não “feminismo”. Há, nessa mudança, um processo de mobilidade das fronteiras que demarcam o campo discursivo feminista. Isso redefine as suas próprias categorias de identificação, como a categoria mulher, que passa abarcar maior pluralidade de experiências. Dessa forma, se, por um lado, a segunda fase viu a

acentuação de desigualdades presentes no campo feminista a partir da institucionalização, também viu a pluralidade que compõe o campo ser mais evidenciada.

Ainda que muita coisa tenha acontecido no campo dos feminismos no Brasil ao longo das décadas de 1990 e início dos anos 2000, a “cara” desse período normalmente está vinculada à institucionalização. Isso se relaciona a outro aspecto que também marcou esse período e que invisibilizou parte dessa pluralidade: a criminalização dos movimentos sociais. Segundo Alvarez (2014, p. 32) as atoras e os setores do campo feminista que seguiram dando ênfase à luta anticapitalista perderam visibilidade política durante o auge do neoliberalismo. A institucionalização, dessa forma, também cumpriu o papel de dividir as ações da sociedade civil entre legítimas e ilegítimas, o que servia para justificar a criminalização de alguns movimentos. O MST, por exemplo, foi um alvo de ataques, sendo permanentemente associado ao “vandalismo” nos meios de comunicação hegemônicos durante esse período. Ocorreu, nesse período, o crescimento da perseguição e da criminalização de movimentos e formas de atuação política com as quais o discurso neoliberal não conseguia dialogar.

Se, na década de 1980, a atuação dos movimentos sociais estava imersa em uma onda de otimismo para a transformação, na década de 1990 a formação discursiva neoliberal, representada na ideia de que “não há alternativa à ordem posta”, enquadrou as ações de confronto como ilegítimas. Como vimos no capítulo anterior, nas formações discursivas da direita, a garantia da preservação da ordem está acima da possibilidade de transformação. Foi recorrendo à ordem e à estabilidade que os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994–1998, 1998–2002) justificaram a criminalização de movimentos sociais que passaram a ser entendidos como “organizações terroristas”, “marginais”, “arruaceiros”.

A forte crise econômica que o país atravessou ao longo da década de 1980 e no início da década de 1990 fortaleceu a adesão da sociedade a discursos preocupados em manter a estabilidade conquistada a partir do plano Real. Essa correlação de forças só se altera no segundo mandato

de FHC (1998–2002), quando as estratégias político-econômicas neoliberais de seus governos já não se mostram eficientes para garantir a estabilidade. É neste momento que a luta anticapitalista se fortalece novamente no campo discursivo da esquerda, assumindo novos formatos em todo mundo, especialmente na América Latina. Como fruto dessa onda antineoliberalismo, surge o Fórum Social Mundial, que se constitui a partir de uma perspectiva mais horizontal e difusa. Neste contexto, também começam a surgir na América Latina vários governos de centro-esquerda, que algumas pensadoras e pensadores denominam de “contexto pós-neoliberal”, dentro dos quais se enquadram os governos do Partido dos Trabalhadores (ANDRADE, 2017, p. 193).

Se, por um lado, no cenário das eleições de 2002, o projeto da direita brasileira, representado então pelo PSDB, se encontra enfraquecido pelo progressivo aumento da inflação e do desemprego, por outro, o Campo Democrático Popular chega a esse momento com a sua identidade pouco coesa. Segundo Alexandre Fortes e John French (2012, p. 204–205)

a base original do PT, em termos das suas raízes nos movimentos sociais, defrontava-se com uma profunda crise. O tamanho, a composição e o poder de barganha de categorias como metalúrgicos e bancários, que haviam liderado o novo sindicalismo nos anos de 1980, declinavam dramaticamente. [...] Os efeitos combinados da estagnação econômica, do alto desemprego e da reestruturação produtiva colocavam o sindicalismo na defensiva. A situação era um pouco diferente no campo, onde os trabalhadores sem-terra (organizados no MST, dentre outros movimentos) expandiam suas ações e permaneciam bastante ativos, embora discordâncias políticas significativas tenham esfriado suas relações com o PT. [...] Os intelectuais do partido foram profundamente afetados pela queda da União Soviética e dos regimes do Leste Europeu, e a crise da teoria socialista produzia um crescente *gap* entre as atividades políticas do dia a dia e a necessidade,

vital para qualquer militância, de algum tipo de perspectiva utópica. [...] Assim, quando a estratégia eleitoral para as eleições presidenciais de 2002 foi definida, o PT estava mais forte no campo institucional, mas mais fraco na sua base orgânica, cenário agravado pela “drenagem de cérebros” dos movimentos sociais para dentro da administração pública. [...] Era evidente que um arco de alianças mais amplo se tornava necessário, e o PT voltou-se ao pequeno Partido Liberal de centro-direita para obter o candidato à vice-presidência José Alencar.

### 2.3 Terceira fase: “Lula Lá”

A mudança do nome da coligação à candidatura de Lula de 1989 (Frente Brasil Popular) para 2002 (Lula Presidente) resume algumas transformações pelas quais o PT e o CDP passaram ao longo da sua segunda fase. A fala de Luíza Felipe de Lima Bitu, sindicalista contemporânea de Lula no ABC paulista, no documentário Peões (2002), de Eduardo Coutinho, aponta estas transformações,

A nossa proposta do PT, quando nasceu, seria que o PT jamais iria entrar nessa daquela política que existia, do convencional. A gente ia querer sempre fazer um trabalho de base, comunitário. Aquele PT que eu ajudei a fundar num fundinho de quintal, hoje, eu vou te falar... Quero deixar bem claro, eu gosto do Lula, tem muitos anos que eu não vejo o Lula, mas eu gosto. Eu acho o Lula uma pessoa muito inteligente. Vou votar no Lula. [...] Mas eu vou dar a minha opinião, eu acho que o Lula está chegando à presidência, não o PT (PEÕES, 2002).

Segundo Flávio de Andrade (2017), a derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1989 é um marco importante para o início da desarticulação e/ou reconfiguração do Campo Democrático Popular, que terá o seu

esgarçamento aprofundado a partir da eleição de Lula à presidência da república em 2002. Após as eleições de 1989, os momentos eleitorais assumem um lugar cada vez mais central nas atividades do Partido dos Trabalhadores, diminuindo progressivamente seus espaços de debate interno e sua aproximação com os movimentos sociais. Essa transformação, entretanto, não retira a centralidade do partido dentro do CDP, que também passava por transformações para além daquelas que se operavam dentro do PT.

Novas coalizões foram sendo construídas pelo partido, com o fim de garantir vitórias eleitorais, o que foi acompanhado pela moderação do seu discurso de transformação social. Laclau e Mouffe (2015) afirmam que é possível que forças antagônicas se aliem em torno de objetivos comuns, mas isso não ocorre sem um impacto significativo na identidade desses campos, porque as práticas articulatórias dão lugar a novas identidades. Como reflexo das estratégias adotadas pelo PT no tocante às eleições, a vitória de 2002 colocou o CDP diante de uma política de alianças ampliada, que incorporava segmentos antes completamente alheios e até mesmo divergentes em relação aos ideais articulados na sua trajetória. Frederico Costa e Marco Prado (2017, p. 8) apontam que

O projeto democrático popular, estabelecido em torno do PT, serviu até um dado momento como um significante vazio que delimitava a fronteira entre esquerda e direita, dando solidez e estabilidade às demandas dos movimentos sociais. Entretanto, a articulação do PT, no governo Lula, com grupos contrários àquela cadeia de equivalência contra-hegemônica, contribuiu para que o projeto democrático popular deixasse de ser um significante que abarcasse a pluralidade de demandas democráticas que faziam parte da cadeia e, assim, servisse de fundamento a elas.

Esse novo contexto trouxe questões de difícil resolução para os movimentos que articulavam o CDP. Por um lado, a eleição de Lula aparecia

como uma oportunidade para implementação de uma agenda política comum. Por outro, esta eleição se deu no contexto de aproximação do PT com forças políticas contrárias à implementação desta agenda. O que se revela é uma intrincada rede de forças políticas, em que grupos com divergências centrais passam a estar de alguma forma conectados entre si. Segundo Oliveira (2006), nesse momento, o CDP entra em um longo processo de reformulação da delimitação de suas fronteiras e de sua identidade, assim como dos próprios compromissos que lhe davam sentido.

A hipótese de cooptação dos movimentos sociais, que se tornou comum nas análises sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil na terceira fase deste Ciclo, parece insuficiente para avaliar o momento. De acordo com esta narrativa, a adesão dos movimentos sociais aos governos do PT seria consequência da cooptação de lideranças dos movimentos pelo partido, através de cargos, e de militantes destes movimentos, através de programas de transferência de renda. Isso teria gerado o enfraquecimento destes grupos na disputa dos direcionamentos da esquerda no país, impedindo-os de fazer oposição aos governos do partido. Esta hipótese vai na contramão da compreensão do CDP e da própria ascensão e permanência do PT no poder como resultado de práticas articulatórias.

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Poder Executivo nacional, a aposta dos movimentos sociais na construção de políticas públicas ganha um novo formato. Em muitas situações, o papel de pressão e fiscalização que movimentos e organizações da sociedade civil ocupavam nos governos em que faziam oposição se transforma no papel de parceiros do Estado. A hipótese de cooptação é uma interpretação que obscurece a complexidade da rede de relações políticas que foram se estabelecendo nesse contexto. E ignora as contradições com as quais o partido lidou em seus projetos de governo; com as quais os movimentos sociais e organizações não governamentais lidaram nas suas relações com os governos; e das contradições com as quais esses próprios movimentos e organizações vinham lidando

diante das transformações que marcaram a sua fase anterior. Ao trazer estas questões, não pretendo negar que essas relações também podem ter sido permeadas por práticas de cooptação, pretendo apontar, apenas, que o contexto exige uma leitura mais complexa.

A atuação feminista dentro do Estado se fortalece de forma significativa nos governos do PT. As conquistas feministas desse período se devem a uma trajetória histórica de lutas e à capacidade de incidência e mobilização das redes feministas. Mas não podemos ignorar a atuação das militantes que trabalhavam nos quadros do governo, e das(os) parlamentares com aproximação com os feminismos, para que importantes dispositivos institucionais fossem criados como:

a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2002) e a vinculação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a ela; a realização de quatro Conferências Nacionais de Políticas (2004, 2007, 2011, 2016), que orientou a elaboração dos três Planos de Políticas Nacionais; a implementação de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo por base a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) (BRITO, 2017, p. 43).

Essa atuação foi trazida por duas militantes que ocuparam cargos de gestão. Elas colocaram, nas suas falas, um outro tipo de desafio encarado quando se cruza a fronteira entre sociedade civil e Estado, que é o seu reposicionamento militante. Para E6 e E13, o Estado também é um espaço de disputa. Elas compreendem suas atuações na gestão como parte da sua militância feminista, mas falaram sobre a importância do distanciamento da militância junto aos movimentos nesse período. Uma distinção importante a ser colocada é que E13 participou da gestão municipal do governo do PSB, no Recife, enquanto E6 participou da gestão nacional do PT. As duas são militantes do Partido dos Trabalhadores, e, embora esse fato as tenha colocado diante de embates distintos, uma vez que lidavam com níveis de acirramento distintos, as duas demonstraram

compreender a sua atuação de disputa naqueles espaços como uma forma de militância.

Mas eu fiquei 12 anos, 13 anos fora desses espaços de militância, porque eu estava no governo federal. E sempre achei muito importante não confundir as coisas. Estou militando como governo, sou governo, as pessoas estão me vendo e eu estou fazendo um trabalho a partir desse lugar. Mas é claro que as pessoas me reconheciam como alguém que vinha do movimento, que conhecia, enfim, conhece essa agenda, que dialogava com essa agenda (E6).

E aí eu fiquei um pouco afastada e aí eu voltei este ano. Não para o feminismo, mas para esse tipo de... Para a militância que eu fazia antes. Porque eu acredito muito também que, não todas, eu não vou fazer essa fala aqui, não todas as feministas que estão no governo, mas para algumas, aquele espaço é um espaço de militância. E é muito importante que elas estejam lá, para a gente. Eu considero e espero que as pessoas que estavam trabalhando comigo também consideravam isso de mim. Porque eu considerava aquele espaço um espaço de militância. Porque é muito difícil a política de gênero. É muito difícil. Muito difícil. Então, não é que eu me afastei do feminismo. Mas é um outro espaço que você vai ocupar dentro do feminismo. Eu me reivindicava uma feminista dentro da gestão. Tentei pautar esse eixo lá, tentei pautar o tempo todo. Então, não me afastei do feminismo, mas é um outro lugar que tem que ter esse discernimento, né? Algumas esquizofrenias às vezes acontecem. A pessoa está no governo, está na gestão e está fazendo movimento de rua. Isso é muito complicado. Eu não acredito nisso. Acho bastante esquizofrênico. Então eu me afastei e voltei agora, este ano (E13).

Ainda em relação à atuação do Estado, uma importante questão a ser refletida nas gestões do PT é o lugar ocupado pelas Conferências de

Políticas Públicas. Segundo Costa e Prado (2017, p. 6), entre 1988 e 2002 foram realizadas 18 conferências nacionais que versavam sobre cinco temas. Ao longo dos governos Lula, entre 2003 e 2010, “foram realizadas 74 conferências nacionais sobre 40 temas diferentes, além das conferências regionais e municipais, mobilizando diferentes movimentos sociais” (MACHADO *apud* COSTA; PRADO, 2017, p. 6). Os mecanismos de participação da sociedade civil nas gestões do PT foram criticados por várias entrevistadas e têm tido o seu potencial questionado por muitos autores (ANDRADE, 2017; SILVA, 2015; COSTA; PRADO, 2017). Os espaços das conferências eram espaços consultivos, mas não tinham poder deliberativo. Isso gerava uma ilusão de participação que legitimava a atuação do governo, ao fortalecer a justificativa de que suas escolhas estavam respaldadas pela sociedade civil.

Os governos do Partido dos Trabalhadores foram marcados por rupturas e continuidades em relação à lógica neoliberal dos governos do PSDB, que o antecederam. A ambiguidade que marcou a atuação desses governos causava incerteza também na sua rede aliada. Se a atuação era extremamente insatisfatória em relação a um horizonte utópico que delimitava a identidade daquele campo, também não era possível ignorar o impacto que algumas ações destes governos tiveram na vida da população. A retirada do país do Mapa da Fome não é algo que pode ser ignorado, o fortalecimento de programas de transferência de renda, a elevação do salário mínimo a 50% acima da inflação e a redução da taxa de desemprego a 5,3% em 2012, a ampliação do acesso à água no semiárido brasileiro, a vinculação do aumento real do salário mínimo com a aposentadoria rural, as políticas de redistribuição regional, a ampliação e interiorização das universidades públicas e do investimento em ciência e pesquisa, o reposicionamento do Brasil na política econômica externa, com o fortalecimento do diálogo com países do Sul global, o investimento na agricultura familiar, o fortalecimento dos mecanismos de diálogo com a sociedade civil, entre outros feitos, não podem ser entendidos como meros detalhes dentro do redirecionamento do projeto de desenvolvimento brasileiro, que

foi construído pelos governos do Partido dos Trabalhadores (SAFATLE, 2015; BERCOVICI, 2015; LAVINAS, 2015).

Esse redirecionamento, entretanto, não correspondeu às expectativas criadas por parte significativa da militância de esquerda. O crescimento econômico, realizado através do fortalecimento do mercado interno pela introdução da parcela mais pobre da população no universo do consumo, foi realizado sem questionar a concentração de renda. A entrada de milhões de brasileiras e brasileiros no mercado de trabalho não pode ser analisada ignorando que 93% dos empregos criados nos governos Lula eram de até um salário mínimo e meio. A ampliação da universidade pública e do acesso à educação foi feita em paralelo ao fortalecimento de redes de ensino privadas, com baixa fiscalização da qualidade do ensino, através de programas como PROUNI e FIES. Os investimentos na agricultura familiar, a partir do fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>41</sup>, não podem ser comparados aos investimentos direcionados, no mesmo período, à agroindústria, que teve a sua expansão vinculada à perseguição das populações tradicionais e à destruição do meio ambiente, uma das facetas do desenvolvimentismo destas gestões. Os espaços de participação da sociedade civil foram se tornando cada vez mais espaços de escuta, sem nenhum poder de deliberação. As políticas de combate à miséria não foram estruturais e de ampliação de direitos, caracterizando-se como políticas de transferência mínima, que, se foram eficaz em retirar milhões da pobreza, não garantem que esses beneficiados não possam retornar facilmente a ela, como vivenciamos neste momento. A redistribuição de renda passa necessariamente pela redistribuição do patrimônio, algo que não poderia se efetivar em um governo marcado pelo reformismo.

---

41 O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000–2016) tinha por competências a reforma agrária e reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Em 2016, com a chegada de Michel Temer à presidência após o golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff, o MDA foi extinto.

Esses governos se furtaram do empreendimento de outras transformações, que garantissem a continuidade dessas mudanças, como uma reforma tributária que permitiria capitalizar o Estado para o investimento em políticas públicas e a reforma do sistema político e a democratização dos meios de comunicação, que ampliariam a democracia brasileira (SAFATLE, 2015; BERCOVICI, 2015; LAVINAS, 2015).

\*\*\*

Ao longo da terceira fase do Ciclo do CDP, também vimos o fortalecimento da bancada religiosa cristã, conhecida como bancada da bíblia, com agenda conservadora nas esferas estaduais e federal. Ao lado das bancadas do boi<sup>42</sup> e da bala<sup>43</sup>, esta forma uma aliança conservadora que ataca os direitos das minorias sociais em diversos aspectos, apoiando-se mutuamente e opondo-se frontalmente ao projeto de sociedade defendido pela esquerda. Essa aliança tem um impacto significativo nas disputas travadas pelos movimentos feministas.

A bancada da bíblia tem uma agenda marcada pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres e pela manutenção de um formato de família tradicional, ancorado em papéis de gênero desiguais, para citar apenas alguns elementos dos retrocessos que permeiam a atuação desses parlamentares. Ela também tem uma trajetória racista de perseguição às religiões de matriz africana. A atuação da bancada do boi ataca violentamente as populações tradicionais e as trabalhadoras e trabalhadores rurais, avançando sobre demandas da população rural que progressivamente vêm sendo incorporadas no marco de atuação dos movimentos feministas, como pode ser evidenciado, por exemplo, na construção da Marcha das Margaridas. Por último, a bancada da bala

---

42 Representando os interesses de latifundiários e da agroindústria.

43 Defendendo medidas de encarceramento em massa, flexibilização da regulamentação do porte de armas, e de propagação da violência estatal contra as populações mais vulneráveis, mascaradas por um discurso de segurança pública.

tem atuação reconhecidamente racista e classista, operando a partir da lógica do encarceramento e do extermínio da juventude negra e periférica. A denúncia das ações desta última têm sido, também, progressivamente incorporadas à agenda de atuação dos movimentos feministas, sobretudo a partir da pressão das feministas negras.

Em relação à atuação da bancada da bíblia, de acordo com relatório do CFemea, citado por Priscilla Brito (2017, p. 50), “enquanto nos anos 1990 foram seis proposições apresentadas na Câmara dos Deputados — com o objetivo de restringir o direito ao aborto nos casos já previstos em lei ou aumentar a punição para as mulheres e profissionais de saúde — entre 2000 e 2015 foram pelo menos 32 proposições”. Brito (2017, p. 50) ainda coloca que, entre 2003 e 2016, “a bancada evangélica cresceu mais de três vezes, chegando em 2015 a 199 deputados de 23 partidos diferentes”. Esses parlamentares passaram a disputar os espaços ligados ao tema dos direitos humanos e, além dos projetos de lei que pretendem restringir o direito ao aborto legal, têm marcado presença nas discussões ligadas à população homoafetiva, como no caso do Estatuto da Família, e à presença dos conteúdos de gênero e sexualidade em sala de aula, a partir da interferência no texto do Plano Nacional de Educação de 2014.

Dois episódios são importantes para pensarmos sobre os conflitos enfrentados pelo PT e pelos movimentos feministas com os quais o partido estabelece relações políticas no contexto da ampliação de alianças que marcaram os seus governos. Brito (2017, p. 48) coloca que, em 2005,

como resposta à demanda da primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNDM), a então ministra Nilcéa Freire instaurou a Comissão Tripartite, composta por membros da sociedade civil, do Congresso Nacional, e coordenada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com o objetivo de debater e elaborar uma proposta de revisão da legislação sobre aborto para encaminhar à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Lia Zanotta Machado (2016) lembra que essa

ação foi concomitante às denúncias do mensalão — o escândalo de corrupção política envolvendo a compra de votos de parlamentares pelo PT e outros partidos entre 2005 e 2006 —, o que facilitou que o tema fosse colocado como condição para o apoio de grupos religiosos ao governo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) exigiu a retirada do projeto elaborado pela Comissão Tripartite em troca de apoio político.

À medida que os discursos religiosos foram se tornando mais fortes dentro do Estado, algumas pautas que afetam a vida das mulheres passaram a ser cada vez mais visibilizadas, o que culminou em uma grande polêmica em relação à temática do aborto nas eleições de 2010. Nesse segundo episódio, o partido recuou novamente na sua aliança com os movimentos feministas, para garantir o apoio de setores religiosos, com a candidata Dilma Rousseff afirmando publicamente que era “pessoalmente contra o aborto”. Para além das contradições que marcam essa relação entre o partido e os movimentos sociais nesse período, esse episódio revela como o debate crítico junto à sociedade foi colocado em segundo plano no horizonte do CDP.

Os momentos eleitorais são momentos estratégicos em que muitas vezes não é possível avançar em pautas polêmicas. O que estava em risco, naquele momento, era a própria reeleição do partido, o que colocaria em suspensão toda a agenda de avanços que supostamente ainda “estava por vir”, e que, de acordo com o discurso hegemônico do campo, colocaria os movimentos sociais diante da ameaça de retrocessos que viriam com a eleição de um partido de direita. A relação dos movimentos com o partido foi constantemente marcada, nesse período, pela decepção em relação ao abrandamento das posições em alguns debates. Embora o momento eleitoral fosse um contexto difícil para avançar na discussão sobre a legalização do aborto, o que estas dificuldades revelam são oito anos de governo com alta popularidade em que o “avanço no debate” junto à sociedade não foi construído.

Eu lembro que durante esse processo a esquerda começou a se distanciar mais do PT, do governo do PT. A AMB foi uma delas. Porque cada vez mais, por exemplo, a questão do aborto não era contemplada. O PT não exercia uma liderança, o governo do PT não tinha uma liderança nessa questão do aborto. O orçamento de política para as mulheres foi minguando do final do governo Lula para o governo Dilma, foi diminuindo o orçamento para as mulheres. Não só para as mulheres, para a igualdade racial, para várias coisas foi diminuindo esse orçamento. Não é? Então o Fórum [de Mulheres de Pernambuco] e a AMB já ficou meio, né? Porque a AMB tinha um projeto de monitoramento das políticas para as mulheres. Aí ela monitorava a implantação da política e o orçamento da política. Principalmente o orçamento. E ela começou a ver que havia uma queda significativa no orçamento das mulheres. E também uma queda na igualdade racial. Então a AMB já foi se distanciando. Outra coisa também era o diálogo. Aquele conselho de desenvolvimento do governo Lula, que se pensava que ia ser um grande conselhão, não teve função nenhuma praticamente. Assim, você dizia, falava, criticava, mas isso não gerava uma repercussão dentro do governo. Está entendendo? O governo tinha uma meta, que era uma meta desenvolvimentista para o Brasil, e ele foi nessa meta (E3).

Como foi evidenciando por E3, havia, por parte dos movimentos e organizações que articulavam o CDP, uma grande insatisfação com o “reformismo fraco” (SINGER, 2012) destes governos, mas o outro lado da insatisfação era o medo. Movimentos e outras organizações temiam que exercer uma grande pressão e fazer a denúncia das gestões do PT enfraquecesse o partido, abrindo espaço para o avanço da direita e, com ela, um retrocesso no que havia sido conquistado. É a ausência de radicalidade e inventividade, aspectos que haviam marcado o PT no seu momento de fundação, que fez com que, segundo Costa e Prado

(2017), novos projetos políticos passassem a disputar o “nome” a ser conferido à esquerda, uma vez que o projeto democrático popular, construído em torno do PT, deixa de representar a “plenitude ausente” daquela ordem discursiva.

A falta de identificação de alguns setores da esquerda com o projeto levado a cabo pelo Partido dos Trabalhadores, que já estava presente na década de 1990, se intensifica nas décadas de 2000 e 2010. Costa e Prado (2017, p. 8) consideram a aproximação do Partido dos Trabalhadores com forças políticas que lhe eram antagônicas como resultado de uma “expansão hegemônica” daqueles setores que estavam no poder. Estes autores sugerem que a expansão hegemônica “é um obstáculo à radicalização do imaginário democrático em razão de borrar as fronteiras entre o ‘nós’ e o ‘eles’, sem implicar, contudo, a destruição do ‘eles’. Assim, garante certa legitimidade a demandas democráticas e, dessa maneira, possibilita conquistas parciais” (COSTA; PRADO, 2017, p. 9–10). Ao construir alianças com o PT, setores tradicionais da política brasileira, que já haviam conseguido se manter no poder na transição da abertura democrática, operavam novas manobras para absorver transformações parciais que possibilitassem a sua manutenção no poder, resguardando seus interesses.

Muitos movimentos que articulavam o Campo Democrático Popular já vinham se distanciando do PT ao longo da década de 1990, outros seguiram apostando nesta aliança. A tensão permanente entre apoiar o governo frente às forças mais conservadoras e fazer oposição a ele colocou os movimentos que estiveram historicamente envolvidos com a trajetória do Partido dos Trabalhadores diante de desafios de ação e identidade.

\*\*\*

Na virada dos anos 2000, a esquerda latino-americana é marcada por dois fatores importantes: o retorno de algumas discussões que foram fortes na década de 1980, que podem ser simbolicamente representadas

na criação do Fórum Social Mundial (FSM), e a ascensão de governos de centro-esquerda, denominados por alguns autores de governos pós-neoliberais. Esses eventos abriram espaço para a reelaboração discursiva do campo da esquerda. Podemos caracterizar esse período pelo fortalecimento da esquerda na correlação de forças entre direita e esquerda. Como as chegadas dos partidos de centro-esquerda ao poder foram marcadas pelo esvaziamento do seu conteúdo mais radical, não podemos falar de uma hegemonia da esquerda nesse período, mas de um avanço do campo discursivo da esquerda nessa correlação de forças.

Antes que a conquista da presidência da república pelo Partido dos Trabalhadores se efetivasse, as escolhas ligadas ao processo de institucionalização, que marcaram a segunda fase do ciclo do CDP, vinham sendo repensadas pelos seus próprios atores. A confluência perversa apontada por Dagnino (2004) passou a ser analisada — ainda que com outros vocabulários — por esses atores e a radicalidade da luta por justiça social passou a ser reivindicada novamente. O Fórum Social Mundial marca essa reconfiguração. Ele aponta também para a necessidade de repensar a identidade do campo discursivo da esquerda a partir da sua pluralidade interna e retoma os desafios que estavam colocados na década de 1980 em relação à horizontalidade, autonomia e a identidades de esquerda mais criativas. O FSM vocalizou diferentes causas relacionadas à justiça e à igualdade, e estava inserido nas resistências antiglobalização e antineoliberalismo que marcaram mundialmente a esquerda nesse período.

As transformações vivenciadas pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, evidenciadas por três entrevistadas (E3, E4 e E5), fazem parte desse processo de revisão que a militância de esquerda atravessou nesse período. Segundo estas militantes, houve um momento em que o FMPE havia se transformado em um espaço de representação de organizações. As pessoas não se entendiam como militantes do FMPE, elas participavam daquele espaço representando as suas organizações. A identidade militante perdia força frente à identidade profissional

e/ou institucional. No final dos anos 2000, esse espaço passa por um processo de reformulação que fortalece a sua identidade como movimento social, reconfigurando as suas relações com as organizações não governamentais. Como colocou E3,

Antigamente o Fórum era uma articulação de organizações feministas. Certo? Então tinha várias ONGs na época, feministas, e até organizações de mulheres populares que participavam do Fórum. Depois se esgotou esse modelo, né? Se esgotou porque era aquela coisa, né? A minha organização, a representação da minha organização é fulano de tal. Aí lá ia fulana representando a organização dela. Mas não repassava as coisas, a organização não se envolvia com o Fórum. Está entendendo? Era somente a representante, aquela mulher. Aí a gente começou a ver que era preciso que a gente quebrasse com essa ideia do Fórum ser um Fórum de organizações feministas. Então o Fórum hoje é um Fórum de mulheres, que tem organizações que participam, mas são as mulheres das organizações. Eu não vou me reportar... Eu sei que existe a Casa da Mulher do Nordeste, mas eu não vou me reportar à Casa da Mulher do Nordeste, vou me reportar à fulana que participa do Fórum. Agora, se tiver uma atividade que, pelo perfil da Casa da Mulher do Nordeste, a gente pode pedir um apoio, né, da Casa para desenvolver uma determinada atividade, aí a gente pede o apoio. Por exemplo, o caso de Passarinho mesmo, que teve o Ocupe Passarinho, que a Casa da Mulher do Nordeste participou ativamente. É isso.

Uma mudança identitária como essa em um espaço como o FMPE não é meramente formal. Ela envolve mudanças no engajamento das pessoas envolvidas, nas formas de deliberação, nas estratégias de enfrentamento e nas ações prioritárias. E revela uma aproximação — ou reaproximação — com outro ideário de esquerda.

Sonia Alvarez (2014) coloca o FSM como um marco para o que ela denomina de “terceiro momento na trajetória do campo feminista latino-americano contemporâneo” (ALVAREZ, 2014, p. 33). Ao apontar o FSM como marco para uma nova fase, Alvarez traça uma relação entre aquele acontecimento e as Jornadas de Junho de 2013. Na sua compreensão, “[n]o Brasil essa complexa formação política que é o feminismo atual continua se movendo e se remodelando em interação dinâmica com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e suas ‘sequelas’ mais radicais, anticapitalistas, anti-Copa Mundial do 2014 e, recentemente, anti-Olimpíadas” (ALVAREZ, 2014, p. 33). A associação feita por Alvarez está, em parte, relacionada ao repertório autonomista presente nesses dois momentos, como apontam Angela Alonso e Ann Mische (2016). Estas autoras caracterizam esse repertório “como uma reformulação das formas anarquistas de organização do século XIX e início do século XX que rejeitam a liderança e a autoridade centralizadas, particularmente as do Estado” (ALONSO; MISCHÉ, 2016, p. 8. Tradução minha). Ele ganhou atenção global durante os protestos de Seattle, em 1999, e seus elementos apareceram em movimentos juvenis em todo mundo nas décadas de 2000 e 2010.

Em diálogo com o que é proposto por Priscilla Brito (2017, p. 42), acredito que “apesar [destes] processos terem algumas relações importantes, eles sintetizam na verdade dois ápices de processos distintos”. Na minha leitura, o FSM e a vitória do PT nas urnas marcam o clímax do campo discursivo de esquerda que se formou na década de 1980. A vitória do PT marca o clímax da via mais institucional e o FSM daqueles setores que surgiram no mesmo bojo do PT, mas que, ao longo da sua trajetória, foram criando um distanciamento crítico.

Como uma das evidências dessa leitura podemos situar as forças que protagonizam o espaço do FSM, ainda que esse fosse marcado por um processo de organização menos centralizado. Segundo um estudo de Conway, citado por Brito (2017, p. 42) as expressões mais significativa dos feminismos no FSM são “a Marcha Mundial de Mulheres e a Articulação Feminista Marcosul (AFM), esta última ligada no Brasil à

Articulação de Mulheres Brasileiras”. Embora a MMM e a AMB tenham se organizado enquanto movimentos nacionais na segunda metade da década de 1990, o seu surgimento é fruto de um processo de articulação nacional de sujeitos políticos presentes no campo discursivo dos feminismos desde a década de 1980. Embora esses sujeitos políticos estejam presentes nas ruas em 2013, eles não estão nas dianteiras daquele momento. Há, nos atos de 2013, uma transformação em relação à primeira e à segunda fase do Ciclo do CDP, quando os atores políticos articulados no novo campo discursivo de esquerda que surge na década de 1980 estavam a frente das ações de reivindicação direitos sociais e políticas públicas.

Situo o FSM e a ascensão do Partido dos Trabalhadores como marcos importantes para a terceira fase do ciclo do CDP, mas acredito que as novas cadeias de equivalência que surgem no campo discursivo da esquerda no contexto da crise política não estão associadas a esses eventos, embora sejam influenciadas pela reconfiguração política estabelecida por eles. Na direção do que é proposto por Brito (2017, p. 42), entendo que as Jornadas de Junho revelam “os primeiros sinais do que levaria à crise política, em especial do Partido dos Trabalhadores, à ascensão do conservadorismo e do fundamentalismo religioso e ao *impeachment* de Dilma Rousseff”.

\*\*\*

O final da terceira fase do Ciclo do CDP é marcado pelo surgimento de uma nova cadeia de equivalência, a partir da emergência de um enquadramento interpretativo autonomista que estava ausente, ou latente, nos períodos anteriores (ANDRADE, 2017). Essa nova cadeia de equivalência tensiona a hegemonia das forças políticas do CDP no campo da esquerda, levando a um deslocamento dos seus significados. A importância do ano de 2013 se deve aos protestos iniciados em São Paulo, a partir das ações do Movimento Passe Livre (MPL), que contestavam o aumento das tarifas do transporte público naquela cidade.

Em 2014 escrevi sobre as manifestações de junho e julho de 2013 em Recife, a partir da sistematização de um encontro do grupo de autorreflexão feminista do qual fazia parte na época, o FeminismoAgora!<sup>44</sup>. Nesse texto, afirmo que aquele é o primeiro momento em que a nossa geração, nascida na década de 1980 e início da década de 1990, ocupa as ruas de forma massiva. A meu ver, é o ponto culminante da formação de novas cadeias de equivalência no campo discursivo da esquerda, que vinham sendo gestadas a partir da falta da identificação entre esta geração e as forças políticas hegemônicas da esquerda.

Ano após ano vemos os preços das passagens dos transportes públicos sofrerem aumentos abusivos em várias cidades do país, nos erguemos contra estas decisões, nossos protestos são violentamente silenciados e as nossas reivindicações ignoradas. É uma dinâmica quase cíclica na história recente do país e embora não deixemos de ir às ruas com a vontade de fazer diferente, é preciso assumir que a derrota deixou de se mostrar inesperada e inaceitável. Com a opinião pública, em geral, contrária às manifestações e apoiando a violência estatal, sempre se mostra difícil sustentar ações mais duradouras. O que aconteceu em São Paulo em 2013 marca a história do país por ter rompido com este ciclo. As mobilizações chamadas pelo MPL (Movimento Passe Livre) foram recebidas pelo Estado com a violência de sempre, mas, a cada ato marcado, o número de manifestantes crescia. E à medida que crescia o número de manifestantes, crescia a violência policial até que chegou ao inaceitável — estranho que, para opinião pública, exista um grau de violência do Estado contra os cidadãos que

---

44 O FeminismoAgora! surgiu de uma proposta pedagógica do SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, que tinha como objetivo fortalecer a metodologia da autorreflexão no campo feminista recifense. Neste projeto, denominado de Cirandas, foram criados e/ou incentivados grupos de autorreflexão em diferentes grupos de mulheres. O FeminismoAgora! era composto por jovens mulheres da RMR. Nos encontramos mensalmente para discutir temas diversos de 2013 a 2015.

seja considerado aceitável, mas existe. O inaceitável também tomou forma quando jornalistas passaram a ser vítimas dessa mesma violência. O cenário mudou, a população e os meios de comunicação, numa relação de influência mútua, na qual a internet desempenhou um papel central, passaram a apoiar as manifestações e estas tomaram um caráter nacional. Aquele momento mudou, no imaginário social, a forma como se concebe o ato de rebelar-se, levando às ruas um número de pessoas que há muito tempo o país não via (BRANCO, 2014, p. 26).

No Recife, nesse contexto, tivemos três manifestações de grande escala, nos dias 20 e 26 de junho e no dia 11 de julho. A manifestação do dia 20 foi a segunda manifestação que tomou uma proporção nacional. A primeira havia sido no dia 17 daquele mesmo mês. Naqueles dias o contexto se transformava de forma muito rápida, gerando sentimentos que envolviam incredulidade e a sensação de estar presenciando um momento de ruptura na história do país. O Facebook e o Twitter ocuparam um lugar central na circulação de informações, que acompanhava a velocidade das transformações do momento. As mídias independentes, como a Mídia Ninja, souberam utilizar o espaço das redes sociais como canal de transmissão para uma cobertura alternativa aos eventos, o que contribuiu para a consolidação de alguns desses canais. Mas as redes sociais também estavam repletas de textos de opinião de uma infinidade de militantes, intelectuais e estudantes, e se tornou um espaço de elaboração conjunta sobre o que estava acontecendo no país.

No dia 17, me recordo de assistir paralisada às imagens do crescimento da multidão nas ruas em diferentes cidades, que estavam sendo transmitidas ao vivo em todas as emissoras de televisão do país e em canais independentes na internet. E consigo lembrar do instante preciso em que vi a imagem da multidão em cima do Palácio do Congresso Nacional. As sombras que a presença das pessoas em cima do edifício projetavam na cúpula da Câmara dos Deputados transformavam o significado da imagem límpida e intocável que eu tinha daquele espaço. Até então, ele

não estava ao alcance das mãos. Alguns anos depois, ao refletir sobre o significado daquela imagem, pensei sobre o que se fala nas explicações bastante conhecidas sobre a arquitetura projetada por Oscar Niemeyer. No projeto, a cúpula menor, voltada para baixo, que abriga o Senado, simbolizaria a reflexão, a ponderação e o equilíbrio, não sendo suscetível à temperatura das ruas. Em contraponto, a construção da cúpula maior e voltada para cima, onde está a Câmara dos Deputados, deveria estar aberta à voz e aos anseios do povo. Naquele momento, as sombras projetadas nessa cúpula pareciam materializar essa ideia.

No Recife, na noite do dia 17, algumas centenas de pessoas se reuniram na área central da cidade, no rastro dos protestos realizados em todo o país. Um dia depois, o então governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), consciente da nova manifestação nacional que estava marcada para o dia 20, estrategicamente reduziu dez centavos das tarifas do transporte público da Região Metropolitana do Recife e decretou feriado no dia 20 de junho. Em seus pronunciamentos públicos, o governador anunciou as medidas como um gesto de diálogo democrático com as reivindicações da população, construindo um alinhamento retórico com as inúmeras demandas que circulavam. Em 2014, durante a sua campanha para a presidência da república<sup>45</sup>, assim como outros candidatos, Eduardo Campos buscou oportunamente se colocar como alguém que compreendeu as demandas da população em 2013 e buscava se credenciar como alguém capaz de fazer avançar a consolidação desta agenda.

A manifestação de 20 de junho, que foi organizada nacionalmente em um momento em que o significado das manifestações já estava sendo disputado pelos meios de comunicação hegemônicos, havia incorporado um caráter de “festa da democracia” com apelo nacionalista. Nesta manifestação, como propõem Angela Alonso e Ann Mische (2016), havia tensão e competição entre três repertórios distintos dos quais os atores políticos pegaram emprestado formas de expressão e ação durante os eventos de junho de 2013: socialistas, patrióticos e autonomistas.

---

45 Interrompida pelo seu falecimento em decorrência da queda do seu avião de campanha.

Entretanto, no Recife, no dia 20, os repertórios socialistas e autonomistas tiveram muito pouca expressão frente à grande onda festiva, pacifista e nacionalista que tomou conta do evento. Flávio de Andrade (2017, p. 354–355), na sua análise sobre este dia, pontua o sentimento de confusão política vivenciado pelos militantes de partidos e movimentos sociais de esquerda. Mesmo aqueles que se organizaram estrategicamente não conseguiram visibilidade dentro da multidão e foram vítimas de intimidação pelos próprios manifestantes, principalmente aqueles que portavam bandeiras e camisas de partidos políticos e movimentos sociais. As ruas, que até então eram o espaço de vocalização das lutas desses sujeitos, estavam ocupadas por “outros”.

No dia 26 de junho houve “uma caminhada menor, mas ainda de grande proporção para o histórico recente da cidade [...], em que os movimentos sociais conseguiram se organizar minimamente e tiveram alguma visibilidade, embora não tenham sido protagonistas” (BRANCO, 2014, p. 30). E, no dia 11 de julho, houve “uma caminhada menor ainda, mas com certeza mais barulhenta por causa dos trios elétricos e megafones, levantada pelas centrais sindicais” (Ibid, p. 30). A manifestação do dia 11 foi marcada pelo já familiar repertório socialista, presente nos protestos ocorridos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Segundo Alonso e Mische (2016, p. 8), ele consiste na organização de comunidades de militância fortemente comprometidas, demonstrações públicas de filiações por parte dos membros de cada grupo através de bandeiras, faixas, crachás e camisetas com símbolos de partido ou movimento, organização centralizada e hierárquica e alta visibilidade de suas lideranças. Esse repertório encontrou grande resistência nas ruas ao longo das Jornadas de 2013, marcada muitas vezes por ataques verbais e físicos a militantes que empunhavam bandeiras ou vestiam camisas vermelhas.

Neste mesmo período, ocorreu também no Recife uma greve dos rodoviários, que reivindicava aumento salarial e de alguns benefícios, como auxílio alimentação. A categoria iniciou a sua paralisação no dia 1 de julho. A reivindicação de aumento salarial era de 30%, contra 5% oferecido pelo patronato. No dia 2 de julho, o pleno do Tribunal Regional

do Trabalho em Pernambuco (TRT-PE) declarou, em votação unânime, que a greve dos motoristas, cobradores e fiscais de ônibus do Grande Recife tinha caráter abusivo. O TRT determinou o retorno dos rodoviários ao trabalho na madrugada do dia 3, com multa no valor diário de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. Nessa circunstância, o TRT definiu, ainda, o aumento salarial da categoria em 7%.

Em meio a disputas sindicais e ao início da derrubada do então presidente do Sindicato dos Rodoviários, que estava há quase 30 anos no cargo, os trabalhadores decidiram pela continuidade da greve. Após três dias de grande tensão política, a greve teve seu fim decretado pela Justiça, no TRT-PE, com um aumento salarial de 10% para motoristas, cobradores e fiscais, o aumento do valor do ticket alimentação de R\$ 171,00 para R\$ 300,00, e reajuste de 6% para as diárias em viagens especiais. Nesta decisão, a greve não foi considerada ilegal e foi garantido também que os trabalhadores grevistas não poderiam ser demitidos pelas empresas de ônibus.

Esse episódio paralisou a cidade de uma forma que os outros eventos não haviam conseguido fazer. É curioso, entretanto, que mesmo estando diretamente conectada à pauta do transporte público e represente uma conquista histórica para a categoria, a greve dos rodoviários não seja normalmente citada nas análises históricas desse período. A ausência da relação entre esses eventos revela uma demarcação na narrativa que será construída em torno das Jornadas de Junho de 2013. Além do protagonismo juvenil, essa jornada será caracterizada por uma ruptura com esse repertório socialista, com o qual o setor sindical tem forte identificação. Na disputa sobre os significados de Junho de 2013, a ala à direita presente nos protestos não se identifica com as reivindicações trabalhistas e a ala à esquerda não se identifica com a forma de organização política sindical.

O caos urbano instalado nas grandes cidades do país é um componente importante para o levante que surgiu naquele contexto. As manifestações deixaram de ter o aumento das passagens como conteúdo central e passaram a abarcar uma série de reivindicações, sobretudo ligadas

à qualidade de vida nos centros urbanos, tendo como pano de fundo a reivindicação por serviços públicos e o combate à corrupção. Para os atores políticos posicionados à esquerda, estava em causa uma crítica à inclusão pelo consumo, que marcou os governos do PT, aos impactos do modelo de desenvolvimento na vida das cidades e ao alto investimento estatal nos megaeventos que aconteceriam no país, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Entretanto, o significado dos protestos passou a ser disputado entre diferentes forças políticas, que não estavam apenas localizadas à esquerda. Nesse momento, passaram a ser visibilizadas também as posições contrárias aos governos do PT que se posicionavam à direita, com um forte viés patriótico. Desta forma, ainda de acordo com Alonso e Mische (2016), esse ciclo de protestos se caracterizou pela visibilização dos repertórios autonomista e patrióticos que, apesar de distintos, compartilhavam a rejeição a símbolos institucionalizados e ao *status quo*, que naquele momento era representado pelo PT.

A partir de levantamentos em diferentes veículos de informação, Andrade (2017, p. 294–295) afirma que os sujeitos políticos pertencentes ao campo “patriótico”

[d]iscutem corrupção, desacreditam dos políticos e partidos, posicionaram-se intolerantes ao uso do vermelho em atitude anticomunista, anti PT; foram intolerantes assumindo posições antigay, racistas e contra as cotas para negros na educação, contra o aborto e favorável ao ensino religioso fundamentalista; são favoráveis à terceirização do trabalho e contra a lei de regulação dos mecanismos de participação nos conselhos de gestão das políticas públicas.

Junho de 2013 visibilizou os antagonismos aos governos do PT que estavam colocados tanto à sua esquerda como à sua direita. A partir de então, o país viveria uma sequência de manifestações públicas em diferentes cidades. Até 2014, essas manifestações estiveram posicionadas sobretudo à esquerda, como as manifestações anti-Copa e anti-Olimpíadas.

Também podemos situar, entre essas manifestações, os diferentes conflitos urbanos que questionavam o modelo de desenvolvimento das grandes cidades no Brasil, como o Ocupe Cocó, em Fortaleza (ROLNIK, 2013), e o Ocupe Estelita, no Recife (ANDRADE, 2017), e o fortalecimento das ocupações pelo direito à moradia, com crescimento expressivo da organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Após as eleições de 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff, em uma eleição extremamente polarizada e acirrada, o país viverá o crescimento do antipetismo por parte da direita e uma sequência de manifestações que defendem, desde os primeiros meses do segundo mandato, o *impeachment* da presidenta. Nesse período, a esquerda também ocupou as ruas, mas sobretudo como contraponto às manifestações da direita. Ou seja, a esquerda já não estava na dianteira da disputa encampada na arena pública, passando a ter a sua atuação política largamente definida pela ofensiva da direita.

O ano de 2013 marca o início da visibilização dos antagonismos internos do campo da esquerda, que levaram às dificuldades de articulação política deste campo. O fortalecimento dos discursos da esquerda que questionam as escolhas feitas pelo Partido dos Trabalhadores ao longo das suas gestões abriram fissuras que o discurso até então hegemônico não tem sido capaz de suturar. De acordo com Andrade (2017, p. 294–295), essa nova cadeia de equivalência da esquerda contesta os limites do governo, por vezes sugerindo rupturas revolucionárias na ação direta, não como tomada do Estado, mas como reorganização da sociedade (assembleias populares horizontais), afirmam a crise das esquerdas tradicionais (movimentos, partidos, sindicatos) e propõe o autogoverno, a autogestão ou a organização e gestão com alternância no poder.

Embora alguns eventos históricos possam operar grandes transformações, em geral, eles se conectam de alguma forma com processos de transformações que os antecedem. Retomando o argumento desenvolvido anteriormente sobre o que distancia o FSM das Jornadas de Junho de 2013, é possível afirmar que, embora estes dois eventos tenham visibilizado um repertório autonomista em comum, eles apresentam

panoramas distintos do processo de distanciamento de setores da esquerda com o projeto hegemônico do CDP. Ao visibilizar o que os diferencia, não pretendo apresentá-los como eventos sem qualquer conexão. Entretanto, penso que a importância da sua diferenciação se dá e se revela, sobretudo, pelos impactos distintos que os dois processos tiveram no projeto hegemônico da esquerda ao longo deste Ciclo.

Em 2013, a insatisfação com dois modelos de organização política presentes no campo discursivo da esquerda, a hierarquização dos partidos políticos e a burocratização das ONGs, pavimentou o caminho para uma reformulação de ideais anarquistas (ALONSO; MISCHÉ, 2016, p. 11). Embora o Fórum Social Mundial já apresentasse essas críticas, a delimitação das fronteiras entre estes campos eram menos visíveis. Ainda que em 2013 a atuação de muitos sujeitos tenham agregado ferramentas de ambos os repertórios (autonomista e socialista), a rejeição com a qual o repertório socialista foi recebido foi um dado significativo. À direita do espectro político, essa rejeição anunciava o fortalecimento de um antipe-tismo que teria um papel central em momentos importantes da política nacional. À esquerda, a negação das bandeiras de partidos era a expressão de uma juventude autonomista que não mais se via representada pela esquerda institucional e que reivindicava alternativas políticas que iam além das que estavam postas. Como aponta Luciana Tatagiba (2014),

[a] impressão é que o projeto de esquerda concebido em torno do PT perdeu o vigor e não aparece como uma alternativa para parte significativa dos jovens que tomaram as ruas do país. As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças, na qual os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos. O ciclo de protestos de junho interpelou os ganhos realizados por gerações sucessivas de militantes que apostaram na chave das reformas por dentro

do Estado e através das regras do jogo democrático. Os jovens que foram para a rua não fizeram parte desse acordo, e não se veem por ele constrangidos (TATAGIBA, 2014, p. 58).

No FSM, por outro lado, embora algumas destas críticas já estivessem presentes, o repertório socialista era também parte constitutiva daquela construção política. Isso se revela nos atores que estavam envolvidos na sua construção. As diferenças presentes no campo discursivo eram visibilizadas, mas não articulavam de forma antagônica. Os FSMs contavam com a presença de movimentos autonomistas, mas também com a presença de ONGs, partidos e do próprio Lula e outros governantes latino-americanos. Ele marca um posicionamento crítico em relação ao campo discursivo da esquerda hegemônico ao longo do século XX, alinhando-se a um contexto global de revisão crítica, cumprindo, no Brasil, a função de tensionar à esquerda o Campo Democrático Popular, mas não desestabiliza a hegemonia deste campo.

É importante pontuar que ao me referir aos repertórios de ação destes contextos, não estou falando de vinculações ideológicas estritas, mas de repertórios a partir dos quais estes atores políticos puderam construir as suas performances. Neste sentido, na esteira do que propõe Flávio de Andrade (2017), não resumo os autonomismos ao anarquismo, embora o anarquismo tenha sido um campo discursivo que floresceu de forma mais significativa nessa terceira fase, se a comparamos com a primeira e segunda fases desse Ciclo. Os autonomismos desse contexto inserem-se numa certa borda de sombreamento ideológico entre o socialismo e o anarquismo (ANDRADE, 2017, p. 157).

\*\*\*

Há um recorte geracional importante nesse contexto. Embora alguns setores da esquerda que foram se formando dentro do CDP ao longo desse Ciclo tenham construído um posicionamento crítico em relação àquele projeto hegemônico, a tônica da disputa era diferente para uma

parte dessa geração que ocupava a rua massivamente pela primeira vez. Essa diferença foi um dado encontrado nas entrevistas realizadas com militantes mais jovens, que entraram no feminismo a partir da organização em coletivos autonomistas. Há, na formação da identidade política de uma parcela dessa geração, falta de identificação com as forças hegemônicas do campo discursivo da esquerda. Isso se revelou na compreensão do CDP trazida por algumas das entrevistadas mais jovens, que identificavam esse campo como uma formação discursiva à qual elas são exteriores. Diferentemente dos setores da esquerda que vinham fazendo a crítica aos caminhos escolhidos pelo PT desde a década de 1990 e que estavam disputando os rumos do Campo Democrático Popular, esses novos sujeitos políticos passam a disputar o campo discursivo da esquerda em oposição ao Campo Democrático Popular.

Essa diferença, em determinados momentos, levou aos acirramentos geracionais dentro do campo discursivo feminista. No relato de E11, que exponho a seguir, os embates geracionais relacionados às diferenças nas estratégias de disputa do campo discursivo da esquerda são evidenciados.

Aí era uma coisa, assim, todo mundo que é jovem é da Marcha das Vadias. E tudo o que a gente fala ou não presta ou não vai dar certo. E, aí, quando a gente chegava, era uma relação sempre muito utilitarista, sabe? 'Não, a gente chamou as meninas para fazer a batucada, elas distribuem os panfletos e está tudo certo. Mas os panfletos a gente escreve, o conteúdo político da marcha a gente escreve, quem conversa com a imprensa somos nós, o trajeto a gente decide e as mulheres a gente mobiliza.' Sabe? E aí, a gente, eu lembro que eu ficava muito puta porque a gente colocava... O 8 de março, na época... Sei lá, eu fui para um 8 de março, na época, que foi na praça do Diário, que deu, tipo assim, 200 mulheres. Sabe? E a Marcha das Vadias tinha dado 1000. Tipo, se for por mobilizar pessoas na rua, eu acho que alguém está na frente aqui, né? Alguém pode colocar uma banca maior

e pode ser ouvida mais, sabe? Podia ser mais considerada. E acho que, no início, isso foi muito conflituoso, principalmente porque era uma época de um contexto político que a gente podia se dar ao luxo de fazer críticas fodas ao PT, sabe? E aquelas mulheres estavam muito... Principalmente do PT, da CUT e tal... O PT e essa relação muito próxima, né? Sempre. A gente fazia críticas muito pesadas e talvez o fato dessas críticas não terem sido levadas a sério durante todos esses anos nos trouxe aonde nós estamos agora. Mas a gente fazia críticas muito pesadas e elas não gostavam disso. Eu acho que, hoje, elas estão muito melhores. Porque eu acho que elas, finalmente, conseguiram reconhecer que a gente... Que elas não estavam mais conseguindo se renovar e se mobilizar. Principalmente a AMB, acho que não tem nem comparação. Acho que a MMM continua muito tope-tuda, assim, muito difícil, sabe? Principalmente agora com essa disputa que rola na própria Marcha, né? Que é uma disputa dentro da Marcha entre o Levante... Entre Consulta e PT, né? Que é uma coisa, né? Eles que são brancos que se entendam, porque para mim não faz diferença nenhuma. Mas, eu acho que a galera conseguiu entender que precisa se abrir para esses espaços, que o feminismo... Que já não dá mais para voltar atrás, sabe? Que o feminismo agora é também essa galera, é também essas novas formas de construção, sabe? E aí eu acho que a galera meio que... Acho que até gosta quando a gente vai hoje em dia, sabe? (E11)

A conclusão da fala de E11 revela a aproximação entre essa geração e as militantes mais antigas. Na medida em que a juventude autonomista passa a construir conjuntamente as ações da agenda feminista da cidade<sup>46</sup>, a legitimidade e o respeito por parte dos dois lados também

---

46 Como o 8 de março, o Julho das Pretas (em referência ao dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, em 25 de julho), o dia da visibilidade lésbica (30 de agosto), o dia de luta pela legalização do aborto (28 de setembro) e pelo fim da violência contra as mulheres (25 de novembro).

é construído. As militantes de diferentes geracionais encontram caminhos para enfrentar as suas divergências sem que isso impossibilite a aliança — ainda que algumas discordâncias sejam permanentemente retomadas. Cada lado desse corte geracional passa, também, a aprender um com o outro e a desmistificar estereótipos.

As tensões geracionais se expressaram de forma tão contundente nesse período porque a efervescência global do feminismo do momento trouxe muitas militantes para a luta coletiva, evidenciando um *gap* geracional presente nesse campo. Ainda que sempre haja mulheres jovens chegando aos movimentos e que os conflitos geracionais estejam sempre presentes, a entrada numericamente expressiva destas jovens nesse contexto criou uma fronteira de antagonismo mais visível, sobretudo porque, assim como no campo mais amplo da esquerda, o recorte geracional estava associado à uma série de divergências políticas e estratégicas que rompiam com a hegemonia do campo e tensionavam as práticas políticas das gerações anteriores.

Por parte das militantes mais antigas, uma crítica recorrente foi a visão desistoricizada de algumas militantes mais jovens, que muitas vezes desconheciam a trajetória histórica do campo feminista. Havia também uma crítica à forma de conceber a luta feminista e a organização política por parte da juventude, que estavam ligadas, entre outras coisas, ao repertório autonomista e à relação com a internet. As posições das jovens eram entendidas, muitas vezes, como imediatistas, espontaneístas e sectárias. Na fala que apresento a seguir, ao discorrer sobre a forma de organização da MMM, E6 situa algumas dessas divergências. Sua crítica se direciona, entre outras coisas, à fragmentação das lutas contra hegemônicas, em oposição a um projeto de emancipação humana, e ao discurso liberal no campo feminista, a partir do “identitarismo”, da ideia de emancipação individual e da dissociação entre as lutas por reconhecimento e as lutas por redistribuição.

Então tem coisas desse tipo, mas eu acho que principalmente, eu acho que a Marcha [Mundial de Mulheres] tem

uma identidade própria muito forte. Eu acho que a batucada contribuiu muito para isso. Uma ideia de um feminismo mais, é isso, mais contestatório, mais ousado, tal. Que é uma coisa que não se traduz numa coisa liberal de simplesmente uma mudança de manifestação com o corpo, que é o caso da Marcha das Vadias. Que também não é essa coisa, entende, tão espontânea e tão autonomista de coletivo, que não quer organizar, que não quer o esforço de um processo de articulação maior. Se a gente quer uma mudança mais ampla na sociedade, a gente tem que fazer o esforço do diferente, o esforço daquilo que é distinto do que eu penso. Construir consenso, construir unidade, que não é simples. Eu acho que a Marcha [Mundial de Mulheres] faz essa aposta. Mas, é claro, que nesse momento em que isso dos coletivos e das identidades está muito forte, eu acho que isso pega. Associado a isso, eu acho que está vinculado a isso, é um pouco essa questão da afirmação das identidades, né? Digamos, essa ideia do multiculturalismo nos movimentos sociais, que foi muito forte e ainda é. Então essa ideia de que, 'bom, mais importante do que eu construir um projeto ou mais importante do que afirmar lutas identitárias associadas a um projeto geral de emancipação humana, eu prefiro ficar só nisso'. Inclusive quando isso implica na criação ou no acirramento de tensões, entende? Então essa ideia da solidariedade, essa ideia do outro, essa ideia da tolerância, enfim, eu acho que são questões que estão aí, não é para a Marcha, é para o feminismo como um todo, que eu acho que estão postas. Então, sabe, essa coisa né, que foi muito importante de reconhecer a condição das mulheres negras, a condição das mulheres em outras particularidades, digamos assim... Foi muito importante, a questão é qual é o limite disso, ou melhor, como é que eu integro isso dentro de um projeto mais amplo. Se faz um esforço até onde para construir algo mais geral que não seja uma luta identitária apenas, específica e fragmentada (E6).

No campo discursivo feminista, a Marcha das Vadias<sup>47</sup> cumpre um importante papel no fortalecimento de uma perspectiva mais autonomista desta geração. Os feminismos que surgem nessa nova cadeia de equivalências tecem críticas não apenas às escolhas do PT, mas também a práticas do feminismo institucionalizado, como a burocracia e a hierarquização dos espaços. Os novos grupos e coletivos buscam resgatar práticas e valores feministas que estavam menos presentes no contexto de institucionalização, como a solidariedade entre as mulheres, a autorreflexão e a dimensão da transformação individual que o feminismo também traz para as nossas vidas. É um momento de fortalecimento da ideia de “viver o feminismo” e não apenas “fazer o feminismo”.

E12, na sua entrevista, falou um pouco sobre o processo de formação da Marcha das Vadias no Recife e da potência transformadora que vivenciar esse processo teve em sua vida:

Eu entrei no coletivo da Marcha das Vadias ele não era nem um coletivo, porque era um grupo que organizava a Marcha e tinha uma página, mas as demandas foram ficando muito... O pessoal queria que a Marcha participasse, assinasse, opinasse. E eu ficava... Porque eu cuidava sozinha das redes sociais, não tinha um grupo que deliberava nada e eu basicamente compartilhava coisas de outros grupos mais conhecidos. “Ah, se esse grupo aqui compartilhou então está de boa”. Então

---

47 Segundo Brito (2017, p. 57), “[a] primeira *slutwalk* [que no Brasil ficou conhecida como Marcha das Vadias] aconteceu no Canadá, motivada pela declaração de um policial que, numa palestra da Universidade de Toronto, disse que as mulheres teriam que evitar se vestirem como *sluts* para não serem estupradas. A reação das mulheres foi organizar uma manifestação pedindo o fim desse tipo de culpabilização das mulheres pelas violências sofridas, bem como a liberdade e autonomia de se vestirem e se comportarem como quisessem. A notícia da Marcha se espalhou pela internet e levou à organização de diversas marchas ao redor do mundo. No Brasil, a primeira foi realizada em 4 de junho de 2011, em São Paulo, mas logo se repetiu em diversas cidades, num processo ‘indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político’ (GOMES & SORJ, 2014). Foi através das redes sociais que mulheres começaram a organizar os protestos e fazer a divulgação para atrair outras para participar”.

quando as pessoas falavam “a Marcha precisa”, eu fazia, “Que Marcha? A marcha não é nada, a marcha é um evento, como assim?”. Eu não entendia qual era a necessidade de um posicionamento, de uma posição. Aí com outras pessoas se aproximando, a gente viu que podia criar um coletivo, porque as pessoas queriam que a gente comunicasse, queriam se comunicar com a gente. Principalmente as meninas mais novas queriam, viam a marcha como um lugar onde elas podiam participar. Porque tinha aquele mesmo estereótipo de feminista. “Não, eu não sou feminista porque eu não sou acadêmica, eu tenho 16 anos”, ou uma coisa assim. Quando elas viram que era um espaço que tinha... A coisa da rede social atraiu muita gente, então deu essa visibilidade para a Marcha e muita gente jovem chegou. A gente disse, “Não, temos que ser um coletivo”. Mas eu, por exemplo, não tinha embasamento do tipo “Não, temos que fazer uma carta de princípios”, “Nosso posicionamento”, eu fazia “An?”. É, eu não sei. Então a Marcha... Hoje tem seis Marchas que aconteceram no mundo todo. O coletivo, tem três anos que a gente falou “Vamos fazer um coletivo”, mas até ele amadurecer para a gente entender qual era a ação e o que é que a gente queria e o que é que a gente poderia fazer demorou. E esse crescimento, para mim, vê-lo de perto foi muito importante porque eu fui vendo como se constroem as coisas. Como se constrói a necessidade de atuar politicamente, o que é atuar politicamente, porque a gente não tem uma educação. [...] Então, eu, nesse mundo... Assim, fui muito às cegas, fui muito no faro, mas hoje participar de um coletivo para mim, eu acho que é o... Que é o que eu entendo que pode ser onde eu posso atuar melhor, porque eu posso conviver com várias pessoas de vários lugares sem ter essa coisa institucional de salvadora da pátria. [...] E eu vejo como isso me transformou e foi capaz de me ajudar e é por isso que eu incentivo e continuo com o coletivo, com ideia de que a gente pode mais e mais fazer esse tipo de

trabalho, de conversar com as pessoas, de dialogar e de chegar em outros lugares.

Como aponta E12, a internet também cumpre um importante papel na disseminação dos feminismos para essa geração. Brito (2017) coloca que, desde as eleições de 2010, redes de militantes feministas se formavam na internet para pensar estratégias de resposta à onda de conservadorismo que se instalou diante da polêmica do aborto. É desse contexto que surge o Blogueiras Feministas e que outros Blogs feministas também ganham visibilidade. A internet também foi central para as Jornadas de Junho de 2013 e para as Marchas das Vadias que aconteceram em diferentes cidades do país. Ainda de acordo com esta autora, a importância que a internet vai ocupar nesse novo momento dos feminismos dá lugar a novas práticas de ação coletiva.

Nas entrevistas realizadas, duas militantes (E8 e E12) afirmaram ter conhecido o debate feminista a partir da internet e acreditam na importância da internet como ferramenta de militância, ainda que entendam as suas limitações. Pontuam estas limitações sobretudo por causa do caráter liberal e individualista de uma parte do feminismo presente na internet. A ideia de ativismo individual, que se fortaleceu nas redes sociais, também foi criticada por outras militantes entrevistadas, que destacaram a importância dos espaços presenciais para a construção de redes de militância.

Os trechos da entrevista de E8, ao falar sobre a sua aproximação com o feminismo e o processo de construção do coletivo do qual faz parte, revelam como as barreiras entre o feminismo *online* e o feminismo *offline* nem sempre são tão demarcadas e como a internet foi uma porta de entrada de muitas mulheres jovens que depois passaram a militar em coletivos feministas que atuam fora da internet, como foi o caso de E8.

Minha aproximação com o feminismo foi com as amigas que eram do FANFC. Com a internet. Bem uma coisa liberal no início, como todas. Aí eu fui sacando as coisas pela internet.

Um das entrevistas, eu ficava “Meu irmão, isso é muito doido”. E, aí, as meninas do FANFC<sup>48</sup>, que já eram as minhas amigas antes de eu ser do coletivo, aí a gente foi se aproximando, se aproximando, cada vez mais próximo o assunto. E foi isso aí. Pela internet. A internet e os amigos [...]

O FANC, inicialmente, ele começou como uma página na internet para empoderamento. Mas a gente não conhecia ainda essa palavra de uma forma forte. A gente queria, tipo, postar fotos de mulheres com cabelo crespo e cacheado e mostrar que elas eram bonitas. Assim como outras mulheres brancas. E aí acabou, tipo, como era uma página voltada para cabelos crespos e cacheados, né? Acabou se voltando mais para esse recorte negro e tal. Assim, começou como uma página de empoderamento, uma coisa bem bestinha. E aí depois a gente virou um movimento social, começou a fazer umas coisas assim e tal. E aí entrou para o feminismo. E hoje em dia a gente se reconhece enquanto um coletivo de feminismo negro. Interseccional, negro [...]

A gente tinha uma sede em Jabotão [...] No Espaço Jovem. A gente tinha uma sala lá que era nossa sede. Não é mais. A gente tá com uma na Fase<sup>49</sup> agora, que é lá no Derby. Mas era antes lá. E a gente chegou a rolar umas rodas de conversa. A gente chamava as mulheres da periferia para ir lá, tá ligado? A gente sempre tentou focar no público periférico. E

---

48 Faça Amor Não Faça Chapinha

49 A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua, desde 1961, no fortalecimento de grupos sociais para a garantia de direitos, da democracia e da sustentabilidade. Atua em seis estados do Brasil, sobretudo nas áreas de direito à cidade, justiça ambiental, autonomia política e econômica das mulheres e soberania alimentar. Desde suas origens, tem estado comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ver: <https://fase.org.br/>

aí foi isso. Umas parcerias com outros coletivos. Diadorim<sup>50</sup> era um deles. E é isso (E8).

As falas de E12 e E8 revelam uma militância que surge dissociada dos espaços consolidados de construção política. Entretanto, muitos grupos que se organizaram a partir da internet estabeleceram uma aproximação progressiva com outros movimentos e coletivos feministas, ampliando suas perspectivas políticas. Essa aproximação é um processo que possivelmente ainda está em curso. Em outro momento da sua entrevista, E8 também falou sobre como a entrada no feminismo foi o seu primeiro contato com o debate racial, o que revela o crescimento da sobredeterminação destas pautas. Os novos feminismos surgidos nesse momento intensificaram, na sua crítica ao feminismo institucionalizado da década anterior, os debates sobre as desigualdades existentes entre as mulheres, oxigenando essas discussões também nos movimentos mais consolidados.

A visibilização da oposição ao projeto político do CDP estava sendo protagonizada por uma parte da geração nascida entre a década de 1980 e 1990. Mas as forças hegemônicas do CDP também têm influência na formação desta mesma geração, sobretudo nos movimentos estudantis. Uma parcela de militantes dessa geração se engajou politicamente a partir da vinculação com partidos e movimentos sociais deste campo, como o PT (através da Juventude do Partido dos Trabalhadores — JPT), a Consulta Popular (através do Levante Popular da Juventude), o PCdoB (através da União da Juventude Socialista — UJS), entre outros.

As disputas apontadas por Alonso e Mische (2016) pelo curso e protagonismo dos eventos de Junho de 2013, antes que esses alcançassem uma escala ampliada, revelam essas divergências dentro da mesma geração. Segundo estas autoras, as organizações estudantis tradicionais (União Nacional dos Estudantes — UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES) que estiveram à frente de eventos

---

50 Coletivo feminista da RMR.

importantes como a campanha pelo *impeachment* de Collor, em 1992, não tiveram o mesmo protagonismo em 2013. A sua participação era vista, inclusive, com ressalva pelos grupos que estavam envolvidos na construção das primeiras manifestações contra o aumento da passagem em São Paulo, notadamente o MPL. Embora a UNE e a UBES tenham se juntado posteriormente aos protestos, à medida que eles foram tomando proporções maiores, essas entidades tentaram assumir um papel de protagonismo e capitalizar politicamente sobre os eventos, o que reverberou em denúncias de oportunismo por parte dos setores autonomistas. A proximidade da UNE e da UBES com o PT e o PCdoB e as suas formas de organização política, marcadas pela hierarquia, estavam entre as divergências que se deram entre a juventude autonomista e as entidades tradicionais de representação estudantil.

Se pensarmos nas trajetórias de vida dessas e desses militantes em paralelo à história do Brasil, perceberemos que essa é uma geração que nasce no momento de consolidação da Nova República. É uma geração que amadureceu paralelamente ao projeto político do CDP e que havia presenciado, até então, um percurso de conquista progressiva de direitos. Quando inicia a sua atuação política, as forças políticas daquele Campo já ocupavam lugares de poder na política institucional. Como afirmam Alonso e Mische (2016), os governos do PT têm um impacto significativo para esta geração, que vivenciou ainda na juventude as transformações realizadas pelas políticas de redução das desigualdades e a ampliação do acesso ao ensino superior.

[...] Ainda mais assim, para a gente, para mim, eu nasci praticamente na era Lula, 1988, então o que eu lembro... Eu passei por FHC, claro, mas assim, o que eu lembro é expansão. A minha adolescência foi expansão, né, eu consegui entrar na universidade por expansão, pela expansão que o governo Lula proporcionou. A minha mãe era empregada doméstica. Eu sou muito, eu sou muito típica “garota Lula”. Sou muito típica “família Lula”. Demais, assim, eu e a minha família. Então se hoje eu tenho o conforto que eu quero é porque o

Brasil viveu uma ascensão para certas camadas. Claro, não foi para todo mundo, mas para uma grande parte foi. Então [o contexto atual], para mim é desesperador, é novo, mas assim, com muito cuidado, avaliando politicamente o cenário, que não é para sempre (E13).

Essa geração cresceu em um contexto de economia e democracia estáveis. Diferentemente da geração anterior, ela não enxerga o Brasil pelo prisma da ditadura e da inflação (ALONSO; MISCHÉ, 2016, p. 4). Se, por um lado, uma parte mantém um distanciamento crítico em relação ao partido, marcado pela falta de identificação característica de quem conhece um ator político quando este está no poder e se mostra incapaz de atender às suas expectativas; por outro, esses governos também tiveram um impacto significativo no acesso que esta geração teve a bens, serviços e direitos. Esse contexto fortalece a identidade de algumas e alguns militantes jovens com o partido e, para outros, cria uma relação ambígua com o PT.

Em relação às questões geracionais que marcam esse contexto de início da crise política, é importante pontuar também que ainda que o protagonismo da nova cadeia de equivalências surgida nesse contexto tivesse esse corte geracional evidente, ela reuniu uma diversidade de atores de diferentes idades. Dessa forma, embora as diferenças geracionais sejam importantes para compreender o contexto apresentado, elas não resumem a complexidade do momento.

\*\*\*

O surgimento dessa nova cadeia de equivalências da esquerda é fruto da incapacidade das forças hegemônicas desse campo discursivo de se renovarem em diálogo com os diferentes sujeitos políticos que o articulam. Essa incapacidade está ligada, entre outras coisas, à opção de priorizar a ocupação do Estado, através de eleições, e as novas alianças criadas para este fim, a partir das quais as forças hegemônicas

deslocaram as suas fronteiras. Tal processo deu lugar a uma renovação, mas essa renovação não foi capaz de atender às expectativas da pluralidade que articulava a esquerda, o que me leva a concluir que é uma crise que tem como um dos seus pilares as formas hierarquizadas de organização política. A hierarquia é um elemento fundamental de entrave para a autocrítica.

Na trajetória apresentada nesse capítulo, percebo uma diferença entre as formas de organização que dão lugar aos campos discursivos da esquerda, do CDP e dos movimentos feministas. Aponto que na década de 1980 podemos considerar CDP e esquerda como campos delimitados praticamente pelas mesmas fronteiras. A partir da década de 1990, estes campos vão se diferenciando e, na terceira fase desse Ciclo, os antagonismos internos ao campo discursivo da esquerda são visibilizados, formando uma nova cadeia de equivalências que se opõe à formação discursiva do CDP. O corte antagonico que marca essa oposição é fruto da incapacidade das forças hegemônicas do CDP de dialogar e incorporar as demandas de diferentes setores que articulam a esquerda.

Esse é um contexto em que a esquerda não tem conseguido se articular em torno de pontos nodais que consigam contemplar a diversidade de sujeitos políticos que lutam pela ampliação da justiça social. Há uma formação discursiva caracterizada pela oposição, pelo “anti”, marcada pela solidariedade entre diferentes segmentos. Mas essas forças políticas não conseguem estabelecer fronteiras sólidas que criem uma nova identidade a partir de práticas articulatórias. Um elemento que, a meu ver, se rompeu nesse contexto foi a confiança entre diferentes setores da esquerda.

Na contramão do que vivenciamos no campo discursivo do CDP, sugiro que os movimentos feministas têm construído caminhos inovadores de organização política, que têm lidado com as diferenças, desigualdades e divergências internas a partir da renovação da própria identidade do seu campo discursivo. Sonia Alvarez (2014), em análise que realizou sobre as transformações desse campo discursivo desde a década de 1980, sugere que a pluralidade do campo vai sendo assumida de

forma progressiva. Ela afirma que os feminismos contemporâneos, por exemplo, têm sido bem-sucedidos em sobredeterminar antipatriarcado e antirracismo e que a compreensão de que ser feminista é lutar contra todas as formas de opressão tem sido fundamental na identidade desse campo. Isso não significa que os movimentos tenham sido bem-sucedidos em eliminar as suas desigualdades internas, mas que elas têm sido visibilizadas e que há um esforço de sobredeterminar as demandas que atravessam a vida das mulheres nas suas diferenças.

Nas entrevistas realizadas para este trabalho, também encontrei essa preocupação em articular diferentes lutas contra as opressões como parte da identidade dos movimentos feministas. Esse tem sido um movimento permanente de revisão das identidades que configuram este campo. Todos os coletivos ou movimentos nos quais as mulheres que eu entrevistei atuam se identificam também com a luta antirracista e anticapitalista. Todavia, a luta contra o racismo foi trazida com mais ênfase pelas mulheres negras, o que sugere, por um lado, o protagonismo dos sujeitos de opressão nas lutas que atravessam as suas vidas e, por outro, o caminho que ainda precisa ser percorrido para que as militantes desse movimento incorporem em suas práticas políticas cotidianas os compromissos assumidos publicamente.

A meu ver, o que diferencia os espaços feministas dos outros espaços de organização do campo da esquerda é a forte legitimidade dada à auto-organização de diferentes agrupamentos identitários, uma permanente preocupação em absorver as críticas que surgem a partir desses processos e a preocupação em visibilizar as desigualdades que marcam seus espaços. Sugiro que estas são diferenciações que estão relacionadas à preocupação que o cuidado, a autocrítica e a horizontalidade ocupam nesses movimentos e coletivos, funcionando como uma tríade em que os três elementos se fortalecem mutuamente. Essa tríade dá lugar a um processo de revisão dos feminismos que, embora desloque sua identidade, não inviabiliza a articulação dos seus diferentes segmentos, como temos visto acontecer no campo da esquerda.

## CAPÍTULO 3

### Crise e reinvenção

#### 3.1 As imagens que nos tocam

Há um tempo atrás, abri por acaso um livro organizado por Michael Löwy, chamado *Revoluções* (2009). É um livro que traz fotografias de diferentes revoluções, a maioria ocorridas em solo europeu, com alguns textos curtos de diferentes autores falando sobre esses eventos históricos. Löwy encerra o capítulo de introdução desse livro da seguinte forma: “As fotos de revoluções — sobretudo se foram interrompidas ou vencidas — possuem assim uma poderosa carga utópica. Revelam ao olhar atento do observador, uma qualidade mágica, ou profética, que as torna sempre atuais, sempre subversivas. *Elas nos falam ao mesmo tempo do passado e de um futuro possível*” (LÖWY, 2009, p. 19 — Grifo meu.).

Nesta dissertação eu não falo de revoluções. As fotografias também não são meu objeto de estudo. Mas essa passagem me fez entender, de alguma maneira, os sentimentos que me motivaram a iniciar esta pesquisa. Ela me levou a refletir sobre os sentimentos que tanto as narrativas como as imagens do cenário político da década de 1980 causavam em mim. E, de forma inseparável, os conflitos que essas imagens me causavam quando eu pensava sobre elas a partir da trajetória histórica que se seguiu depois de seus registros. Ou quando eu penso sobre elas em relação às imagens que assisto agora: a Câmara dos Deputados repleta de homens votando a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, em nome da família e de deus; a prisão de Lula no

sindicato em São Bernardo do Campo rodeado por uma multidão; entre tantas outras.

Desde 2013, como todas as pessoas conectadas de alguma forma aos debates políticos do Brasil, os acontecimentos me abatiam, me preocupavam, me intrigavam, me faziam pensar. Partilhava com muitas outras pessoas a necessidade de compreender o que se passava naquele cenário. Fui, aos poucos percebendo, que eu precisava compreender melhor o que havia acontecido nas últimas décadas para entender o que vivíamos — e o que vivemos hoje. Eu nasci em 1989, então eu nem existia quando muitas dessas imagens da década de 1980 que me tocam haviam sido registradas: as fotografias das greves do ABC, as multidões na rua pelas “diretas já”, as manifestações de mulheres na luta pela anistia, a cena de Ailton Krenak pintando o rosto numa sessão da Constituinte, as fotografias das reuniões da época da fundação do SOS Corpo com as quais a gente se depara hoje na entrada na instituição. Eu sou parte de uma geração que, quando começou a pensar em política, o Partido dos Trabalhadores já havia conquistado uma posição central no campo da esquerda e uma densidade eleitoral. A minha formação política se deu no exercício de crítica às gestões do PT. Crítica às alianças feitas com setores da direita, crítica ao reformismo tímido. Ironicamente, era também um contexto de otimismo gerado pelos avanços que esses governos proporcionaram, inclusive, para a minha geração. Explorei essa ambiguidade quando discuti a terceira fase do Ciclo do Campo Democrático Popular, no capítulo dois.

A crise política que se iniciou em 2013 foi progressivamente redeseenhando as fronteiras de antagonismo a partir das quais me identificava. E, aos poucos, algumas fronteiras que pareciam muito distantes, e um pouco apagadas, foram se tornando mais nítidas e tendo um impacto maior na formação da minha própria identidade. É verdade que diante de uma ala neoliberal e/ou conservadora da sociedade, eu sabia que me situava no lado oposto e nesse lado se situava também o PT. Então, como afirmei, eu via de longe essa fronteira. Mas as disputas que se davam dentro do “lado” da esquerda me mobilizavam mais. Nas críticas feitas ao

PT, discutia-se, inclusive, se deveríamos pensar nas suas gestões como gestões de esquerda. Disputava-se, internamente e de forma acirrada, o significado de ser de esquerda.

Hoje, a minha leitura é que o avanço da esquerda nessa correlação de forças, materializada simbolicamente pela ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência, afastava para um horizonte um pouco mais distante as disputas que precisávamos travar com a direita. A ordem estabelecida, ainda que instável, abria espaço para inúmeros debates dentro da esquerda. Ela havia reduzido o campo de atuação da direita, ao fincar temporariamente a legitimidade de uma agenda mínima de esquerda: a importância do combate à fome e à pobreza<sup>51</sup>, a ampliação dos serviços oferecidos pelo Estado, a importância de combater o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, a necessidade de garantir um debate político plural em diferentes esferas da sociedade. Seguindo o debate proposto por Bresser-Pereira (2006), na terceira fase do Ciclo do Campo Democrático Popular, a esquerda teria sido bem-sucedida em atrair o “centro” do debate político em sua direção. O que significa que as posições mais moderadas no debate político, ou seja, mais próximas do centro, passaram a considerar legítimas uma série de proposições da agenda da esquerda.

A partir de 2013, assistimos ao fortalecimento progressivo da direita e, nesse processo, o questionamento das pautas de esquerda que davam conta de uma agenda mínima que parecia garantida. De forma assustadora, vimos o debate político ser tomado por questionamentos sobre a importância dos direitos humanos e da própria democracia. Pensando na minha história particular, é como se aquela fronteira, que parecia distante, tivesse se aproximado de mim. E as fronteiras antagônicas dentro do campo da esquerda, que pareciam mais importantes no período anterior, agora iam, em certa medida, para segundo plano diante da necessidade de encontrar caminhos para a aliança com outros setores da esquerda — mas precisavam ser novos caminhos e não os caminhos de aliança

---

51 Ainda que os programas de redistribuição de renda tenham sido, ao longo de todo os governos do PT, motivo de embates significativos.

que carregavam os vícios que criticávamos. Isso opera uma reconfiguração das nossas próprias identidades nesse campo político. O que não significou abrir mão de ideais, mas reorganizar nosso campo de ação.

A partir das contribuições de Laclau e Mouffe (2015), é possível afirmar que a ofensiva da direita obscureceu, temporariamente, as fronteiras antagônicas internas do campo da esquerda. Um processo que se inicia timidamente a partir das eleições de 2014 e se torna mais explícito depois do golpe e das eleições de 2018. A necessidade de repensar a unidade desse campo foi algo que apareceu em todas as entrevistas que realizei. Se fortalece, nesse contexto, o pertencimento a um campo ampliado de esquerda em detrimento do pertencimento a diferentes segmentos da esquerda. Mas, ao mesmo tempo em que pensar sobre a unidade da esquerda se mostrou importante para as militantes com quem eu conversei, elas apontavam como esse exercício era desafiador.

Se o contexto fortalecia o pertencimento a esse campo ampliado da esquerda, os significados flutuantes do significante “esquerda” pareciam não conseguir uma fixação parcial em que esses diferentes setores se reconhecessem, devido à ausência de um projeto que pudesse hegemonizar o campo. Existia uma unidade precária que se formava em torno da negação do conservadorismo. Mas a unidade em torno de estratégias de ação imediatas e de projetos de médio ou longo prazo era e continua sendo um grande desafio. As militantes que entrevistei falaram sobre o desgaste do projeto que vinha hegemonizando a esquerda nas últimas décadas e sobre a necessidade de pensar novos caminhos para a construção da unidade.

Analisando conjuntamente as falas de duas entrevistadas sobre a crise e os conflitos internos da esquerda, identifiquei reflexões sobre a reconfiguração dessas fronteiras. E1 tem cerca de setenta anos. Iniciou sua militância na década de 1970. Ao conversarmos sobre os possíveis caminhos para a reconstrução da luta diante da crise, ela falou:

Eu acho que a aposta é a aposta da organização. Nós não temos outro caminho. Historicamente, não existe outro caminho e o

presente também não indica outro caminho para o futuro. A gente tem que se organizar. A gente tem que crescer como escala de movimento. E a gente tem que manter a organização com uma visão crítica mais radical para fora e mais radical para dentro também. Com muita criatividade, com muita capacidade também de estar juntas e de enfrentar nossas divergências, de enfrentar nossas diferenças, está entendendo? [...] Então, não tem outra saída. Para nós que queremos mudar o mundo, para nós que não queremos fazer parte desse mundo, o nosso caminho é a organização. [...] Esse contexto nos exige novas ideias, novas perspectivas, não é? Inclusive que vão ser construídas a partir da nossa capacidade de enfrentar nossos conflitos e da nossa autocrítica também. Porque, afinal de contas, o que está aí, nós somos parte, não é? O que está aí destruído, o que foi destruído foi uma construção da qual nós também tomamos parte. Com mais crítica, com menos crítica, mas é um campo alargado, não é? (E1)

“Nós que queremos mudar o mundo” se encaixa na identificação da esquerda proposta no primeiro capítulo. Na sua fala, E1 coloca a pluralidade existente entre quem “quer mudar o mundo” e a necessidade de pensarmos formas de lidar com essa pluralidade, sem que isso inviabilize a nossa organização. Ao se colocar como parte integrante “do que está aí”, ela reforça o seu pertencimento a um campo ampliado da esquerda, ainda que tenha críticas a alguns setores, e traz a necessidade de autocrítica de todo esse campo para que possamos avançar de forma renovada. Essa criatividade é exigida sobretudo na forma como construímos as nossas alianças e entendemos as nossas diferenças, divergências e desigualdades. Eu diria que é um desafio de método organizativo com o qual a esquerda lida neste momento da sua história.

E11 tem menos de trinta anos. Iniciou sua militância no final da década de 2000. A sua identificação com o Campo Democrático Popular é mais fraca, o que foi se evidenciando ao longo da sua entrevista e também aparece na primeira passagem apresentada a seguir. Em vários

momentos da conversa que tivemos, ela define o Campo Democrático Popular como um campo ao qual ela é externa. Isso a situa geracionalmente e reflete a sua formação política, que se deu em oposição ao campo protagonizado pelo PT. Mas, em outros momentos da nossa conversa, se revelou também a sua identificação com um campo de esquerda ampliado e uma relação ambígua com o próprio CDP que essa identificação cria, como pode ser percebido no segundo trecho mencionado a seguir. Quando questionada sobre a crise política que vivemos, ela me falou:

É muito complexo, né? Nunca é um fato só, sempre são muitas coisas. Eu acho que tem um lugar onde a gente construiu a esquerda que foi muito problemático desde então. A gente aceitou as nossas contradições de forma muito fácil, sabe? A gente aderiu às nossas contradições de forma muito tranquila e uma hora essas contradições vieram nos cobrar a conta. E eu falo a gente numa coisa de que eu não participei porra nenhuma desse processo. Se você pensar no tamanho do tempo histórico, quem é E11 no jogo do bicho? Mas a esquerda foi muito adésista a esse processo de tomada de poder através do Partido dos Trabalhadores. Não conseguiu se renovar, não soube ser governo em absoluto, sabe? E as suas próprias contradições vieram cobrar a sua conta depois. Aí a gente chegou nesta crise por erros nossos, por coisas de fora, mas eu acho que a nossa dificuldade para sair dela está muito mais relacionada com erros nossos, sabe? Há uma falsa ideia de unidade dentro da esquerda que é um grande teatro, sabe? Essa unidade que o Campo [Democrático] Popular prega, por exemplo. Essa unidade que esses sujeitos históricos que nos levaram, por exemplo, para a construção e a eleição do Partido dos Trabalhadores, é uma unidade que sempre foi muito falsa, sabe? Sempre foi uma unidade de ‘quando eu preciso de você’. Mas quando eu não preciso, ‘você está fazendo o debate da direita’. E aí é uma unidade que não consegue fazer o movimento contrário. Que não consegue se colocar no lugar dos outros

setores e da luta dos outros setores, ou de somar na luta dos outros setores. A unidade só presta quando você soma a luta desse Campo [Democrático] Popular.

Ao discutir os conflitos geracionais nas construções dos 8 de março, E11 colocou:

E, assim, eu era anarquista e o anarquismo sempre foi visto como um inimigo do PT, né? E aí isso era muito conflituoso. Eu também já não era uma pessoa de muito diálogo, não tinha muita paciência. Mas, aí, depois você vai reconhecendo que por mais que você discorde das pessoas, são pessoas que estão em luta, sabe? São pessoas que estão dedicando a vida a um projeto tanto quanto você. Então, minimamente, o que você pode fazer é respeitar aquele momento, sabe? Aquele espaço, aquela pessoa. Porque por mais que você discorde dela, velho, porra, de todas as pessoas da terra que estão em casa, vendo seriado, que estão cuidando dos seus filhos bem ótimas, elas estão aí desde seis horas da manhã trabalhando, sabe? Depois vai pegar 50 mil ônibus para voltar para casa para estar numa reunião do 8 de março, para construir o 8 de março com outras companheiras trabalhadoras. Então isso tem que ter algum valor, né? Isso tem que ser respeitado minimamente.

Nesse segundo trecho, E11 pontua divergências em relação a outros setores dos movimentos de mulheres, setores mais próximos do projeto do CDP. Mas ela também situa a partilha do campo da esquerda com essas mulheres, cuja identificação está pautada pela necessidade de transformação da ordem.

Duas coisas são importantes nos trechos das entrevistas de E1 e E11 apresentados. A primeira é que eles apontam uma preocupação que perpassa a maior parte das entrevistas: a necessidade de repensar a forma como construímos alianças e unidade. Essa me parece uma questão central entre as mulheres que entrevistei e determinante para a possibilidade

de radicalizar com criatividade o projeto que elas querem construir conjuntamente com outros setores da esquerda. O desafio é: como pensar essa articulação a partir de outros paradigmas? Para estas militantes, as alianças precisam ser construídas de forma a não silenciar as diferenças presentes no campo. Para E1 e E11, é preciso pensar num projeto de esquerda mais diverso e horizontal, que possa contemplar uma pluralidade maior de sujeitos políticos. A incapacidade de autocrítica de alguns setores da esquerda, particularmente dos que hegemonizaram o campo e conduziram o processo político nos últimos anos, é, para estas mulheres, um impedimento central para que seja possível rearticulá-lo.

Por outro lado, ao questionar a unidade que se construiu em torno do projeto hegemônico do CDP, apontando a sua “falsidade”, a fala de E11 pode nos levar a uma compreensão idealizada de política e da unidade. Numa articulação hegemônica, a diversidade de demandas não alcança uma igualdade de representação. Como propõe Laclau (2005), isso ocorre porque uma articulação hegemônica não se constitui apenas pela soma dessas demandas. A própria prática articulatória dá lugar a uma nova identidade, na qual algumas demandas ocupam lugares privilegiados. Nesse processo, algumas demandas são universalizadas no campo, outras seguem sendo entendidas como específicas, mas o fato é que toda articulação gera exclusão. O que está em causa para as militantes que entrevistei são os caminhos para que diferentes pautas que lhes são caras — como o antirracismo, o antissexismo e o anticapitalismo — possam ser sobredeterminadas, se constituindo como parte da identidade daquele campo. O desafio é ampliar a preocupação com a justiça social dentro do próprio campo discursivo da esquerda, mas sem cair na idealização da eliminação dos conflitos internos. A pergunta sobre a qual busco refletir neste capítulo é: em torno de que pontos nodais podemos articular um campo discursivo que não reproduza desigualdades históricas de forma autoritária?

A segunda questão é que, nesses trechos, as duas entrevistadas se colocam ao mesmo tempo dentro e fora desse projeto hegemônico de esquerda. Ao longo das entrevistas que realizei com elas, as duas se

posicionaram de forma crítica em relação ao projeto do CDP. Mas elas compreendem também que, no curso da história, estiveram em muitos momentos construindo o mesmo caminho que esses setores aos quais tecem críticas. Essa relação ambígua se revela, por exemplo, no jogo de “nós” e “eles” na forma como E11 fala da esquerda. Ela se vê ao mesmo tempo como alguém que partilha e como alguém que não partilha um campo com os sujeitos históricos do Campo Democrático Popular. A forma fluida como E1 e E11 colocam os seus pertencimentos e seus não pertencimentos ao projeto hegemônico da esquerda reflete a contingência das práticas articulatórias proposta por Laclau e Mouffe (2015). A depender do grau de exterioridade a partir do qual enxergamos essas articulações políticas, elas se entendem como parte ou não desse projeto hegemônico. A fluidez das suas identificações revela também como as nossas próprias identidades são relacionais e contingentes. Como coloca Moya Lloyd (2005), não é só a política que é um processo fluido. As nossas identidades são um processo, porque elas não são anteriores à política, elas se formam nas nossas práticas políticas.

Sobre o caráter processual e contingente das nossas identidades, a crise que se iniciou em 2013 despertou em mim a necessidade de olhar com mais atenção para a trajetória da esquerda no Brasil nas últimas décadas. Era exatamente a ambiguidade de “ser parte” e “não ser parte” daquele projeto hegemônico do Campo Democrático Popular que me causava um estranhamento que eu não conseguia entender. Com o acirramento dos debates políticos com alas mais conservadoras da sociedade, me vi fazendo a defesa de um projeto em que eu não acreditava de fato. Ao mesmo tempo, em outros espaços, seguia tecendo críticas àquele projeto. Investigar essa trajetória a partir das articulações políticas que foram moldando as suas fronteiras foi uma forma de tentar entender esse estranhamento.

Havia um sentimento de avaliação crítica: elaborar sobre o passado para pensar sobre o presente e o futuro. Mas havia também a necessidade de compreender melhor os antagonismos que estavam ao meu redor. Foi um processo que se iniciou antes da entrada no mestrado,

mas não de forma sistemática. Passou pela leitura, pela observação dos espaços políticos de que participei ao longo desses anos e também pela conversa com companheiras de militância que estão no movimento há mais tempo. Nessa trajetória, fui entrando em contato com imagens e fatos históricos que eu desconhecia. E os fatos históricos que eu ia descobrindo também me faziam olhar de forma diferente para as imagens que eu já conhecia.

No livro que citei no início deste capítulo, Löwy (2009, p. 13) afirma que “as fotografias não podem substituir a historiografia, mas elas captam o que nenhum texto escrito pode transmitir: certos rostos, certos gestos, certas situações, certos movimentos”. A utilidade das imagens para pensarmos sobre a historiografia é um amplo debate que não cabe neste trabalho. Apesar das discussões sobre a sua objetividade, acredito que as imagens trazem uma carga de emoção diferente da que encontramos nos textos, exatamente por nos mostrar esses detalhes que escapam à historiografia escrita. São detalhes que revelam os fatos não como abstrações, conceitos, ideias, “estruturas”, mas como ações de seres humanos vivos (LÖWY, 2009, p. 15).

Entre 2015 e 2016, os debates de conjuntura, em qualquer espaço, estavam sempre atravessados por muita emoção, sobretudo por parte daquelas e daqueles que viveram a abertura política no Brasil e que viram o nascimento do Partido dos Trabalhadores. Eram sentimentos diversos: medos, dúvidas, incertezas, angústias, raiva, indignação. Em reuniões feministas, é comum haver abertura para os sentimentos. Em espaços mistos isso é mais raro. Obviamente, os sentimentos estão presentes, mas há um esforço maior para abafá-los. Isso acontece porque, na divisão entre o público e o privado estabelecida pelo patriarcado, a esfera pública (masculina) é a esfera da razão. Os sentimentos, assim como a afetividade, devem ser mantidos na esfera privada, na relação com a nossa família e com nossos amigos. Por isso, no sistema patriarcal, a política deve ser um campo dominado pela razão e pela frieza. Isso tem impacto na forma como construímos os espaços dos nossos movimentos sociais. Ao questionar essa e outras premissas do patriarcado, o feminismo se diferencia de outros

movimentos e tenta pensar a política a partir de outros arcabouços teóricos e políticos. É por isso que, normalmente, são espaços mais abertos às emoções do que os espaços mistos. Acredito que o momento de crise trouxe as emoções à tona em espaços nos quais ela comumente é negada.

As interpretações sobre o golpe político que se consolidava renderam muitas reflexões coerentes e bem elaboradas. Mas acho que os maiores aprendizados que levei dos debates de conjuntura nesse período não vieram dessas elaboradas análises, e sim dos sentimentos que estavam presentes. Havia muitas reflexões e estratégias, mas havia um sentimento de derrota que nos dizia que não era possível seguir adiante com aquele projeto — do CDP. Ainda que algumas e alguns militantes saíssem em defesa do Partido dos Trabalhadores e da trajetória daquele campo, o sentimento era de derrota. Mas era uma derrota atravessada pela nostalgia.

Entendo o retorno do nome “Frente Brasil Popular”, nesse contexto, não apenas como uma estratégia propagandística para reacender a unidade na esquerda em torno dos mesmos sujeitos, mas também como representativo da nostalgia dos atores e atoras que construíram o Campo Democrático Popular ao longo dessas décadas. Em muitos momentos, foram as imagens que me fizeram entender aqueles sentimentos. É como se a efervescência que eu encontrava nos registros das manifestações de rua ou de pequenas reuniões da década de 1980 encontrasse o seu oposto nos sentimentos com os quais eu me deparava nos espaços políticos em 2015 e 2016. Aquela melancolia só encontrava a sua explicação quando colocada ao lado daqueles momentos vibrantes de esperança. Se a nostalgia nos dizia que era preciso se reconectar às ideais que haviam sido deixadas para trás ao longo desses anos, para que pudéssemos renovar as esperanças, o sentimento de derrota nos dizia que era preciso recomeçar e repensar questões muito basilares desta trajetória.

Entre as imagens para as quais retornei dando novos significados, está a sequência de um filme de Leon Hirszman chamado “ABC da Greve” (1990). Ela foi gravada pouco antes de um discurso de Lula, numa greve em 1979. Na ocasião, a greve estava há dois dias sem liderança em decorrência da intervenção do governo no sindicato e sua fala buscava

rearticular as diretrizes da greve. A imagem se detém em Lula, mas ouvimos gritos ao longe, percebemos que havia uma multidão à sua espera. Em torno dele, há alguns poucos homens, uma espécie de cúpula. Lula fuma um cigarro antes de seguir em direção à sacada, onde ele discursaria para os trabalhadores em greve. Ele tem uma expressão no rosto que a cada vez que assisto, interpreto de forma diferente. Às vezes como nervosismo, às vezes como arrogância, às vezes como êxtase. Elizabeth Souza-Lobo (1991), no início da década de 1990, dizia que “um clichê do imaginário político brasileiro dos anos 80 fixará sem dúvida a figura de um operário metalúrgico, cercado possivelmente por algumas mulheres heróicas”. Nessa sequência fixada na narrativa sobre aqueles eventos, vemos o operário metalúrgico, mas sem nenhuma mulher presente.

Naquela cena, para mim, vista mais de três décadas depois, é como se ele se preparasse para entrar na história. Ela me faz pensar *sobre o que foi* e *o sobre o que*, naquele momento, acreditava-se que *poderia ser*. Ao pensar sobre o que se almejava naquele contexto, também penso no que poderia ter sido. Ainda que não seja uma imagem de revolução, como nas fotografias do livro organizado por Löwy (2009), ela e tantas outras imagens que remontam a década de 1980 são imagens que me *falam ao mesmo tempo do passado e de um futuro possível*.

### 3.2 A crise

Hoje a gente está num momento de zero diálogo, de porradas e porradas. Tem dia que eu acordo e eu não tenho vontade nem de sair de casa de tão mal que eu fico. Porque é como se eu sentisse aquilo como se fosse um parente meu morrendo. Você acaba colocando tanta coisa da sua vida ali, que o Jornal Nacional é uma medida para o seu humor do outro dia, sabe? Que a rede de notícias, assim. Aí eu estou falando de uma perspectiva muito emocional. [...] O motivo também que eu fico assim, emocionalmente abalada, é porque a gente está muito perdido, né? A gente está muito desenganchado.

A gente tem, a gente se perdeu tanto lá atrás que a gente não consegue nem se encontrar agora para retomar esse trabalho de base, conseguir chegar na casa dos brasileiros como o MBL chega, sabe? Conseguir chegar na casa dos brasileiros como os evangélicos chegaram. Conseguir chegar na casa dos brasileiros como o debate contra a corrupção chega. A gente não consegue fazer isso como, sei lá, a esquerda de 1980 fazia aqui no Brasil. E aí, esse é um processo tão grande, tão complexo e tão profundo, que não dialoga também com o tamanho da rapidez na qual os retrocessos se encaminham. Que você fica desesperada, né? Porque, assim, daqui para que a gente vá conseguir influenciar a mentalidade da classe trabalhadora novamente, para que ela enxergue que esse processo de golpe é sobretudo um golpe contra os seus direitos, contra ela mesma, em tempos de existência, né? Porque hoje em dia o trabalhador não se reconhece nem como classe trabalhadora, né? Daqui para que a gente consiga despertar essa nova consciência, a gente já revogou a Lei Áurea (E11).

Nessa fala, E11 traz questões que também foram colocadas por outras entrevistadas. Havia um sentimento de impotência gerado pela intensidade da ofensiva da direita, mas também pela nossa incapacidade de reagir. Perto do final da entrevista, perguntava às entrevistadas como elas estavam se sentindo naquele momento político que o país atravessava. A melancolia que pairava nos espaços de debate político entre 2015 e 2016 também apareceu nas entrevistas. O cansaço era evidente na fala das entrevistadas. Era como se estivéssemos vivendo uma longa maratona de embates políticos. Ou melhor, estávamos vivendo essa maratona. A cada episódio, reuníamos e reunimos forças, discutimos, nos posicionamos, agimos. Mas não conseguimos encontrar eco para as nossas ações. Fomos somando derrota atrás de derrota. Sustentar a utopia e o otimismo passou a ser um esforço cotidiano.

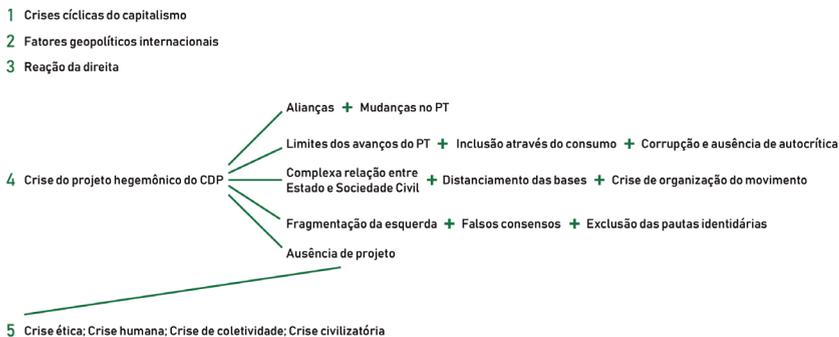
Na introdução, falei sobre como a oportunidade de conversar, nesse contexto, com militantes de diferentes trajetórias, idades e visões

políticas foi um alento. A cada conversa, um pouco de otimismo se acendia em mim. Ainda que estivéssemos conversando sobre as dificuldades e desafios do momento, encontrei nessas entrevistas muita força, disposição para o enfrentamento político e a certeza de que o feminismo é um componente imprescindível para a transformação da sociedade.

Ao lado da angústia e da melancolia, também encontrei sentimentos de renovação. Em algumas entrevistas, esses sentimentos apareceram pela chegada de novas mulheres ao feminismo nos últimos anos. Em outras, pelo contexto de crise nos colocar diante do desafio de repensar nossos caminhos. Embora as entrevistadas partilhassem alguns sentimentos, a forma como eles se manifestaram nas conversas que tivemos foram muito diversas. Apresento a seguir um quadro com suas leituras sobre a crise política que atravessamos. São leituras que apontaram para caminhos diferentes, mas não necessariamente excludentes. São argumentos que podem ser lidos como complementares para refletirmos sobre o momento que vivemos.

### Imagem 1: Visão das militantes entrevistadas sobre a crise política

Na sua opinião, qual é a crise que estamos vivendo? É uma crise de que?



Fonte: Elaboração Própria.

A pergunta feita nas entrevistas foi: “Na sua opinião, qual é a crise que estamos vivendo? É uma crise de que?”. Dividi a resposta das entrevistadas

em cinco caminhos explicativos. As suas leituras normalmente não se esgotavam em apenas um deles, as militantes trouxeram diferentes combinações desses fatores. Uma avaliação geral que apareceu de forma recorrente nas respostas foi que não se trata apenas de uma crise econômica, mas também de uma crise política, e que os desdobramentos econômicos estão ligados à indissociabilidade entre economia e política.

Em relação aos fatores econômicos, o que apareceu nas entrevistas como explicação desse cenário foi (1) o caráter cíclico do capitalismo, que gera crises recorrentes para impulsionar a sua engrenagem e as (2) questões geopolíticas internacionais<sup>52</sup>. Em relação ao contexto nacional e à história recente do país, pude identificar dois argumentos complementares: (3) a reação da direita aos avanços conquistados ao longo dos governos do PT, mobilizando o conservadorismo da sociedade brasileira e (4) a crise da própria esquerda, gerada pelo esgotamento do projeto hegemônico do CDP. Por último, mas não menos relevante, surgiram (5) questões ideológicas de maior amplitude: crise ética, crise humana, crise de coletividade. São leituras que remetem à crise da modernidade como projeto civilizatório (KUMAR, 1997). Estão ligadas à crise de utopias e à crise de projeto da esquerda de forma global, já que esses projetos estiveram fortemente ancorado em ideais de emancipação modernos. Para as reflexões que trago neste trabalho, os pontos (3) e (4) têm maior relevância, visto que estamos tratando de disputas hegemônicas e práticas articulatórias. Por isso, me dedicarei a aprofundá-los de forma mais detalhada do que os outros.

\*\*\*

O Ciclo do Campo Democrático Popular abarca um período temporal de mais de trinta anos. Não delimito o seu início de forma precisa.

---

52 Entre as questões geopolíticas trazidas pelas entrevistadas foi pontuado o interesse de expansão norte-americana em relação à economia brasileira e o aumento do conservadorismo de forma global.

É algo que se dá em fins da década de 1970 e início da década de 1980, com o surgimento de novos sujeitos políticos na abertura democrática gradual pela qual o país atravessaria ao longo da década de 1980. Nesse período, começa a se articular um novo campo discursivo da esquerda no Brasil. O fim desse ciclo é demarcado, neste trabalho, pela crise política que vivemos atualmente. Ela se inicia em meados de 2013, com as Jornadas de Junho daquele ano. Outros momentos importantes desse período de crise política são as eleições de 2014 e o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. As militantes com quem conversei se inserem em momentos e de formas diferentes na trajetória desses “trinta e tantos” anos do CDP.

A angústia, portanto, não é a mesma para uma militante que atua politicamente desde a década de 1980 (E1, E3, E5, E6), para uma militante que iniciou sua militância na década de 1990 (E2, E4) ou para uma militante que se vê, pela primeira vez, diante de uma correlação de forças desfavorável para a esquerda (E7, E8, E10, E11, E12, E13). Mesmo entre as militantes desse terceiro grupo, a angústia também é diferente para uma jovem militante filiada ao PT (E13) e para uma militante que se posiciona nesse campo de forma mais autônoma (E7, E8, E10, E11, E12). Algumas das entrevistadas iniciaram ou intensificaram a sua atuação política há pouco tempo, já no contexto de crise (E8, E12), isso também dá lugar a outros sentimentos e interpretações. As entrevistas trazem um mosaico de sentimentos e experiências que contam, ao mesmo tempo, a história destas mulheres e a história da diversidade de um ciclo político do país:

Para mim foi muito angustiante porque, imagina, participei doze anos do governo Lula e Dilma. Construí lá, na área em que atuei, coisas a partir do zero. Existiam lá umas portarias que eram “só para inglês ver” e a gente construiu política pública, assim, sabe? [...] Então foi muita coisa que eu participei, sabe, de construção de mudança, junto com o movimento, que foi muito forte, entende? Que foi muito forte, que elas

reconhecem muito, apesar dos limites que a gente tinha como governo e dos limites que a gente tinha mais de forma estrutural. Mas, então assim, cortar, botar isso água abaixo tão rapidamente como eles fizeram, é uma coisa que me deixou muito perplexa. Eu saí do governo antes do golpe, eu saí do governo em 2015. Eu estava já muito cansada, já fazia três mandatos. Não tenho outra expressão. Achei que outras pessoas tinham que entrar. Mas eu não tinha a menor ideia, digamos assim, apesar da dureza que foi a eleição, de que eles conseguiriam tão rapidamente fazer o golpe parlamentar. Então foi um processo muito duro porque é um processo de desconstrução de um trabalho que eu pessoalmente estive muito envolvida. [...] Então ver isso desmoronar assim é duro (E6).

É como se fosse uma vida até aqui porque, para a minha geração, não é possível separar, por mais que a força da minha militância tenha sido o movimento feminista, mas isso esteve muito colado com o que foi a trajetória do PT e do Campo Democrático Popular, né? E, no momento em que isso desmorona, é um marco na sua vida. Então agora é uma vida daqui em diante. Fazendo movimento feminista, construindo movimento feminista, mas num outro contexto, né? Em que essa via foi um pouco, em que essa força, em que esse campo está desestruturado. Então é um pouco reconhecer agora esse outro momento. O bom é saber que o feminismo chega nesse momento com muita força, né? Então isso anima. Isso dá muita vitalidade e muita esperança (E4).

E eu acho que hoje é a maior saudade que eu tenho [...], é de ter construído muita coisa na fatura, sabe? De ter vivido um momento que era muito bom ser militante, sabe? Era muito bom criticar o PT. Era muito confortável, sabe, aquele espaço. Lógico que não era fácil não. Ocupar a reitoria não era fácil. Fazer greve de oito meses na universidade não é fácil. Enfim, né, lutar por cotas não foi fácil. Lutar por assistência

estudantil não foi fácil. Não estou dizendo que a gente ganhou isso de presente, sabe? Mas que, querendo ou não, havia uma possibilidade (E11).

Então, eu, como eu disse, não conhecia a esquerda até um dia desses. Quando eu vejo o povo falando assim “Ah, foram as escolhas da esquerda que não sei o quê”, eu não sei quais foram as escolhas da esquerda. Eu vejo uns textos, [tenho] até vários separados para ler... “Ah, foram as estratégias da esquerda que nos trouxeram essa crise agora”. Eu faço: “que estratégias da esquerda? Que esquerda? O que é a esquerda? Como é que essas coisas são organizadas?”. Porque “Ah, não é o PT, foram escolhas da esquerda”. Quando a esquerda começou, assim, a aparecer, eu só vi o povo reclamando e dizendo “Ah, a esquerda, o Brasil vai ser comunista”. Eu não estava vendo. Quando eu vi, quando eu fui participar de movimento social, o governo era Dilma já, não era nem Lula. Foi um dia desses. Aí eu achava que estava tudo ótimo. Via o Brasil evoluindo, as pessoas entrando, as pessoas bem. Aí, quando vê, o colapso. “É culpa das escolhas da esquerda”. O que foi que esses meninos fizeram? Estava tão bom. O que foi que vocês escolheram? Então eu não faço a menor ideia do que foi que a esquerda fez para acontecer. Quando eu descobrir, a esquerda vai se ver comigo [Risos] (E12).

A insegurança instalada também não é a mesma para mulheres de diferentes classes sociais. Enquanto as mulheres com maior estabilidade financeira falaram das suas preocupações políticas em relação à crise, as mulheres das classes populares ou com origens de classe popular falaram sobre como a crise afeta as suas próprias vidas e, também, de como a sobrecarga de trabalho e a instabilidade financeira dificultam a própria militância.

No capítulo anterior, apresentei a leitura de algumas das mulheres com quem conversei sobre os governos Lula e Dilma. São leituras que se encontram com discussões que vem sendo feitas sobre o período por

diferentes pensadores (SINGER, 2012; FORTES, FRENCH, 2012; OLIVEIRA, 2006; SAFATLE, 2015). Elas apontam as contradições dessas gestões e os limites dos avanços obtidos, que, na leitura de E6, são os limites das alianças que possibilitaram aquela ascensão. Há reconhecimento em relação aos avanços alcançados nesses governos, mas há também muitas críticas que são partilhadas por essas militantes. Ainda que insuficiente para as militantes, o “reformismo fraco” (SINGER, 2012) que marcou os governos do PT foi colocado por elas como suficiente para gerar uma reação de ódio por parte das classes média e alta da sociedade brasileira.

Uma das entrevistadas (E1) falou sobre uma “crise de revelação” que está por trás do crescimento do ódio. É uma crise que está ligada à legitimidade da agenda da esquerda, discutida nos capítulos um e dois. Ao longo dos governos do PT, a exploração de classe, o racismo, a misoginia, a homofobia, por exemplo, estavam sendo discutidos numa perspectiva crítica, ainda que as ações concretas não tenham correspondido ao que se esperava do partido. No momento em que a correlação de forças se altera, fazendo com que a esquerda recue, esses consensos são quebrados. A visibilização dos discursos de ódio, de forma tão enfática, revela a fragilidade desses consensos.

Existem dois caminhos, possivelmente complementares, para pensarmos sobre essa fragilidade. Um deles é o curto tempo em que essas leituras críticas permaneceram com destaque na discussão pública. Estamos falando de aproximadamente dez anos, considerando o período entre 2003, quando se iniciou o primeiro mandato de Lula, e 2013, quando se evidencia o início de uma virada na forma como vários temas passam a ser tratados. Então são dez anos de debate crítico em oposição à longa trajetória de formação social do Brasil, em que os debates raciais, de gênero, de classe e sexualidade eram discutidos na perspectiva dos segmentos dominantes, ou seja, reproduzindo o *status quo* desigual.

A outra leitura está relacionada à forma como esses debates foram feitos durante esses anos. Para algumas entrevistadas, a esquerda (movimentos, partidos e organizações) se distanciou dos segmentos com os

quais dialogava e deixou de trabalhar na formação crítica da sociedade ao voltar seus esforços para o diálogo com o Estado. Nesse processo, há um enfraquecimento da disputa de “mentes e corações” na sociedade.

Algumas militantes com quem conversei acreditam que o enfraquecimento das organizações de esquerda de base, como associações de bairros e sindicatos, e da capilaridade dos movimentos sociais nas periferias, abriu espaço para o crescimento do fundamentalismo religioso. Nas suas análises, o sentimento de pertencimento comunitário, que se dava em torno desses grupos e associações, foi substituído pelo pertencimento a igrejas neopentecostais com discursos conservadores. As igrejas evangélicas neopentecostais teriam cumprido a função fortalecer os laços de pertencimento comunitários e amparar a população diante da precariedade da presença do Estado em diversos serviços, que vão de lazer a saúde e educação.

No capítulo anterior, complexifico a leitura de que teria havido acomodação por parte de alguns setores da esquerda diante da “conquista” da presidência pelo Partido dos Trabalhadores. É importante que façamos uma avaliação ética sobre o poder, a corrupção e o benefício individual em cima de lutas coletivas. Mas é preciso ter em mente, também, que não vamos, nem em algum momento próximo ou longínquo, alcançar a superação completa das contradições presentes em nossas sociedades. O fascínio pelo poder e a ganância presentes nos caminhos escolhidos por lideranças políticas, assim como a acomodação de alguns setores diante de conquistas parciais ou caminhos mais fáceis, são, possivelmente, questões que sempre estarão presentes em qualquer ação construída por mulheres e homens, com as contradições que lhes são inerentes.

Mas, se nos limitamos a fazer a leitura do momento político presente a partir de um debate moral individualizado, perdemos de vista o debate sobre as questões estratégicas da esquerda que estão envolvidas nesse processo. E, dessa forma, perdemos também a possibilidade de fazer uma avaliação crítica que aponte outros caminhos possíveis. Ao reduzirmos os debates sobre a trajetória política da esquerda a um

debate moral, caímos facilmente em discussões sobre uma suposta essência humana corrompida e individualista. É uma visão que reforça a ideia de que “não temos alternativa ao sistema”, discutida no capítulo um. Como foi colocado, a inescapabilidade à ordem presente é uma estratégia retórica que forja a neutralidade da ideologia dominante, a partir da ideia de que “o mundo vivido é o único possível” (BENZAQUEN, 2015, p. 18).

Esse tipo de argumento ignora a disputa hegemônica em torno da sociedade. Caímos na leitura desistoricizante de que a ordem presente seria fruto da natureza, de um espontaneísmo natural da existência humana e das relações sociais, e não de disputas hegemônicas que construíram a sociedade na qual vivemos. Nos distanciamos, dessa forma, das discussões sobre os projetos políticos que estão em disputa e, ao nos centrarmos sobre uma suposta essência humana corrompida, perdemos de vista que a própria ideia de “essência” é também política. Se entendermos o caráter contingente das articulações políticas hegemônicas que determinam a configuração de uma sociedade num determinado momento, entendemos também que não existem elementos pré-discursivos na constituição de uma ordem hegemônica. As fixações parciais, que dão sentido a coisas que, às vezes, acreditamos que sempre foram daquele jeito, são fruto de articulações políticas.

Ao priorizar o debate sobre os projetos políticos antagônicos que estão em disputa, não pretendo diminuir a importância da discussão sobre a corrupção, acomodação ou outros graves erros presentes na forma como o Campo Democrático Popular ocupou e se relacionou com o poder nos últimos anos. Acredito que o exercício de nos voltarmos à trajetória do Campo Democrático Popular também é uma forma de refletir sobre esses problemas, levando em consideração a complexidade das escolhas feitas.

Na medida em que movimentos e organizações de esquerda diminuem suas ações de formação dos segmentos da sociedade com os quais dialogam e pretendem representar, ao priorizarem o diálogo com o Estado, é o próprio Estado que passa a ser entendido como o

instrumento através do qual se pretende dialogar com a sociedade. Essa é uma escolha estratégica que não pode ser confundida simplesmente com acomodação ou cooptação — ainda que isso também possa ter existido. A conquista do Estado pelo PT é entendida como uma oportunidade para fazer com que a máquina estatal funcione na direção dos ideais da articulação de forças políticas que estiveram junto com o partido de esquerda na sua trajetória.

Não menos relevante nesse debate, é que consideremos que a direção tomada pelo Campo Democrático Popular não resulta de uma homogeneidade nesse campo, ela é resultado das disputas que se dão permanentemente no seu interior, onde determinadas estratégias são mais bem-sucedidas. Como coloquei no capítulo dois, considero simplista a leitura de cooptação dos movimentos sociais pelo governos do PT porque ela não leva em consideração nem as práticas articulatórias do Campo Democrático Popular, nem a trajetória de mudanças graduais que esse campo atravessou. Após a promulgação da Constituição de 1988, o CDP se volta para a regulação do Estado como uma forma de garantir as conquistas da Constituinte e, já na década de 1990, inicia um processo de institucionalização. O distanciamento em relação à sociedade, dessa forma, não é consequência apenas da ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da república. É um processo que vinha se desenrolando e, nas gestões do PT, assume uma nova configuração.

O investimento no aprimoramento de serviços e política públicas e o engajamento do Estado em campanhas educativas foi visto como caminho para a transformação da sociedade. Embora o engajamento do Estado nessa transformação tenha uma importância significativa — como exemplo, podemos pensar nas campanhas contra a violência contra as mulheres e de divulgação da Lei Maria da Penha –, são ações que precisam encontrar continuidade no dia a dia da população. Esse é um trabalho que exige uma ação orquestrada entre a sociedade civil engajada na transformação social e os diversos serviços prestados pelo Estado (educação, saúde, segurança etc). O que as entrevistadas apontam é que a complexa relação entre Estado e sociedade civil, que se instalou nos governos

do PT, levou a uma baixa fiscalização desses serviços por parte dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, uma vez que os governos eram vistos como aliados. Essa relação teria dificultado a pressão da sociedade civil em torno da radicalização das suas reivindicações.

Somado a isso, o distanciamento da militância de esquerda dos setores da sociedade com quem historicamente buscaram estabelecer diálogo impossibilitou a capilarização ideológica do projeto defendido por essa militância, como a defesa da democracia, o combate à desigualdade e às diversas formas de opressão. O efeito desse processo teria sido um debate crítico superficial e descontínuo junto à sociedade, que nas últimas décadas teria alcançado sucesso circunstancial na contenção do ódio e do preconceito, mas não no seu combate estrutural.

O ódio presente na reação da direita foi um dos fatores de desgaste colocado pelas entrevistadas. Na leitura que fazem, é um ódio em relação aos pequenos avanços, mais simbólicos do que estruturais, que tivemos ao longo dos governos do PT. A “crise de revelação” apontada por E1 está relacionada à forma como vínhamos discutindo e nos relacionando com problemas de grande profundidade na formação social do Brasil.

Agora, eu acho que é uma coisa muito complexa, porque até se começar a construir um movimento pró-golpe mesmo, nós tínhamos alguma coisa, em termos de Brasil, uma coisa muito fluida, como se todo mundo agora pensasse assim... Os partidos escondiam suas pautas verdadeiras, as pessoas eram mais ou menos democráticas. Mas nós tínhamos uma ‘crise de revelação’ também, da profundidade do que são as relações de dominação e exploração, que se expressam como exploração do trabalho dos outros e das outras, que se expressam como enorme preconceito, exclusão. Porque o que fazem e o que dizem sobre as empregadas domésticas terem direitos, isso é parte da construção desse processo agora. Uma das coisas que a Dilma foi muito xingada é porque deu direito às trabalhadoras domésticas. Por isso que eu digo que é uma ‘crise de revelação’, porque isso não se criou

do dia para a noite. Todo mundo queria ser muito civilizado, não sei o que lá. As pessoas começaram a criar eufemismos. Em vez de chamar empregada doméstica ou trabalhadora, começaram a chamar de secretária, “minha secretária”, para esconder algo mais profundo que é a exploração das relações, o preconceito, a violação do outro como pessoa. Porque essa classe média, média alta, burguesia, que inventava esses nomes paralelos para dizer que era civilizada, avançou aí com toda violência possível, está certo? [...] Que são as que exploram, né? Que a gente vê nas pesquisas que faz, que a gente vê na militância, que a gente vê quando chega nos relatos das trabalhadoras domésticas. Tudo isso não foi, não tinha sido ultrapassado. Continuava lá. Então tinha uma ‘crise de revelação’ também. E aí, falando do Brasil mais especificamente, de como o racismo que tanto o movimento negro, as mulheres negras disseram, esse racismo está mais vivo do que nunca, está produzindo essa violência. Agora está escancarado não só quando mata os meninos negros, mas também quando diz na televisão que negro é isso, negro é aquilo, que mulher é isso, mulher é aquilo. Então tem uma ‘crise de revelação’ do tamanho da profundidade do que é a desigualdade neste país, do que é o preconceito, do que são as relações de dominação neste país (E1).

O ódio tem um efeito assustador, porque ele ataca a nossa dignidade e nos coloca diante de outro tipo de disputa política. O debate político incitado pelo ódio representa a dissolução de um consenso — ou aparente consenso — que existia em torno de valores democráticos. É a própria democracia que se encontra ameaçada, uma vez que se estabelece a impossibilidade de uma disputa nos termos da adversidade, como é proposto por Chantal Mouffe (2015). A disputa política regida pelo ódio se configura através de uma relação de inimizade entre as partes. Diferente de um adversário político — com quem sabemos que temos conflitos inconciliáveis, mas que legitimamos a sua existência e o seu direito de

discordar — no caso da inimizade, o conflito só se soluciona com a eliminação do inimigo.

É um vocabulário de guerra, que impossibilita o avanço de um debate pautado na dignidade das pessoas. Ao trazer essa discussão, não assumo que tínhamos no Brasil uma democracia plural e radical, como propõe Mouffe (2015), mas acredito que, com o avanço da esquerda, havia um *ethos* democrático partilhado, que diminuía a legitimidade das manifestações de ódio em embates políticos. Muitos fatores podem levar ao acirramento da tensão entre “nós” e “eles”, dando lugar a uma relação de inimizade. Mouffe (2015) propõe que a ausência de canais políticos legítimos para que as vozes discordantes se manifestem pode contribuir para o surgimento de embates políticos intolerantes. Nesse sentido, o fortalecimento e aprimoramento das instituições democráticas seria um caminho para afastarmos o autoritarismo e a intolerância.

Michel Löwy (2015), em artigo que discute o crescimento do conservadorismo, da extrema-direita e do fascismo na Europa e no Brasil, nos diz que a esquerda normalmente interpreta o crescimento da intolerância como reflexo de questões econômicas. A ameaça da sua própria sobrevivência (ou simplesmente dos seus privilégios) levaria cidadãos e cidadãs a aderir a discursos intolerantes, porque os outros passam a ser entendidos como inimigos que estariam ameaçando sua segurança (ou a segurança da sua propriedade). Para esse autor, entretanto, uma leitura economicista não é suficiente para compreendermos o fenômeno, embora a economia possa cumprir um importante papel nesse processo.

Fatores históricos e locais são de suma importância para interpretar o crescimento da intolerância. Ele aponta para necessidade de compreendermos o crescimento da ideologia repressiva (culto da violência policial) e da intolerância contra minorias sexuais (reflexo, também, do crescimento do fundamentalismo religioso) como temas do conservadorismo reacionário presentes tanto na Europa como no Brasil. Para esse autor, uma especificidade brasileira alarmante é o apelo à intervenção militar, que nos coloca diante de uma situação crítica: a intolerância e o autoritarismo não se expressam apenas na intensificação de um

acirramento político entre partes divergentes em relação a determinados temas, o que vemos é a defesa do próprio autoritarismo como meio para dar conta destas divergências.

Uma análise aprofundada dos fatores que teriam levado ao crescimento dos discursos de ódio nos últimos anos não cabe neste texto. Todavia, essa discussão nos leva a um tópico relevante para as questões que estamos analisando aqui. A construção da identidade de um campo político tem um componente importante de exterioridade. O “nós” ganha sentido quando confrontado com o “eles”. A percepção que as militantes entrevistadas têm do crescimento de discursos autoritários e intolerantes está relacionada à avaliação que fazem da atuação do próprio campo da esquerda. Seguindo as suas análises, as reformas empreendidas pelos governos do PT teriam mexido simbolicamente num imaginário social com fortes heranças patrimonialistas e escravocratas.

Vimos manifestações públicas de insatisfação com a inclusão das parcelas mais baixas da população no acesso a bens e serviços que antes cumpriam a função de distinção social<sup>53</sup>. A inclusão através do consumo ameaçou a segmentação social que garante determinados privilégios para uma parcela da população. Em algumas situações, não era sequer propriamente o privilégio que estaria em risco, mas o sentimento de ser privilegiado em relação a outras pessoas. Em outras, como na aprovação da PEC das Domésticas, tensionam essa distinção em termos que não são apenas simbólicos, já que a ampliação dos direitos de uns ameaça a perpetuação dos privilégios de outros. A desaceleração econômica dos últimos anos dos governos do PT teria cumprido o papel de acentuar esse sentimento de ameaça aos privilégios, contribuindo para a disseminação dos discursos de ódio.

Em relação ao crescimento dos discursos de ódio nas classes mais vulneráveis economicamente, a leitura das entrevistadas segue a via da

---

53 Como exemplo, pudemos acompanhar nos jornais as polêmicas em relação à ampliação do acesso a viagens nacionais e internacionais (VIEIRA, 2014), à aprovação das cotas raciais nas universidades públicas (GOIS, 2008) e da PEC das Domésticas (LEÃO, 2013).

crítica do distanciamento da militância de esquerda da sociedade. A inclusão dessa parcela da população através do consumo teria contribuído para o fortalecimento de um *ethos* neoliberal meritocrata. Na minha leitura, a rápida queda no poder de compra pode ter gerado, nesse segmento da população, um sentimento de injustiça, que foi muito bem capitalizado pela direita a partir dos discursos de denúncia à corrupção. A fragilidade das nossas instituições democráticas, por sua vez, teria aberto espaço para a manifestação de discursos autoritários e intolerantes, ao fazer com que essas insatisfações e divergências não encontrassem mecanismos a partir dos quais pudessem ser elaboradas de outra forma.

Elementos históricos também precisam ser levados em consideração para entendermos o lugar do autoritarismo no Brasil e como o momento que estamos vivendo se relaciona a esta trajetória. A leitura apresentada sobre o acirramento do discurso de ódio no cenário político atual não pretende ser exaustiva. É uma análise feita a partir dos elementos trazidos pelas militantes com quem dialoguei sobre o que pode ter contribuído para o fortalecimento desse acirramento entre a direita e a esquerda, dando lugar a um embate caracterizado pela inimizade. Podemos perceber, nas suas reflexões, um elemento característico da formação dos campos discursivos da esquerda e da direita, discutida no primeiro capítulo: a defesa da ampliação da justiça social (esquerda) *versus* a manutenção da ordem (direita).

\*\*\*

O avanço da direita encontrou um campo de esquerda fragmentado, sem um projeto capilarizado e com pouco diálogo com a população de forma mais ampla. Na leitura que apresento, essa desestruturação é reflexo do esgotamento do projeto que vinha hegemонizando a esquerda nas últimas décadas. Entendo o momento que estamos vivendo na esquerda brasileira como uma “crise orgânica”, conceito gramsciano retomado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015, p. 215), que o definem como “uma conjuntura onde há um enfraquecimento generalizado do

sistema relacional que define as identidades de um dado espaço social ou político, e onde, como resultado, há uma proliferação de elementos flutuantes”. As fronteiras que demarcavam a esquerda foram desfeitas a partir da proliferação de antagonismos internos ao próprio campo, impossibilitando “relações de equivalência” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 204-213) entre as diferentes forças que a compõem. Nesse momento, a reação da direita nos coloca diante da necessidade de suturar nossas diferenças, mas não encontramos caminhos para a ação conjunta. Não há um discurso capaz de articular essas diferenças.

A desestruturação dessa articulação política é consequência de uma série de transformações que foram se dando ao longo da trajetória desse campo. A partir das questões trazidas pelas militantes que entrevistei, podemos situar três fatores principais: (1) as transformações do próprio Partido dos Trabalhadores; (2) a complexa relação que se estabeleceu entre os governos do PT e os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que estavam articuladas no CDP; e (3) o surgimento de novas forças políticas de esquerda que se contrapunham ao projeto hegemônico do CDP.

É importante pontuar uma diferença entre as posições das entrevistadas em relação à fragmentação, que reflete as suas leituras da trajetória do Campo Democrático Popular: algumas militantes entendem a fragmentação como fruto do desgaste do projeto hegemônico desse campo, outras percebem a fragmentação como um dos elementos que levou ao desgaste. As entrevistas não me deram contribuições suficientes para explorar a segunda leitura, que foi um posicionamento que apareceu em menos entrevistas e de forma pouco aprofundada. Ainda assim, ela revela que, embora as entrevistadas partilhem algumas preocupações, não estão necessariamente de acordo em relação ao que deu lugar a esta fragmentação e às prioridades a partir das quais a unidade da esquerda pode ser repensada e deve ser discutida.

(1) Nas transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores podemos situar: (1.1) as suas transformações organizativas e (1.2) sua política de alianças ampliada.

(1.1) As transformações organizativas foram distanciando o partido do modelo de partido-movimento que o caracterizava na sua fundação e aproximando-o de um modelo de partido tradicional, voltado principalmente para as disputas eleitorais. O PT era um partido com forte relação com a população cujos interesses pretendia representar, com amplos debates internos e que estava preocupado em fazer ecoar as demandas dos movimentos sociais. O enfraquecimento desses compromissos antecedeu a ascensão do partido à presidência da república. Para as militantes que constroem o Partido dos Trabalhadores (E5, E6), o enfraquecimento dos núcleos de base e a instituição do voto direto foram decisivos para essa transformação, uma vez que reduziram drasticamente os debates políticos internos do partido.

(1.2) As alianças políticas que foram se construindo para garantir a elegibilidade, por outro lado, demarcaram os limites das transformações que poderiam ser alcançadas depois da eleição do partido. Na mesma direção do que propõe Oliveira (2006), algumas entrevistadas colocaram que esse processo de ampliação das alianças foi acompanhado pela moderação do discurso de transformação social presente em suas plataformas eleitorais. O partido foi progressivamente substituindo a ideia de ruptura por referências como “pacto social” e “transição”. Com a Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, Lula faz acordos que vão demarcar as possibilidades de transformação social ao longo dos seus governos. Dessa forma, a vitória na eleição presidencial de 2002 colocou não apenas o PT, mas o Campo Democrático Popular, diante de uma política de alianças ampliada que incorporava segmentos antes completamente alheios e até mesmo divergentes em relação aos ideais articulados na sua trajetória. Isso tem consequências, que serão discutidas adiante, para o partido e também para os movimentos sociais aliados a ele.

“Lulinha paz e amor” não foi um apelido dado à toa para o então candidato à presidência da república. A avaliação crítica que se faz das suas gestões é de que Lula teria tentado conciliar interesses inconciliáveis. Normalmente, a tônica dessa crítica está focada nos embates de classe, mas essa conciliação atravessou toda a formulação da estratégia

política daqueles governos. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, tentou construir alianças com setores religiosos conservadores da sociedade ao mesmo tempo em que buscava manter o apoio dos movimentos feministas. O partido teve que fazer um verdadeiro malabarismo para manter esse arranjo complexo de forças políticas. A conciliação de interesses tão distintos foi gerando desgaste progressivo na sua rede historicamente aliada, uma vez que as transformações estruturais encontravam limites no outro campo de alianças que o partido precisava manter para garantir sua manutenção no poder.

As mudanças no partido e as alianças construídas foram dando a tônica do “reformismo fraco” (SINGER, 2012) que caracterizaria os governos do PT. A inclusão através do consumo (LAVINAS, 2015; SAFATLE, 2015) foi colocada pelas entrevistadas como uma das estratégias perseguidas dentro desse reformismo. É uma inclusão que se vê diante da sua fragilidade nesse momento de crise, quando uma parcela da população que ascendeu socialmente ao longo das gestões do PT vivencia agora um processo de pauperização. Essas escolhas distanciaram o partido das suas bases eleitorais tradicionais, que defendiam transformações mais estruturais.

Como coloca Singer (2012), os escândalos de corrupção nos quais o partido se envolveu e que foram largamente propagados pelos meios de comunicação — como estratégia de desgaste da imagem do Partido dos Trabalhadores pela mídia hegemônica — também contribuíram para o afastamento de uma parte da base eleitoral do partido. Havia um sentimento de esperança de que o PT representaria uma nova forma de fazer política. Na medida em que o partido passa a reproduzir um modelo de alianças e negociação característico do funcionamento tradicional da política que ele combatia, uma parte da sua base de apoio deixa de enxergá-lo como uma possível via de transformação.

(2) Se, por um lado, uma parcela das alianças do partido entra em descrença com o seu projeto, por outro, a relação que se estabelece entre os governos e os movimentos sociais que seguem apoiando o partido é outro fator que contribuiu para o desgaste desse projeto hegemônico. A ação da parcela da sociedade civil que vinha construindo a

candidatura de Lula como alternativa passou a ser pautada pela crença de que mantinha um horizonte de prioridades políticas em comum com o PT e, também, pelo medo de que a saída do partido do governo levasse a um grande retrocesso político. Essa foi a tônica das relações entre o Estado e a sociedade civil ao longo da terceira fase do Ciclo do Campo Democrático Popular. Movimentos sociais e ONGs passaram a equilibrar a difícil tarefa de lidar com o compromisso que tinham com o partido e garantir a sua autonomia em relação a esse, para que conseguissem manter-se na oposição crítica.

Outro elemento a ser discutido é a crise organizativa pela qual os próprios movimentos sociais atravessavam. Algumas entrevistadas colocaram que os movimentos entraram numa lógica de participação, que se inicia com a via de institucionalização da sociedade civil na década de 1990 e foi tomando novos formatos na sua relação com o Estado ao longo dos últimos anos. Nessa lógica, os sujeitos políticos se entendem como participantes dos processos, mas não propriamente enquanto organizadores ou responsáveis por eles. Isso gera grandes dificuldades para o impulsionamento de ações e reivindicações autônomas e radicais.

Acho que tem a ver com contexto, o que foram os anos 1990, os anos 2000. Mas muita gente desaprendeu a fazer movimento, ou não aprendeu a fazer movimento, né, porque já chegou no movimento num contexto em que a coisa era muito participar, fazer atividades e não construir lutas, construir processos, cuidar da organização. Eu acho que a gente teve um momento, no Fórum de Mulheres, que foi um momento de muito pragmatismo. A gente tinha reunião, a gente participava das coisas, fazia incidência nas conferências. Mas a gente não se pensava como um movimento estadual que faz suas lutas, que cuida da sua organização, que se organiza de uma maneira diferente porque é um movimento feminista plural. Teve um momento que, por exemplo, as pessoas chegavam no Fórum a partir de representação de organizações. Então as pessoas vinham pra cá representando a sua

organização, elas não eram militantes do Fórum. E aí teve todo um trabalho de muitas mulheres que achavam que o Fórum tinha que voltar a ser um movimento e uma articulação de mulheres. [...] Parece que as pessoas estão sempre indo participar de um evento. E as vezes isso acontece dentro do espaço do próprio movimento, que é uma loucura, mas é um legado desses tempos, né? Então construir essa perspectiva de que tudo que seja do movimento é você quem vai fazer juntas, você não vai chegar e vai estar pronto, né? Todo mundo tem que construir, não é fácil, né? (E4).

A crise organizativa dos movimentos não traz apenas problemas logísticos para efetivação de suas ações e a manutenção do seu funcionamento. Ela tem desdobramentos que estão ligados à identidade e aos interesses desses movimentos. Na medida em que se estabelece uma cultura participacionista, há um enfraquecimento da radicalidade das reivindicações e nas formas de enfrentamento ao sistema. É uma forma de pensar a organização da sociedade civil numa perspectiva reformista. A aposta feita pelos movimentos sociais ao longo das últimas décadas na construção de políticas públicas e, mais recentemente, no estreitamento do seu diálogo com o Estado, coloca os sujeitos políticos do CDP, nesse momento, diante da necessidade de repensar as suas prioridades e formas de ação.

Teve acomodação nessa coisa dos movimentos, digamos assim, não serem muito insistentes em algumas pautas e privilegiar demandas mais concretas nessa lógica de fortalecer a sua organização por meio da parceria e da implementação de políticas públicas. Isso foi generalizado. E acho que há uma percepção autocrítica dos movimentos muito forte disso. Essa ideia que uma liderança do MMTR falava, de apostar todas as fichas nisso. Então, bom, na hora que isso cessa, dá um “pra onde vamos?”, né? Para onde vamos, como sobrevivemos? Como continuamos fazendo o que nós fazíamos? Então é uma expressão clara de uma relação de uma certa dependência, eu diria assim.

Mas que tinha um sentido político claro, né? Porque, veja, não era uma coisa do movimento fazendo coisas para o governo. Eram coisas que o governo estava fazendo em diálogo com o movimento. Claro que com diferenças nas áreas (E6).

O foco em ações que se dão a partir do Estado afastou os movimentos sociais da disputa da sociedade e do trabalho de pensar transformações onde esses próprios movimentos fossem os protagonistas, e, dessa forma, pudessem definir os horizontes a serem perseguidos. A cultura participacionista gera uma forma de atuação pautada nos limites colocados pelo Estado ou por outras fontes de financiamento. Ainda que, como sugere E6 nessa passagem, tenham sido ações construídas em diálogo com os movimentos, essa mesma entrevistada colocou, em outro momento, que o fato dos governos também estarem em diálogo com outros setores demarcava limites no horizonte possível de transformações. A consequência da rede de alianças construída para garantir a elegibilidade do Partido dos Trabalhadores é a construção de uma relação, mediada pelo partido, entre movimentos sociais e forças conservadoras. A forte relação com os governos colocava alguns limites para a atuação dos movimentos. E a relação dos governos com forças políticas conservadoras colocava limites para a agenda do governo.

No momento em que estamos vivendo, um dos aspectos que revela a fragilidade das conquistas institucionais é o fato de terem sido conquistas feitas a partir de acordos com alianças que não existem mais. Quando se rompem essas alianças no cenário político, as conquistas desmoronam “em dois jantares”, como colocou E11. A rapidez com a qual se deu a perda de direitos e o sucateamento dos serviços que foram conquistados ao longo dos últimos anos tem gerado profundas reflexões por parte dos movimentos sociais sobre as escolhas feitas. A crise de organização dos movimentos é também um dos fatores que levaram ao distanciamento da esquerda da sociedade como um todo, porque se desdobrou na falta de capilaridade dos seus ideais, que neste momento de crise enfrentam grande resistência por parte da população.

O desafio de traçar estratégias de enfrentamento ao governo e, ao mesmo tempo, se aliar a este frente às forças mais conservadoras (com as quais o próprio partido aliava-se em determinados contextos) foi, possivelmente, um dos aspectos que trouxe à tona, de forma mais incisiva, as divergências entre as forças políticas da esquerda brasileira — aquelas que se identificavam com o CDP e as que estavam à sua margem. Nesse processo, proliferam antagonismos inclusive dentro do próprio Campo Democrático Popular, como o distanciamento de alguns movimentos que tinham uma identificação mais forte com as forças hegemônicas desse campo até os anos 1990. Em paralelo, surgem também novas forças políticas identificadas com a esquerda, mas que não se identificam com a trajetória do Campo Democrático Popular.

(3) No segundo capítulo, discuti como, no contexto das décadas de 1980 e 1990, a articulação que hoje denominamos de Campo Democrático Popular podia ser compreendida como representativa do campo da esquerda. Isso não significa que não haviam disputas internas, mas que a articulação daquelas forças podia ser compreendida como a articulação que estabelecia as fronteiras que demarcavam a esquerda no Brasil. As transformações apontadas foram gerando o enfraquecimento da identificação de alguns sujeitos coletivos com esse campo discursivo. A partir da década de 2000, e com mais expressividade na década de 2010, vivenciamos o surgimento de novos sujeitos coletivos. Há, nesse período, o ressurgimento de discursos autonomistas que se contrapõem ao conteúdo e à forma de fazer política hegemônicos do Campo Democrático Popular.

Dentre as questões trazidas por esses novos sujeitos coletivos está a insatisfação com os rumos que o projeto do CDP foi tomando. Há uma crítica à perda de radicalidade e ao silenciamento de pautas que compõem o campo discursivo da esquerda, assim como à forma de organização dos movimentos e partidos articulados no CDP. Embora a década de 1980 tenha trazido à tona debates como as desigualdades entre homens e mulheres, questões ligadas à sexualidade, étnico-raciais, ambientais, entre outros, o protagonismo do CDP seguiu nas mãos de homens

brancos pautados por um projeto de emancipação desenvolvimentista. As formas de organização hierárquicas características do CDP — e da hegemonia da esquerda do século XX — contribuíram para que muitas pautas fossem entendidas como questões setoriais e não como parte central do projeto a ser defendido. Essa estrutura hierarquizada é um dos elementos que faz com que as forças políticas protagonistas desse campo tenham dificuldade de fazer a autocrítica em relação às escolhas feitas.

Como consequência desses elementos, se aprofunda a insatisfação e a falta de reconhecimento de muitos setores da esquerda com o projeto que vinha sendo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores e defendido por outros movimentos, partidos e organizações articuladas no CDP. Ao mesmo tempo em que esse projeto vai perdendo sua capacidade de articular o campo da esquerda, não se articulam outros discursos capazes de disputar a sua hegemonia. Essa desestabilização dificulta a união entre diferentes setores neste momento, ainda que esses se sintam coletivamente ameaçados pela ofensiva da direita.

Ao longo deste trabalho, apresentei algumas críticas que apareceram nas entrevistas em relação ao que as mulheres entendem como vícios da forma de atuação política do Campo Democrático Popular. São questões relacionadas à hierarquia desses espaços, à dificuldade de fazer autocrítica e ao silenciamento das violências e desigualdades presentes no próprio campo da esquerda. A proliferação de antagonismos nesse campo revela a necessidade da criação de novas estratégias de atuação e articulação política.

\*\*\*

Há um sentimento de fim de ciclo presente nas leituras das militantes que entrevistei. Mesmo as mulheres que estão mais próximas das forças até então hegemônicas da esquerda trouxeram a necessidade de reavaliação e autocrítica da trajetória construída até aqui. Esse é um elemento transversal a todas as entrevistas, embora as militantes concebam essa reavaliação de formas distintas.

Há, nas teorias feministas e nas trajetórias dos movimentos feministas (SILVA; CAMURÇA, 2013), críticas a vários elementos das formas de organização política na esquerda. Entre eles, o machismo presente nos espaços mistos, a organização hierárquica e a redução do espectro de debate político, excluindo várias pautas que afetam a vida das mulheres. Essas questões apareceram de diferentes formas na avaliação que as entrevistadas fizeram do Ciclo do Campo Democrático Popular e das suas trajetórias individuais dentro desse ciclo. Suas críticas variam na medida em que se filiam a diferentes matizes teórico-políticas, incluindo não apenas os feminismos, mas também referenciais importantes para as esquerdas como o socialismo, o anarquismo, e diferentes formatos que esses referenciais incorporam ao serem reelaborados numa perspectiva feminista.

Ainda que o contexto que estamos vivendo seja de enfraquecimento do campo discursivo da esquerda no seu embate com a direita, alguns dos seus setores têm levantado debates pulsantes em toda sociedade. É o caso dos feminismos, é também o caso do debate racial. Vivemos um momento de aprofundamento das discussões sobre as nossas diferenças, desigualdades e divergências no campo da esquerda. Os feminismos chegam a este momento com muita força e as feministas chegam nessa crise muito cansadas do acúmulo de episódios em que suas demandas foram colocadas em segundo plano. Dentro dos feminismos também temos visto um intenso debate sobre as desigualdades que atravessam as vidas das mulheres, o que tem levado ao fortalecimento de grupos construídos a partir de segmentados identitários e reacendido reflexões sobre as alianças que podem ser construídas a partir dessas diferenças e desigualdades.

No capítulo anterior, trouxe um fragmento da entrevista de E11 em que ela fala sobre a disputa hegemônica no campo da esquerda. No trecho, ela afirma: “eu acho que o feminismo será parte e é parte [da esquerda] na medida em que as mulheres conseguem crescer dentro do espaço misto que elas constroem, sabe?”. Se consideramos que a reordenação discursiva da esquerda é fruto de disputas hegemônicas,

entendemos que a força da auto-organização das mulheres para disputá-la é um dos elementos que leva à transformação do lugar ocupado pelos feminismos nesse campo. A força com a qual os feminismos chegam nesse momento de rearticulação da esquerda é entendida, por algumas entrevistadas, como uma oportunidade histórica para a construção de uma nova formação discursiva em que os feminismos sejam entendidos como parte central desse projeto e não como uma “pauta específica”. Naquele mesmo trecho, E11 encerrou a sua reflexão dizendo: “Agora, em termos de solução, eu acho que o feminismo é a solução. Eu não tenho a menor dúvida”. Na sua fala, o que coloca os feminismos nesse lugar é a resiliência das mulheres, que se veem cansadas de construir alianças com os homens que estão sempre permeadas por desigualdades. Para E11, os feminismos são a solução porque as mulheres não abrirão mão de ocupar os lugares de protagonismo neste momento.

Os feminismos questionam referenciais basilares da compreensão moderna que se tem da política, uma vez que as mulheres estiveram excluídas da própria política por muito tempo e ainda são em muitos contextos e de diversas formas. As reflexões desenvolvidas pelas feministas ao longo das últimas décadas não tensionam o campo da esquerda apenas a partir da reivindicação de inclusão das pautas que afetam a vida das mulheres. Como afirmam Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli, a teoria feminista “é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 7). É um campo de pensamento que interroga a divisão entre público e privado, a relação entre igualdade e diferença, o conceito de identidade, a importância da autonomia, a forma como nos relacionamos com companheiras de militância, o cuidado que temos com as pessoas que estão ao nosso redor e o cuidado que temos com nós mesmas. Por isso, redimensiona também as nossas experiências de construção política.

A crítica à hierarquia presente nos movimentos e partidos do Campo Democrático Popular foi trazida em muitas entrevistas e não é feita apenas pelos movimentos feministas. Na medida em que os feminismos

contemporâneos da América Latina surgem da experiência de mulheres que já atuavam em movimentos sociais, esse é um campo discursivo que se elabora também em cima da crítica a essas experiências. Claudia Korol (2016), em uma de suas reflexões sobre pedagogias feministas, afirma que

ainda que a luta socialista tenha se proposto a criar novos valores, coerentes com uma ideologia baseada na solidariedade, perduram em muitas experiências uma cultura verticalizada, autoritária, caudillesca, hegemônica, individualista, que reproduz modos de vinculação próprios do capitalismo colonizado e patriarcal (KOROL, 2016, p. 21 — Tradução minha)<sup>54</sup>.

Amelinha Teles que, durante a ditadura militar e ao longo da década de 1980, esteve atuante em grupos feministas e em grupos mistos, falou, em entrevista concedida a Paula de Andrade (2014), de algumas dificuldades da dupla militância que estavam ligadas a essa compreensão centralizada de construção política.

Eu era do PCdoB, que era o partido que eu tinha, eu fiz essa dupla militância e me esforcei tremendamente para o PCdoB entender o feminismo. Acho que fiz um esforço tremendo e que fui derrotada. [...] Pois foi nesse tempo que, com anistia, o PCdoB quis se reorganizar com aquela forma bem conservadora, bem rígida e aquilo me fazia sofrer [...]. Eu fui mandada embora, fui expulsa por causa disso. Foi em 1987. Antes disso, aguntei, fiz muita discussão. Nós organizamos aqui a União de Mulheres Autônomas, mas eles queriam que fosse *não autônoma* e eles decidissem lá. O que eles decidiam seria de lá pra cá. [...] Acho que agora as pessoas nem põem em

---

54 No original: “Si bien la lucha socialista se ha propuesto crear nuevos valores, coherentes con una ideología basada en la solidaridad, perduran en muchas experiencias una cultura verticalista, autoritaria, caudillesca, hegemónica, individualista, que reproduce modos de vinculación propias del capitalismo colonizado y patriarcal” (KOROL, 2016, p. 21).

discussão se você está defendendo uma ideia porque o partido mandou ou porque você é feminista. [...] Mas nós, quando eu estava no partido, a gente falava sobre isso: ‘Você está defendendo não é o seu partido, você está defendendo o que você pensa’ (ANDRADE, 2014, p. 143–145).

Quase trinta anos depois, ainda que o contexto seja muito distinto e que os feminismos ocupem outro lugar na esquerda, encontrei inquietações parecidas em uma das entrevistas que realizei com uma militante que iniciou sua atuação política no movimento estudantil, já na década de 2010, e hoje constrói um coletivo feminista autônomo. A sua fala reflete um incômodo com uma forma de construção coletiva que traz uma compreensão de alinhamento político centralizado, o que me faz pensar que essa ainda é uma tensão presente na atuação política de feministas que militam em espaços mistos, ainda que atualmente a auto-organização das mulheres seja encarada com muito mais legitimidade.

O Colativa existe há dois anos. Eu não... Sou muito ruim de datas. [...] Mas o Colativa, ele surgiu meio com essa ideia da gente estar meio cansada de falar, só de debater feminismo em formação e estar dentro da faculdade. E sair da faculdade e ir para outra faculdade. Estar dentro do movimento estudantil, com aquelas mesmas pessoas. Que, querendo ou não, já traz muita influência dessas organizações, e às vezes não sabe separar as coisas. Chega numa setorial de mulheres, atua de um jeito. Você vai num espaço nessas assembleias gerais, atua de outra forma. Então, assim, acho que a gente foi juntando a necessidade de auto-organização assim, entendeu? De estar criando um espaço onde a luta, ela fosse organizada por nós, mulheres, e que a gente pudesse falar o que a gente queria e como a gente compreendia. Entendeu? De estar saindo daquela história de ‘ah, porque fulaninha disse e dizer isso é o que nós dizemos. Essa é a nossa compreensão’. Entendeu? (E14).

A hierarquização foi associada por algumas militantes com a dificuldade para renovação do campo discursivo da esquerda, ao dificultar a introdução de novos elementos, vindos de fora dos espaços de poder. Como sugere E10, no trecho citado abaixo, a cristalização de determinados projetos é uma tentativa de fixar totalmente o significado de práticas articulatórias que são contingentes e estão em permanente transformação.

E aí eu não sei, porque esse sistema de representação, com essas ideologias de esquerda que a gente tem, dessa quantidade de hierarquização, esse processo de não saber, inclusive, muitas vezes, lidar com o novo. Acho que a esquerda tem uma dificuldade muito grande de entender... Essa esquerda heterossexual, machista, compulsória, sabe? Tem uma dificuldade muito grande, velho, de perceber o que são as inovações, tá ligado? E não consegue perceber, porque só se fala... Os homens do campo — assim, eu estou falando de homens do campo que ocupam posições de poder — só falam isso o tempo todo, que ‘a gente tem que entender o que é que as mulheres e a juventude estão fazendo’, que ‘a gente precisa compreender, a gente precisa...’ Como se fosse quase que estudar a gente, sabe? Meio que, ‘vamos entender o que é que essas pessoas pensam e, como mulheres e jovens, quem são, o que comem, como agem’. Sabe? Tipo, e aí, no fim das contas, as tomadas de decisões, que são deles, são iguais, tá ligada? São iguais, são completamente iguais, sabe? E os movimentos do campo estão fazendo igual, igual. Com exceções de algumas fragmentações dentro de alguns movimentos, enfim, algumas possibilidades que estão surgindo, é muito parecido. A forma de agir, de pensar, as práticas, as estratégias (E10).

É importante colocar que o debate sobre a dupla militância não foi apresentado da mesma forma pelas militantes. E5 e E6, por exemplo, entendem a construção no Partido dos Trabalhadores e no Movimento

de Mulheres como uma construção interligada. Nas palavras de E6 “não é uma militância dupla, eu diria, nesse sentido, entende? Porque eu não via como dois espaços. Eu sou feminista e sou petista, então eu agia assim na minha militância, seja no PT, seja no movimento”.

Na entrevista que realizei com E5, ela também falou das contribuições trazidas pelo feminismo gestado dentro do PT, por agregar ao campo feminista os debates feitos dentro do partido. Em relação às experiências de E5 e E6, é importante relembrar a concepção do PT na década de 1980, e sua forma de organização como partido de novo tipo da esquerda, que previa a autonomia das diferentes correntes. Esse contexto contribuiu para a conquista da legitimidade da auto-organização das mulheres e dos feminismos dentro do partido.

O machismo e a misoginia presentes nos espaços mistos também são dados importantes para pensarmos o lugar dos feminismos na esquerda. As militantes com quem dialoguei apresentaram diferentes tipos de dificuldades na construção desses espaços, que vão desde o silenciamento, o preconceito, até a desqualificação das suas atuações a partir de estratégias que reforçam o *status quo* patriarcal, como a ideia de que somos instáveis emocionalmente e incapazes de ocupar determinados espaços. Nesse tipo de estratégia, vemos a reafirmação de uma forma patriarcal de pensar a política, que exclui esferas das nossas vidas onde acontecem uma série de violências contra nós, mulheres. Uma das militantes que entrevistei (E13) pontuou que, para ser uma mulher dentro de um partido, você precisa “ser uma santa, ter uma trajetória indiscutível e imaculada”, porque a qualquer deslize estamos vulneráveis a ataques diversos.

Ao partilhar uma experiência vivenciada, E13 apontou para reflexões que estão ligadas ao que discutirei no próximo tópico: a importância do fortalecimento individual para que possamos enfrentar os embates nos nossos espaços de construção política, que muitas vezes estão permeados por desigualdades. Na sua fala, o machismo é um dos elementos que enfraquecem a possibilidade de disputa das mulheres nos partidos e nos movimentos mistos. Daí a importância da

auto-organização das mulheres, dentro ou fora desses espaços, para que esse enfrentamento seja possível.

E foi muito difícil [...]. Assim, que você vê companheiros... Foi outro momento também muito importante de formação, quando a [minha] cabeça se abriu. Como os seus companheiros, pessoas que você tem uma trajetória, que eu conhecia há muitos anos do movimento estudantil e que vão olhar para você e vão adoçar o que o outro fez. Vão olhar para você e vão adoçar que realmente, você perdeu as estribeiras, que realmente você não tem condições, né? Que realmente o que você está falando não é político, é um problema pessoal. Isso era muito comum também. E é muito difícil. Até porque a estrutura de um partido é muito mais burocrática do que a de um movimento, né? Muito mais burocrática. E aí eu estou falando de uma coisa que se tu tivesse esse apoio, dos companheiros, talvez, em si, os problemas do partido maior, eles ficariam mais fáceis. Porque tem a questão do fortalecimento, ele é importante você ter. Se você não tem um fortalecimento mais micro, é muito difícil você enfrentar coisas maiores dentro daquela estrutura, entendeu? E aí, por exemplo, os homens do partido não abrem, não abrem brecha para as mulheres serem candidatas, por exemplo, para se propor. Ou você é uma Marília Arraes da vida, ou você não é ninguém. É isso que eu estou te falando.

### **3.3 A tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade como ponto nodal dos feminismos**

Foram os sentimentos trazidos pelas entrevistadas diante da crise que abriram espaço para a discussão sobre o cuidado que apresento nesta sessão. Algumas entrevistadas colocaram a importância que o fortalecimento coletivo tem também para o seu fortalecimento individual e isso me fez pensar sobre um elemento que diferencia o feminismo de

outros espaços políticos: a preocupação com o fortalecimento subjetivo das mulheres que constroem esses espaços. A maneira como algumas militantes falaram sobre o impacto que o feminismo teve em suas vidas e como estar organizadas em movimentos feministas as fortalece me levou a refletir sobre a forma como esses movimentos pensam a própria política e o “fazer política”. Uma questão colocada mais de uma vez por uma das entrevistadas (E13) me marcou: não são só as outras mulheres que precisam do feminismo, nós precisamos do feminismo.

A crise política nos colocou diante do impasse entre a necessidade de nos unirmos e a dificuldade de construir essa união sem invisibilizar de forma autoritária as nossas diferenças a partir da reprodução de desigualdades históricas. Ao ouvir as militantes que entrevistei para essa pesquisa, comecei a considerar que a partilha de uma ética do cuidado nos espaços políticos feministas pode ser um caminho para pensarmos novas formas de construir alianças. Partirei de quatro depoimentos para refletir sobre o lugar do cuidado nos movimentos feministas e de que forma esse elemento se relaciona com o aprofundamento da horizontalidade e da autocrítica nesses espaços:

Eu não sei se eu posso falar dessa prática, mas eu acho que a própria prática do autocuidado já é uma prática, para mim, que é um divisor de águas. Você ter a possibilidade de estar entre semelhantes que sofrem e que veem, enxergam o mundo de uma perspectiva muito mais parecida com você, já por uma questão do tipo de experiência que tem com o mundo... E poder partir de práticas que não são só racionais já é, por si só, um divisor de águas. Então, se a gente não senta só para definir estratégia, do ponto de vista da política racional, já é uma coisa que nos separa dos homens anos-luz. Se a gente consegue sentar para dizer que os nossos corpos não estão bem, que nossa mente não está bem, que nossas, sei lá, nossas almas não estão bem, que a nossa subjetividade não está bem dentro do processo, eu acho que já é uma prática, para mim, que foi a principal prática

que me chamou atenção. E, fora isso, o acolhimento também, do feminismo, a possibilidade de nos acolhermos nas diferenças e nos acolhermos nas múltiplas experiências. Experiências muito diferentes, níveis de experiências, inclusive de violências, muito distintas. E a possibilidade da gente se sentir bem de estar entre mulheres, falando coisas, comungando de realidades. [...] A coisa de você até perceber algumas hierarquias, mas de você se sentir muito mais próxima, sabe? Você sentir, inclusive que você dialoga de igual para igual com as pessoas, sabe? Eu acho que isso é uma das coisas mais importantes para mim, dentro do movimento (E10).

Como o feminismo hoje no Brasil se abre para uma perspectiva diferente, com a contribuição das mulheres de classe popular, com a contribuição das mulheres negras, com a contribuição das mulheres lésbicas, com a contribuição das mulheres indígenas que têm se aproximado e feito essa discussão também. [...] Como um movimento, eu acho que tem que ser, dentro de uma democracia e dentro da democracia mais radical, ele nunca está cristalizado, sempre vai ter grupos que dizem: “Olha, mas vocês, feministas, não estão pensando nesses aspectos”. Acho que agora são as trans, as mulheres trans que estão pressionando também para dizer “Olha, tem que discutir a questão das pessoas trans, das mulheres trans dentro do feminismo. O transfeminismo, como é que fica isso?”. Então elas estão pressionando, e eu acho isso muito lindo no feminismo. Porque não é fácil e nem essas disputas, essas discussões ocorrem num mar de harmonia e de sororidade, como essa história que falam tanto em sororidade, que eu particularmente não gosto. Mas uma coisa mesmo do debate, do debate político, do debate sem medo dos conflitos, né? Somos mulheres, mas somos diferentes. E isso precisa estar muito claro. [...] Eu acho que é um movimento que está sempre sendo muito

mexido, muito provocado para novas questões e que não se nega nem se fecha a discutir, mas que vai e sem medo do conflito (E5).

O patriarcado não só vulnerabiliza as outras mulheres, não são só as outras, somos nós também. Então como é que a gente faz isso? Para mim é um desafio muito grande. Como é que a gente costura união sempre? Porque eu realmente não acredito que feminismo seja grupo de amigas. É algo muito, é uma forma de pensar muito do feminismo mais *new age* agora, mais recente, pelo menos essa é a minha avaliação. E é algo que eu realmente não acredito muito. Tenho muitos problemas com a palavra sororidade, por exemplo. Acho que existe, no feminismo, muito racismo, né, muita falta de empatia, e muita falta de leitura das nossas próprias contradições. É muito desafiante, porque é uma discussão que eu estava tendo inclusive agora, numa discussão besta, inclusive no Facebook. Da gente olhar umas para as outras pensando a complexidade do que a gente se propõe a fazer, que ela é bastante grande e ela é bastante dura e intensa, né? Nos enxergamos enquanto mulheres, cheias de contradições e pensar, mas como é que a gente supera isso e como é que a gente costura solidariedade? E solidariedade é responsabilidade de umas com as outras, é muito maior do que chamar uma à outra de mana, de maninha, de irmãs. Isso é algo que me incomoda profundamente. Porque esse tipo de discurso, não esse mais *new age* assim, mas de um modo geral o feminismo pensando o seu histórico, essa coisa da união, de sororidade, ela sempre foi algo para tapar conflitos sérios e importantes, como o racismo por exemplo. O racismo no feminismo, ele come no centro, de diversas formas, entendeu? Esse, para mim, é um desafio muito grande (E13).

Mas, assim, se a gente está lutando contra a desigualdade, a gente tem que olhar com muito mais cuidado para quem

está em situação ainda mais desigual. Porque entre os desiguais ainda tem os mais desiguais, não é? Então é muito difícil. [...] Porque enquanto a miséria está sendo alimentada, o poder do outro está sendo alimentado também. Então eu acho que é isso que o feminismo ainda não captou. Entendeu? Que existe esse poder muito grande nas condições sociais e que às vezes uma companheira dentro de um movimento se sobrepõe a outra e não percebe. Não estou dizendo que isso é uma maldade. Mas às vezes nem percebe que está se sobrepondo e a outra, que também às vezes nem percebe, fica nesse... Ou às vezes percebe e não tem coragem, porque não tem ainda uma postura de enfrentamento. Não é todas as mulheres que estão no movimento que adquiriram uma postura de enfrentamento. Enfrentamento entre as nossas desigualdades, não é? A gente tem que fazer esse enfrentamento entre nós. É um enfrentamento que a gente tem que fazer. E que às vezes eu acho que o movimento feminista meio que se nega de fazer esse enfrentamento. Parece que a gente vai ter que travar uma guerra entre nós. Não, pelo contrário, a gente tem que dialogar muito entre nós para poder a gente avançar para fora de nós. Porque se a gente não fizer esse diálogo, não tiver muito claro o que é que cada uma de nós... Onde é que o calo aperta, a gente não avança, como você viu o retrocesso que nós estamos tendo (E2).

Nas conversas que tive com essas militantes, ficou muito evidente como a visão dos movimentos feministas como espaços de acolhimento e fortalecimento difere de militante para militante e como há nessas diferenças clivagens de raça e classe. Foram depoimentos importantes para que eu refletisse, inclusive sobre como eu me sinto nos espaços feministas e porque eu me sinto dessa forma. Somados, os trechos que apresentei introduzem questões do debate que desenvolverei nesta sessão: (1) a relação entre o cuidado e o fortalecimento individual das militantes, (2) como o fortalecimento subjetivo é um elemento importante para o enfrentamento das

nossas desigualdades internas, (3) de que forma isso se revela na trajetória histórica desses movimentos e (4) como esse cuidado pode ser pensado como um compromisso político, para além dos nossos círculos de afeto.

\*\*\*

As associações feitas historicamente entre cuidado e feminilidade; entre cuidado e amor; e também a idealização que é feita sobre o amor como algo incondicional são alguns desafios que precisamos enfrentar para discutir o cuidado como uma perspectiva política dos movimentos feministas. Essas são armadilhas que podem nos levar a dois problemas conceituais: (a) o essencialismo e (b) a idealização da eliminação do conflito nos espaços políticos, que na história dos feminismos tem sido associada à ideia de sororidade. Por causa desses riscos, algumas autoras (MOUFFE, 1992; BUTLER, 2003) olham com ressalvas para as afirmações de que os feminismos são espaços de acolhimento, cuidado e solidariedade.

Para essas autoras, a afirmação desses referenciais valorativos aproxima o movimento de perspectivas que essencializam as mulheres a partir desses valores. O risco é que o espaço das mulheres seja entendido como um espaço de cuidado como consequência do cuidado ser parte do referencial valorativo das mulheres. Essas teóricas criticam a ideia de que haveria um campo feminino por excelência e negam a possibilidade do cuidado ser um constituinte pré-discursivo da identidade das mulheres. A crítica é de suma importância para a reflexão feminista, porque desessencializar essas identidades é parte do projeto desses movimentos.

A reflexão a que me proponho neste trabalho, entretanto, busca inverter essa lógica. Estou propondo que quando as mulheres criam espaços de cuidado nos movimentos não é porque somos essencialmente amorosas, embora historicamente tenhamos sido ensinadas a sê-lo, mas porque precisamos criar um espaço político de acolhimento a fim de conseguir combater o sexismo e outras opressões que atravessam nossas vidas. Quando o movimento cria espaços de cuidado, ele está criando uma outra possibilidade de articulação política. Entendo, dessa forma,

o cuidado não como um atributo feminino, mas como uma ética feminista (KUHNEN, 2014). Por isso, ele não aparece como atributo pré-discursivo, mas como parte de uma identidade política criada nas práticas articulatórias do próprio movimento.

Na reflexão que tenho desenvolvido, o cuidado não aparece como elemento isolado. O que me interessa é a relação que se dá entre cuidado, autocrítica e horizontalidade nesses movimentos. Me refiro a esses três elementos como uma tríade porque entendo-os como componentes que caminham lado a lado, reforçando-se mutuamente. A preocupação com a autocrítica e a horizontalidade, por exemplo, não são especificidades dos movimentos feministas. Mas acredito que a forma como esses se articulam entre si e com a ética do cuidado dá lugar a experiências políticas singulares. Dessa forma, entendo a tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade como um dos pontos nodais articulados pelos movimentos feministas. São princípios partilhados pelas militantes que vão dando forma à construção política desses espaços.

A partir das diferenças colocadas pelas entrevistadas entre os espaços mistos dos quais elas participam ou já participaram e os espaços feministas, e da análise das transformações pelas quais os movimentos feministas foram passando ao longo das últimas décadas, sugiro que a tríade aparece como um dos referenciais a partir dos quais se constitui a identidade do campo feminista. Isso não significa que os espaços feministas tenham alcançado total coerência em relação a esses princípios. São princípios que aparecem mais como um devir do que como um dado nesses espaços, algo que se está permanentemente buscando, o que pode ser evidenciado pelas questões trazidas pelas militantes negras e de classes populares.

A preocupação com essas referências é uma entre outras demandas articuladas nos diferentes espaços feministas. O sucesso em torná-las um significativo privilegiado do campo é contingente: em alguns momentos essas são preocupações que têm peso maior na identidade dos movimentos, em outros elas têm peso menor. A tríade, portanto, é um dos elementos que disputam espaço na identidade hegemônica do

campo discursivo feminista. Mesmo quando os compromissos da tríade são evocados pelas militantes, são compromissos que trazem desafios para serem operacionalizados. Sua proposição é desafiadora porque exige a reelaboração permanente das nossas identidades, com atenção para as desigualdades e para o silenciamento. Por isso, o cuidado, a autocrítica e a horizontalidade são elementos construídos nas relações cotidianas dos movimentos, mas aparecem também sempre como um dever.

A ética do cuidado, ao introduzir uma preocupação com a concretude das experiências das mulheres, amplia o espaço para o debate sobre diferenças e desigualdades internas. Ela distancia a discussão de um universal abstrato e se aproxima das experiências vividas pelas mulheres presentes nesses espaços políticos. Se queremos cuidar, ouvimos e refletimos sobre o que ouvimos. E, para ouvir, precisamos garantir o espaço de fala. A horizontalidade é um caminho para garantir espaço para a pluralidade das nossas experiências, mas só consegue se efetivar quando existe o fortalecimento mútuo entre militantes, porque apenas os mecanismos formais (organização do espaço e formato de reunião, por exemplo) não são suficientes para garantir a participação de todas.

O compromisso ético com o cuidado abre uma forma particular de se pensar a horizontalidade e a autocrítica dentro dos movimentos, uma vez que se entende a necessidade de revisão das posições por parte das mulheres mais privilegiadas, para não silenciar a diversidade das experiências das companheiras. A busca pela horizontalidade é uma forma de cuidado e a horizontalidade, ao possibilitar abertura para a diversidade de experiências, auxilia no cuidado que estabelecemos umas com as outras. A autocrítica é uma necessidade central para que possa se estabelecer cuidado e vice-versa. Sem ela, às vezes não é possível sequer perceber quando estamos reproduzindo opressões. A horizontalidade também exige abertura para a autocrítica e, ao mesmo tempo, abre espaço para a autocrítica ao possibilitar maior escuta. São, nesse sentido, elementos que se fortalecem mutuamente.

Na trajetória dos movimentos feministas do Recife dentro da história do Campo Democrático Popular, apresentada ao longo do segundo

capítulo, é possível situar momentos em que essa tríade esteve menos ou mais presente na atuação desses movimentos, o que revela a contingência da formação discursiva feminista. Na medida em que a institucionalização foi distanciando as militantes da organização dos seus movimentos, ela também enfraqueceu as práticas de cuidado nesses espaços. Na leitura que faço, ao tomar o diálogo com o Estado como prioridade política, as militantes não se distanciaram apenas do trabalho junto à sociedade, enfraqueceram também as práticas formativas internas de seus movimentos quando essas não estavam voltadas para responder a demandas imediatas ou finalidades práticas. Isso apareceu nas entrevistas que realizei como um momento em que os movimentos estiveram voltados mais “para fora” do que “para dentro”.

Segundo Carmen Silva e Silvia Camurça (2013), algumas propostas políticas organizativas feministas exigem bastante esforço, e às vezes valoriza-se mais o processo do que os resultados práticos, uma vez que se entende que eles podem gerar condições para o florescimento de outras ações. Quando voltamos toda a nossa atenção para as disputas e conquistas fora dos movimentos, a construção de metodologias organizativas mais criativas e a reflexão sobre as desigualdades que marcam internamente os movimentos perdem espaço diante de uma lógica de ação política mais pragmática e direcionada aos fins. Quando se enfraquece o compromisso com o cuidado, se enfraquecem também os esforços de autocrítica e construção da horizontalidade, na medida em que os movimentos se voltam para questões externas.

Com a renovação dos feminismos nos anos 2000, algumas discussões basilares são retomadas, e se fortalecem também perspectivas mais autonomistas. Entre os grupos de jovens feministas que surgem nesse período, está presente um interesse por práticas como a autorreflexão, a linha vida e a valorização das redes de solidariedade entre as mulheres, que, segundo pude avaliar a partir das entrevistas e da revisão bibliográfica, haviam perdido espaço no período anterior.

O retorno dessas práticas também está relacionado com uma avaliação que vai sendo feita pelos movimentos feministas e

outros movimentos sociais em relação à aposta na institucionalização. Enquanto os movimentos feministas da década de 1990 e início dos anos 2000 estiveram mais voltados para a garantia de políticas públicas, desenvolvendo uma atuação mais institucional; a partir do final da primeira década dos anos 2000, as discussões feministas se voltam novamente para o cotidiano, as relações interpessoais, dimensões subjetivas da construção identitária das mulheres e das opressões vivenciadas. Debates sobre corpo, sexualidade, essencialismo, amor romântico, heteronormatividade compulsória, entre outros, são feitos com ênfase nas vivências cotidianas das mulheres.

Os feminismos também ganham força na internet, que passa a ser um novo espaço onde são partilhadas autorreflexões e narrativas sobre violências e descobertas (BRITO, 2017). A internet se torna um espaço a partir do qual se criam laços de identificação e partilha de conhecimento entre as mulheres através de blogs, listas de e-mails e redes sociais. Debates sobre a solidariedade entre mulheres e a sororidade como mito fundador dos movimentos feministas, que foram fortes nas décadas de 1970 e 1980, voltam à cena nesse contexto. Com eles, são retomadas, também, as discussões sobre as nossas desigualdades e diferenças.

A tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade é uma das formas através das quais alguns movimentos feministas buscam lidar com suas diferenças, desigualdades e divergências internas. Ela é uma tentativa permanente de combater as desigualdades, garantindo o respeito às diferenças e entendendo quando é possível se articular mesmo diante das nossas divergências e quando não é.

A preocupação com a construção de um discurso de solidariedade e fortalecimento para as mulheres, em vários momentos, acabou camuflando a perpetuação de opressões e desigualdades nesses espaços. É a esses riscos que as mulheres que entrevistei se referem quando falam sobre a “sororidade” nos trechos que citei no início dessa sessão. É por isso que o cuidado não deve ser visto como um elemento isolado, mas como uma prática política inseparável da construção

da autocrítica e da horizontalidade, para que não se corra o risco de camuflar os nossos conflitos, que são importantes para que possamos avançar no movimento. Se entendemos que a ética do cuidado é uma forma de olhar para a concretude das experiências das nossas companheiras, essas desigualdades precisam ser levadas em consideração. O cuidado não deve ser visto como uma forma de amenizar conflitos, mas como um caminho de abertura para pensarmos sobre as desigualdades que estão envolvidas nesses conflitos.

No trecho da entrevista de E2, apresentada no início desta sessão, ao falar sobre como não são todas as mulheres que estão fortalecidas para enfrentar as nossas desigualdades, ela introduz a reflexão sobre os desafios com os quais nos propomos a lidar dentro dos feminismos. Quando lhe perguntei, no final da entrevista, qual era a sua utopia, ela me respondeu da seguinte forma:

Minha utopia é essa. É ver todas as mulheres do meio popular, das comunidades, compreendendo qual é o seu lugar, qual é o seu papel. Essa é a minha utopia. Se vendo como sujeito de direitos, como ser com capacidade de igualdade, com condição de igualdade de pensamento. Se sentindo igual. Minha utopia é ver, é ver todas as mulheres como eu, do mesmo lugar que eu, se sentindo igual. Em condição de disputar a fala, né, em debate. De disputar espaço com qualquer outra mulher, seja ela do mesmo nível ou de um nível considerado socialmente intelectual ou superior. Então isso é a minha utopia e, partir daí, com certeza a gente teria outras mudanças. Tenho certeza que se a maioria das mulheres tivesse a compreensão de quem é, o que quer, com certeza a gente teria um avanço bem maior no feminismo ou fora dele (E2).

Nas reflexões de E2 se evidencia a necessidade de fortalecimento subjetivo das mulheres para que o combate às nossas desigualdades possa se desenrolar. A articulação entre as dimensões subjetiva e objetiva da realidade social e das experiências vividas pelas mulheres é uma preocupação

feminista que abre espaço para pensarmos na complexidade colocada para a construção das nossas alianças. O combate às nossas desigualdades não é simples e não é possível estabelecer uma situação de disputa igualitária unicamente a partir da criação de mecanismos formais.

Não é suficiente que o debate seja aberto para que a diversidade de mulheres presentes num espaço coloque as suas questões. Não é suficiente que estejamos sentadas em círculo para que a diversidade de pessoas presentes num espaço se sinta à vontade para falar. Até mesmo a garantia da fala para todas as mulheres presentes não é suficiente para que sejam expostos os conflitos que permeiam aquele espaço. Também não são todas as mulheres que acreditam que têm contribuições importantes para o debate político. E não são todas as mulheres que se sentem confiantes para entrar em conflito com outras mulheres.

As desigualdades têm desdobramentos subjetivos e isso faz com que nem todas as mulheres — e nem todas as pessoas atravessadas por diferentes redes de opressões — tenham uma postura de enfrentamento. A compreensão da dimensão subjetiva das opressões coloca os movimentos feministas em outro lugar no debate sobre as nossas desigualdades. É uma compreensão que nos alerta para a importância de nos fortalecermos ao mesmo tempo em que fortalecemos os nossos movimentos.

\*\*\*

Joan Tronto (2013), ao refletir sobre a forma como a responsabilidade com o cuidado e a sua recepção pelos indivíduos é distribuída de forma desigual na nossa sociedade, aponta algumas questões que podem ser úteis para a reflexão sobre a construção coletiva nos nossos movimentos. Tronto (2013) está preocupada com a relação entre a necessidade de pensar como o cuidado está distribuído nas nossas sociedades para que seja possível aprofundar a democracia. Na sua percepção, é preciso combater as desigualdades (sobretudo de gênero) que marcam a distribuição dessa responsabilidade e ampliar o nível de confiança e solidariedade entre as pessoas. O cuidado é entendido por essa autora como questão

pública e não apenas privada. Algumas contribuições de Tronto (2013) podem ser úteis para pensarmos sobre as desigualdades existentes nos nossos movimentos.

A primeira delas é a associação entre a divisão dos trabalhos de cuidado com a divisão entre público e privado, característica do patriarcado. Essa divisão será discutida de forma aprofundada mais à frente. Por enquanto é importante colocar que essa é uma cisão que relega a responsabilidade com o cuidado às mulheres e coloca esse trabalho como algo unicamente relacionado ao amor que temos pelas pessoas com quem temos laços próximos. A segunda questão é a compreensão de que todas e todos nós somos frágeis e vulneráveis e, por isso, todas e todos precisamos de diferentes tipos de cuidado. Estamos sempre dando e recebendo cuidado, embora as nossas capacidades e necessidades de cuidado mudem ao longo da vida.

A ideologia neoliberal invisibiliza as redes de cuidado que atravessam as nossas relações ao construir a falsa ideia de que os indivíduos são autônomos. O não reconhecimento da necessidade de cuidado que perpassa a nossa existência reforça as relações de poder desiguais, ao liberar algumas pessoas das responsabilidades com o cuidado enquanto outras não podem ser liberadas desse trabalho. Tronto (2013) chama de irresponsabilidade privilegiada a possibilidade que alguns grupos sociais têm de receber cuidado sem precisar se responsabilizar pelo cuidado em relação aos outros. A desigualdade central que se estabelece em relação às práticas de cuidado na nossa sociedade é a desigualdade entre homens e mulheres, por causa da atribuição histórica das mulheres como sendo cuidadoras por natureza. Mas outras desigualdades sociais também incidem sobre a distribuição do cuidado e isso se expressa na terceira questão útil para pensarmos as desigualdades dentro dos movimentos feministas: a mercantilização do cuidado.

A mercantilização do cuidado faz com que algumas pessoas possam consumir formas de cuidado que não estão disponíveis para outras. Um exemplo é a contratação do trabalho doméstico, que normalmente é visto pelo viés da liberação do nosso tempo (importante fator

de desigualdade), mas que precisa ser visto também como algo que traz conforto e bem-estar às pessoas que podem contratar esses serviços. Isso interfere na nossa qualidade de vida e na nossa saúde emocional. Outro exemplo é o diversificado mercado terapêutico. Esses privilégios incidem na nossa formação subjetiva, possibilitando fortalecimento emocional.

As feministas negras (HOOKS, 2000; 1984) têm discutido como as mulheres brancas estiveram no grupo social que se privilegia do trabalho de cuidado de outros grupos subalternizados, sobretudo das mulheres negras, através do trabalho doméstico. Essa é uma desigualdade fundante nas relações entre mulheres brancas e negras que é também marcada pela classe social, sobretudo em países com passado colonial como o Brasil. Ainda que não se trate de uma relação direta em que uma mulher presta serviço a outra, pertencer a um grupo social que tem acesso a esse serviço, enquanto a outra companheira de militância pertence ao grupo social que presta esse tipo de serviço, estabelece desigualdades na nossa construção coletiva. O que está em causa é a formação das nossas identidades e da nossa autoestima, as oportunidades de formação política e teórica, o tempo disponível para essas formações e a forma como ter ou não ter acesso a diferentes formas de cuidado incide sobre o nosso fortalecimento individual.

O fortalecimento subjetivo das mulheres, na diversidade das suas trajetórias de vida, é fundante para a sua disposição para enfrentar o conflito. Repensar o lugar do cuidado nos nossos movimentos é repensar também a desigualdade na distribuição dessa responsabilidade, que está posta na nossa sociedade. A vulnerabilidade da situação de vida de algumas militantes exige mais atenção e tempo, sobretudo quando são militantes que fora dos espaços do movimento estão sobrecarregadas pelo cuidado com outras pessoas. O fortalecimento subjetivo proporcionado em alguns espaços de militância é importante para todas as mulheres, mas, na concepção dos espaços, é importante que estejamos atentas à desigualdade na distribuição de cuidado que marcam as nossas vidas.

As diferenças que encontrei na forma como as mulheres brancas e negras vivenciam e avaliam o cuidado e o acolhimento dentro dos movimentos feministas trouxe à tona essas desigualdades. As mulheres brancas, em geral, falaram dos feminismos como espaços de fortalecimento e conforto, sobretudo quando comparados aos espaços políticos mistos. As mulheres negras e as mulheres de classes populares também falaram da importância do fortalecimento que encontram nos feminismos, mas expuseram suas dores e desconfortos em relação às desigualdades presentes nesses espaços. Para elas, o tema do cuidado apareceu como algo que existe, mas que precisa ser intensificado. O que se coloca é que, enquanto as mulheres negras e pobres não estiverem fortalecidas, não poderão disputar os caminhos para um feminismo onde todas as mulheres se sintam contempladas. Para E2, isso exige maior atenção às práticas organizativas dos movimentos e às relações sociais que se estabelecem nesses espaços, porque temos necessidades diferentes e essas necessidades precisam ser compartilhadas.

E2 me falou sobre como o foco exclusivo em reuniões deliberativas sobre a conjuntura às vezes desgasta mais do que fortalece as mulheres de classes populares que procuram aquele espaço. Colocou as dificuldades enfrentadas no cotidiano e a necessidade que essas mulheres têm de compartilhá-las e discuti-las politicamente. Ela enfatizou que o próprio debate sobre direitos é algo que atravessa as experiências das mulheres de forma diferente. Nem sempre você consegue colocar em prática o conhecimento ao qual você teve acesso. Isso acontece, em alguma medida, com todas nós militantes. Todavia, E2 aponta que, no caso das mulheres de classes populares, as barreiras são maiores. A precariedade dos serviços públicos e a nossa vulnerabilidade para denunciar violências da realidade ao nosso entorno atravessa de forma desigual as experiências de todas nós. Dialogar sobre essas angústias e dificuldades significa dialogar sobre os desafios que enfrentamos na nossa militância cotidiana e sobre como concebemos a luta feminista pela transformação social.

São questões que nos desafiam a pensar como não deixar de relacionar a luta estrutural às necessidades específicas e imediatas de cada

mulher; como fazer a luta por transformação da sociedade ao mesmo tempo em que fazemos com que essa luta atravesse os nossos cotidianos de forma libertadora e emancipadora. O desconhecimento que temos em relação às realidades umas das outras reforça muitas das nossas desigualdades. Enquanto não nos conhecermos, não poderemos discutir as nossas desigualdades.

\*\*\*

Para Joan Tronto (2013), a relação entre cuidado e política normalmente é considerada estranha, porque ao longo da maior parte da história do ocidente (de Aristóteles às teorias políticas modernas) o cuidado apareceu como algo que não diz respeito ao debate político porque era visto como uma questão privada. Nessa divisão moderna patriarcal entre público e privado, o amor, o afeto, os sentimentos e o cuidado são características da esfera privada. Em contraposição, a razão, a justiça e a imparcialidade são atributos da esfera pública. A primeira é, por excelência, o espaço das mulheres; a segunda é destinada aos homens (BENHABIB, 1987; MIGUEL; BIROLI, 2013, PATEMAN, 2013).

O cuidado e a afetividade, sendo características da esfera privada, são também entendidos como características das mulheres. “A mulher é tão e somente o que os homens não são, isto é, não são autônomas, independentes, mas pela mesma razão, não-agressivas embora nutridoras, não competitivas mas dadas” (BENHABIB, 1987, p. 96). A lógica patriarcal não apenas cinde esses atributos de forma binária, como também os hierarquiza, sendo tudo o que é associado ao masculino considerado superior a tudo o que é relacionado ao feminino. Segundo Benhabib (1987),

Não apenas os preconceitos misoginistas de inícios da moderna teoria moral e política levam à exclusão das mulheres. É a própria constituição de uma esfera de discurso que bane a mulher da história, empurrando-a para o domínio

da natureza, da luz do público para o interior da casa, do efeito civilizador para o repetitivo fardo de nutrir e reproduzir (BENHABIB, 1987, p. 97).

A consequência disso é que as experiências das mulheres são excluídas de qualquer discurso universalizável, desde a ciência moderna à política democrática. A ideia de universalidade está pautada nas particularidades do homem branco europeu. Essa divisão exclui as questões da vida privada do debate político, exclui a participação das mulheres ao implicitamente conceituar a vida pública como a esfera dos homens e cria uma falsa independência entre as esferas pública e privada.

A divisão entre público e privado tem sido amplamente discutida pelas teóricas feministas e é entendida como um dos elementos centrais da estruturação da ordem patriarcal ou da dominação masculina, como preferem algumas autoras (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 18). É importante colocar que, embora seja uma divisão presente em diversas formas de organização social, cada contexto é dotado de particularidades. A universalização da experiência histórica europeia — e, mais especificamente, da vivência das mulheres brancas de classes médias nessa experiência histórica — tem invisibilizado a complexidade e a diversidade a partir das quais se dá a dominação masculina em diferentes contextos e para as mulheres nas suas diferentes trajetórias.

É importante que se diga que as mulheres, mesmo no ocidente, sempre estiveram presentes na esfera pública — sobretudo as mulheres não brancas e as mulheres assalariadas. Essa presença, entretanto, não diminui a relevância teórica da divisão entre público e privado para compreendermos a dominação masculina no ocidente, na medida em que os espaços públicos eram e continuam sendo espaços de protagonismo masculino e regidos por valores historicamente associados ao masculino. A divisão entre público e privado que trago aqui não pretende ser uma divisão absoluta ou universalizável. Ela é entendida como uma divisão estrutural que parte da experiência histórica europeia e tem seus desdobramentos na formação social brasileira

devido à imposição de instituições modernas, que se deu pela experiência colonial<sup>55</sup>.

Ao relegar o cuidado à esfera doméstica, o sistema patriarcal invisibiliza essas atividades também ao considerar que são atividades que as mulheres desempenham por amor. São muitas as consequências da associação entre cuidado e amor para a divisão sexual do trabalho, mas não entrarei nessa discussão neste trabalho. No que toca à divisão entre público e privado, o que ocorre é que o cuidado é considerado algo que devemos praticar apenas nos nossos círculos afetivos próximos. Não é entendido como uma responsabilidade que devemos praticar com as pessoas e o planeta em geral, o que contribui para o fortalecimento de valores individualistas na esfera pública.

Quando E13 afirma que ela não acredita que o feminismo é um “grupo de amigas”, ela se opõe à ideia da sororidade como mito fundador dos feminismos contemporâneos. A sua crítica se direciona a uma compreensão que reforça a associação entre cuidado e amor ao relacionar o cuidado a laços afetivos entre as mulheres. Como coloquei anteriormente, os riscos de uma percepção como essa é a invisibilização dos conflitos existentes entre as mulheres e, como consequência, a idealização de uma esfera política onde o conflito pode ser eliminado.

---

55 Nem sempre o arcabouço teórico-conceitual construído nos países do norte consegue dar conta da complexidade das nossas realidades e, muitas vezes, a tentativa de encaixar as nossas realidades nesses conceitos fortalecem uma visão teleológica da história em que essas sociedades representariam o apogeu e nós estaríamos um passo atrás, com instituições pouco desenvolvidas (BRANCO DE LIMA, 2016). No caso dos conceitos de política e esfera pública que utilizo neste trabalho, acredito que os problemas que estou discutindo têm uma estreita relação com a nossa herança colonial, a partir da imposição de instituições políticas modernas em nossos territórios, ainda que elas tomem arranjos distintos. Não estou afirmando, com isso, que as outras matrizes culturais da formação social do Brasil não se deparassem com questões de natureza semelhante — não tenho leituras que me permitam afirmar ou negar essa posição. Acredito, todavia, que algumas especificidades discursivas que regem a desigualdade entre homens e mulheres que vivemos hoje no Brasil são heranças desse colonialismo e da imposição de instituições cindidas por gênero. Esse é o caso da concepção de família, da separação dotada de gênero entre razão e emoção e do modelo em que se estrutura a divisão entre público e privado em nossa sociedade.

A compreensão do cuidado como uma ética feminista que proponho neste trabalho procura se distanciar da ideia de que cuidamos porque amamos e cuidamos apenas de quem amamos. Uma ética feminista do cuidado também não pode estar pautada numa compreensão altruísta do cuidado. Uma compreensão política do cuidado exige que ele seja entendido como uma responsabilidade e é uma responsabilidade porque entendemos o cuidado como parte necessária das relações sociais e não como uma ação benevolente e supérflua. Ao visibilizarmos as redes de cuidado nas quais estamos imersas, alertamos para a necessidade de formas de distribuição mais equânimes dessas responsabilidades. Algumas experiências feministas têm conseguido avançar na operacionalização dessa incorporação de forma interessante, ao buscar incluir a preocupação com o cuidado sem eliminar a centralidade do conflito na arena política.

\*\*\*

Os lugares que o cuidado, a autocrítica e a horizontalidade ocupam nos movimentos feministas estão relacionados a esses debates teóricos e ao processo histórico de constituição desses movimentos. Segundo Carmen Silva e Sílvia Camurça (2013, p. 22–25), o feminismo contemporâneo, que surge entre as décadas de 1960 e 1970, está dentro do que algumas pesquisadoras e pesquisadores chamam de “novos movimentos sociais”, que trazem à tona discussões políticas que tinham pouca visibilidade — como as questões de gênero, raça, juventude, urbanas, ambientais etc — e tensionam também as formas tradicionais de pensar e fazer política. Ao tecer críticas às formas patriarcais, racistas, excludentes e autoritárias de fazer política, alguns movimentos feministas procuram construir uma nova cultura política.

Partilho a compreensão de Silva e Camurça (2013, p. 11) de que “o feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida”. Estas três dimensões

podem não estar necessariamente articuladas entre si. É possível que alguém reflita teoricamente sobre a situação das mulheres ou adote uma postura feminista diante da vida pessoal ou profissional, mas não esteja envolvida em nenhum movimento feminista. É mais raro que as mulheres organizadas em movimento não transformem a si mesmas nesse processo ou não se envolvam de alguma forma nos processos de reflexão e construção teórica sobre a situação das mulheres, especialmente se temos um “ponto de vista expansivo sobre o processo de teorização” (KING *apud* HOOKS, 2014, p. 87).

A relação entre essas três dimensões é que faz com que o feminismo seja um campo político que atravessa o nosso cotidiano e as diferentes relações que construímos. É uma prática política que nos convida a refletir sobre várias dimensões das nossas vidas e nos fortalece para encarar diferentes embates que se colocam em nossas trajetórias, uma vez que politiza nossas relações nos espaços públicos e privados. Quando E13 me falou que nós também precisamos do feminismo, era a esse potencial de transformação e fortalecimento que o engajamento feminista nos traz a que ela estava se referindo. Em dado momento da entrevista, ela partilhou uma experiência pessoal que nos ajuda a pensar sobre essas questões.

Como as coisas se tornaram difíceis este ano, este ano foi um ano difícil na militância também, né? Problema de desacreditar, de querer repensar, de querer se afastar, de cansaço, de tudo isso, né? Para mim. Mas não saio. É um espaço potente. São coisas que acontecem e que a gente tem que saber lidar com elas. A gente tem que lidar com elas. Porque é isso, quando você pensa que não é para os outros, é para todo mundo, é para mim também. Entendeu? Por exemplo, quando eu estava nessa coisa da gestão, quando eu estava afastada do feminismo mesmo, dessa coisa do grupo das mulheres, da prática, das ruas de um modo geral, eu acabei entrando num relacionamento abusivo. E sofri muito. Abusivo e racista. Então, assim, é algo que eu consigo entender praticamente. Por mais

que tenham momentos que é difícil, a gente precisa superar, precisa aprender, precisa negociar. Mas é um espaço que eu não saio. Isso para mim agora está muito claro. Depois deste ano, ficou muito claro. Porque eu preciso muito também estar nesse espaço, entendeu? É algo que a gente precisa muito. [...] E começar 2017 com muita tranquilidade de que é difícil, é, mas é vital. O feminismo é difícil. É difícil a prática feminista. É, mas ela é vital. Não tem muito para onde ir, pelo menos para mim. Não tem. Porque se eu me afastar eu vou conseguir algum tempo. Não vou ter conflitos, não vou ter embates, não vou ter dor de cabeça. Tá, mas eu vou ter uma série de outras coisas. Coisas ruins, além de não estar fazendo uma coisa que eu acredito (E13).

A imbricação entre estas três dimensões (teoria, vida pessoal e articulação política) está presente em metodologias que fazem parte da história desses movimentos, como os grupos de autorreflexão ou autoconsciência (CAMURÇA, 2007; SILVA, 2016; HOOKS, 2000). Esses grupos se consolidaram como incubadoras de muitas reflexões teóricas. Foi uma metodologia bastante disseminada em diferentes contextos e diferentes países ao longo das décadas de 1970 e 1980. Em alguma medida, ela se confunde com o próprio devir dos feminismos, uma vez que a sua prática já realiza parte do projeto de transformação pretendido pelo movimento, ao possibilitar um espaço de escuta e solidariedade para as mulheres, que gera união, fortalecimento e reflexão crítica. Os grupos de autorreflexão são espaços de elaboração coletiva sobre a situação das mulheres, que tomam como ponto de partida a experiência de vida das próprias mulheres presentes. A ideia é que, a partir das experiências compartilhadas, possamos refletir sobre a situação das mulheres de forma estrutural (CAMURÇA, 2007).

A necessidade de investigação e teorização sobre a realidade das mulheres partiu da exclusão das nossas experiências da história e da ciência, que resultou em um profundo desconhecimento sobre as nossas vidas e nossos corpos (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Parte, também, da própria

dor das opressões que vivenciamos, que nos coloca diante da necessidade de dar sentido a estas experiências para construir caminhos para contorná-las. Os grupos de autorreflexão cumprem um papel importante na sistematização do conhecimento sobre a vida das mulheres e na construção desse ambiente de fortalecimento, são espaços que fortalecem os movimentos e as mulheres que participam desses movimentos.

No trecho da entrevista com E11 apresentado na abertura desta sessão, o rompimento com uma compreensão exclusivamente racional da política também contribui para que os espaços feministas sejam espaços de fortalecimento. Além dos grupos de autorreflexão, a pedagogia feminista tem recorrido a várias práticas que auxiliam na construção de espaços onde buscamos nos entender em nossa completude, como a preocupação com o lugar do corpo nas nossas experiências, a construção de experiências lúdicas e do ativismo, o psicodrama, o teatro dos oprimidos, a dança, a música e outras formas de expressão que extrapolam a razão.

A abertura para os sentimentos e emoções é uma forma visibilizar a concretude das experiências das mulheres, em oposição à abstração universal a partir da qual os debates devem ser travados para a teoria política moderna liberal (YOUNG, 1987; BENHABIB, 1987). A legitimidade dos desejos e das emoções possibilita que a complexidade das nossas experiências sejam levadas em conta. É também um caminho de amplificação dessa complexidade e da diversidade das nossas vivências. Para Young (1987), a negação de determinadas formas de expressão política nada mais é do que a exclusão de determinados grupos sociais, na medida em que elegemos apenas uma forma de expressão como a forma de expressão legítima para o debate. Essa forma de expressão legítima será sempre a dos grupos dominantes.

O processo de partilha das experiências, característico dos grupos de autorreflexão, não passa simplesmente pela concordância em relação às experiências vividas, como se estivéssemos a buscar simplesmente aquilo que nos une, mas também está comprometido com o confronto de experiências e reflexões divergentes. Segundo bell hooks (2000, p. 8),

confrontar a diversidade de experiências que viver como mulher pode significar em diferentes contextos sociais é essencial para que seja possível formular pontos de vista sobre a exploração e opressão de gênero. hooks sintetiza, em poucas palavras, a importância desses grupos ao afirmar que “antes que as mulheres pudessem transformar o patriarcado, tivemos que transformar a nós mesmas” (HOOKS, 2000, p. 7 — Tradução minha)<sup>56</sup>. Esse processo de transformação individual não diz respeito apenas ao nosso fortalecimento, mas também ao combate do sexismo que está presente em nossa própria forma de ver o mundo e a nós mesmas. Por isso, os grupos de autorreflexão trazem também uma dimensão de autocrítica essencial para a mudança, porque nos coloca diante da necessidade de pensarmos nossa relação com as outras mulheres dentro e fora da política.

A necessidade de pensar as relações que estabelecemos entre nós mesmas se impõe para o feminismo na medida em que é um movimento e uma corrente teórica que se propõe a fazer uma leitura crítica sobre as diversas formas de opressão que estão postas. Acredito que a forma como as críticas das mulheres negras, de classes populares, lésbicas e terceiro-mundistas à hegemonia eurocêntrica e heteronormativa dos movimentos feministas são encaradas nos movimentos feministas difere da forma como outros movimentos sociais se relacionam com as críticas recebidas.

No depoimento de E5, apresentado no início desta sessão, ela fala sobre o processo histórico através do qual as fronteiras dos movimentos feministas foram se reorganizando no Recife e em outros lugares. As relações que se estabelecem entre aliadas são perpassadas pela tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade. Dessa forma, as divergências que deslocam as fronteiras do movimento contribuem para um processo de ampla revisão da identidade do movimento à medida que a própria categoria mulher é deslocada. O deslocamento dessas fronteiras é um processo contínuo. E5 fala de como, no Recife, nesse momento, as questões trazidas pelas mulheres trans e pelo debate *queer* têm tensionado essas fronteiras.

---

56 No original: “Before women could change patriarchy we had to change ourselves” (HOOKS, 2000, p. 7)

No momento em que realizei esta pesquisa, as mulheres trans vi-nham levantando uma série de questões para o campo feminista. As mulheres trans militantes com quem tive contato na altura não estava organizada em coletivos ou movimentos e não consegui retorno ao con-vite para participar da pesquisa por parte das que estavam engajadas em construções coletivas.

### 3.4 A revolução será feminista (ou não será)

Nas práticas articulatórias que se estabelecem entre os movimentos femi-nistas e a esquerda de forma mais ampla, em algumas circunstâncias os pontos nodais dos feminismos ocupam os lugares de significantes privi-legiados daquele campo discursivo. Outros são deixados de fora, seguem sendo entendidos como demandas específicas. Embora as feministas ve-nham tecendo críticas às formas de organização política dos movimen-tos mistos há décadas, o que observamos é que o acúmulo de reflexões e práticas políticas dos feminismos têm tido dificuldades de ultrapassar as suas fronteiras. A tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade está entre os pontos nodais dos movimentos feministas que não foram articulados pelo Campo Democrático Popular, ou seja, não cumprem a função de dar significado à identidade daquele campo discursivo.

Acredito que as dificuldades de incorporação da tríade cuidado-auto-crítica-horizontalidade em espaços mistos estão relacionadas a uma com-preensão de organização política masculinizada dominante nesses espa-ços, que nega a responsabilidade de cada um com as outras pessoas, a vinculação, a solidariedade e o cuidado, atributos historicamente relega-dos à esfera privada e ao feminino.

Um dos elementos dessa compreensão masculinizada de política é a negação da emoção e das subjetividades dos militantes. A negação da emoção pela política tradicional parte do pressuposto de que as emoções são parciais, na medida em que se referem a questões individuais dos su-jeitos. Através da razão, por outro lado, seria possível alcançar uma impar-cialidade que garante uma avaliação exterior e total nos debates políticos.

A emoção seria particular, enquanto a razão seria universal. Para além da falácia sobre a possibilidade de construção de discursos totalmente imparciais, sabemos que, na história do ocidente, a racionalidade foi negada não apenas às mulheres, mas também aos povos não brancos e, em alguns momentos, à classe trabalhadora. O atributo da razão tem sido, pois, um argumento de distinção entre aptos e não aptos a participar da vida pública. É o que garante a cidadania a determinados grupos sociais e a nega a outros. Dessa forma, na direção do que propõe Nancy Fraser (1987, p. 54) entendo a cidadania como um conceito político dotado de gênero e, acrescento, de cor.

A partir da reivindicação dos grupos sociais excluídos, a democracia liberal tem sido aprofundada a partir da inclusão desses sujeitos nessa cidadania. A questão que se coloca para as teóricas feministas, entretanto, é que a oposição entre razão e emoção, que é uma das facetas da oposição entre público e privado, ao excluir as mulheres e outros grupos sociais, estruturou a ordem social capitalista patriarcal de supremacia branca a partir de um ideal de universalidade pautado nas experiências dos homens brancos. Segundo Carole Pateman (2013), isso faz com que o ideal de cidadania, assim como os valores que regem a esfera pública e, em consequência, a política, sejam ideais masculinizados. Para Pateman, a definição que temos de esfera pública se constrói em cima da dominação masculina, sendo, dessa forma, parte da ideologia fundante da política moderna e não uma questão periférica. Na mesma direção, Nancy Fraser (1987, p. 54) afirma que “a dominação masculina é intrínseca e não casual no capitalismo clássico, uma vez que a estrutura institucional dessa formação social é concretizada por meio de papéis dotados de gênero”. Por isso, a dominação masculina não deve ser entendida como remanescente de situações de desigualdades pré-modernas, mas como estruturante da própria modernidade.

O que podemos concluir a partir dessas reflexões é que a inclusão das mulheres e de outros grupos sociais é insuficiente para repensar a política. É preciso reinventar o próprio conceito de política para que possamos enfrentar as desigualdades que estão postas na nossa sociedade.

Como parto da reflexão de Laclau e Mouffe (2015) sobre práticas articulatórias hegemônicas, entendo que, na articulação de um campo discursivo, as diferenças são temporariamente obscurecidas por um discurso hegemônico que se articula em torno de alguns pontos nodais. Entendo, também, que toda articulação é excludente. A fixação parcial de uma formação discursiva sempre resultará da exclusão de alguns elementos. A assunção do caráter fluido e circunstancial dos campos discursivos abre espaço para que elementos que não são articulados pelos discursos hegemônicos possam encontrar mais espaço no campo da esquerda. A aposta em projetos fechados e estáticos, que marcou a esquerda ao longo do século XX, deixou muito pouco espaço de disputa para os elementos que não estavam articulados no campo de discursividade hegemônica. As discussões que se desviassem do debate de classe eram vista, muitas vezes, como uma forma de enfraquecer a luta contra o capitalismo. O feminismo, por exemplo, foi muitas vezes acusado de fragmentar a classe trabalhadora, desviando a atenção da luta anticapitalista para questões secundárias. Quando se entende o risco da tentativa de fechamento tão rígido em torno de um projeto hegemônico, se entende também que muitas lutas podem ser construídas em simultâneo e que às vezes elas estarão articuladas entre si e, em outros momentos, não.

A tentativa de construir um projeto de esquerda acabado, que incluía todas as reivindicações dos sujeitos subalternizados não é apenas falaciosa, como também arriscada, porque opera uma tentativa de construção de identidades estáticas, que serão inevitavelmente excludentes porque não há como abarcar toda a pluralidade em um discurso, por mais democrático que seja.

O esforço de cristalizar projetos é sempre um caminho para se fechar à autocrítica e ceder ao autoritarismo. Ainda assim, formações hegemônicas continuarão articulando a diversidade de segmentos da esquerda sob seu guarda-chuva. E esse fato me leva a pensar que não é suficiente assumirmos o caráter fluido desses discursos hegemônicos, também é necessário que continuemos pensando caminhos para tornar esses projetos mais amplos e democráticos. A hegemonia do campo da

esquerda não se forma apenas a partir de diferenças e divergências, mas também a partir de desigualdades. Por isso, se não olhamos com atenção para essas desigualdades históricas, as pautas de homens brancos continuarão sendo as pautas de toda a esquerda e as pautas das mulheres, das negras e negros, dos povos indígenas, continuarão sendo pautas específicas. O mesmo ocorre com o feminismo. Não é suficiente que apenas as feministas priorizem a luta pela legalização do aborto, da mesma forma que não é suficiente que apenas as mulheres negras priorizem a luta contra o racismo dentro dos feminismos.

Como vimos ao longo deste trabalho, toda pauta é específica. A transformação de pautas específicas em pautas gerais é resultado das disputas hegemônicas travadas na formação de um campo discursivo. Ela vai depender da correlação de forças entre diferentes segmentos em disputa. A auto-organização de grupos marcados por identidades cada vez mais específicas no interior de articulações mais amplas têm sido um caminho para a vocalização da diversidade de reivindicações que formam os campos políticos. Para Laclau e Mouffe (2015), ela é uma etapa da disputa hegemônica feita por grupos minoritários.

O que entendemos por “mulher”, por exemplo, representará as vivências das mulheres brancas de classe média enquanto as mulheres negras não se unirem para disputar o significado dessa “mulheridade”, porque há uma desigualdade histórica posta entre mulheres brancas e mulheres negras. Enquanto grupo subalternizado, a auto-organização das mulheres negras aparece como um caminho para disputar esse significante. É dessa forma que a identidade “mulher” vai sendo paulatinamente transformada ao longo da história dos feminismos.

O que ocorre é que as desigualdades que estão fora dos movimentos se reproduzem nesses espaços. As identidades universalizadas são sempre aquelas dos agrupamentos que detêm maior poder na sociedade. A invisibilização da atuação das mulheres de classes populares e das mulheres negras na história dos feminismos no Brasil, por exemplo, é fruto dessas desigualdades presentes nos movimentos. Nos feminismos recifenses, essas mulheres sempre estiveram presentes. Mas, como se

encontram em desvantagem na correlação de forças interna do movimento, suas pautas e a sua participação não eram visibilizadas.

Se assumimos que a ampliação da justiça social é um ponto nodal que articula a esquerda, o combate às nossas desigualdades internas também precisa ser entendido como um compromisso desse campo, para que as disputas aconteçam de forma mais democrática e as formações discursivas hegemônicas não sejam simplesmente a reprodução de uma série de desigualdades postas (e contra as quais lutamos) na sociedade. Sugiro que temos visto a preocupação com o combate a essas desigualdades na forma como os feminismos redesenham as suas fronteiras a partir do questionamento de novos sujeitos políticos que tensionam a identidade do sujeito político feminista.

Não estou colocando que as desigualdades sejam questões resolvidas dentro dos movimentos feministas. É importante que isso seja dito. Esbarramos, nesses espaços, na reprodução de muitas desigualdades. Mas identifico um acúmulo de reflexões que nos ajuda a construir mecanismos de combate mais eficazes às nossas desigualdades. Nos feminismos não apenas se assume o conflito, como se buscam formas de lidar com ele levando em consideração as nossas desigualdades. O compromisso com a tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade é determinante para esse processo de reavaliação permanente do movimento, funcionando como um ponto nodal a partir do qual os movimentos feministas se articulam. Para que essa tríade possa extrapolar os movimentos feministas, é preciso levar adiante a tarefa de revolucionar o conceito de política, reconfigurando as fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada, para que o cuidado deixe de ser entendido como uma questão privada, e passe a ser entendido como uma responsabilidade de todas e todos.

“A revolução será feminista ou não será” é uma expressão que reivindica a sobredeterminação das demandas feministas às outras demandas do campo da esquerda, de forma que estas também possam ser parte constituinte das identidades que surgem a partir da articulação com outros setores. Não é uma afirmação que propõe que as demandas

que impactam a vida das mulheres devem estar acima de outras demandas. Na leitura que venho fazendo dos feminismos ao longo deste trabalho, proponho que esse é um campo discursivo que tem sido mais bem-sucedido em sobredeterminar as demandas de diferentes sujeitos políticos, reinventando as suas fronteiras continuamente. É um processo de abertura contínua, onde a autocrítica cumpre uma função central. Dessa forma, ao dizer que a revolução será feminista, é essa capacidade de reinvenção feminista que tenho em mente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, vivi dois episódios que me ajudam a explicar porque acredito que algumas experiências nos espaços feministas merecem ser partilhadas e, quiçá, incorporadas a espaços mistos. Um deles foi numa plenária nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, realizada no Recife, na qual participei de um espaço que era aberto também para militantes que não integram a AMB. Nessa atividade, discutimos a conjuntura política. Tivemos um momento conjunto e depois nos subdividimos em grupos para discutir de forma mais aprofundada questões diversas. As questões impulsionadoras dos diálogos já demarcaram uma diferença em relação a outros espaços políticos, porque elas não abarcavam apenas o que estávamos pensando sobre o contexto, mas também como estávamos nos sentindo, o que englobava não apenas os nossos sentimentos como também a nossa saúde física, mental e espiritual. A incorporação da nossa subjetividade como uma preocupação política é uma diferença central entre os espaços feministas e outros espaços políticos. Nesse trabalho, propus que essa é uma diferença que nos fortalece não apenas individualmente. Ela reconfigura completamente a construção política desses espaços ao fortalecer a responsabilidade que temos umas com as outras e ao ampliar a possibilidade de nos conhecermos melhor. É uma experiência política que dialoga com a preocupação trazida por Carol Gilligan (*apud* BENHABIB, 1987) de compreendermos as necessidades do “outro concreto” para a ampliação da justiça social.

Ao fim do momento de discussão, retornamos ao grupo maior, que contava com aproximadamente duzentas mulheres vindas de diferentes partes do Brasil, para partilhar uma síntese das nossas reflexões e preocupações. A hora extrapolava o previsto e já estávamos cansadas após um dia intenso de atividades. Quando nos reunimos numa organização circular para partilhar o que tínhamos conversado nos grupos menores, faltou energia no espaço onde estava sendo realizado o encontro. Ficamos sem luz nem microfone, o que dificultava a comunicação e dispersava as participantes em conversas paralelas.

Esse tipo de situação “limite”, que parece inviabilizar a realização de debates que agreguem as participantes, não são tão incomuns. É algo que se vive dentro e fora dos movimentos de forma corriqueira, às vezes também em espaços acadêmicos. Em ocupações, por exemplo, é comum que assembleias durem horas a fio e as condições de cansaço dificultem o engajamento coletivo nessas atividades. São momentos em que, normalmente, apenas as lideranças ou quem está próxima ou próximo do núcleo duro da organização continuam atentas e seguem participando dos debates. Ficam evidentes as inúmeras desigualdades que estão colocadas numa construção coletiva. Desigualdades que, possivelmente, não podem ser superadas de forma definitiva, mas para as quais podemos olhar com o esforço de minimizá-las.

O que as militantes que estavam organizando a atividade propuseram naquele momento foi um exercício de respiração no intervalo entre cada depoimento. Quando o barulho se instalava durante alguma fala, fazíamos uma pausa, respirávamos novamente e retomávamos a discussão. Me lembro de forma nada precisa de uma fala de Joana D’Arc, militante da AMB que integra o Coletivo Cunhã, da Paraíba. Ela dizia que entendia que estávamos todas cansadas e impacientes, mas que era importante que pudéssemos levar conosco, para refletir naquele encontro e em outros espaços, o que as outras companheiras haviam elaborado conjuntamente. Os exercícios de respiração apareceram naquele momento como uma forma de cuidar de nós mesmas, abrandando a ansiedade e o cansaço que sentíamos, e, ao cuidarmos

de nós mesmas, era também uma estratégia para possibilitar o diálogo e o engajamento das que participavam do espaço. Ou seja, ao cuidar-mos de nós mesmas, fortalecíamos também o espaço coletivo. E fizemos esse esforço. Nesse dia, fiquei me perguntando como teria sido aquele momento em um espaço “não feminista”. Fiquei imaginando uma sequência de falas rápidas para que o momento pudesse ser encerrado da forma mais breve possível, em que o grupo se dispersaria aos poucos. Essa é só uma hipótese baseada em algumas experiências que já vivi, não deve ser entendida como uma conclusão da pesquisa.

O outro episódio aconteceu em Montreal, no Canadá, numa temporada que passei naquela cidade durante o segundo ano do mestrado. Pouco tempo depois de chegar, como eu não conhecia muitas pessoas, fui buscando espaços feministas de forma um pouco aleatória. Sempre que descobria algum evento, comparecia. E assim pude entender um pouco a dinâmica dos feminismos daquele lugar. Percebi muitas diferenças, mas também algumas preocupações semelhantes em relação aos nossos feminismos. Um dia recebi um convite para participar de um evento organizado por um grupo feminista da Universidade de Concórdia chamado C-FAR (The Critical Feminist Activism in Research<sup>57</sup>). A Concórdia vinha promovendo uma série de debates para tornar o seu espaço mais inclusivo e o C-FAR era uma das iniciativas nesse sentido, que buscava construir estratégias que respondessem às diferentes opressões que o espaço universitário reproduzia e também pudesse aproximar aquele espaço da “comunidade não acadêmica”.

Na abertura da atividade me deparei com algo que me fez refletir por muitos dias. Quem estava apresentando o projeto do C-FAR era uma militante negra, que, na sua apresentação, afirmou não se identificar enquanto feminista, embora lutasse pela libertação das mulheres. Ela explicou de forma breve algumas das reflexões que têm sido feitas por militantes negras sobre a branquitude dos feminismos e os

---

57 Ativismo Crítico Feminista na Pesquisa.

motivos pelos quais ela não se definia como feminista<sup>58</sup>. Eu já conhecia um pouco da discussão trazida pelo mulherismo, perspectiva à qual a militante se vinculava, mas o que me deixou intrigada foi o fato de um espaço que se identifica enquanto feminista, não apenas acolher como integrantes mulheres que não se identificam com os feminismos, como optar por expor essa divergência interna num evento de apresentação de suas atividades.

Ao expor essas divergências, o C-FAR visibilizava a sua diversidade interna e colocava algumas questões para pensarmos sobre alianças possíveis. Em uma hipotética análise comparativa, dessas que a gente desenvolve no caminho de volta pra casa depois de alguma atividade, fiquei me perguntando se algo assim seria possível num grupo socialista. Também fiquei me imaginando entrando num espaço anarquista em que a pessoa a abrir o evento expusesse que não se identifica com o anarquismo e desenvolvesse seus argumentos críticos. Isso não seria possível primeiramente porque militantes que não se identificam a partir de referenciais socialistas ou anarquistas não veem sentido em colaborar para a construção desses espaços, já que a delimitação do significado daqueles projetos é muito mais rígida. Segundo, provavelmente esses espaços não veriam com bons olhos uma abertura que expusesse, em tom crítico, as divergências em relação ao espaço, uma vez que isso seria compreendido como um risco de enfraquecimento de seus ideais.

Provavelmente a militante que integra o C-FAR também constrói espaços mulheristas e afro-centrados, mas o que me impeliu a pensar sobre esse evento foi a sua disposição para estabelecer diálogo com um

---

58 A branquitude do feminismo hegemônico tem sido discutida pelas mulheres negras a partir de dois caminhos distintos (em que cada um abarca uma diversidade interna): algumas militantes têm discutido a necessidade de disputar o significante feminismo e a categoria mulher construindo diversas vertentes do feminismo negro; outras militantes têm apontado uma equivalência entre feminismo e feminismo branco, decidindo pautar a luta das mulheres por fora das fronteiras dos movimentos feministas, a partir da construção de diferentes vertentes do mulherismo. Uma discussão sobre as divergências entre Mulherismo e Feminismo Negro pode ser encontrada em Collins (2017).

espaço feminista e a disposição do espaço feminista para estabelecer diálogo com perspectivas antagônicas. O C-FAR segue sendo um espaço feminista, essa militante segue sendo mulherista. Mas há uma percepção, ao menos por parte de alguns feminismos, de que as diferentes perspectivas políticas que lutam pela libertação das mulheres são legítimas e é possível dialogar com elas. É evidente que nem sempre estaremos juntas, mas talvez naquele contexto de embate institucional, a aliança se revelou estratégica.

Esses e outros episódios que tenho vivido dentro de espaços feministas me fazem pensar sobre o abismo existente na forma como o feminismo tem lidado historicamente com nossas diferenças, desigualdades e divergências e a forma como o campo discursivo da esquerda, dentro do qual estamos articuladas, tem lidado com essas diferenças, desigualdades e divergências. Isso nos coloca diante de uma dicotomia entre a política que construímos dentro dos nossos espaços feministas e a política que construímos fora deles. Não pretendi, com este trabalho, propor que os feminismos carregam a solução para os problemas da esquerda. Mas como estamos vivendo um momento que exige criatividade e temos nos deparado com uma profunda dificuldade de reinventar formas de construir alianças políticas, me pareceu oportuno partilhar o acúmulo dessas reflexões que venho elaborando junto com outras companheiras de militância e sobre o qual pude me aprofundar a partir das entrevistas que realizei com militantes de outros movimentos feministas.

Em geral, os trabalhos feministas são compreendidos como trabalhos que falam apenas dos e para os feminismos. Neste trabalho, tive o objetivo de visibilizar que na medida em que os outros setores da esquerda seguem reproduzindo uma compreensão de política ancorada na divisão patriarcal entre público e privado, as experiências feministas continuaram sendo entendidas como específicas das mulheres. A partir dessa separação, construímos uma compreensão dos espaços políticos como espaços em que não cabem emoção ou sentimentos, são espaços regidos pela razão. Essa compreensão de política também opera a partir de uma lógica da guerra, excluindo possibilidades de cooperação e de

cuidado. Sugiro que ao inserir na arena pública valores como o cuidado, que historicamente estiveram circunscritos à esfera privada, os movimentos feministas não eliminam a dimensão do conflito, que é constitutiva do político, mas inventam uma nova forma de lidar com ele.

Ao reconstruir a trajetória da esquerda brasileira a partir do processo de redemocratização na década de 1980, busquei exemplificar como os campos discursivos da esquerda e dos feminismos têm lidado com diferenças, desigualdades e divergências de formas distintas. A meu ver, o compromisso com a tríade cuidado-autocrítica-horizontalidade, presente na identificação do campo discursivo dos feminismos, é um dos elementos dessa diferenciação e tem levado esse campo a uma revisão permanente da sua identidade e das suas fronteiras. Diferentemente do que alguns autores apontam sobre o deslocamento do sujeito do feminismo, a partir da crítica a uma identidade mulher essencialista e homogênea, sugiro que esses deslocamentos têm possibilitado a construção de diferentes alianças, o que redefine constantemente não apenas o sujeito da luta, mas também as demandas a serem perseguidas. Esses deslocamentos, entretanto, não operam a partir da ausência de um sujeito da luta feminista, mas a partir de identidades contingentes, que são construídas nas próprias práticas articulatórias.

No recorte histórico que foi feito com o intuito de compreender esses fenômenos, muitos atores e eventos não puderam ser discutidos. Como coloquei na abertura do segundo capítulo, no processo de revisão deste trabalho, me deparei com algo inevitável a qualquer demarcação que tentamos estabelecer: há sempre algo que escapa às histórias que conseguimos contar. O que revela a importância da ampliação das vozes que contam essas histórias. Uma vez chegada à conclusão deste processo de investigação, percebo como teria sido importante adentrar mais profundamente na produção teórica e política das feministas negras brasileiras, discutir as relações que se estabeleceram entre os movimentos de mulheres urbanos e os movimentos de mulheres rurais ou as relações do campo feminista com outros partidos políticos, para citar exemplos de outros caminhos que poderiam ter sido trilhados. As

ausências deste trabalho falam também sobre as disputas hegemônicas deste campo que discuti.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, novas questões foram surgindo, abrindo uma agenda de pesquisa futura. As feministas que se dedicam a pensar sobre o cuidado têm feito ricas contribuições às teorias democráticas. Não foi possível realizar uma revisão aprofundada sobre estas contribuições, mas, sem dúvida, esse é um campo de investigação que pode aprofundar as preocupações trazidas nesse trabalho.

As reflexões construídas nestas páginas propõem a existência de um compromisso com o cuidado, a autocrítica e a horizontalidade nos espaços feministas, entendendo esses elementos como constitutivos da própria identidade desse campo discursivo. O cuidado, a autocrítica e a horizontalidade, entretanto, não foram os objetos de investigação desta pesquisa. O objetivo da pesquisa foi compreender a visão das militantes sobre a crise política e como elas entendiam o lugar dos feminismos dentro do campo discursivo da esquerda neste momento de crise.

Por isso, uma investigação mais detalhada sobre esta tríade, a forma como ela se operacionaliza nos espaços feministas e seus desdobramentos para a articulação desse campo discursivo podem levar a elaborações mais complexas sobre esse debate. O retorno dessa proposição aos espaços feministas me parece importante para que seja possível confirmar a centralidade desses elementos nesse campo discursivo e compreender a forma como eles incidem nas experiências das militantes feministas.



## REFERÊNCIAS

**ABC da Greve.** Direção de Leon Hirszman. São Paulo, 1990.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo:** Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. Tese de Doutorado (Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ALONSO, Angela; MISCHE, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, 2016.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, jan./jun, p. 13–56, 2014.

ALVAREZ, Sonia; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma Stoltz; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa; TOBAR, Marcela Ríos. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 541–570, 2003.

ANDRADE, Flávio de. **Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013:** repertórios e performances de confronto, crise de participação e a emergência de um quadro interpretativo autonomista. Tese de Doutorado (Sociologia), Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ANDRADE, Paula de. Imprensa feministas nos anos 1970: Brasil Mulher e Nós Mulheres. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife, n. 7, dez. p. 96–155, 2014.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife, n. 7, p. 46–63, dez. 2014.

BARBOSA, Marina. Rodoviários demitidos após o fim da greve retornam ao trabalho nesta quarta-feira. **Jornal do Comércio**. Recife, 10 de julho de 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARRET, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: Zizek, S. (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 235–264.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Introdução. In: **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987, p. 7–22.

BENHABIB, Seyla. O Outro Generalizado e o Outro Concreto: A controvérsia Kohlberg-Gilligan e a Teoria Feminista. In: **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1987, p. 87–106.

BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. **A revolução como projeto autonomista**. Dissertação de Mestrado (Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

BERCOVICI, Gilberto. A questão social, a constituição de 1988 e os desafios do desenvolvimentismo. In: SOUZA, Pedro. (org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 77–86.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, Ed. UNESP, 1995.

BONETTI, A. L. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo**

político feminista de Recife–PE. Tese de Doutorado (*Ciências Sociais*), Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BRANCO DE LIMA, Paula Sophia. **Moçambique como lugar de interrogação**: A modernidade em Elísio Macamo e Severino Ngoenha. Cape Town: African Minds, 2016.

BRANCO, Sophia. As mulheres, o progresso e o Brasil. In: PEDROSO, Marcelo; TAVARES, Celma (orgs.). **Brasil S/A** — Livro Pedagógico. Recife: Simio Filmes; Recife: Vilarejo Filmes, 2016, p. 38–56.

BRANCO, Sophia. **FeminismoAgora!** Notas sobre um processo de reflexão e fortalecimento. Recife: SOS Corpo — Instituto Feminista para a Democracia, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 2006. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, p. 25–45, mar. 2006

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. “Teoria Social, Extroversão e Autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea”. **Caderno CRH**. Salvador, v. 28, n. 73, p. 59–76, jan-abr 2015.

BRITO, Priscilla Caroline de Sousa. **“Primavera das mulheres”**: Internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015. Dissertação de Mestrado (Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CAMPOS REDUZ TARIFAS DE ÔNIBUS DOIS DIAS ANTES DE PROTESTO NO RECIFE. **G1 Pernambuco**. Recife, 18 de junho de 2013. Disponível em: <https://glo.bo/3akF4M8>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117–132, 2003.

CFEMEA. **Bien vivir para la militancia feminista**: metodologías y experiencias de autocuidado entre mujeres activistas. Brasília: CFemea — Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, núm. 2, pp. 221–236. Braga, Universidade do Minho, 2003.

COHN, Gabriel. Introdução. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1979, p. 7–34.

COLLIN, Françoise. **Textualidade da libertação**: liberdade de texto. Cadernos de Crítica Feminista, ano IV, n. 3, Recife: SOS Corpo, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social. **Contemporânea** — Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.2, n. 2, p. 309 — 336, jul–dez, 2012.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: Um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, pp.13–30, 2001.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (organizadoras). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95–110.

DOUCET, Andrea; MAUTHNER, Natasha. S. Feminist Methodologies and epistemology. In: Bryant, C.D.; Peck, D. L. (orgs.) **21st century sociology: A reference handbook**. Thousand Oaks, Sage Publications, 2007.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 28, 2011.

FIM DA GREVE DOS RODOVIÁRIO. Recife, 06 de julho de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2XIxjgB>

FORTES, Alexandre, FRENCH, John. A 'Era Lula', as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 201-228, 2012.

FRASER, Nancy. Para além do modelo senhor/serva: sobre O contrato social, de Carole Pateman. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia (orgs). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 251-264

FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela.; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. (orgs). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 15-32

GOIS, Antônio. Cota é vista como essencial e humilhante: Opinião dos brasileiros em relação às ações afirmativas é contraditória. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 nov. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2311200807.html>

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sergio (Org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970–1995) — Sociologia**. São Paulo: Editora Sumaré/Capes/Anpocs, 1999, pp. 183–223.

HOOKS, bell. **Feminist theory from margin do center**. Boston: South End Press, 1984.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody**: Passionate Politics. Cambridge, South End Press, 2000.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2014.

JUSTIÇA DETERMINA FIM DA GREVE DOS RODOVIÁRIOS NO GRANDE RECIFE. **G1 Pernambuco**. Recife, 02 de julho de 2013. Disponível em: <https://glo.bo/3cuIEFg>

KERGOAT, Danielle. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KOROL, Claudia. Feminismos populares. Las brujas necesarias em los tiempos de cólera. In: KOROL, Claudia (org.) **Feminismos Populares**. Pedagogías e Políticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Chirimbote; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: América Libre, 2016.

KUHNEN, Tânia Aparecida. “A ética do cuidado como teoria feminista”. In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 3, 2014, Londrina. Anais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. v.1, n. 2, p. 41-47, 1986.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2015.

LAVINAS, Lena. Brasil 2000: mais consumo, pouca redistribuição. In: SOUZA, Pedro. (org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 93–102

LEÃO, Danuza. A PEC das Domésticas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 mar. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/danuzaleao/2013/03/1251556-a-pec-das-empregadas.shtml>

LLOYD, Moya. **Beyond identity politics: feminism, power & politics**. London/Thousand Oaks/New Delhi: SAGE Publications, 2005.

LÖWY, Michel. A revolução fotografada. In: LÖWY, Michel. (org). **Revoluções**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

LÖWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, n. 124, p. 652–664, out./dez, 2015.

MACAMO, Elísio. Entrevista concedida a Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 15, n.2, p.15–34, 2009.

MANIFESTO. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

MARCHA DAS MARGARIDAS. Caderno de textos para estudos e debates, 2015.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **1998–2008: Uma década de luta internacional feminista**. São Paulo: SOF — Sempreviva Organização Feminista, 2008.

MACAMO, Elísio (2009). Entrevista concedida a Eliane Veras Soares e Remo Mutzeberg. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 15, n.2, p.15–34.

MARX, Karl. ‘Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana’. In: FERNANDES, Florestan (org.) **Marx e Engels. História**. São Paulo, Editora Ática. 1989, p. 146–181.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, set/dez, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2013). “Introdução: teoria política feminista, hoje”. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, p. 7–54

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

MOMMSEN, Wolfgang J. **The Political and Social Theory of Max Weber: Collected Essays**. Chicago: The University of Chicago Press; Cambridge: Polity Press, 1989.

MORALES, Aurora Levins. Intelectual orgánica certificada. In: hooks, b., Brah, A., Sandoval, C., Anzaldúa, G., *et al.* **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de sueños, 2004, p. 63–70

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. (orgs). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 265–282

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11–23, 2005.

NÉRI, Felipe Néri; PASSARINHO, Nathalia. Lembre o que autoridades e políticos disseram sobre os protestos de 2013. **G1**. Brasília, 13 de junho de 2014.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Desafios atuais do Campo Democrático e Popular**: uma segunda chance, 2006. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto11.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/nesth/ivseminario/texto11.pdf). Acesso em Julho de 2016.

OLIVEIRA, Guacira, DORDEVIC, Jelena. **Cuidado entre ativistas**: tecendo redes para a resistência feminista. Brasília: Cfemea, 2015.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Filipe; BIROLI, Flávia. (orgs). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013, p. 55–80

PEÕES. direção de eduardo coutinho. rio de janeiro, videofilmes, 2004..  
Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro, Videofilmes, 2004.

PINTO, Céli Regina Pinto. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos Cebrap**, n. 80,p. 109–125, mar–2008

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 2, p. 446–457, 2. sem. 1995.

RODOVIÁRIOS DECIDEM MANTER GREVE DE ÔNIBUS NO GRANDE RECIFE. **G1 Pernambuco**. Recife, 03 de julho de 2013. Disponível em: <https://globo/3cp8b2k>

ROLNIK, Raquel. Ocupe o Cocó: resistência em defesa do parque continua em Fortaleza. **Blog da Raquel Rolnik**, 02 set. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/34NqlrW>

SAFATLE, Vladimir. “O mito do desenvolvimentismo econômico na era Lula”. In: SOUZA, Pedro (org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 71–76

SARTI, Cynthia A. “Feminismo e contexto: Lições do caso brasileiro”. **Cadernos Pagu**, n. 16, pp. 31–48, 2001.

SILVA, Carmen Maria Da. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares**: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. Tese de Doutorado (Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e Movimentos de Mulheres**. Recife: SOS Corpo — Instituto Feminista para a Democracia, 2013

SILVA, Felipe Henrique Gonçalves da. **Democracia e Socialismo nos debates do Partido dos Trabalhadores (1987–1991)**. Dissertação de Mestrado (História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: Reforma e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SORJ, Bernard. **Sociedades civis e relações Norte-Sul: ONGs e dependência**, 2005. Disponível em: [http://www.bernardosorj.com.br/pdf/Sorj\\_artigo.pdf](http://www.bernardosorj.com.br/pdf/Sorj_artigo.pdf)

SOUZA-LOBO, E. **O gênero da representação: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980–1990)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 17, out–1991.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política&Sociedade**, Florianópolis, Vol. 13 — Nº 28, Set-Dez, 2014.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149–165, mar. 2013.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, pp. 103–139, 2001.

TRONTO, Joan. Redefining democracy as settling disputes about care responsibilities In **Caring Democracy**: markets, equality, and justice. Nova Iorque: New York University Press, 2013.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n. 2, p. 285–308, 2007.

VIEIRA, Leonardo. Professora que ironizou passageiro em aeroporto pede desculpas. Docente de Letras da PUC-Rio publicou mensagem no Facebook se retratando de foto com legenda: ‘Rodoviária ou aeroporto?’. **O Globo**. Rio de Janeiro, 6 fev. 2014. Disponível em: <https://globo.bo/3ewWQ26>

WEBER, Max. **Ciência e Política**: Duas vocações. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 1979, p. 7–34.

*Título* Os feminismos e a crise da esquerda:  
alianças e antagonismos no Ciclo do Campo  
Democrático Popular

*Autor* Sophia Branco

*Projeto Gráfico/Capa* Danielly Chagas

*formato* 15,5 x 22,0 cm

*fontes* Aharoni, Minion Pro

*Distribuição* EdUFPE



